



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

**WILLIOMAR DE SOUZA PEIXOTO**

**A CIDADE ENTRE MEMÓRIAS E FOTOGRAFIAS: UMA PRÁTICA DE  
ENSINO PATRIMONIAL NAS AULAS DE HISTÓRIA. ICOARACI – PA.**

**ANANINDEUA-PA  
2020**

**WILLIOMAR DE SOUZA PEIXOTO**

**A CIDADE ENTRE MEMÓRIAS E FOTOGRAFIAS: UMA PRÁTICA DE ENSINO PATRIMONIAL NAS AULAS DE HISTÓRIA – ICOARACI - PA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em ensino de História, (PROFHISTÓRIA) da Universidade federal do Pará, campus Ananindeua, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientadora Prof.<sup>a</sup> Dra. Sidiana da Consolação Ferreira de Macêdo

**ANANINDEUA-PA  
2020**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de  
acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade  
Federal do Pará**

**Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados  
fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

**P377c Peixoto, Williomar de Souza**

A cidade entre memórias e fotografias : uma prática de ensino patrimonial nas aulas de História. Icoaraci – PA / Williomar de Souza Peixoto. — 2020. 221 f. : il. color.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dra. Sidiana da Consolação Ferreira de Macêdo  
Dissertação (Mestrado) - Mestrado Profissional em Ensino de História,  
Campus Universitário de Ananindeua, Universidade Federal do Pará,  
Ananindeua, 2020.

1. Ensino de História. 2. Memória e identidade. 3. Paisagem cultural e espaço urbano. 4. Ensino Patrimonial. 5. Icoaraci. I. Título.

CDD 370.7

---

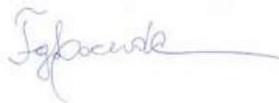
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO DISCENTE  
**WILLIOMAR DE SOUZA PEIXOTO**

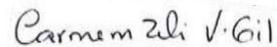
A Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação, presidida pela orientadora Profa. Dra. Sidiana da Consolação Ferreira de Macedo e constituída pelos examinadores Profa. Dra. Franciane Gama Lacerda, Profa. Dra. Carmem Zeli de Vargas Gil, Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos e Profa. Dra. Conceição Maria Rocha de Almeida, reuniu-se no dia 28 de agosto de 2020, às 15:00 horas, através de videoconferência na Plataforma Google Meet, para avaliar a Defesa de Dissertação do mestrando **WILLIOMAR DE SOUZA PEIXOTO** intitulada: "A CIDADE ENTRE MEMÓRIAS E FOTOGRAFIAS UMA PRÁTICA DE ENSINO PATRIMONIAL NAS AULAS DE HISTÓRIA. ICOARACI- PA." Após explanação do mestrando e sua arguição pela Comissão Examinadora, a dissertação foi avaliada depois que todos os presentes se retiraram. Desta apreciação, a Comissão Examinadora retirou os seguintes argumentos: 1) que a dissertação atendeu prontamente a todas as recomendações feitas à época do exame de qualificação; 2) que o mestrando respondeu com propriedade a todas as indagações e questionamentos da Banca; 3) que o mestrando construiu argumentos coerentes, dentro de uma escrita que guarda um estilo e clareza a serem exaltados; 4) e que por todos estes aspectos a dissertação foi APROVADO, com conceito EXCELENTE pela Comissão, de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Curso.



Profa. Dra. Sidiana da Consolação Ferreira de Macedo  
Orientadora



Profa. Dra. Franciane Gama Lacerda  
Membro da Banca / PPHIST/UFPA



Profa. Dra. Carmem Zeli de Vargas Gil  
Membro da Banca / PROFHISTÓRIA/UFPGS



Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos  
Membro da Banca / PPGEH/UFPA



Profa. Dra. Conceição Maria Rocha de Almeida  
Membro da Banca / PPGEH/UFPA

Para três mulheres  
fundantes; minha esposa,  
minha irmã e nossa mãe.

*“Eu lembro bem do antigo matadouro, lá na beira-rio. Meu pai trabalhou lá muitos anos. Toda tarde quando eu chegava da escola, minha mãe me mandava entregar o almoço do papai, eu levava uma panela enrolada em um pano de prato, toda vez que estava chegando no portão dava pra sentir o cheiro da fumaça que o trem tinha deixado depois de passar pela estrada, né?”*

José de Ribamar, 81 anos

## AGRADECIMENTOS

A vivência acadêmica pode ser mais difícil do que imaginamos, contudo, desde jovem, no instante em que abri aquele primeiro livro de filosofia fora da escola, tive certeza que um dos caminhos que iria trilhar seria o da academia. Entretanto, a busca pelo acesso à universidade por um jovem de família humilde nunca é fácil. Filho de pais de origem nordestina, trabalhadores tão ocupados a vida inteira na labuta para criar sua prole, que nunca tiveram o conhecimento necessário para orientar os filhos para um futuro na universidade. Por sorte, tive amigos aos quais devo muito sua influência positiva sobre este aspecto, e que dividiram comigo as práticas da leitura e da escrita desde cedo. Além de minha irmã, a primeira a estudar numa universidade, mesmo que particular, tendo de trabalhar de forma extenuante para manter seus estudos. Minha irmã, Irna acabou sendo meu maior mote de referencial para vencer as dificuldades inerentes à minha condição sócio econômica. Quando consegui acesso à universidade foi um momento maravilhoso, o primeiro de quatro filhos a entrar no ensino superior público, e devo esse momento à minha irmã. Nesse sentido, gostaria de enfatizar, também, o quão grato sou à universidade pública e aos mestres que passaram por minha vida, e que tanto me inspiraram a continuar. Hoje aquela inspiração se materializa na forma desta dissertação.

Gostaria de salientar a importância e orgulho de ter ao meu lado nessa árdua missão que é o mestrado, a minha orientadora Prof. Dra. Sidiana Macêdo, que muito carinhosamente me cedeu seus conhecimentos e bagagem intelectual para a realização dessa pesquisa. Desde cedo foi uma forte incentivadora deste tema de pesquisa e sempre me lembrando da importância desta para a construção acerca do conhecimento em ensino de História. Sem esta paciente e certa orientação, nada teria sido da forma como se deu aqui.

Agradeço aos meus irmãos Gil e Will, meu pai, Riomar, e sobretudo a minha mãe, Dona Zilda, por tanto me apontar o que se deve ou não fazer na vida, e por todo seu amor e cuidado comigo, me ensinando que não importa o quão diferente você possa ser, você deve se amar e respeitar a si e aos outros. Quando decidi seguir o caminho da licenciatura, também foi para lhe orgulhar, pois sei o quanto ela respeita tal profissão.

Em meio a tanta gratidão, as palavras serão insuficientes para expressar o quão privilegiado eu sou por ter ao meu lado uma mulher tão especial, forte, inteligente e inspiradora como é minha esposa, Natália Dóris. A principal responsável por eu estar aqui escrevendo estes agradecimentos que antecedem minha dissertação. Sem seu impulso de me mover, jamais teria

acreditado ser possível cursar o mestrado. Agradeço por sua paciência, seus esforços em dobro e sua complacência durante estes dois anos.

Esta pesquisa não teria sido possível sem a ajuda dos meus alunos do 9º ano do colégio Interativo, os quais aceitaram e se dedicaram tão fortemente em nossa empreitada de resgatar a memória de Icoaraci. A forma como estes alunos e alunas cederam suas sensibilidades ao projeto foi de suma importância. Agradeço também à Dona Idal e Jamille Cordeiro, bem como a coordenação e funcionários do colégio Interativo, por acreditarem em nosso projeto de intervenção, e na possibilidade de se pensar o ensino de maneira diferente, valorizando o aluno enquanto protagonista nesse processo de construção do conhecimento e enfatizando o professor no papel de pesquisador.

Por último, mas, não menos importante, agradecemos a todas as pessoas que nos gentilmente cederam suas entrevistas. Professores, funcionários e moradores de Icoaraci.

Este trabalho é dedicado à memória de cada um dos sujeitos entrevistados que nos brindaram com suas lembranças de uma Icoaraci de outrora, e que infelizmente nos deixaram, vitimados pela pandemia a qual hoje enfrentamos, demonstrando, assim, a urgência pela valorização das pessoas mais velhas, e de como se pode construir o pensamento histórico com as experiências vividas de pessoas simples do lugar. Um brinde às suas memórias.

## RESUMO

Essa dissertação carrega como tema principal o diálogo entre a Educação Patrimonial e a História local no ensino de História no intuito de contribuir para a pesquisa científica acerca da didática da História. Ela busca caminhos que possam levar os discentes a um conhecimento histórico, de fato, significativo. Para isto, direcionou-se em demonstrar a importância do trato por parte do ensino de História com temas de história local e patrimônio, haja vista, a importante ligação que estes guardam com a perspectiva do desenvolvimento das identidades e do sentimento de pertença dos alunos. Por meio de um projeto de intervenção realizado com alunos do 9º ano do Colégio Interativo, no distrito de Icoaraci (Belém-PA), apresentamos uma sequência didática dentro destes campos de pesquisa acima citados. Nesse sentido, foram utilizadas principalmente fontes orais, oriundas da produção de memórias de parte dos moradores do distrito de Icoaraci, e consecutivamente o registro de imagens fotográficas dos espaços e práticas elencados nestes relatos de memória. Tal prática objetivou colocar o aluno como protagonista da pesquisa, propiciando-lhe apreender um passado de seu lugar que para ele antes estava silenciado, o ajudando a obter noções de um tempo repleto de rupturas e permanências no presente. A produção é um meio de ampliação do debate sobre o ensino patrimonial, e da pesquisa em ensino de História a partir dos usos dos diferentes espaços de memória como fonte de análise. O trabalho sugere ainda o debate existente sobre as definições e usos dos patrimônios culturais, suas finalidades e a quais projetos de sociedade eles atendem. O resultado material desse projeto configura-se num produto em formato de sequência didática, sistematizando a proposta de ensino patrimonial aqui realizada, tendo como alvo principal professores da rede básica de ensino, bem como o acervo de imagens produzidas pelos alunos, além do próprio banco de dados que organiza os apontamentos sobre lugares, costumes, práticas locais oriundas da memória dos mais velhos e dos alunos.

**Palavras chaves:** Ensino de História; Memória; História Local; Paisagem Cultural; Educação Patrimonial; Icoaraci.

## ABSTRACT

This dissertation has as main theme the dialogue between Heritage Education and local History in the teaching of History in order to contribute to scientific research on the didactics of History. It seeks paths that can lead students to historical knowledge, in fact, meaningful. To this end, it aimed to demonstrate the importance of the treatment of history teaching with themes of local history, and heritage, considering the important connection that they have with the perspective of the development of the students' identities and sense of belonging, suggesting to present a didactic sequence within these research fields mentioned above. In this sense, mainly oral sources were used, derived from the survey of memories of part of the residents of the district of Icoaraci, and consecutively the recording of photographic images of the spaces and practices listed in these reports of memory. Such practice aimed to place the student as the protagonist of the research, enabling them to apprehend a past from their place that for them was previously silenced, helping them to gain notions of a time full of ruptures and permanences in the present. The production is a means of expanding the debate on heritage teaching, and of research in teaching history from the uses of different memory spaces as a source of analysis. The work suggests the existing debate about the definitions and uses of cultural heritage, their purposes and what projects of society they serve. The material result of this project is configured in a product in a booklet format, systematizing the didactic proposal in heritage teaching carried out here, having as main target teachers of the basic education network, as well as the collection of images produced by the students, in addition to the bank itself of data that organizes the notes on places, customs, local practices from the memory of the elders and students.

**Keywords:** History teaching; Memory; Local History; Cultural Landscape; Heritage Education; Icoaraci.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da região metropolitana de Belém .....	26
Figura 2 - Perspectiva frontal do antigo Chalé Senador José Porfírio, revelando seu estado de abandono.....	46
Figura 3 - Antigo chalé na altura da Rua Siqueira Mendes (orla) esquina com Tv. Pimenta Bueno, ocupado hoje pelo estabelecimento Peixaria Chalé 100 .....	68
Figura 4 - Trabalhador da área do trapiche, flagrado por aluno em visitação. ....	70
Figura 5 - Carro de venda de frutas no trapiche de Icoaraci.....	71
Figura 6 - Frutas diversas e uma antiga balança em uma banca no mercado municipal.....	72
Figura 7 - Trabalhador desembarcando abacaxis no trapiche de Icoaraci.....	74
Figura 8 - Camarões secando ao sol, ao fundo os carrinhos de venda de salgados.....	74
Figura 9 - Balaios de Açaí no trapiche. ....	75
Figura 10 - Perspectiva da praça matriz de Icoaraci. Ao fundo a Igreja de Nossa Senhora das graças. ....	91
Figura 11 - Outro �ngulo da praça matriz, tendo como fundo a Igreja matriz e moradores praticando esporte.....	92
Figura 12 - Vapor ancorado no antigo trapiche da Vila do Pinheiro, 1931.....	119
Figura 13 - Estrada de ferro Belém Bragança com uma locomotiva partindo em dire�o ao entroncamento. ....	120
Figura 14 - Perspectiva do antigo ramal do Pinheiro em um de seus pontos de parada na década de 60 .....	120
Figura 15 - Antigo braço ferroviário do porto de carvão do pinheiro. 1908. ....	122
Figura 16 -: Imagem de sate�lite apresentando a ilha de Outeiro, furo do maguari e parte de Icoaraci. A linha branca demonstra a rota de navegabilidade do furo do maguari. ....	125
Figura 17 - Destaque da ponta do Cruzeiro na atual orla de Icoaraci, onde os portugueses teriam aportado no séc. XVII e nomeado como ponta do mel. ....	126
Figura 18 - �rea aproximada do que seria a fazenda Pinheiro no Séc. XVIII. ....	128
Figura 19 - Vista do pontão do Cruzeiro e do antigo trapiche da vila do Pinheiro. Provavelmente nas primeiras décadas do século XX. ....	133
Figura 20 - Vista da baía do Guajará em dire�o as ilhas. Detalhe para um homem uma mulher e duas crianças compondo a imagem. ....	133
Figura 21 - Antiga ponte de desembarque da Vila do Pinheiro. Ao fundo; vista da Primeira Rua e da torre da Igreja de São João Batista e Nossa Senhora das Graças. 1906.....	134

Figura 22 - Vista da orla do Pinheiro, paralela à primeira rua, à esquerda a Baía do Guajará. 1906. ....	134
Figura 23 - – Recorte do Jornal O estado do Pará sobre os costumes em banhar-se nas águas da baía do Guajará à frente da Vila do Pinheiro, com detalhe para a crítica feita aos indivíduos que banhavam-se em completa nudez. ....	137
Figura 24 - recortes do Jornal O estado do Pará com informes sobre horários de saídas dos vapores em direção ao Pinheiro, e suas respectivas paradas no caminho .....	138
Figura 25 - Recortes do jornal o Estado do Pará sobre horários de vapores em direção à vila .....	138
Figura 26 - Recortes do jornal o Estado do Pará sobre o aumento da oferta de viagens nas locomotivas pelo ramal do Pinheiro devido à festividade de Santo Antônio na localidade...	139
Figura 27 - Mapa ferroviário da EFB, de Palma Munis de 1908. ....	140
Figura 28 - Antigo trilho do ramal do Pinheiro desencavado durante as obras do BRT.....	140
Figura 29 - Antiga fachada da estação de trem do Pinheiro.....	142
Figura 30 - Registro da Estação de trem e do comércio ao seu redor. Provavelmente durante década de 1970. ....	142
Figura 31 - Perspectivas do Chalé Tavares Cardoso e de seu lago artificial. 1906.....	144
Figura 32 - Antigo lago artificial na propriedade do livreiro português Eduardo Tavares Cardoso na Vila do Pinheiro. 1910.....	145
Figura 33 - Habilitação consular de Eduardo Tavares Cardoso – 1868. ....	147
Figura 34 - Recorte da Página 338 do relatório da Intendência Municipal de 1903 .....	148
Figura 35 - Parada de Bondes em Mosqueiro às margens da praia do chapéu Virado - Década de 1920 .....	148
Figura 36 - Antiga estação de trem da Vila do Pinheiro em imagem realizada antes da sua restauração.....	149
Figura 37 - Recorte do relatório de 1903, sobre serviço de iluminação a gás na Vila, e a reconstrução da ponte em frente ao Chalé Tavares Cardoso.....	150
Figura 38 - Antiga ponte na altura da rua Siqueira Mendes.....	150
Figura 39- Recorte de jornal noticiando a visita de acadêmicos amazonenses à Vila do Pinheiro, sendo recebidos no casa do então senador José Porfírio, para suntuoso almoço com cardápio que revela a busca pelo requinte ligado à Europa. ....	151
Figura 40 - Chalé Senador José Porfírio - 1912. ....	152
Figura 41 - Recorte de nota informativa sobre a visita à Vila do Pinheiro para doação de esmolos. ....	153

Figura 42 - Perspectiva frontal da antiga estação de trem, à esquerda vemos parte da praça matriz e alguns moradores locais em suas habituais conversas na esquina, e o vai e vem das bicicletas tão presente em Icoaraci. ....	154
Figura 43 - Antigo ponto de ônibus conhecido por “Clipper” .....	160
Figura 44 - Vista da fachada do prédio principal do antigo curro municipal do Pinheiro em 1935. ....	163
Figura 45 - Vista do antigo ramal ferroviário do curro do Pinheiro na ocasião de sua construção em 1910. ....	164
Figura 46 - Perspectiva a partir dos fundos do Matadouro em direção ao seu trapiche no Furo do Maguari.....	164
Figura 47 - Antigo prédio do Cinema Ipiranga. ....	165
Figura 48 - Foto comparativa do antigo prédio do Cinema Ipiranga .....	166
Figura 49 - Peças de artesanato na feira da orla de Icoaraci.....	170
Figura 50 - Registros da feira de artesanato de Icoaraci.....	170
Figura 51 - Detalhe das bandeirinhas enfeitando as ruas de Icoaraci durante o cívico de Nossa Senhora das Graças.....	171
Figura 52 - Registro de pratos típicos servidos no antigo “o campeão”.....	172
Figura 53 - Antigo chalé que serviu de instalação para o Colégio Coronel Sarmento.....	172
Figura 54 - Atual prédio do Colégio Coronel Sarmento. ....	173
Figura 55 - Uma das bandeiras de açaí espalhadas pelas ruas de Icoaraci capturada na imagem de um dos alunos. ....	173
Figura 56 - Esquema lógico do processo de construção de novos patrimônios. ....	174
Figura 57 - O "cristo da orla" em uma perspectiva inusitada pelo olhar de uma aluna. ....	177
Figura 58 - Vista a partir da orla do Cruzeiro.....	179
Figura 59 - Vista em direção à praia do Cruzeiro, jovens compondo o cenário. ....	179

### **LISTA DE QUADROS**

Quadro - 1 Planejamento das Aulas-oficinas – De Março a junho de 2018 (1ª Fase).....	109
Quadro - 2 Modelo de questionário usado pelos alunos durante as entrevistas com os moradores. ....	158
Quadro - 3 Lugares frequentados na juventude, e número de vezes citados. Total de entrevistados; 24 pessoas.....	162

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Dados quantitativos dos alunos participantes.....	107
Tabela 2: Disciplinas favoritas entre os alunos .....	107
Tabela 3: Aspectos dos entrevistados.....	157

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Lugares frequentados .....	162
Gráfico 2 - Lugares citados pelos mais velhos durante as entrevistas como representativos de Icoaraci. ....	167
Gráfico 3 - Respostas dos alunos sobre os lugares representativos de Icoaraci.....	168
Gráfico 4 - Resultado inerente à pergunta de número 13 do questionário semiestruturado...	169

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2 ICOARACI COMO LUGAR DE MEMÓRIA.....</b>	<b>24</b>
2.1 - Ensino Patrimonial; um campo em construção .....	33
2.1.1 - <i>Por uma ressignificação do patrimônio</i> .....	39
2.2 - Rememorar: Diálogos sobre Memória no Ensino de História .....	43
2.3 - A questão das identidades e o ensino de História .....	56
2.4 - Alimentação como referencial identitário .....	63
2.4.1 - <i>Do açaí e da farinha: Sobre construções históricas de hábitos alimentares em Icoaraci</i> .....	75
2.5 - Ensino de História e noções sobre o tempo .....	82
<b>3 ENSINO PATRIMONIAL A PARTIR DA HISTÓRIA LOCAL DE ICOARACI: A PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>94</b>
3.1 - Apontamentos acerca do aspecto social dentro da sequência didática .....	96
3.2 - Experiências em prol de uma sequência didática .....	100
3.2.1 - <i>Aulas oficinas</i> .....	102
3.2.2 - <i>Fases da sequência didática</i> .....	108
3.2.3 - <i>Fontes Históricas como auxílio nas aulas de história</i> .....	117
3.3 - Entrevistas, memórias locais e a consolidação de um banco de dados .....	155
3.3.1 - <i>O Banco de dados</i> .....	163
3.4 – Representações visuais dos espaços de Icoaraci pelas telas dos Smartphones dos alunos .....	176
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>185</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>191</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>192</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>201</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os Lugares de memória nascem e vivem ao sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados [...] E se em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória (NORA, 1993, P. 12).

A memória como fenômeno social apresenta-se como algo construído de maneira coletiva, e caracterizada por constantes mutações, recriações e objetivos diversos. A construção dessas memórias ganha grande contribuição com o que fora pensando e citado acima por Nora (1993). Os lugares de memória são mecanismos que iluminam certas memórias por vezes apagadas e (ou) silenciadas<sup>1</sup>, quando destacados pela memória coletiva acabam por edificarem-se em algo fundamental na construção e assimilação dos indivíduos perante as realidades que habitam.

Esta pesquisa em ensino de história buscou trabalhar com os alunos a prática da análise de Icoaraci como lugar de memória, a partir da curiosidade dos alunos e alunas de uma turma de nono ano do colégio Interativo sobre o próprio lugar em que vivem, estudam e desenvolvem suas sociabilidades. Desse modo, buscamos observar junto ao discentes os aspectos do lugar, por meio de suas ruas, seus antigos casarões, seus tradicionais estabelecimentos comerciais, as peculiaridades naturais, suas feiras, praças e demais lugares de sociabilidade, dos costumes e tradições de um lugar que apesar de compor a região metropolitana de Belém, guarda suas especificidades enquanto vila que repousa às margens da baía do Guajará.

Por meio do acesso às memórias dos moradores, almejamos compor uma narrativa do passado de Icoaraci em conjunto com os alunos. O contato com as memórias locais visou proporcionar um leque de experiências diferentes das que os alunos possuíam atualmente, podendo ampliar suas perspectivas sobre o espaço e a história do distrito, elencando e resgatando as suas peculiaridades.

Neste sentido, podemos exemplificar um potencial do trabalho com as memórias icoaracienses ao visitarmos as palavras do memorialista Alfredo Oliveira em sua obra Belém, Belém. (2015, p.47 – 48)

---

<sup>1</sup> Ver: POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2. N°3. 1989. p. 3-15.

A máquina puxando apenas um ou dois vagões de passageiros, arquejava furando à tardinha no seu vagar enervante em direção ao Pinheiro. Papai fazia baldeação no Entroncamento. Desembarcado do trem de Bragança permanecia à espera, na plataforma. Trocávamos alegres acenos assim que um descobria o outro.

O fim de semana, afinal, corria divertido em casa de Tia Ernestina, chalé gostoso, avarandado, na esquina da quarta rua, onde mamãe se hospedara. O Pinheiro ganhou nome novo – Icoaraci. Poucos se acostumaram logo com a mudança. [...] O pinheiro recendendo a postas de filhote frito, dos pãezinhos quentes de seu Benjamin, do minúsculo circo de Pindoba, das olarias onde a argila tomava mil e uma formas.

As palavras de Alfredo Oliveira descortinam uma Icoaraci de outrora, com suas peculiaridades provincianas e tradicionais de um mundo, em geral, alheio aos alunos locais no presente. São diferenças existenciais entre gerações diversas e esta é a diferença que faz pulsar esta pesquisa, sobretudo, ao tratar de uma prática em ensino patrimonial.

Podemos observar por meio das reminiscências acima, as potencialidades da história local e da educação patrimonial, haja vista, o papel do ensino de História em contribuir para desenvolver a formação intelectual, fortalecer os laços de identidade com o presente e com gerações passadas, bem como, orientar as atitudes do aluno como cidadão do mundo contemporâneo, que possa gozar desta cidadania. Participando social, política e criticamente da realidade em que está inserido.

A priori, tais nuances elencadas acerca do lugar, guardam relevância no processo de construção e desenvolvimento da identidade dos sujeitos que ali habitam, constroem o espaço, mas também sofrem influências em relação a si próprios.

O trabalho se propôs em analisar o desenvolvimento dos alunos do 9º do Colégio Interativo situado no distrito de Icoaraci, em Belém, ao longo de uma sequência de oficinas onde foram debatidos temas como identidade, memória, patrimônio e história local, além do uso de iconografias antigas e cartões postais. Tudo isso esteve atrelado à etapas que envolveram noções básicas de fotografia priorizando o uso dos smartphones dos alunos, onde aprenderam técnicas de composição de imagens, e princípios básicos de artes visuais, como os elementos que compõe uma imagem.

Um dos objetivos é que eles pudessem, num primeiro momento, discutir história local, identidade e memória, por meio do trato com relatos de memória dos moradores e parentes mais velhos, através da coleta de entrevistas<sup>2</sup>. Em outro momento, se deu a ocupação dos espaços de

---

<sup>2</sup> Esta etapa do projeto realizada mediante a utilização do questionário, bem como os dados colhidos e os caminhos adotados estão descritos no capítulo destinado ao tema.

Icoaraci para a produção de imagens, registros fotográficos dos lugares e costumes locais, que serviram como uma produção textual não escrita.

As entrevistas baseiam-se em perguntas que busquem resgatar do arcabouço da memória desses sujeitos, os locais frequentados na infância e juventude, escola onde estudaram, as práticas realizadas ao longo de suas mocidades, os lugares que para eles simbolizam Icoaraci, que sirvam como referências de uma identidade local. Aqui trazemos o exemplo de Maria R. de 68 anos, avó de um dos alunos que realizara a entrevista a partir do questionário. Quando convidada à falar um pouco de sua infância em Icoaraci, ela respondeu: “*eu tive uma infância muito boa, fui nascida e criada em Icoaraci. Eu brincava de roda, de macaca, de pira se esconde, tomava banho na praia do cruzeiro. A noite, íamos passear no arraial de Icoaraci, em frente à igreja matriz. Eu adorava estudar, estudei no colégio nossa senhora de Lourdes, e no coronel sarmento!*”.

Diante deste pequeno trecho de uma das entrevistas<sup>3</sup>, podemos perceber a potencialidade do trato com a memória, no sentido de resgatar um enredo histórico de Icoaraci a partir das experiências de vida de pessoas comuns que ajudaram a construir a história do local. O que Sarlo (2007, p. 17) nos aponta como sendo uma guinada necessária da pesquisa histórica para podermos enxergar nas dobras das análises hegemônicas, a valorização das minúcias, apreender as exceções à regra, revelar na vida cotidiana do passado, possíveis interesses não mais presentes no agora.

A instituição de ensino ao qual este projeto de intervenção se estabeleceu trata-se do Centro de Ensino Interativo, que está presente em Icoaraci a quase 25 anos, oferecendo ensino privado nas três etapas; ensino infantil, fundamental e ensino médio para uma parcela da sociedade icoaraciense considerada de classe baixa e média, constatamos essa característica durante os anos em que atuamos como professor de História nesta instituição, conseguindo definir certos padrões de referência do alunado que compõe o corpo discente da escola.

Hoje a instituição conta com cerca de 500 alunos inseridos nas mais variadas realidades sociais e econômicas. Em turmas como 9º ano, identificamos alunos oriundos de escolas públicas que tem sua mensalidade pagas por parentes que não dividem a mesma realidade econômica do aluno, alunos bolsistas, outros com uma realidade econômica familiar mais estável<sup>4</sup>. São diversos universos que representam a pluralidade da localidade em que está inserida a escola. Tratam-se de filhos, netos e sobrinhos de motoristas de ônibus, vigilantes,

---

<sup>3</sup> O quadro com as perguntas contidas no questionário se encontra na seção onde se explica as fases da sequência didática aqui desenvolvida.

<sup>4</sup> Sobre os aspectos sócio econômicos dos alunos, estes serão melhor detalhados no segundo capítulo.

professores, servidores públicos, aposentados, pequenos empreendedores do bairro, pescadores, padeiros, taxistas, motoristas de aplicativos e desempregados, além de artesãos, e jornaleros.

O projeto de intervenção para esta pesquisa iniciou-se com uma turma de 9º ano composta por 22 alunos e alunas. A faixa etária entre os discentes vai de 13 a 15 anos. Todos os alunos concordaram em participar do projeto, no entanto obtivemos algumas ausências mais constantes, pelo fato das aulas oficinas terem se dado no contra turno.

Independente da realidade social e da condição econômica desses indivíduos e de suas famílias, no decorrer de tantos anos de prática em sala de aula, costumeiramente, percebemos entre as falas de alunos e alunas certa carga de conhecimentos prévios e formulação da visão de mundo influenciadas pela grande mídia de massa. Termos, temas e conteúdos surgem cercados de equívocos, generalizações e preconceitos, sobretudo aqueles tratados comumente na internet, nos chamados, canais de conteúdo, os *Youtubers* cada vez mais tratam de contextos históricos, problemas sociais e características relacionadas a temas atuais em forma de entretenimento, muitas vezes proferindo opiniões pessoais desses *digitais influencers*, que caem aos ouvidos dos alunos como verdades absolutas, devido ao apelo midiático do modelo de informação utilizado por estes canais, ou pela necessidade de atender interesses dos patrocinadores ou financiadores destes canais.

Portanto, não é difícil nos depararmos com falas em debates em sala de aula, que muitas vezes reproduzem preconceitos, generalizações graves ou equívocos relacionados ao conhecimento sociológico e histórico, e a fonte dessas “verdades absolutas”, citada pelos alunos como forma de legitimação destas visões, geralmente é a *Internet*.

Importante ainda, salientar que a presente pesquisa não se desenrolou apenas no âmbito teórico, mas que possui bases nas experiências. Deriva-se de práticas embrionárias realizadas em 2014 na cidade de São Felix do Xingú, sul do estado do Pará, durante uma jornada de oficinas de fotografias pautada na identidade da região do Xingú com jovens de escolas públicas da região, inclusive com vários jovens oriundos de comunidades indígenas. Na ocasião tal projeto fora organizado por uma ONG, e fez parte do programa de ocupação das Praças Ceus, mantidas pelo governo federal.<sup>5</sup> Nesta ocasião, ministramos uma oficina de fotografia com princípios básicos de composição de imagens, no intuito de direcionar o olhar dos alunos para a sua cidade. Como pano de fundo na captação das imagens, visamos tratar da questão das identidades locais na região (muito lembrada pelos conflitos de terra entre os interesses do agronegócio e os povos indígenas tradicionais da região). Os resultados obtidos por meio das

---

<sup>5</sup> A chamada pública selecionou projetos de ocupação de espaços multimídia em dez Centros de Artes e Esportes Unificados pelo Brasil.

imagens mostraram-se positivos no que concerne aos diversos símbolos do espaço físico e social de São Félix que os jovens registraram. Por meio de seus olhares tivemos apontados muito do cotidiano, das práticas, e das paisagens que compõem o lugar, exemplos que vão desde os cavalos montados pelas ruas, as caminhonetes dos fazendeiros, à mãe e filhos indígenas que visitam o núcleo urbano vez ou outra, em busca de alimentos. Retratos que simbolizaram, conforme alguns alunos apontaram, uma realidade repleta de desigualdade existente na cidade, que antes não era vista.

Nesse sentido, apesar da experiência acima vivenciada não tratar-se de um projeto em ensino de História, possibilitou-nos pensar essa pesquisa de mestrado e sua importância no objetivo de expor e construir, consecutivamente, resultados acerca do ensino de História no âmbito do projeto de mestrado, no caso com os jovens de Icoaraci, além de trilhar e descobrir caminhos metodológicos com o intuito de tratar de temas relevantes em relação à formação do discente enquanto sujeito histórico, como indivíduo que desenvolva a criticidade, e detenha autonomia intelectual e auto consciência de si, e de seu lugar no tempo e no espaço em que está inserido. Haja vista, que como nos demonstra Bezerra (2015, p. 43), “pensar o ensino de história implica construir no sujeito a percepção da complexidade das relações sociais presentes no cotidiano e na organização social mais ampla”, motivando assim, indagações acerca do lugar em que está inserido na trama da História, bem como se molda, ou não, sua identidade pessoal em relação ao todo social, e sua dimensão temporal.

Apresentar ao aluno a possibilidade de conhecer Icoaraci como lugar de memória, e como objeto de estudo do seu passado, nos parece caro como uma intervenção na prática de ensino da História, por meio da produção de imagens fotográficas produzidas pelos alunos, e que estes pudessem transitar durante as oficinas, por questões acerca da construção da sua consciência em relação a História, e organizar de maneira coesa a própria base de sua historicidade enquanto ator social e histórico, sendo pautada essa concepção pelo que segundo nos expôs Rüsen (2001, p. 57);

É este o caso quando se entende por consciência histórica a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar intencionalmente sua vida prática no tempo.

A intencionalidade da dissertação em dialogar com o ensino patrimonial de Icoaraci visou, sobretudo, observar de que maneira os jovens articulam com a discussão em história acerca do tempo, haja vista, que a formação do indivíduo sobre a consciência temporal de sua existência é condição mister para o pleno desenvolvimento do sujeito, onde compreender que tudo tem história e um determinado tempo, pode auxiliar nas suas ações em relação ao seu

tempo de vivência, no âmbito prático de sua vida, o que Rüsen (2001) nos apresenta como “A consciência histórica é, assim, o modo pelo qual a relação dinâmica entre experiência do tempo e intenção no tempo se realiza no processo da vida humana”.

Nesse sentido, o autor nos aponta ainda, esta consciência histórica presente no cotidiano, como necessária para a própria condição do conhecimento histórico como um elemento cognitivo do homem, na qual surge a auto identidade. Em suma, o trato com a ideia de tempo e de construção histórica pode até existir para os indivíduos por diversas fontes de absorção de cultura, no entanto torna-se necessário tomar-se dessa consciência histórica, que também pode ser compreendida como “a realidade a partir da qual se pode entender o que a história é, como ciência, e porque é necessária.” (RÜSEN, 2001, p.56). Sendo este o papel fundante da didática histórica.

É de nosso domínio que o ensino da História sempre foi lugar de disputas, e que assume funções distintas em diferentes contextos históricos<sup>6</sup>, desse modo, nos parece impossível falar de uma pesquisa em educação patrimonial e em memória sem levar em consideração ainda a questão da cidadania. Sendo a educação patrimonial um direito do cidadão, o acesso aos bens culturais e à plena apropriação de conhecimentos oriundos da cultura são partes importantes na construção do cidadão, sejam eles de caráter material, imaterial, ou ambiental.

Nomeadamente sendo este ideal de cidadão fruto de um ensino de história que lhe instrumentalize para o pensamento crítico e reflexivo, em detrimento, por exemplo, ao caráter tecnicista e conteudista que o ensino de História apresentou e ainda teima em apresentar. Essa análise acerca da história como formadora de cidadania, e dos direitos desses cidadãos perante o ensino, aqui será baseada, sobretudo, nos alicerces das construções de identidades plurais<sup>7</sup>, oriundas dos estudos em História local<sup>8</sup>, bem como das pesquisas em ensino de história relacionadas a construção de identidades, podendo ser citada, como exemplo, temos os referências culturais no saber ceramista, já que o artesanato é parte de Icoaraci.

Buscamos, então, a partir do trabalho com os alunos tendo como pano de fundo a história local, aproximar os conceitos de memória e lugar de memória<sup>9</sup>, da realidade dos alunos, e ao mesmo tempo, utilizá-la como ferramenta metodológica para a construção dessa história.

---

<sup>6</sup> Ver: Katia Abud. Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. E Circe Bittencourt. Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História.

<sup>7</sup> Ver: HALL, Stuart. Identidade cultural na pós – modernidade. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

<sup>8</sup> Ver: GOUBERT, Pierre. História Local. Revista Arrabalde – Por Uma História Democrática. Rio de Janeiro. n. 1, maio/ago, 1988. E BERNARD, Lepetit. Sobre a escala na história. In REVEL, Jacques. Jogos de escalas. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1998. P. 77-102

<sup>9</sup> Pretendemos trabalhar durante o projeto de aula oficina com os alunos, o conceito de memória e lugares de memória, a partir da concepção de Pierre Nora, suas adequações críticas, mudanças de posturas e revisões feitas acerca do tema. Sobre tudo no que concerne a relação entre memória, história e tempo presente.

Busca-se fugir da utilização da memória no processo de ensino apenas como meio de mecanizar o aprendizado de uma História reprodutora que simplesmente transfere conceitos, fatos, marcos e frases prontas da academia para a sala de aula.

No entanto, diante desse desafio nos pareceu importante já observar as nuances históricas sobre o próprio tema da memória em relação à formação do ensino em história e educação no Brasil. De maneira breve, vejamos algumas características.

Qual seria a relação da História com a memória, no que concerne à própria construção da História como disciplina no Brasil? Toledo (2004), nos elenca as características da formação da História ensinada, com uma clara importância dentro do ramo das ciências sociais no que concerne a construção de uma memória nacional, a caracterizando como uma História Pátria. Consolidando essa perspectiva a autora nos resume;

Podemos dizer, à guisa de conclusão, que na confluência das análises de Nora & Le Goff, a História do Brasil, em sua gênese e no seu desenvolvimento, nasceu para ser útil à construção de uma memória. Comparativamente ao processo francês, da mesma forma que a História tornava-se um meio importante para dispor da memória nacional. (TOLEDO, 2004, p. 27)

Esta noção de uma memória nacional, tão cara para o IHGB no contexto da formação de uma estado imperial, com sua escolha étnica dentro de um projeto de nação que deveria forjar-se na mistura das três raças dando origem a então raça brasileira. Sobre este aspecto do uso da memória atrelada ao surgimento da História como meio de reprodução desse passado formador da nação, vejamos o que nos coloca Kodama (1998) acerca da escrita da História;

Abordaremos a seguir algumas ideias bastante conhecidas para a escrita de uma história do Brasil de que a memória trata. A primeira delas diz respeito à mescla das três raças como modelo para a história do Brasil. [...] este cruzamento das raças, desconhecido na história antiga, forneceria para o historiador reflexivo “as condições para o aperfeiçoamento das três raças humanas”. Devendo estas “servir-se de meio e de fim”, o que ofereceria “na história da formação brasileira em geral o quadro de uma vida orgânica”. (KODAMA, 1998, p. 13)

Neste aspecto, a História surge como um caminho pedagógico para a difusão desses projetos construtivos das nações no século XIX. Como nos explica a Professora Elza Nadai (1993), não somente no Brasil, mas como na Europa, ideia essa, sintetizada na seguinte frase colhida de Furet; (FURET apud NADAI, 1993, p. 145) “a história é a árvore genealógica das nações europeias e da civilização de que são portadoras.”

Desse modo, percebemos, como a memória e seu uso atrelado à prática da história ensinada, surge genealogicamente com propósitos de construção de uma identidade nacional hegemônica, e assim ela desenvolve-se conforme o contexto político educacional pelo qual o país está passando, um exemplo disso, é o trabalho de Reznik (1998), que desvela os perfis da

história enquanto disciplina no período pós golpe de novembro de 1937 e criação do Estado Novo, se moldando em uma “História Pátria” permeada por orientações como; *tradição, alma católica, brasileira, Trabalho, etc.*

Nesse sentido, as inúmeras obras publicadas acerca da história da disciplina, nos mostram os constantes usos desta, para formação de uma memória pensada dentro dos mecanismos da política. Ou seja, uma engendrada disputa pelos usos da memória.

Acerca disso, Pollak (1989), acrescenta que essa construção da memória coletiva, se mostra várias vezes problemática ao que concerne à própria escrita da história, sobretudo, quando se trata da escolha dos objetos de pesquisa, haja vista, que para o historiador, estes são escolhidos exatamente por permearem em disputas e conflitos entre memórias concorrentes. Isto fica claro quando pensamos, por exemplo, o caso do ensino histórico acerca da ditadura civil-militar no Brasil, tema que nos tempos atuais percebemos ainda uma disputa de memória, onde o ensino de História situa-se no meio desta peleja.

Se para Pollak, a memória habita um lócus de disputas, em texto de 1993 Pierre Nora nos aponta a possibilidade de um desmoronamento central da memória no mundo inteiro (Nora, 1993, p. 7-8), sendo a causa para essa perda, ou desvalorização das memórias tradicionais, o avanço da mundialização, massificação, ou ainda da mediação.

Ao pensarmos sobre a discussão teórica acima, e o trabalho com alunos do nono ano do ensino fundamental, nos parece de fundamental importância levar em consideração tais visões e posicionamentos historiográficos acerca desse conceito que é fundamental para o estudo e construção de uma história local em Icoaraci, bem como indivisível ao pensarmos um caminho para o desenvolvimento ou ampliação da consciência histórica entre os alunos.

Para isso, pretendemos realizar a pesquisa circunscrita no tempo presente, haja vista, que o foco do trabalho, levando em consideração a participação do alunado do Colégio Interativo, se deu exatamente partindo da representatividade do presente e o do espaço do aluno, em detrimento à suas experiências anteriores, e a de pessoas mais velhas, levando como base o que nos orienta Agnes Heller (2004, p.17):

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se ‘em funcionamento’ todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias.

Desse modo, levando em conta o recurso metodológico de oficinas para a construção de imagens que representem essa localidade dentro do aluno, objetivamos valorizar a autonomia do mesmo durante o processo de aprendizagem e construir junto de suas experiências um conhecimento novo acerca da memória, identidade e da história local de Icoaraci, partindo do

ponto de vista dos próprios envolvidos, sendo esta, segundo Zamboni (1993, pág.7), uma das funções centrais da História:

[...] o objetivo fundamental da História no ensino fundamental, é situar o aluno no momento histórico em que vive [...]. O processo de construção da história de vida do aluno, de suas relações sociais, situado em contextos mais amplos, contribui para situá-lo historicamente em sua formação social, a fim de que seu crescimento social e afetivo desenvolva-lhe o sentido de pertencer.

Levando em consideração, o exposto por Rüsen (2001), acerca do foco da didática relacionada ao desenvolvimento da consciência histórica, convidamos os alunos a agirem fora da sala de aula, e consecutivamente, a atuarem em contato com as memórias de moradores de Icoaraci e com oficinas de Fotografia, o que favoreceu a crítica, mudança e (ou) desenvolvimento das ideias dos alunos sobre Memória, Patrimônio Cultural, Identidade e pertencimento, compreendendo os processos históricos e relações com a contemporaneidade, por meio de seu contato com a materialidade dos vestígios e com os inúmeros bens imateriais que permeiam o lugar.

Propõem-se aqui, não apenas influenciar os alunos para que possamos lhes dizer o que é patrimônio cultural e qual sua relação com a memória coletiva do local em questão, bem como criar arestas deterministas que imponham ao indivíduo quais as coisas ou lugares que ele deve valorizar para que assim possa desenvolver e compreender a sua identidade enquanto aluno/morador de Icoaraci, muito pelo contrário, buscamos com o projeto exercitar a autonomia dos participantes para que durante o processo, pudéssemos identificar quais as características do espaço urbano de Icoaraci que os alunos possuem ligação e que lhes representem como habitantes desse espaço e inseridos em sua temporalidade, ao mesmo tempo em que colocamos esses alunos com a autonomia de decidir o que os representam, expondo seus valores já construídos e suas relações pessoais com o espaço, podendo assim, relativizar a ideia de patrimônios históricos, como propõe Marta Gouveia de Oliveira Rovai (2016, p. 9);

Isto significa que a ideia de patrimônio implica não apenas a concepção de posse, mas os sentidos e valores constituídos pelas relações e experiências coletivas. Não cabe ao intelectual decidir, a priori, o que importa preservar para determinado grupo, mas entender o que é patrimônio para seus membros, quem são os sujeitos que partilham seus saberes e afazeres; e como se dão a circulação, a apropriação e o acesso das pessoas àquilo que elas mesmas produziram.

Diante dessa perspectiva, conseguimos repensar os patrimônios de Icoaraci em diálogo com os alunos e alunas, em auxílio com os relatos orais dos mais velhos. Onde os casarões antigos, igrejas e lugares que ligam-se aos tempos de fundação do distrito de Icoaraci enquanto vila, puderam dividir espaço, por exemplo, com tradições e lugares ligadas a tempos mais recentes narrados pelas estórias de vida dos moradores, e sua cultura urbana mais circunscrita

no modo de vida desses alunos (sendo este, o ponto de partida no qual esses alunos puderam compreender seu passado e pensar sua relação com os patrimônios locais).

O contato dos alunos com os patrimônios edificados, como os antigos casarões, Chalés e igrejas do lugar, obviamente nos ajudou a trabalhar contextos históricos mais amplos dentro de temáticas da História, como escravidão e trabalho, colonização e religiosidade, diversidade cultural e processo de aculturação, imigração, transportes, etc. Estas formas de trabalhos com bens patrimoniais imóveis, de “pedra e cal”, já se mostraram efetivos anteriormente, e são de fato importantes, ajudam os alunos a aprenderem os mais diversos contextos de fundação da sua localidade, por meio da prática fora da sala de aula, assim como se dão as visitas em museus, ligados a educação museal. Esta pesquisa também faz uso exatamente desses modelos de práticas em ensino patrimonial. No entanto, apesar destes patrimônios serem de fato, importantes na construção das memórias e no sentimento criado de preservação destes, o foco da proposta aqui, mediante o andamento das entrevistas realizadas com alunos e moradores, passou a ser também o levantamento e organização de lugares, antigas construções não mais existentes, hábitos, pequenos comércios, praças de menor prestígio histórico, mas de grande relevância nas sociabilidades e espaços de menor requinte ou ausente de *glamour*, mas que foram lembrados pelos sujeitos dessa pesquisa. É exatamente nesta relação com as tramas do cotidiano local que buscamos tratar das perspectivas do patrimônio cultural com os discentes, mediante suas atuações que de certo modo se assemelharam didaticamente com as experiências de um historiador ou outro cientista social ao pesquisar um determinado objeto, neste caso foram as memórias locais por meio da oralidade das entrevistas. Estas narrativas partindo de baixo<sup>10</sup>, dos próprios moradores, se contrapõem aos grandes feitos históricos das elites religiosas, políticas ou econômicas do passado, disponibilizando aos alunos por meio das experiências cotidianas uma história eletiva sobre o lugar, oportunizando novas relações com o conceito de patrimônio.

Dessa forma, aquilo que antes não possuía caráter significativo para a memória oficial para transformá-lo em patrimônio, ou lugar de memória que merecesse ser preservado e apreciado em Icoaraci, a partir deste projeto de intervenção, passam a ser historicizados pelos alunos e chancelados pelas memórias das mulheres e homens mais velhos que ajudaram a destacar novas experiências e perspectivas a respeito da história e dos patrimônios locais. Sendo

---

<sup>10</sup> Esta perspectiva de baixo para cima refere-se aos métodos de análise na historiografia que valorizam o sujeito, o comum, o popular, em detrimento aos grandes personagens e as estruturas, que acabam por invisibilizar o sujeito nas narrativas.

assim, poderíamos arriscar dizer que o projeto aqui objetivou tratar do ensino patrimonial para além do entender, preservar e cultivar, mas também, do criar.

Nos parece claro que o trato com a memória é condição mister para esse processo de autonomia dos indivíduos, e consecutivamente para o fomento de uma história local, principalmente quando apreendemos o que fora versado por Circe Bittencourt (2008, p. 168), “a memória é, sem dúvida, aspecto relevante na configuração de uma história local tanto para historiadores quanto para o ensino”.

Acima de tudo, levando em consideração o que expôs Vieira Pinto (1979, Apud Paulo Knauss, 2014, p. 27), acerca da experiência;

Cabe indicar que o fenômeno do conhecimento ocorre a partir da experiência dos homens na relação com o mundo em que vivem. É partir de sua existência, portanto, que os homens constroem sua visão e compreensão do mundo. Isso representa a sua tomada de posição como sujeitos da própria existência, resultado do seu processo de *hominização* demarcando a historicidade da razão.

Entendemos dessa maneira que existam possibilidades da consolidação do conhecimento histórico por meio da inter-relação presente neste trabalho entre oficinas de aprendizagem levando em consideração as artes visuais (fotografias), e a pesquisa em História nos espaços de Icoaraci. Acreditamos que tais caminhos aqui traçados possam oportunizar experiências diferentes, instigantes, reflexivas e porque não, significativas, além de levar os alunos a produzirem referências sobre sua identidade e sua história local, permitindo a eles, produzir conteúdo, relativizando e tendo autonomia para dizer durante o projeto, o que lhes é relevante e o que os representa, ou seja; o que ganhou status de patrimônio em Icoaraci, segundo seus moradores.

Acreditamos que os caminhos que foram traçados no decorrer deste projeto, serão trilhas férteis para produção de conhecimento acerca de metodologias que possam contribuir, para a abordagem, e consecutivamente, o desenvolvimento de conceitos em História que sirvam para formação dos alunos enquanto seres humanos mais críticos, e possuidores de uma visão de mundo mais igualitária e solidária.

## 2 ICOARACI COMO LUGAR DE MEMÓRIA

O atual distrito de Icoaraci, pertencente à região metropolitana de Belém, dista dezoito quilômetros da capital paraense. A origem do nome vem do Tupi - Guarani, já seu significado divide opiniões, para Figueiredo e Piani (1996), a união das palavras Icoara = água, e Ci = mãe, originaria o nome; Mãe de todas as águas. Já no dicionário ilustrado de Tupi-Guarani<sup>11</sup>, a palavra y = Rio somada a Kûarasy = Sol, formaria o termo Sol do Rio. Para além da discussão linguística, temos que concordar que ambas fazem certa referência à Icoaraci. A localização geográfica da vila, cercada de frente pela majestosa baía do Guajará, e ladeada pelos furo do Maguari à direita, e o Furo do Paracuri pela esquerda, facilmente a transformaria em uma mãe cercada de seus filhos rios. E para quem teve o prazer de deleitar-se com o imponente pôr do sol que se deita preguiçosamente todos os dias sobre a baía do Guajará, pintando as águas com matizes de cores cálidas consegue compreender o “Sol do Rio”.

Como distrito administrativo de Belém, até o ano de 2019 Icoaraci contava com cerca de 167.000 habitantes distribuídos entre onze bairros. Entre os logradouros estão Ruas, travessas e passagens. No núcleo urbano central temos as sete ruas principais que se iniciam às margens da baía do Guajará e seguem em direção à Rodovia Augusto Montenegro, todas são cortadas por travessas. São elas; Travessa Siqueira Mendes (1ª Rua), Rua Manoel Barata (2ª Rua), Rua Padre Júlio Maria (3ª Rua), Rua 15 de Agosto (4ª Rua), Rua Coronel Juvêncio Sarmiento (5ª Rua), Rua Santa Izabel (6ª Rua), Rua 2 de Dezembro (7ª Rua) e Rua Oito de maio. Entre as travessas temos: Travessa dos Berredos, Travessa Itaboraí, Travessa Moura Carvalho, Travessa São Roque, Travessa Souza Franco, Travessa Soledade, Travessa Pimenta Bueno, Travessa dos Andradas, Travessa do Cruzeiro e a Avenida Dr. Lopo de Castro.

Entre as escolas do bairro conseguimos levantar o número de 33 escolas estaduais<sup>12</sup>, 8 escolas municipais<sup>13</sup> e 16 escolas particulares que oferecem entre ensino fundamental maior e ensino médio, ou apenas uma dos níveis.

A localidade conta com um IDH de 0,545, bem abaixo da média geral da capital como um todo, que até o ano de 2019 girava em torno de 0,746.<sup>14</sup>

<sup>11</sup> Disponível na internet em <https://www.dicionariotupiguarani.com.br/>. Acesso em 14 de maio 2020.

<sup>12</sup> Segundo relatório interno da Secretaria de educação do estado do Pará de Disponível em: [http://intranet.seduc.pa.gov.br/intranet/sistemas/editais/editais/CHAMADA\\_PUBLICA\\_002\\_2011\\_ANEXO\\_III\\_-\\_RELA%C7%C3O\\_DAS\\_ESCOLAS.pdf](http://intranet.seduc.pa.gov.br/intranet/sistemas/editais/editais/CHAMADA_PUBLICA_002_2011_ANEXO_III_-_RELA%C7%C3O_DAS_ESCOLAS.pdf)

<sup>13</sup> Segundo site da SEMEC/Belém. disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gtEpddaC5cM>. Acesso em 16 de junho de 2020.

<sup>14</sup> IBGE. Índice de Desenvolvimento Humano. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/belem/pesquisa/37/30255>. Acesso em 14 de maio 2020

Entre as bases econômicas de Icoaraci temos um parque industrial que reúne a produção pesqueira, extração de madeira, marcenaria e palmito, além do comércio local sendo representado, sobretudo, pelas feiras, dentre elas, a da rua 8 de maio no Bairro da Campina, grande feira a céu aberto e de maior movimento no distrito, além da feira da Avenida Lopo de castro com a primeira rua, e do mercado municipal. Dentre o mais significativo aspecto econômico de Icoaraci temos o polo de artesanato e sua respectiva feira, além do turismo local, que atrai visitantes, tanto para usufruir de sua rede de restaurantes e bares espalhados ao longo da orla, como pela busca do próprio artesanato.

Icoaraci reserva muitas características próprias. Até hoje, quem frequenta a localidade pode sentir um “clima bucólico” bem peculiar que ainda segue tocando seus moradores mais antigos e seus visitantes. O cenário do distrito de Belém pode ser narrado pelas suas ruas, os antigos casarões, suas igrejas, a orla banhada pelas águas da baía do Guajará, e a venda das peças de artesanato que ainda atraem turistas ao bairro do Paracuri e à feira de artesanato na orla.

Até hoje é comum ouvirmos na fala dos moradores sobre as origens da fundação de Icoaraci que remeteria ao século XVII, quando portugueses usavam tal localização como ponto estratégico de parada durante as investidas adentro das águas da baía do Guajará, chegando a batizarem como “ponta do mel”, haja vista que no ângulo agudo entre o furo e a baía do Guajará foram encontradas colmeias em demasia, o que certamente, era apreciado e valorizado pelos colonizadores<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Guimarães, 1996

Figura 1 - Mapa da região metropolitana de Belém



Fonte: mission net<sup>16</sup>

Ainda no século XVII o senhor Sebastião Gomes de Souza, construiu modesta morada, erguida com taipa no alto do pontão, onde sua família passa a exercer atividades de engenho (Guimarães, 1996). Em 1701, a carta de sesmaria foi requerida por Sebastião Gomes, através do governador da província do Maranhão e Grão-Pará; General Fernão Carrilho, a solicitação foi aceita, e em 1705, a “ponta do mel”, através de concessão real, transforma-se em sesmaria e passa se chamar Fazenda Pinheiro, em uma referência à cidade natal de seu proprietário. As terras delimitadas na carta de data de sesmaria compreendiam-se do igarapé do Paracuri até os limites do furo do Maguari. Segundo Vidal e Malcher (2009), em relação ao limite das sesmarias concedidas especificamente na colônia, tal aspecto era regulado num primeiro momento, baseado naquilo que o beneficiário pudesse abarcar, uma vez que deveria obrigatoriamente cultivar toda a terra recebida. Já em 1698, uma carta régia estipula o limite das sesmarias em duas léguas de extensão, e em 1729, outra provisão vai definir em três léguas de comprimento por uma de largura. O que nos leva a inferir que a fazenda Pinheiro, enquanto

<sup>16</sup> Disponível em: <http://www.mission.net/brazil/belem/>

sesmaria, não possuía mais do que duas léguas no momento de sua fundação. Interessante notar que o surgimento da Vila Pinheiro, está diretamente ligado ao acentuado intento de Portugal em fomentar a ocupação e possibilitar a agricultura da colônia, no intuito de tirar proveito de suas terras.

Durante cinquenta e sete anos sob os cuidados de Sebastião Gomes de Souza a fazenda fora cultivada, e ali nasceram os primeiro fogos de ocupação na região. Segundo Guimarães (1996), no ano de 1762, a fazenda passa ser de propriedade de Antônio Gomes do Amaral, que pouco antes de sua morte a deixa como doação para o convento de nossa senhora do Monte Carmo, em troca seria rezada uma missa todos os anos no aniversário de sua morte. (Guimarães, 1996, p. 17), em 1824 a fazenda fica sob o cuidado dos Frades Carmelitas Calçados, que dividem a fazenda em outras duas, sendo a primeira chamada de São João do Pinheiro, com sua sede estabelecida na ponta do mel. E a outra, Nossa Senhora do Livramento, sendo circunscrita nas margens do Igarapé do Paracurí. Ali os frades Carmelitas, retiravam argila das margens do igarapé para a prática do artesanato. Além da olaria, os religiosos extraíam a pedra laterita, ou “pedra Pará”, usada na fundação e alvenaria de suas instalações, criavam gado e cultivavam a cana de açúcar e canela.<sup>17</sup> Após a posse dos Carmelitas, as duas propriedades juntas chegaram a ocupar uma área de três a quatro léguas<sup>18</sup> de extensão extrapolando os limites do furo do maguari.

Contudo, no período de retirada das ordens religiosas do Pará no Século XIX, os carmelitas vendem a imensa propriedade ao tenente coronel João Antônio Corrêa Bulhão, que deu continuidade ao processo de expansão das terras da fazenda, chegando a ocupar metade da ilha de Caratateua, (Guimarães, 1996). Já em 1838, a herdeira de Bulhão vende toda a área para o governo provincial. O então governador da província, General Francisco D’Andréa, decide por instalar um lazareto na propriedade, e passa tal advento sanitário para a administração da Santa Casa de Misericórdia, que o administra por vinte anos (Guimarães, 1996, p. 18). As atividades profiláticas, e a faina da irmandade religiosa, finda-se pela escassez de recursos e uma dura impossibilidade na manutenção dos enfermos, assim, o lazareto é elidido.

---

<sup>17</sup> Ver: DIAS, Mário Benjamin & SILVA, Maria de Jesus Benjamin da. O distrito de Icoaraci e sua inserção no contexto urbano e regional amazônico. Uruguai (2009) Disponível em; <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/22.pdf>

<sup>18</sup> Segundo Barroca (1992) uma légua vale aproximadamente 5 km de extensão terrestre. Para saber mais; Barroca, M.J. (1992) Medidas-Padrão Medievais Portuguesas, Revista da Faculdade de Letras. História, 2ªa Série, vol. 9, Porto, pp. 53–85.

O governo provincial decide por arrendar em hasta publica a propriedade, assim, em 1862, o alemão Adolfo José Kaufss, firma contrato de arrendamento por nove anos, ao valor de 500\$00 Réis anuais, devendo zelar pela manutenção e desenvolvimento da infraestrutura da fazenda, (Dias; Silva, 2009, p. 3).

Porém, em 1869, diante das condições encontradas pelo patrimônio da fazenda, o governo decide restabelecer a posse, e fica decidido por organizar o povoamento da área. Pelo Decreto Lei de N° 598, de 8 de outubro de 1869, se estabelece o povoado de Santa Izabel. Diante dos trabalhos de demarcação, surgiram nessa ocasião os primeiros lotes e logradouros.

Segundo Ernesto Cruz, (1952), no domingo, 28 de novembro de 1869, O Cônego e então Vice-presidente da província, Manoel José de Siqueira Mendes, foi pessoalmente ao local, seguido de amigos e correligionários, lá, as autoridades acompanharam a demarcação das terras do pinheiro. Vejamos o que nos acrescenta Dias e Silva, acerca disso;

A Lei 598 de 1869 em seu art. 2º determinava que os terrenos fossem medidos previamente, demarcados e arruados, e que fosse reservado o necessário para praças, edifícios e logradouros públicos, os restantes deveriam ser divididos em lotes, nunca menores de dez braças de frente, com cinquenta metros de fundos. Os lotes foram concedidos pelo Governo Provincial a título de aforamento perpétuo aos proprietários a preço de dez réis por braça quadrada, sendo a forma de pagamento realizada através de *laudêmio* (prêmio que o foreiro paga ao senhorio). Ademais, o referido governo orientava que fosse reservado um intervalo de oito braças entre os lotes rurais para *serventia pública*. (DIAS E SILVA, 2009, p. 3)

Ainda na segunda metade do Século XIX, em 1883, a Lei N° 1167, muda o nome do povoado para São João Batista, momento em que se dá a construção da capela homônima. E finalmente, quando já se respirava os ares republicanos pela localidade, muda-se novamente a denominação do local. Obedecendo a lei N° 324 de 1895, o povoado de São João Batista é elevado à categoria de Vila, e finalmente transforma-se em Vila de Pinheiro. A então vila do Pinheiro, ainda teria sua paisagem transformada no decorrer do desenvolvimento econômico da capital e da região norte do país após o surto econômico do comércio da borracha. Vindo a sofrer intervenções estruturais no que se refere às reformas urbanas implantadas pelo então intendente Antônio Lemos, como a implantação de iluminação pública à gás, trilhos para bondes puxados à tração animal<sup>19</sup>, capinação e delimitação de áreas de lazer, nova ponte de desembarque para os vapores que traziam e levavam passageiros e cargas, etc. Este trecho da documentação abaixo podemos exemplificar tais medidas.

---

<sup>19</sup> Tais obras e medidas adotadas pela intendência estão discriminadas nos Relatórios apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo intendente Antonio Lemos nos anos de 1897 – 1902, de 1903, 1905 e 1906.

[...] a criação de novos arrabaldes; o desenvolvimento material e moral dos districtos do interior [...] Lei 42, de 23 de dezembro, dando diversas denominações a praças, ruas e travessas da villa do Pinheiro. (LEMOS, 1897-1902, p. 13-100)

Inevitável pensarmos como estes investimentos em infraestrutura podem ter atraído os ricos de Belém para desfrutar do Pinheiro, o que acabou por favorecer a construções de casarões das famílias tradicionais de Belém à época, entre algumas podemos citar o Chalé da família Tavares Cardoso situado na esquina da Rua Siqueira Mendes, esquina com a Travessa São Roque, e o da família do senador José Porfírio nas atuais Rua Padre Júlio Maria com a Travessa Souza Franco.

A elite da capital buscava a calma e o clima bucólico da vila que se encontrava a alguns minutos de viagem de vapor do porto de Belém, como nos revela a crítica feita pelo periódico A folha do Norte de 1898<sup>20</sup>;

Há dias expressamos aqui as justas reclamações dos habitantes do Pinheiro contra o descuido que ali revelam os funcionários municipaes. Realmente é imperdoável que essa villa tão pitoresca e já muito frequentada como o mais próximo e fácil ponto de repouso á população de Belém. Apresente um tão lastimável aspecto de desleixo nas ruas cheias de matto, nas suas ribanceiras atulhadas de lixo. Há quanto tempo se não capinam e limpam essas ruas? [...]

É exatamente naquele contexto de utilização da Vila do Pinheiro como lugar de descanso ligado à vida com a natureza às margens da baía do Guajará que teremos a construção de boa parte dos antigos casarões ainda presentes na paisagem de Icoaraci. Hoje estes imóveis dividem espaço com as construções do presente, bem como as igrejas locais, as suas ruas, que são frutos da organização urbana do período lealista, como nos deixa explicito o trecho da fala da intendência acima citado, além do mapa em anexo no relatório da intendência de 1905.

Outro aspecto cultural muito relevante quando nos remetemos à Icoaraci é a prática do artesanato que nutre-se até os dias de hoje da argila do rio Paracuri. Importante lembramos que, mesmo podendo resgatar um passado do artesanato ligado às ordens religiosas católicas, como exposto acima, não nos é difícil inferir a influência da prática na região, sobretudo, pelos povos marajoaras, que eram hábeis povos ceramistas. Tal tradição no artesanato é força motriz de boa parte do turismo recorrente nos dias atuais. O bairro do Paracuri é hoje o lugar onde se encontra a maior parte das oficinas dos artesãos, e onde muitos turistas buscam comprar as peças diretamente dos produtores, nas lojas dispostas à frente das oficinas, onde se encontram os melhores preços em relação às demais lojas do distrito, pela ausência dos atravessadores.

---

<sup>20</sup> Disponível em: Hemeroteca Digital Brasileira: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br)

Muitos alunos e moradores entrevistados citaram o artesanato como algo intrínseco à Icoaraci, mesmo não tendo, de fato, consciência do porquê, e como este tipo de produção veio a estar quase que ligada de forma embrionária ao próprio lugar, e de como esta arte pode se revelar como patrimônio imaterial através do saber ceramista.

Ainda no século XIX, Baena<sup>21</sup> (1885) em sua observação da localidade do Pinheiro<sup>22</sup> nos diz respeito à produção de louças e artigos de cerâmica, mencionando uma olaria e uma fábrica de louças de barro, atenta ainda para a qualidade das peças produzidas, a exemplo de bilhas, copos, jarros e pratos. Tais objetos manufaturados na vila eram comercializados entre os moradores, assim como nas feiras da capital. Revelando que a atividade, desde os tempos dos frades carmelitas, se desenvolvera continuamente, fixando a vila como um dos polos de referência na produção de cerâmica. Dessa forma, podemos perceber a riqueza histórica e cultural do distrito de Icoaraci, e a presença de vestígios históricos em vários espaços, práticas e costumes. Sua riqueza patrimonial se lança aos olhos daqueles que arriscam-se a contemplar a aprazível “vila sorriso”, como é conhecida pelos moradores.

No entanto, após quase cinco anos atuando como professor de História no ensino básico em escolas particulares do distrito, e como voluntário de projetos educacionais em escolas públicas, conseguimos perceber que esta história, os significados dos lugares, as riquezas e multiplicidades de seu processo de construção como distrito e os diversos atores envolvidos para criar as mais diferentes características dessa Icoaraci do presente, de modo geral são desconhecidos dos alunos.

Durante os anos em que atuamos no projeto voluntário nas escolas públicas, com os alunos do bairro do Paracuri, abordamos o tema do pertencimento e da auto identificação desses jovens por meio da utilização da fotografia. A possibilidade de entregar aos alunos e alunas algumas câmeras fotográficas e a liberdade de se expressarem por meio das lentes, apontando aquilo que para eles era belo, curioso, ou importante nos lugares comuns do bairro, se mostrou poderoso como meio de ampliação do protagonismo entre os participantes. Um simples monte de lixo depositado no canto da rua, uma árvore cortada na frente da escola, a padaria de paredes sem reboco, os portões e as grades que cercam a escola, tudo aquilo que era possivelmente feio,

---

<sup>21</sup> BAENA, Manoel. Informações sobre as comarcas da província do Pará: organizadas em virtude do aviso circular do ministério da justiça de 20 de set. de 1883. Pará: typ. F. da costa Junior, 1885, 68p. (p.27)

<sup>22</sup> Segundo Guimarães, a denominação Icoaraci surge apenas em 1943, durante a intervenção de Magalhães Barata. Júnior Guimarães. Icoaraci. A monografia do megadistrito. Gráfica Belém. 1996.

desagradável ou desmotivador, ganhou luz, destaque e beleza nas fotografias dos jovens moradores do Paracuri.

No período que desenvolvemos tal intervenção na escola, obtivemos excelentes resultados. Reunidas a cada término do ano letivo em uma culminância, a exposição das imagens impressas selecionadas pelos alunos foram colocadas em murais na frente da escola. Ver os rostos daqueles jovens, que antes eram notados pela escola, sobretudo, por experiências negativas em suas vidas escolares, e naquele momento posavam orgulhosos ao lado das suas imagens, seguros, e convictos que fizeram algo importante tanto para si, como para a escola e pro lugar onde viviam, nos mostrou o potencial que essa abordagem teria no ensino de História<sup>23</sup>.

Quando tentamos abordar essas características históricas locais em nossas aulas, quase sempre esbarramos em dificuldades como a obrigatoriedade de acabar um conteúdo alheio à estas realidades. Uma verdadeira corrida contra o tempo. E quando logramos tratar do tema com os alunos, muitas vezes percebemos desmotivação e falta de interesse nos temas ligados ao patrimônio cultural local, ou a própria história local.

Autores como Paulo Knauss (2014), Mário Carretero, Margarita Limón (1997) e Circe Bittencourt (2004) Nos ajudam a compreender as dificuldades relacionadas ao ensino de História em vários níveis da educação formal, seja no ensino infantil, fundamental ou médio, contudo, um aspecto dessas dificuldades ganha destaque no trabalho desses autores, e está relacionado ao interesse dos alunos durante as aulas. É lugar comum hoje nas pesquisas em educação, bem como em ensino de História o entendimento da necessidade de ligar os conteúdos ensinados à realidades dos alunos e alunas. Buscar munir-se do cotidiano e do local para que o educando tenha uma aprendizagem mais proveitosa, e estimulante ao relacionar seus conhecimentos prévios aos conceitos e contextos históricos ensinados. Porém, em nosso entendimento, isto não se torna o bastante, sobretudo, devido à dificuldade de nem sempre ser possível relacionar aquilo que se deve ensinar conforme os currículos, com o que se tem pesquisado em história local onde o aluno vive, apesar de ser um boa ferramenta, haja vista que este caminho, sem dúvida, ajuda o discente a desenvolver interesses pelos temas estudados.

---

<sup>23</sup> Sobretudo, quando pensamos o que escreveu CERTEAU (1998, p. 170), sobre a beleza e a potencialidade dos olhares pormenorizados dos lugares, em sua fala figurativa daquele observador que sobe no topo do World Trade Center para tentar entender a cidade; *O corpo não está mais enlaçado pelas ruas que o fazem rodar e girar [...] Aquele que sobe até lá no alto foge à massa que carrega e tritura em si mesma toda identidade de autores ou espectadores.*

A nível de exemplo; durante minhas aulas em sala de aula antes do desenvolvimento deste projeto, quando abordávamos o processo de desenvolvimento da segunda fase da revolução industrial, com o desenrolar da indústria siderúrgica e do ferro inglês como símbolo da ampliação do capitalismo industrial no mundo, sempre usava-se como documentos de apoio às aulas, imagens do chalé Tavares Cardoso com seu gradil original da época, exatamente aquele ferro inglês trazido de vapor para Belém, e neste caso mais específico, para Icoaraci. Os olhos brilhavam e o entusiasmo tomava conta entre eles em saber aonde estavam aqueles vestígios do passado, da revolução industrial, ali, tão próximo, e antes tão distante exatamente por não entender a história daquela forma.

Contudo, receamos ainda não ser aquele exemplo, o suficiente. Ver a utilização do local e do cotidiano atrelado ao ensino de história poderia apenas incorrer numa vã tentativa de transformar em motivador ao aluno o ensino de História. Nesse sentido concordamos com Circe Bittencourt (2004);

A associação entre cotidiano e história de vida dos alunos possibilita contextualizar essa vivência em uma vida em sociedade e articular a história individual a uma história coletiva. Uma articulação dessa natureza requer concepção de *cotidiano* que não se apresente como mera motivação para o estudo do passado, selecionando as experiências amorosas de reis e rainhas ou o dia-a-dia de pessoas comuns ou famosas pautados por meras descrições curiosas e desligadas do contexto social da existência desses indivíduos. (BITTENCOURT, 2004, p.165)

Partindo desta análise, onde o cotidiano não deva ser usado apenas como mera curiosidade, mas sim, como forma de problematizarmos com os alunos as realidades, contextos históricos e sociais de suas histórias. Para além de uma simples seleção de conteúdos do currículo de História a ser ensinado junto com nuances particulares, almejamos abordar as realidades, multiplicidades, diversidade de sujeitos, paisagens, práticas e sociabilidades do lugar em que habitam como meio de construir bases mais críticas dentro do conhecimento histórico, possibilitando, por meio do contato daquilo que é comum compreender e enxergar a história em cada canto, muro, casa, feira, hábito, e luta empreendida pelos sujeitos para viver e transformar seu lugar<sup>24</sup>.

Diante dessa realidade de distanciamento entre alunos e a riqueza histórica e cultural do lugar onde vivem, nos surgiu a possibilidade de pensar meios que pudessem motivar os alunos da escola em questão a desenvolverem interesses diversos pelo lugar que vivem, e consecutivamente buscar compreendê-lo como espaço cheio de história e rico de uma cultura

---

<sup>24</sup> Sobre esta característica de abordagem em ensino de História iremos nos apoiar em Mario Carretero (1997), entre outros, nos atemos mais detalhadamente nas nuances em capítulos a frente.

local própria e capaz de ajudar a situar melhor as suas realidades, suas permanências materiais nos lugares ao qual estes sujeitos vivem, são transformados e ajudam a transformar. Além disso, busca-se possibilitar a compreensão de processos históricos do lugar e de apontamentos das complexidades e particularidades da história de Icoaraci, além de manter um diálogo com pesquisas historiográficas sobre o local e de como se criam referenciais de identidades locais, bem como o surgimento de patrimônios culturais, proporcionando para os alunos noções que envolvem esta educação patrimonial pautada no ensino de História.

## **2.1 - Ensino Patrimonial; um campo em construção**

O ensino patrimonial não é um campo novo no Brasil, desde a criação do Iphan, o instituto demonstra em suas publicações a preocupação relacionada ao ensino patrimonial. Nos anos da década de 30, segundo Sônia Regina Rampim Florêncio (2015) durante o desenvolvimento do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional já se percebia um direcionamento no intuito de enxergar os museus como espaço de ensino. Partir de 1960 o caráter do que seria considerado à época o patrimônio artístico e histórico, só poderia ser preservado por meio de uma educação popular<sup>25</sup>.

No entanto, é somente no anos 70 que Oliveira (2011) identifica um maior aprofundamento sobre o debate do ensino patrimonial, e o princípio de uma nova compreensão, que enxergaria a população não mais apenas como público alvo do que se produz como patrimônio, mas, passa a ser vista como a guardiã dos bens patrimoniais, como uma espécie de parceira na missão do órgão institucional na preservação destes bens.

Já nos anos 80, no âmbito da Fundação Nacional Pró-memória e de seu projeto *interação*<sup>26</sup> teríamos uma noção de educação básica relacionada às diferentes nuances da cultura brasileira, sendo assim, um lugar de compreensão do ensino patrimonial ligado à própria realidade de vida dos alunos. É exatamente neste contexto que segundo Florêncio (2015) temos a formulação do termo Educação patrimonial no Brasil, sendo este fenômeno diretamente relacionado às experiências ocorridas na Inglaterra. De maneira geral estas práticas pedagógicas baseavam-se em ações educativas inglesas ligadas ao conceito de Heritage Education, conforme Horta (1999).

---

<sup>25</sup> Acerca da pesquisa sobre a trajetória do Iphan temos a pesquisa realizada por Oliveira (2011).

<sup>26</sup> Segundo Florêncio (2015, p. 22) “O Projeto *Interação* quis associar a prática escolar rotineira e concreta da educação básica à realidade não menos rotineira e concreta de cada contexto cultural, tal como ele existe e se reproduz, para tornar essa realidade mais acentuada.

Para Florêncio (2015), no Brasil, após três décadas daquilo que constituiu o projeto Interação e as noções que a Fundação Nacional Pró-memória trouxe para o campo em questão, teríamos a superação de visões focadas em construções conceituais de patrimônios exclusivamente baseada nos acervos e construções imóveis, leia-se a pedra e cal, para noções mais amplas, baseando-se na necessidade da ideia de diversificação de visões sobre aquilo que torna-se monumento, a exemplo dos espaços sociais e práticas que tornam-se “documentos vivos” (FLORENCIO, 2015, p. 23) passíveis de múltiplas leituras por meio da educação formal e não formal. Assim;

Dessa forma, os bens culturais são considerados como suporte vivo para a construção coletiva do conhecimento, que só pode ser levada a cabo, quando se considera e se incorpora as necessidades e expectativas das comunidades envolvidas por meio de múltiplas estratégias e situações de aprendizagem que devem ser construídas dialogicamente a partir das especificidades locais. (FLORENCIO, 2015, p.23-24).

Mediante esta visão atual, podemos inferir o desenvolvimento necessário acerca do ensino patrimonial, como aquele relacionado ao desenvolvimento social e político daquele povo que tem seus fenômenos culturais percebidos durante as práticas educacionais. Primando por uma construção na educação com bases democráticas e libertadoras, que respeitem as diferenças e as peculiaridades de cada comunidade.

O projeto de intervenção realizado no colégio Interativo baseia-se, sobretudo, numa dinâmica repleta das particularidades e complexidades do ensino patrimonial. Estes caminhos metodológicos pautados no trato pelo aluno daquilo que pode ser considerado como patrimônio local, guarda relação com a história local de Icoaraci. Este tipo de intervenção sem dúvidas abre portas para que os alunos e alunas – e dependendo, claro, se o professor está preparado – por meio dos monumentos dispostos em diversos lugares possam acessar um passado de Icoaraci, relacionado à diversos contextos históricos. Por exemplo, o Chalé Tavares Cardoso<sup>27</sup>, pode servir como ferramenta para se abordar o período do desenvolvimento econômico da borracha na Amazônia, e as consecutivas transformações urbanas e sociais que surgem, inclusive nos arrabaldes da capital, caso da então Vila do Pinheiro, que serviu como balneário para algumas famílias da elite paraense que construíram casarões, chalés e mansões, seguindo as tendências da modernidade e requinte europeu nos fins do século XIX e início do Século XX. Tais parcelas

---

<sup>27</sup> Antigo chalé construído pelo imigrante português Eduardo Tavares Cardoso, proprietário da Livraria Universal, na época uma das maiores e mais requintadas de Belém. Foi erguido entre o final do século XIX e início do século XX na Rua Siqueira Mendes esquina com a atual travessa São roque. Hoje patrimônio tombado pelo Iphan, abriga a biblioteca municipal Avertano Rocha.

de uma elite, digamos mais exclusiva se utilizaram do lugar como espaço de lazer e descanso próximo da capital<sup>28</sup>.

Certamente o ensino patrimonial abre caminhos para, ou ainda, inegavelmente dialogam com a História local,<sup>29</sup> que por sua vez, está ligada à recortes mais específicos dentro de malhas históricas mais abrangentes e a diversos tipos de jogos de escala<sup>30</sup>, no entanto, ao realizarmos este trabalho de pesquisa com os alunos e alunas de Icoaraci, nos perguntamos se o ensino patrimonial, ao trabalhar com os bens patrimoniais, e aquilo que já fora estabelecido como monumentos da localidade, deveria assumir exclusivamente este caráter instrumental, servir como ferramenta na educação histórica? Ou ainda, seria o ensino patrimonial apenas uma metodologia a ser aplicada no intuito de ensinar o reconhecimento e preservação de bens patrimoniais preestabelecidos?

Simone Scifoni (2015) nos alerta para a necessidade de repensarmos o lugar e o papel do ensino patrimonial, para além do mero estabelecimento daquilo que deve ser preservado e repassado para as comunidades de cima para baixo. Segundo a autora;

Isso significa repensar a Educação Patrimonial recusando a postura que a identifica como mera transmissão de informações e conteúdos, como as famosas cartilhas e folhetos informativos que nada mais são do que *produtos* pensados e executados de cima para baixo, muitas vezes nem sequer atendem às demandas locais, mas à visão preconcebida dos técnicos a respeito dos lugares onde atuam. A educação não pode ser vista como *produto* ou como sinônimo de divulgação de informações, mas como um *processo* em que se busca criar uma nova relação entre os moradores e o seu patrimônio (SCIFONI, 2015, p.197-198).

Nesse sentido, temos uma crítica, de modo geral, sobre a concepção do ensino patrimonial promovido pelos órgãos oficiais de preservação, resguardo e identificação do patrimônio no Brasil, no caso, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A autora, nos revela uma preocupação por parte dos profissionais que atuam na área, trata-se da necessidade de criticar o que se tem como estabelecido até hoje no ensino patrimonial no país, muitas vezes circunscrito no ato de ensinar à população aquilo que deve ser valorizado, forma manifestamente discricionária de educação, haja vista, que não leva em consideração os sabres locais ou as construções históricas, sociais, culturais e cotidianas de determinada comunidade com o lugar em questão.

---

<sup>28</sup> Sobre o assunto ver SARGES, SARGES, Maria de Nazaré. Belém: Riquezas produzindo a belle-époque (1870-1912) – 2 ed. Belém, Paka-tatu, 2002.

<sup>29</sup> Ver GOUBERT, Pierre. História Local. Revista Arrabalde – Por Uma História Democrática. Rio de Janeiro. n. 1, maio/ago, 1988.

<sup>30</sup> Ver BERNARD, Lepetit. Sobre a escala na história. In REVEL, Jacques. Jogos de escalas. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1998. P. 77-102

Esta questão sobre o que deve ser constituído como patrimônio, talvez seja o mais importante a ser pensando, sobretudo, quando levamos em conta o que fora pensado por Ana Maria Nogueira Oliveira, acerca da constituição desse patrimônio;

Outro importante aspecto que hoje percebemos na Educação Patrimonial é a visão crítica em relação à constituição do patrimônio. Nas ações educativas, tanto nos museus e centros de cultura quanto nos centros históricos, é importante dar relevância à discussão da constituição desse patrimônio e suas implicações políticas e sociais. Por que determinada produção cultural foi valorizada em detrimento de outra? Quem e em quais circunstâncias essas pessoas fizeram as escolhas do que preservar ou não? (OLIVEIRA, 2017, p. 240)

A importância em questionar os modos de construção dos patrimônios oficiais, guarda relação exatamente pelo caráter muitas vezes elitista e restrito à parcelas dominantes das sociedades. A construção das memórias oficializadas nos lugares, de forma quase unívoca se alicerçam nas memórias das tradicionais famílias, dos grandes políticos, nomes poderosos da igreja. Ou seja, dos ricos e prestigiados historicamente por algum tipo de poder. Isto fica demonstrado, nos nomes de logradouros, praças, e famílias relacionadas aos patrimônios materiais imóveis figurados aos casarões. Neste sentido Os nomes das ruas do distrito de Icoaraci nos servem como exemplo; temos a Rua Siqueira Mendes, Lopo de castro, Cristóvão colombo, Manuel Barata<sup>31</sup>, entre outras. Os casarões, dessa mesma forma, carregam os nomes de seus antigos proprietários; Chalé Tavares Cardoso (Eduardo Tavares Cardoso era rico proprietário da maior livraria e tipografia em Belém, além de investidor em diversas obras e serviços em Belém e na Vila Pinheiro), Outro Imóvel que serve como exemplo é o Chalé Senador José Porfírio (barão da borracha na região, e influente político local).

Icoaraci, além de um lugar repleto de passado ligado às elites belenenses, também é múltiplo quando consideramos os aspectos da comunidade em geral. As memórias dos moradores mais antigos sobre o lugar, pessoas simples, trabalhadores que ao longo do tempo ajudaram a construir e a escrever a história do lugar também devem ser valorizadas. Um dos exemplos é a prática do artesanato no bairro do Paracuri, onde famílias locais sobrevivem da extração da argila das margens do rio Paracuri, beneficiando esse material na produção artesanal de peças de argila, sobretudo com vasos, pratos, jarros com gravuras e ornamentações na temática da cultura marajoara. O que faz com que Icoaraci também seja lembrada e buscada como polo de artesanato.

---

<sup>31</sup> Os nomes se referem a personagens ligados aos meios de domínio político, religioso, ou econômico da região, como exemplo, temos Siqueira Mendes, cônego da sé da cidade de Belém e presidente da província do grão Pará.

Além disso, Esse aspecto visual que se constrói do espaço de Icoaraci ao longo do tempo, e que dentro deste projeto se objetiva utilizar como objeto de pesquisa com os alunos, deve ser pensado conceitualmente. O lugar como espaço de memória, e capaz de construir tão diversos e múltiplos monumentos, deve ser analisado também enquanto construção histórico social. Pois quando falamos em implementar um projeto em ensino patrimonial que leve sobretudo em consideração o lugar, devemos então, pensar que espaço é esse?

Barros (2006) faz uma análise imprescindível sobre este conceito tão caro para a História e seu ensino, que é o espaço. O autor nos coloca completando o pensamento do mestre Bloch;

Contudo, a definição de História, no seu aspecto mais irredutível, deve incluir ainda uma outra coordenada para além do “homem” e do “tempo”. Na verdade, a História é o estudo do Homem no *Tempo* e no *Espaço*. As ações e transformações que afetam aquela vida humana que pode ser historicamente considerada dão-se em um espaço que muitas vezes é um espaço geográfico ou político, e que, sobretudo, sempre e necessariamente constituir-se-á em espaço social. (BARROS, 2006, p.462)

O espaço também pode assumir diversos outros aspectos, como o imaginário, ou espaço virtual como coloca o autor (Barros, 2006), no entanto, aqui nos ateremos inicialmente sobre o aspecto físico e social do termo em questão.

Para melhor abordar essa noção de espacialidade o autor faz uso de conceitos que são tratados e elaborados dentro da área da geografia. Um deles é o de região, segundo Barros (2006), de modo geral, a região seria uma porção de lugar que pode ser delimitada por padrões de sinais ligados, por exemplo à identidades internas daquela região, contudo estes sinais não seriam estanques, estariam em constante mutação justamente pelas especificidades internas de cada região e a comunicação com outras externas. Dessa forma, a região seria uma porção espacial organizada por meio das características internas, tais como, características econômicas, de circulação de bens de consumo, de informações, tipos de práticas e costumes. Ou seja, pode-se definir regiões ou lugares dentro de regiões por diversos critérios, entre eles o cultural.

Nos parece claro, se levarmos em consideração o que fora pensado acima, que Icoaraci está inserida e faz parte de uma região, quiçá a região Amazônica, ou a região do Marajó? Que seja. No entanto, ainda nos parece necessário pensarmos as nuances dessas regiões, ainda segundo Barros (2006, p. 464), uma forma de pontuar estas nuances são as paisagens, sejam estas naturais, com seus emaranhados de rios, ou densos tapetes de florestas húmidas, ou ainda

culturais, com espaços modificados pelos homens no decorrer do tempo, a exemplo das vilas, cidades e ou países, construindo no espaço suas singularidades.

Inserida nas regiões, temos, então, as impressões estéticas observáveis, seriam as paisagens. Contudo, existem diversas maneiras de pensarmos a paisagem. Em seu caráter físico, vejamos o que expressou Barros;

A paisagem pode coincidir com uma “região natural” — conceito que definiremos a seguir — ou pode ser derivada de um padrão cuja singularidade associa-se a um tipo de ocupação agrícola ou organização humana do espaço. Para estes últimos casos, um campo de trigo ou uma cidade de alta densidade demográfica podem ser apontados como exemplos de paisagens que têm elaboradas culturalmente as suas materialidades físicas; (BARROS, 2006, P. 464).

Para o autor, então, teríamos esse aspecto material das paisagens ligados às construções naturais, ou por ações humanas. Dentro desse segundo aspecto teríamos a ocorrência da influência da política na construção e modificação desses lugares, e suas mais diversas formas de estruturação na reordenação da espacialidade material. Mudando as paisagens naturais pelos interesses das forças de poder que se estabelecem nesses lugares, bem como as características físicas citadinas.

No entanto, devemos ainda elencar uma outra importante noção sobre o tema da paisagem, que seria a sua observação, seus modos de percepção e suas representações. Tratando-se aqui este projeto de uma intervenção sobre o espaço de Icoaraci com os alunos e moradores envolvidos, devemos levar em consideração a noção de que uma espacialidade possa carregar diversas formas de recortes, que impõem diferentes dimensões e significados que diferem dos limites físicos compreendidos. Uma paisagem tratada pelos alunos, ou pela memória dos moradores mais velhos de Icoaraci, quando retratadas, registradas pelos alunos, por exemplo, ganham singulares representações espaciais e significações próprias, sobretudo, por tratar-se da abordagem de moradores do local. Sendo assim, os aspectos históricos, sociais e econômicos da construção física do lugar e da confecção na paisagem de Icoaraci fora abordada pelos alunos durante a sequência didática realizada, primeiro nas aulas oficinas, utilizando-se de fotografias antigas de Icoaraci<sup>32</sup>, e posteriormente os alunos e alunas visitaram

---

<sup>32</sup> Sobre o tema ver: MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. *An. mus. paul.*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 133-174, June 2005. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-47142005000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142005000100005&lng=en&nrm=iso)>. access on 27 Oct. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0101-47142005000100005>.

aqueles lugares, além daqueles apontados nas entrevistas com os mais velhos. Tais lugares viraram alvo dos alunos.

Ou seja, os alunos e alunas, mediante o contato vivencial com os lugares de memória, com os monumentos e os possíveis símbolos identitários de Icoaraci, não apenas aprendem a história local, ou sobre os patrimônios locais, mas também, apreendem e criam representações sobre o lugar em que vivem, produzindo novas perspectiva que acabam por historicizar lugares e espaços antes vazios de interpretações e contextualizações. Experiência mister no processo de construção do conhecimento histórico, e de autonomia como sujeitos históricos que se apropriam acerca de suas realidades.

Nesse sentido da discussão entre paisagem e fotografia, o lugar físico, simbolizado e representado, coadunamos com o que pensou o geógrafo Denis Cosgrove (1989), acerca dessa percepção de um lugar múltiplo, e muito mais simbólico. No entanto, esta discussão acerca das representações dos espaços de Icoaraci, pelos alunos participantes, como pelos indivíduos por eles entrevistados, será abordado em um capítulo específico, no intuito de tratarmos os temas de fotografia, imagens, paisagens, e lugares de memória no ensino de História.

### **2.1.1 Por uma ressignificação do patrimônio**

É importante que o os alunos e alunas compreendam noções sobre a construção dos espaços de Icoaraci como oriundo das relações sociais presentes no passado e no presente. Assim como aquilo que é valorizado em termos de preservação da memória local, ou na construção de referências acerca de patrimônio. A compreensão sobre as disputas de interesses sobre o lugar ajuda na percepção de como se constrói tais patrimônios, quem deseja que sejam lembrados e porquê. Dessa forma se objetivou-se matizar entre os alunos noções acerca da construção de patrimônios.

Tal forma de enxergar esse processo didático em ensino patrimonial apoia-se na percepção de espaço trabalhado por Bourdieu (1997). Entendemos, dessa forma, o espaço para além de seu caráter exclusivamente físico, mas também na perspectiva do simbólico. Esta construção simbólica do espaço depende do ponto de vista do observador, e esta característica estaria ligada com a construção cultural de cada um, sobretudo por se tratar o espaço de um campo, sendo assim, está repleto de relações e disputas de poder. Sendo este não somente um cenário (neste caso um cenário vazio para que os alunos fizessem as fotos somente), muito menos um objetivo em si próprio, é necessário que analisemos os agentes e suas estruturas

locais, para aí sim, compreendermos as causas que levaram esses espaços a se tornarem o que são.

Deste modo, isto ajuda a construir uma visão crítica sobre o espaço que vivenciam cada um dos indivíduos. É a ideia de diferenças dentro de cada lugar que ajuda o aluno a entender as construções históricas e as múltiplas nuances em cada canto. Como demonstra Bourdieu (1997);

A ideia de diferença, de separação, está no fundamento da própria noção de espaço, conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definida umas em relação às outras. [...] De maneira mais geral, o espaço de posições sociais se retraduz em um espaço de tomadas de posição pela intermediação do espaço de disposições (ou do *habitus*); ou, em outros termos ao sistema de separação diferenciais, que definem as diferentes posições nos dois sistemas principais do espaço social. (BOURDIEU, 1997, p. 18-21)

O autor situa as diferenças de hábitos e costumes dentro do espaço, coexistindo umas com as outras, sendo assim, um lugar repleto de diferenças inerentes aos agentes que lá vivem, e que são próprias de grupos sociais localizados pela classe social que ocupa; “a cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* (ou de gostos) produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição” (Bourdieu, 1997, p. 21). Dessa forma, cada prática, gostos ou costumes locais estariam ligados ao lugar social que cada grupo ocupa, a própria percepção do lugar e sua valorização de cada indivíduo estaria relacionada à classe ocupada.

Os *habitus* seriam princípios que criam práticas diferentes e que ajudam a compreender as diversas peculiaridades misturadas num lugar como Icoaraci. Este conjunto de distinções de hábitos, acaba construindo um sistema simbólico, ou um conjunto de práticas que podem ser compreendidas no espaço.

Neste sentido, para Bourdieu sobre “existir em um espaço” (1997), ou ser um componente de um todo espacial, é sobretudo, ser diferente, é diferir em sua existência, é comer peixe seco com açaí e farinha, por exemplo, enquanto outros comem hambúrgueres artesanais, é banhar-se nas águas do furo do maguari, no Cruzeiro, enquanto outros preferem a piscina dos prédios de frente. É tocar tambor de carimbó, enquanto o outro toca piano clássico. Ou ainda, é fazer tudo isso misturado. Talvez o mais importante nisso tudo para o processo de desenvolvimento do conhecimento, seja de fato, que o aluno possa compreender que a multiplicidade, as diferenças presentes no lugar existem, e devem ser respeitadas, preservadas, mas, também debatidas.

É exatamente esta perspectiva de abordagem sobre o lugar que fora implementada com os alunos no processo de análise do lugar. Visando com que estes, durante o contato com as memórias dos mais velhos, pudessem apropriar-se dessas diferenças, que lhe permitissem estabelecer diferenças, discernir e distinguir características histórica e socialmente construídas, e de como este lugar é repleto de disputas na sua construção histórica, um campo de conflitos de poderes.

Exemplo disso é a apropriação e substituição da comunidade local, por parte dos logradouros das ruas. Se as ruas remontam uma memória oficial que beneficia o nome de políticos e pessoas da elite ligadas ao passado de Icoaraci, as pessoas simples, através do tempo trataram de renegar os nomes que em sua maioria não lhes dizem nada. Exemplo da Rua Siqueira Mendes, rua disposta de frente para a baía do Guajará. Esta, de forma unânime é chamada pelos moradores de primeira rua. Assim acontece com os demais logradouros; Manoel Barata é chamada de segunda rua, e assim sucessivamente.

Dessa forma, percebemos a necessidade de relacionar a pesquisa aqui elaborada com noções acerca do conceito de patrimônio que priorizem as diversas nuances próprias das comunidades que vivem no lugar, no caso em questão trata-se do próprio lugar, estipulado como Icoaraci. Sendo assim possível respeitar algo caro para o processo de um ensino histórico, que são as diferenças, as pluralidades culturais historicamente construídas no seio das práticas e vivências das camadas populares.

Hoje nós temos como conceito oficial de patrimônio baseado nas noções referenciais de cultura o seguinte;

Referências culturais são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares em que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura. (IPHAN, 2016, P. 8)

Sobre este tema coadunamos com o que pensou Carmem Gil (2017), acerca desta característica de fortalecimento das noções de identidade, pertencimento e do intuito das referências do patrimônio cultural em preservar, resgatar e, ou, criar novos referenciais identitários movidos pelos afetos vividos por uma comunidade, seria o ato de valorizar patrimônios, lugares de memória próprio dos moradores, com suas peculiaridades locais, dando

voz então à “muitos brasis dentro do Brasil e subvertendo noções consagradas de patrimônio”, como nos coloca (GIL, 2017, p. 125).

Sobre esta possibilidade em tratar do passado de pessoas comuns, os valorizando e enxergando as potencialidades no que concerne aos usos deste passado por seus moradores, Pollak (1989) nos ensina; “Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à memória oficial.”

Martins (2018) ao refletir acerca da história local e o ensino de História, nos aponta a importância de valorização do local, no sentido dos alunos compreenderem as mais diversas complexidades inerentes à sua comunidade no processo de construção histórica do presente. Além disso, o autor enfatiza a possibilidade de desenvolver e ou ampliar o sentimento de pertencimento local e da apropriação e localização de identidades locais em detrimento da identidade nacional, ou ainda, em detrimento da transmutação que o próprio sentido de regional sofre com a aceleração das imposições que o mundo globalizado emprega sob a lógica do capitalismo. A esse respeito;

O que se observa é, portanto a resistência do “regional” e do “local”, porque certas diferenças não desaparecem. Mais do que isso, as pessoas e os grupos sociais, submetidos às tensões da sociedade global [...] as frustrações do consumismo etc. – experimentam uma “perda de direção”. (MARTINS, 2018, 0. 139)

Ou seja, perante uma constante pressão da cultura capitalista generalizadora em relação aos regionalismos, mostra-se a importância de pesquisar e fomentar o fortalecimento das identidades locais, sendo assim, papel da história combater ou desconstruir essa “perda de direção” das identidades, sobretudo quando se pensa nesse cidadão como um ator social e histórico com autonomia crítica perante sua existência e a realidade que o cerca.

Foi pensando por este aspecto que direcionamos nossas práticas durante essa pesquisa com os alunos, visando construir esse conhecimento do patrimônio e da história local de Icoaraci, tendo os alunos e parte da comunidade como os principais atores desse processo, exercitando assim um direito inerente a sua cidadania, que é levá-los ao papel de protagonistas da pesquisa e do conhecimento construído, e não mais meros recipientes esperando serem preenchidos pelos saberes e conhecimentos históricos oriundos da academia para sua sala de aula, sendo esta, deixada para que o processo de ensino e aprendizagem se dê nos próprios espaços de memória, ou seja, em Icoaraci.

Finalmente, importante salientar, que esta dissertação não busca adequar-se à produção de didática de ensino de História de maneira generalizante, ao tratar a consciência histórica, ao levar em consideração a perspectiva da prática do conceito de identidade entre esses jovens, como nos alerta Schmidt;

Uma das preocupações nestes projetos quanto ao uso da história para orientação temporal dos jovens consiste em contribuir para combater uma ideia comumente aceita de confinar a noção de consciência histórica a uma redutora identidade nacional, local ou outra, ou à construção de um perfil único de cidadão, à volta do qual sabemos não existir consenso. (SCHMIDT, 2011, P. 15)

Sobretudo, se almeja criar mecanismos para que o aluno obtenha autonomia durante o processo de produção das imagens nos lugares de memória, onde a subjetividade e a expressão artística sejam ferramentas aliadas nesse caminho de busca por uma nova compreensão acerca de conhecimentos históricos em sala de aula, ou fora dela. Podendo dessa forma, por meio da sequência didática aqui proposta no âmbito do ensino de História, contribuir para uma formação, de fato, significativa dos alunos sobre princípios e entendimentos acerca do conhecimento histórico, sobre a temática dos patrimônios e da construção de identidades locais, além de auxiliar na formação de uma consciência histórica entre os participantes.

## **2.2 Rememorar: Diálogos sobre Memória no Ensino de História**

Um dos aspectos mais importantes dentro desta pesquisa em ensino de História trata da utilização das memórias das pessoas mais velhas de Icoaraci, sendo este material fruto da oralidade organizado em entrevistas filmadas ou gravadas pelos alunos. Este meio de acesso ao passado local pelas narrativas de vida e opiniões de quem ajudou em tempos atrás e ajuda hoje a construir Icoaraci como ela é, é de suma importância na construção dessa proposta didática no que concerne à investigação por parte dos alunos desse passado contemplado pelas memórias locais e na busca do entendimento sobre os bens patrimoniais de Icoaraci.

Nós podemos arriscar dizer que além dos bens materiais, imateriais e culturais aqui tratados, um dos mais importantes bens do lugar são exatamente as memórias desses sujeitos. Um conjunto de memórias individuais que ajudam a compor as memórias coletivas do distrito, sendo este conjunto de uma riqueza e um peso patrimonial indescritível. Estas experiências de vidas vividas em Icoaraci possuem valor e importância ímpar para a construção de narrativas sobre o lugar, além de carregar um caráter também pedagógico quando pensamos na maneira pela qual aqui foram abordadas estas reminiscências, tendo os alunos como os primeiros investigadores a ter contato direto na fase de captação dessa riqueza memorialista.

Sobre a importância do contato das memórias dos antigos com os jovens, isto ocorre quase que de maneira natural, pois todo aluno recebe e concebe história também pela história vivida, e não somente pela história escrita, estudada na escola. Esta forma de aprender digamos, em casa, também é importante. Ecléa Bosi (1987) em sua importante obra sobre a lembrança de “velhos” nos afirma que sem essa percepção do passado apreendida pela vivência dos alunos com os mais velhos, o desenvolvimento de pensamento histórico estaria fadado somente à uma “competência abstrata” (BOSI, 1987, p.31) sobre dados do passado. Nesse sentido, torna-se importante, também, lidar com essa memória por meio de didáticas que envolvam os alunos por meio da ação, intermediando e instrumentalizando os alunos com estas memórias. Trata-se então, de uma proposta que organize e sistematize esse contato dos alunos com estas memórias na história ensinada, haja vista que este contato já ocorre naturalmente.

Isso se dá, sobretudo, devido os mais velhos transferirem diversas noções aos jovens. Segundo Bosi (1987, p, 32) estes reflexos sobre o passado que chegam aos jovens ocorre numa interação quase que de igual para igual, sendo abordados temas e acontecimentos políticos, históricos, eventos trágicos, revoluções e reviravoltas em suas vidas, da família, da sociedade e do mundo. Como nos demonstra a autora;

Enquanto os pais se entregam às atividades da idade madura, a criança recebe inúmeras noções dos avós, dos empregados. Estes não têm, em geral, a preocupação do que é "próprio" para crianças, mas conversam com elas de igual para igual, refletindo sobre acontecimentos [...] O que poderá mudar enquanto a criança escuta na sala discursos igualitários e observa na cozinha o sacrifício constante dos empregados? A verdadeira mudança dá-se a perceber no interior, no concreto, no cotidiano, no miúdo; os abalos exteriores não modificam o essencial. (BOSI, 1987, P. 31)

Importante salientar que as entrevistas acabaram não ficando restrita somente aos avós desses alunos, muito acabaram trazendo relatos de pessoas com mais de 50 anos que trabalhavam na casa de seus pais, pessoas que acabavam por ter mais contato diário com os alunos do que os próprios pais, em geral mulheres que trabalhavam em suas casas por anos a fio e que ajudaram a criá-los, guardando uma relação afetuosa e de confiança, inclusive no momento de expor suas memórias aos alunos diante do celular que gravou tudo o que elas narraram. Bosi ainda nos alerta para esta importância dos relatos de empregados, pois ajuda os jovens a compreenderem por meio das palavras e da memória de uma vida dedicada a servir, quem “curvou suas costas atentas para o resíduo de outras vidas.” (BOSI, 1987, p.31). Dessa forma, ouvir também as memórias, visões e recordações de quem serve os que são servidos ajuda a pluralizar as visões sobre o que está sendo analisado, e mostra a importância de diversos tipos de sujeitos e de realidade sociais neste ato de erguer as vozes locais.

Outros alunos entrevistaram vizinhos que moravam próximos de suas casas, na mesma rua, aquela pessoa conhecida por ser a mais velha da rua, que toda tarde senta-se em frente à casa para “bater papo”, neste momento os alunos realizaram as entrevistas. É o caso de Dona Maria Pereira de 85 anos que foi entrevistada pelo aluno “P” e nos trouxe um belíssimo relato sobre os costumes locais e o ar bucólico, quase rural e de paz que caracterizavam Icoaraci dos anos 40 e 50.

*“Ah, isso aqui era muito diferente. Quando eu era criança nós morávamos lá na Rua Padre Júlio Maria, papai tinha um sítio lá por detrás da delegacia. Antigamente a gente chamava de chácara. Tinha muita chácara aqui, os terrenos eram grandes. Meu avô era filho de português, o pai dele tinha vindo pra Belém e deixou essa terra que era de papai. Lembro da casa avarandada, o piso era só aquelas tábuas corridas, longas, bonitas na casa. Aqui era uma paz, a gente andava na rua e ouvia o barulho dos passarinhos, não tinha som alto, barulho que nem hoje, não tinha nem carro aqui, era só bicicleta e aquelas charretes. A zuada alta mesmo, só quando chegava a maria fumaça na estação, dava pra ouvir de longe, toda a gente corria pra lá. Durante a semana, era estudar de manhã, a tarde ajudava meus irmãos mais novos nas tarefas, e depois íamos pra beira do rio, aí se juntava uma turma. A gente brincava de macaca, amarelinha, de ciranda, era um tempo bom. Íamos pra praça da Igreja matriz, juntava uma turma grande de meninos, íamos muito lá, nas festas do Clube do Pinheirense, lembro que papai ia muito lá a noite, ele gostava de jogar, dizia; “minha filha não tenho muitos vícios, mas papai gosta de baralho” lembro que toda noite eu ficava lutando pra não dormir, esperando ele chegar. A gente sabia quando papai chegava, pois ele sempre limpava a garganta antes de entrar, ele fumava um cigarro forte, até hoje lembro do cheiro do tabaco de papai. Mamãe era quem não gostava muito dos vícios de papai. Lembro de mamãe toda noite antes de dormir nos ensinar a rezar em latim, naquela época a gente estudava latim, eu sabia tocar piano, era diferente.*

*Aqui só ficava mais movimentado quando era nos fins de semana e nas férias, os barões vinham pros casarões, umas famílias distintas, gente de boa índole. Aí vinha mais criança, mas não nos misturávamos com eles. Lembro desse casarão aí dos Porfírios, o velho morreu e a família perdeu a condição, daí ninguém da família olhou mais pra ele, dá uma dó para quem viu ele todo novinho, bonito, era um dos mais bonitos daqui. A noite ele era todo iluminado, a família dava jantares lá, tinha recital de música. De dia era praia e de noite eram os jantares. Agora está desse jeito, abandonado, triste. A gente cresceu vendo ele se acabar, até brincávamos lá, diziam que era assombrado pelos fantasmas dos escravos que morreram lá.*

Figura 2 - Perspectiva frontal do antigo Chalé Senador José Porfírio, revelando seu estado de abandono.



Fonte: Alunos do Projeto, 2018

*Nos fins de semana íamos muito na praia do cruzeiro, ali era bom demais, diferente de hoje, uma baixaria, aqui não tinha violência, quando muito, eram os bêbados que queriam brigar, mas dormiam na cadeia. Icoaraci mudou muito, depois que fizeram a rodovia, tiraram o trem, parece que veio mais gente pra cá.”*

Diante deste trecho da entrevista realizada, podemos perceber as potencialidades dessas narrativas, aflorando uma Icoaraci de outrora, alheia à realidade dos alunos, os fazendo compreender as mudanças pelas quais Icoaraci passou, os modos de vida e de uma cotidianidade diferente, mas, ao mesmo tempo demonstrando, por exemplo, lugares frequentados por estas gerações anteriores e que até hoje são ocupados pelos alunos no presente. Estas memórias nos ajuda a trazer vida, por exemplo aos meios de acesso desse passado de Icoaraci por intermédio de fotos antigas, como foi o caso aqui<sup>33</sup>.

Sobre isto Bosi nos coloca;

É a essência da cultura que atinge a criança através da fidelidade da memória. Ao lado da história escrita, das datas, da descrição de períodos, há correntes do passado que só desapareceram na aparência. E que podem reviver numa rua, numa sala, em certas pessoas, como ilhas efêmeras de um estilo, de uma maneira de pensar, sentir, falar, que são resquícios de outras épocas. (BOSI, 1987, p. 33).

Neste sentido, justifica-se a opção pelo trato da memória do velhos de Icoaraci devido sua importância acerca da formação, preservação e salvaguarda de culturas locais, dos espaços de memória que se constroem no seio dessa comunidade, dos hábitos, historicizando o comum.

<sup>33</sup> Estes usos foram explicados no segundo capítulo, em seção referente a utilização das fontes selecionadas.

Estas lembranças contribuem no processo de apropriação das realidades e no surgimento de referenciais identitários que são construídos no decorrer do tempo, relacionados aos costumes, formas de agir e de viver relacionados aos espaços de Icoaraci e os sentimentos de afeto gerados pelo lugar.

Especificamente sobre as lembranças do velhos, Bosi (1987) no ajuda a enxergar a importância destas na construção das sociedades, mesmo sendo estas as vezes desfavorecidas, esvaziadas de sua real importância, estando tais sociedades fadadas a condenar seu futuro ao vazio também. Sobre isto a autora nos deixa claro;

A sociedade rejeita o velho, não oferece nenhuma sobrevivência à sua obra. Perdendo a força de trabalho ele já não é produtor nem reproduzidor. [...] O velho não participa da produção, não *faz* nada: deve ser tutelado como um menor. Quando as pessoas absorvem tais ideias da classe dominante, agem como loucas porque delineiam assim o *seu* próprio futuro. (BOSI, 1987, p. 35).

Sobre a razoabilidade do uso da narrativa oral dos idosos, importante lembrar também que a arte de narrar é anterior à narrativa escrita, aquela confinada nos livros. Hoje mais do que nunca se narra tudo, em meio ao grande número de mídias e espaços virtuais onde se pode narrar desde como foi seu dia, até acontecimento trágicos e felizes de âmbito pessoal, ou global. Estas narrativas na era digital acabam por se tornarem um grande emaranhado de micro informações, que se moldam em um grande mosaico carregado de tudo um pouco, mas que não se consegue, de fato, assimilar nada. “Na época da informação, a busca da sabedoria perde as forças, foi substituída pela opinião.” (BOSI, 1987, p. 43). As elucubrações nos tempos e espaços virtuais da *internet*, são de modo geral feitas de entendimentos já pré-definidos que são colhidas por quem recebe a comunicação o tornando em um ser desmembrado, sobretudo pelo fato de ao contrário da narrativa de vida oriunda da memória, por exemplo, estas são efêmeras e substituíveis, como micro informações que nada constroem no indivíduo, apesar de muitas vezes possuírem um ar de verdades absolutas para quem as colhem na *Internet*.

Neste âmbito de pesquisa as narrativas de memória permitem e obrigam os alunos e alunas a refletirem sobre o que se passou, porque se passou, e como. Ajuda que o aluno e aluna guarde algo sobre um determinado tempo, crie significados, mensurem os pesos que o passado acaba tendo no presente.

Os relatos de memória ajudam a criar sentidos a partir dessas narrativas, sendo que estas não trazem verdades prontas em si mesmas, mas é mediante a elas que se pode construir as cenas de uma realidade, assim como quem tece um tecido. Neste sentido, aqui propusemos que os alunos junto da minha ajuda como professor, pudessem colher, organizar e interpretar essas memórias na tentativa de lhes ensinar a pensar historicamente seu lugar mediante o auxílio

dessas rememorações, para assim construir cenas dos passados de Icoaraci. Esta foi uma das principais tentativas dentro deste projeto, dar uma diferente forma de narrativa aos alunos e alunas, contrapondo-se a “este tempo entulhado de objetos sem sentido e desprovido de memórias.” (BOSI, 1987, p. 46)

Acerca dos aspectos metodológicos desse trato com a memória, nos baseamos no que foi pensado sobre a História oral. Segundo Mehy e Holanda (2018), dentro do cabedal metodológico da história oral existem diferentes gêneros de narrativas de memória. A história de vida, e a história temática, por exemplo, atendem a projetos que visam construir bancos de histórias ligadas à pesquisa do coletivo em sentido continuado e crítico das demais formas de memórias mais hegemônicas. Diante disso, podemos aproximar o tipo de abordagem em história oral aqui tratada do gênero histórias de vida, apesar de não terem sido realizadas de fato histórias de vida em seu sentido estrito, mas, uma reunião de trechos da vida dos sujeitos relacionados ao objeto da pesquisa, que seria o lugar Icoaraci.

Para além das críticas que a história oral já sofreu, e ainda continua sofrendo, temos consciência da problemática ligada a subjetividade do relato oral. Além das críticas existentes acerca de seu caráter científico, acima de tudo pela subjetividade intrínseca neste tipo de fonte. Mehy e Holanda (2018, p.34) salientam; “A história oral de vida se espraia nas construções narrativas que apenas se inspiram em fatos, mas vão além, admitindo fantasias, delírios, silêncios, omissões e distorções.” Isto decorre exatamente devido ao fato de as narrativas serem alimentadas exatamente pela memória individual, tendo esta que organizar, contornar, redesenhar e alinhar de alguma maneira aquilo que permanece vivo dentro do portador da memória para ser externado pela narração. O sentido subjetivo que destaca os usos da história oral é o próprio cerne, ou sentido principal dos usos do lembrar.

Portanto, no trato com a memória, existe ainda a necessidade de levar em consideração a relação entre tempo, história e memória, sendo que a questão do tempo para ambas se difere, como nos expõe Sarlo (2007, p. 9);

O passado é sempre conflituoso. A ele se referem, em concorrência, a memória e a história, porque nem sempre a história consegue acreditar na memória, e a memória desconfia de uma reconstituição que não coloque em seu centro os direitos da lembrança (direitos de vida, de subjetividade).

Devemos compreender – Ao usar a memória como fonte de construção de um passado – como a História e memória se apropriam do passado. A autora nos alerta para diversos pontos quando se lida com a memória, a exemplo; a experiência se dissolve ou se conserva no relato? Seria possível reviver a experiência através do discurso, ou o que ocorre é apenas uma miscelânea de relatos impossíveis de se alcançar o objeto almejado? As questões inerentes ao

uso do discurso devem seguir algumas prerrogativas que tragam cuidados, haja vista, o seu caráter subjetivo e complexo ligado à emotividade (sobretudo quando se trata de eventos traumáticos, como lembranças de violência durante a ditadura civil militar, por exemplo). Nem sempre se relata tudo o que se lembra, e nem sempre se lembra exatamente tudo aquilo que se relata, por isso a importância da história nesse processo de reconstrução. Além disso, este relato do passado está inserido em um contexto do presente, sofrendo assim, influência por este a cada momento em que se volta a narrar.

Contudo, apesar da necessidade dos cuidados com o trato da memória, e as críticas mais céticas sobre este método, elencamos aqui nossa convicção ao trabalhar história local, e consecutivamente a construção da consciência histórica entre os alunos por meio da análise da memória, sobretudo no que concerne às lutas pela preservação das memória de grupos sociais e comunidades que tendem a serem Invisibilizadas nas narrativas oficiais, Sendo assim, concordamos com o que pensou Prins (2011, p. 193);

O que a reminiscência pessoal pode proporcionar é uma atualidade e riqueza de detalhes que de outra maneira não podem ser encontradas. Torna possível as histórias de grupo em pequena escala, como o trabalho de Bill Williams sobre os judeus de Manchester e as obras geograficamente em pequena escala: histórias locais de aldeias e ou de algumas ruas. Isso dá aos historiadores os meios para escrever o que o antropólogo Clifford Geertz chamou de “descrição densa”: relatos ricamente tecidos que têm a profundidade e os contornos que permitem uma análise antropológica substancial.

Neste sentido, propomos o trabalho com ensino de história local e com o trato dos patrimônios de Icoaraci junto aos alunos, levando em consideração os atributos da lembrança dos moradores mais velhos, haja vista, que a história assim como seu ensino possui um propósito social e político, sempre, e ao tratarmos dos dados orais neste trabalho para propor marcadores patrimoniais, é uma forma de valorização da vida de pessoas comuns que não constam em documentos importantes do distrito, são (além dos alunos) professores, cozinheiras, taxistas, comerciantes, autônomos, donas de casa, açougueiros, pedreiros, pescadores, artesãos, entre outras ocupações, que durante suas vidas, ajudaram a transformar Icoaraci naquilo que é hoje. Suas vidas e particularidades mais comuns, nos ajudam hoje a delimitar a rica identidade local de da “Vila Sorriso”, sendo essa narrada em imagens a serem feitas pelos alunos.

Acima de tudo, mediante este levantamento a partir das observações dos alunos e da coleta de fontes orais, pudemos perceber a possibilidade de ressignificar e, ou, relativizar patrimônios locais já estabelecidos oficialmente, assim como apontar lugares que tragam o sentimento de identidade e que agregam valores dentro da comunidade, bem como o processo

de historicização de novos patrimônios entre os alunos. Tal prática vai de encontro ao que pensa Antoine Prost (2008) sobre as questões no processo das atribuições históricas, onde as questões históricas e o ato de averiguar e escrever a História devam seguir a observância de se propor questões históricas, sendo esta a própria prática de historicizar um problema, um documento, um fato, etc. Sendo assim, proporcionar essa prática entre os alunos ajuda na compreensão, por exemplo de como cada grupo representa as mudanças ocorridas na comunidade no decorrer de um recorte temporal e na forma como as gerações lidam com as mudanças. Como nos demonstra Prost citando R.G Collingwood;

O tempo da história e a temporalidade moderna constituem, por sua vez, um produto da história. Em seu livro, R.G Collingwood (1946, p. 325-326) imagina uma sociedade de pescadores em que, na sequência de um progresso tecnológico, a pesca diária passaria de dez para vinte peixes. No seio dessa comunidade, a avaliação dessa mudança seria diferente entre jovens e idosos; estes invocariam, com nostalgia, a solidariedade imposta pela antiga técnica; por sua vez, os jovens sublinhariam o ganho em tempo livre. Os julgamentos coincidem com um modo de vida específico de cada um dos grupos; para comparar os dois modos de vida e as duas técnicas, convém começar por fazer a história de ambos. Eis por que, prossegue nosso autor, os revolucionários do presente podem julgar que sua revolução constitui um progresso na medida em que são também historiadores, ou seja, capazes de compreender o modo de vida que afinal, foi objeto de rejeição. (PROST, 2008, p. 103 – 104)

Sendo assim, a compreensão entre os alunos dessas diferenças e o peso em descartar, ou acabar valorizando aquilo que os mais velhos guardam de Icoaraci, suas memórias, rotinas, lugares, valores e costumes, depende da capacidade de perceber esse tempo e suas características, principalmente pelo fato de estarem sendo colocados como protagonistas no processo de construção do conhecimento histórico.

O caráter local desta pesquisa coaduna com os termos “sócio morais” (MEIHY, HOLANDA, 2018, p.37) da história oral, e tem a vocação de valorizar o indivíduo em detrimento de um exclusivismo das narrativas mais pautadas nas estruturas sociais, afinal, “A captação acadêmica das histórias de vida serve como pesquisa sobre o funcionamento das sociedades.” (MEIHY, HOLANDA, 2018, p.38). Sendo assim, ao abordarmos estas memórias compreendemos que os usos acadêmicos destas narrativas vivenciais nos ajudam a construir e investigar junto aos alunos certos funcionamentos e aspectos de determinados grupos e comunidades, bem como as realidades do lugar, sendo neste caso o distrito de Icoaraci. No entanto, deve-se lembrar que mesmo delimitando estes universos micros, estes estão obrigatoriamente ligados a contextos históricos muito mais amplos, fazendo parte do funcionamento das sociedades e de seu tempo.

Os usos de fontes orais aqui estabelecidos permeiam indubitavelmente o campo da tradição oral como meio de constatação das realidades e suas ligações com tempos alheios aos alunos, esta sequência didática ganha cores diferentes ao pensarmos o que nos coloca Halbwachs (1990) sobre as memórias como artifício político-social ao ajudar a eleger traços identitários de uma comunidade. Ao mesmo tempo, estes seriam os caminhos de construção/organização de memórias comunitárias que são compartilhadas por meio de sentimentos e afinidades afetivas divididas e compartilhadas, se não por todos, por significativa parcela do coletivo. A exemplo disto podemos citar trecho da entrevista de Sr. Arnaldo Nogueira (65) ao citar como lugar de sociabilidade comum durante sua juventude a praia do cruzeiro, onde aos domingos muitos moradores se reuniam para desfrutar do lazer ao ar livre e do banho nas margens do furo do Maguari.

A praia do cruzeiro esteve presente em outras entrevistas de pessoas que não conheciam pessoalmente o Sr. Arnaldo, mas, que compartilhavam da mesma lembrança afetiva sobre o lugar.

Sobre este processo da construção de memórias coletivas, Halbwachs nos diz;

É necessário que esta construção se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. (HALBWACHS, 2013, p. 34)

Estas possibilidades relacionadas a uma investigação de passados de Icoaraci, com o auxílio das memórias locais ganha fôlego ao passo da valorização das narrativas de pessoas comuns, sendo os bens culturais destas memórias coletivas e individuais possíveis de tornarem-se faróis que guiam percepções de alunos e dos próprios sujeitos entrevistados na pesquisa, mediante a constatação desta valorização das memórias.

Sobre estas construção de monumentos locais (antes não enxergados de uma maneira que gerasse valoração por parte dos moradores) devemos pensar na condição dessa memória coletiva em estabelecer-se justamente a partir dos monumentos, sendo estes a “matéria prima da memória” (LE GOFF, 2006, p. 529).

Sobre esta questão da construção dos monumentos e a relação com as memórias coletivas e a História, Le Goff (2006) exprime o desenrolar de disputas entre o monumento e o documento para a História e a memória, sendo que no Século XX teria ocorrido o triunfo do documento ao monumento sobre o óbice do positivismo inerente à época. Uma superestimada recolocação da escrita em detrimento, por exemplo, aos vestígios materiais, lugares, imóveis, ou ainda sobre o intangível, como os relatos orais.

No entanto, com o passar do tempo e o surgimento de novos paradigmas, a exemplo da História problema, surgiram críticas a esta hegemonia das fontes escritas. Um “revolução documental” (LE GOFF, 2006, p. 32) nos levaria novos modos de fazer a História, criando alternativas àquele modelo duro e preso à objetividades do que fora escrito. Segundo o historiador francês “A memórias coletiva valoriza-se, institui-se em patrimônio cultural. O novo documento é armazenado e manejado nos bancos de dados.” (LE GOFF, 2006, p. 32). Ora, podemos aqui elencar exatamente nossa opção em levantar estas memórias dos mais velhos de Icoaraci, as organizando numa espécie de inventário disposto em um banco de dados. Neste sentido o autor ainda nos aponta para a formação de conjuntos de monumentos que acabam virando documentos que ajudam a narrar um determinado passado. Como um acervo material composto por casas, ruas, ossos, cerâmicas, práticas e costumes, bem como um corpo documental escrito pode ser visto como um monumento.

Torna-se mais uma vez importante salientar que o trato com tão diversos tipos de documentos (a exemplo da memória), a necessidade da crítica, haja vista que uma antiga estação de trem, por exemplo, não fala por si só, não grita o passado aos ouvidos de quem a fita. É necessário a descrição intrínseca do monumento pois este é também fruto de produção em um espaço e tempo, sendo criado mediante trabalho de crítica e da construção social ligada às afetuosidades. Como nos define Le Goff; “O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntariamente ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias.” (LE GOFF, 2006, p. 538).

Desse modo, devemos entender um monumento como um produto da sociedade que o fabricou, dentro de suas relações de poder, e das forças que se sobressaem no arranjo social. Sendo assim “Só a análise do documento enquanto monumento permite a memória coletiva recuperá-lo e aos historiador usá-lo cientificamente.” (LE GOFF, 2006, p. 536).

Ao optarmos por trabalhar com História Oral coadunamos ainda nossa metodologia com o que pensou Guimarães (2006, p. 35)

A memória das pessoas, da localidade, dos trabalhos, das profissões, das festas, dos costumes, da cultura, das práticas políticas, está viva entre nós. Nós, professores, temos o papel de, juntos com os alunos, auscultarmos o pulsar da comunidade, registrá-lo, produzir reflexões e transmiti-lo a outros.

Acerca das construções das memórias coletivas, Pollak (1989, p. 3) nos aponta a importância da formulação de “pontos de referência” na estruturação dessas memórias individuais, e estas se inserindo nas memórias coletivas. Entre alguns desses pontos de referências o autor cita (baseando-se em Halbwachs) a importância dos monumentos, sendo estes, na verdade o que colocamos aqui como referenciais identitários, que ajudam a construir

uma coesão dentro do coletivo, proporcionando o sentimento de pertencimento dos sujeitos. Entre estes pontos de referências, Pollak (1989, p. 3) exemplifica, os lugares de memórias, paisagens, patrimônios arquitetônicos, tradições, práticas, costumes, folclores, datas, personagens, meios de interação, música e tradição culinária. Neste sentido, todos estes referenciais podem ser apontados, organizados e, porque não, construídos com a ajuda da memória. Tais monumentos, então, devem ser organizados em uma base comum sobre a memória local. O que Halbwachs (apud Pollak, 1989, p. 3-4) nos alerta:

Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum.

Pensamos caminhos para reunir parte destas memórias individuais, no intuito de organizar aspectos do coletivo ligados ao patrimônio que servissem de referenciais identitários. Um desses caminhos metodológicos aqui propostos foi a elaboração de um banco de dados onde foram inseridas as respostas oriundas do questionário semiestruturado usado para a coleta das entrevistas com os alunos e os mais velhos<sup>34</sup>. Organizando neste, uma espécie de inventário contendo apontamentos dos tipos; lugares, práticas, modos de convivência, transportes, alimentação, tradições, etc.

Pollak (1989) ainda nos alerta para os usos dessa memória ligados à formas específicas de dominação, ou ainda de violência simbólica.<sup>35</sup> Estes modos de disputas da memória teriam relação com a necessidade de existir um enquadramento da memória, haja vista que não se pode salvaguardar integralmente tudo a respeito de um grupo, de uma aldeia, de uma comunidade ou país. Segundo o autor:

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. (POLLAK, 1989, p. 10).

Portanto, existe uma necessidade intrínseca na História, e neste caso, também em seu ensino, de tentar fugir dos enquadramentos da memória que baseiam-se nas narrativas das grandes personagens, das datas cívicas nacionais, por exemplo. Contrário a este modelo,

<sup>34</sup> Este banco de dados é abordado no Segundo capítulo desta dissertação.

<sup>35</sup> Sobre este conceito, ver BOURDIEU, Pierre. Espaço Social e Espaço Simbólico. In Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas-SP: Papirus, 1996. P. 13-33

buscamos aqui ouvirmos o que os grupos populares tinham para narrar, privilegiando as experiências locais.

Neste sentido, compreendemos que estes usos das narrativas de uma história recente torna-se fundamental no que concerne à construção de identidades plurais, mais abertas a um viés democrático de ensino, que traz implícito as nuances de uma sociedade pluralizada, com culturas, religiões, etnias, classes sociais diversas, assim como marcada por profundas desigualdades sociais e econômicas. Urge então, pensarmos este ensino como mecanismo de luta e fortalecimento da cidadania.

Este é um dos nossos objetivos aqui traçados, ao priorizar os domínios da oralidade e da memória de pessoas comuns, pois estas ajudam a construir percepções mais críticas e plurais entre os alunos e alunas sobre a importância da história de seu lugar. Abrindo espaço para entendimentos de como muitas vezes a memória pode ser construída baseando-se nos interesses das elites, que disputam os usos desta como também da História na construção de identidades.

Sobre estas urgências no ensino de História, importante perceber o que pensou Oliveira (2005, p. 94). “A história oral recupera aspectos individuais de cada sujeito, mas ao mesmo tempo ativa uma memória coletiva, pois, à medida que cada indivíduo conta a sua história, esta se mostra envolta em um contexto sócio histórico que deve ser considerado.” Neste sentido, a autora nos alerta para o método da história oral aliada à história local como uma potente e importante ferramenta que privilegia os sujeitos, sejam eles, motoristas, donas de casa, comerciantes, servidores públicos, etc. O potencial está ligado aos tratos de análise pormenorizada, relacionadas ao micro.

Este jogo de escalas está previsto, sobretudo, no que foi elucubrado pela micro História. Bernard Lepetit (1998, p. 78) ao versar sobre as escalas na História nos aponta modos de ação da micro análise partindo do particular ao geral, da seguinte forma; “A preocupação de inverter o olhar que é lançado sobre a sociedade, orientando o projetor de baixo para cima, a partir das causas dos camponeses e das aldeias e não no Estado e nas cidades.” Sobre estes moldes metodológicos que privilegiam o local, não podemos deixar de citar as cruciais contribuições do italiano Carlo Ginzburg<sup>36</sup> acerca da redução na escala para poder enxergar os fatos cruciais na tessitura histórica e sociais analisadas. É em suma o ato de escrever a história a partir do que é cotidiano, levando em consideração as práticas daqueles antes invisibilizadas,

---

<sup>36</sup> Sobre o tema ver Ginzburg, Carlo. *Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Trad. Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. Além de: Ginzburg, Carlo. *Micro - história e outros ensaios*. Tradução de Antônio Narino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. (Coleção Memória e Sociedade). Obra de elaboração com Enrico Castelnuovo e Carlo Poni.

calados, esquecidos. Sobre isto, Ginzburg (2001, p. 178) nos apresenta esta angústia ligada à questão da memória em relação à História e ao esquecimento, com o iminente desaparecimento das última geração de testemunhas sobreviventes ao extermínio de judeus no Holocausto, assim como o crescimento do nacionalismo na Europa, América e África, e a consequente afronta nas tentativas de revisionismos da História.

Com isso, podemos perceber o poder que as memórias, os relatos quando bem conduzidos pela História, possuem no que se refere à realidades diversas.

Tais preocupações acerca das memórias de vidas dos indivíduos expostas pelo historiador italiano, em parte, tem ligações com nossas inquietações dentro deste trabalho, sobretudo quando pensamos no imensurável valor que possuem estas memórias dos velhos em Icoaraci, e a capacidade de conduzir os jovens em direção à balizas sobre seu passado.

Salvo as diferenças lógicas em relação à perda dos relatos de sobreviventes do Holocausto, este projeto representou uma importante intervenção sobre a história local de Icoaraci, haja vista, que os últimos passos desta pesquisa foram construídos durante a grave crise da pandemia de COVID-19 no mundo inteiro, o que ocasionou a morte de um grande número de pessoas no Brasil, sendo clara a alta taxa de pessoas idosas entre os óbitos<sup>37</sup>.

Diante desta discussão sobre a importância das memórias e experiências de vida dos mais velhos para esta pesquisa em ensino de História, podemos lamentar a perda insubstituível de vidas e ao mesmo tempo de saberes sobre o passado de seus lugares.

Infelizmente podemos exemplificar a urgência da salvaguarda dessas memórias locais quando soube-se da morte de duas pessoas aqui entrevistadas, mas que antes de suas partidas deixaram seus relatos neste trabalho, que visaram ajudar a preservar suas memórias, apresentando aos jovens alunos de Icoaraci a crucial narrativa do passado pelas suas gerações anteriores. Em uma clara tentativa de fomentar os valores patrimoniais advindos pelas vozes dos que por ali viveram muitos e muitos anos antes, em detrimento ao cada vez maior descaso e desinteresse pelos saberes dos mais velhos. Como nos disse Bosi (1987, p. 41); “O velho é alguém que se retrai de seu lugar social e este encolhimento é uma perda e um empobrecimento para todos. Então, a velhice desgostada, ao retrair suas mãos cheias de dons, torna-se uma ferida no grupo.”

Este trabalho é dedicado, portanto, às suas memórias e dos demais que aqui nos confiaram suas experiências vividas e seus sentimentos por Icoaraci.

---

<sup>37</sup> Segundo dados da OPAS/OMS disponível em: [https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200707-covid-19-sitrep-169.pdf?sfvrsn=c6c69c88\\_2&ua=1](https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200707-covid-19-sitrep-169.pdf?sfvrsn=c6c69c88_2&ua=1) Acessado em 13 de Julho de 2020

### 2.3 A questão das identidades e o ensino de História em prol da Consciência Histórica

Ao tratarmos aqui de uma abordagem em ensino de História que aborde os pontos de referências construídos no decorrer do tempo em um determinado local, levando em consideração as construções advindas da própria comunidade em suas práticas cotidianas, inevitavelmente permeamos os campos das identidades, ou aquilo que ela significa dentro de uma determinada literatura e campos de entendimento teórico.

Os referenciais identitários construídos, ou fortalecidos mediante o contato e a apropriação dos bens patrimoniais de um lugar são construções presentes nos debates da História local e do ensino patrimonial, sobretudo, no que diz respeito à busca pela compreensão e identificação dos alunos sobre o lugar que ocupam como sujeitos sociais. Como nos demonstra Maria de Almeida Gonçalves (2007);

A nós interessa, no entanto, destacar uma concepção de história local que a entenda como conhecimento histórico produtor de uma consciência acerca das relações entre as ações de sujeitos individuais e/ou coletivos em um lugar, dimensionando em sua ordem de grandeza como uma unidade. O estabelecimento desses lugares/unidades, por seu turno, se materializa na ação dos homens no mundo, ou seja, no curso de suas experiências históricas, nas quais se inserem os atos de nomear, leiam-se identificar e localizar, os lugares onde se vive. (GONÇALVES, 2007, p. 178).

Acerca desta perspectiva em trabalhar história local e a analisar os bens patrimoniais de um determinado lugar, no intuito de abordar o ensino de História nos domínios da experiência de vida, Maria auxiliadora Schmidt (2007) nos revela;

História não se restringe ao conhecimento veiculado principalmente pelos manuais didáticos instrumento que tem imposto um conhecimento histórico homogeneizador e sem sujeitos: o conteúdo da História pode ser encontrado em todos os lugares; e o conhecimento histórico está na experiência humana. (SCHMIDT, 2007, p. 195).

Dentro desse debate sobre a capacidade de fomentar referenciais identitários no ensino de História torna-se necessário aqui estabelecer algumas referências acerca de conceito tão complexo, múltiplo e mutável como é a Identidade.

Ao tratarmos aqui desta ideia, precisamos identificar de que identidade estamos nos referindo, e de que maneira enxergamos esta na tessitura do social ligado ao lugar e aos sujeitos aqui tratados, no caso Icoaraci.

Inicialmente já podemos situar o caráter desta identidade aqui tratada em Icoaraci, e seu aspecto múltiplo, sendo assim, não podemos falar de uma identidade icoaraciense, antes disso, tratamos de identidades, portanto, identidades culturais baseando-se no que elaborou Stuart Hall (2019). Segundo o autor as noções que percebiam o sujeito com possuidor de uma

identidade unificada desaparece na pós-modernidade. “As velhas identidades que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno.” (HALL, 2019, p. 9).

Pensar sobre identidade, ou o caráter fragmentado desta, implica, sobretudo, em compreender a complexidade do objetivo. Portanto, não temos aqui a pretensão de esgotar o assunto, muito menos delimitar o que seria objetivamente o conceito, mas sim, situar a visão utilizada neste trabalho, ao propor trabalhar perfis identitários que pudessem ser percebidos pelos sujeitos da pesquisa, leia-se os alunos e alunas.

Tais identidades culturais estariam, então, ligadas à aspectos múltiplos de nossa realidade, oriundas das diversas formas de pertencimentos. Seriam laços com nossas origens raciais, étnicas linguísticas, religiosas, etc. Contudo, poderíamos, então entender de forma direta que a identidade seria simplesmente plasmada por tais aspectos culturais? Ora, se assim o fosse, estaria muito simples e bem definida a questão da identidade.

Segundo Hall (2019, p. 19) estas formas de enxergar os sujeitos centrados e bem delimitados em sua realidade, confortável em seus alicerces culturais, como os citado acima não é o bastante. Para o autor esse tipo de explicação torna-se insuficiente durante o Século XX, sobretudo, devido a mudanças estruturais que transformam as sociedades modernas criando um “duplo deslocamento” (HALL, 2019, p. 10) do sujeito, tanto de seu lugar social e cultural (antes bem definido), como também uma perda de si mesmo, causando, então uma crise de identidade.

Importante também percebermos a importância em contextualizar no tempo as compreensões acerca do conceito de identidade.

Para o sociólogo britânico-jamaicano, as ciências sociais compreendem, de modo geral, três tipos de identidades, sendo a primeira baseada numa concepção iluminista do mundo. Este sujeito iluminista teria sua identidade pautada no individualismo, cujo núcleo identitário residiria nele com o centro, um sujeito em si.

A segunda compreensão é do sujeito sociológico, tipo de concepção que nega aquele sujeito individualista e sua identidade, no intuito de dar cabo de toda a complexidade social que se revelava na continuidade do mundo moderno. Afinal, uma identidade de caráter tão internalizada não levava em consideração as influencias que o meio, o lugar, os aspectos culturais realizavam naquele sujeito.

Esta identidade sociológica ganha, segundo o autor (HALL, 2019, p. 11) “a concepção clássica de identidade,” sobretudo, por atender as demandas e lacunas de entendimento entre o interior e o exterior, ou o eu e o meio, a cultura que o sujeito se insere.

A percepção que o autor nos traz demonstra esta relação interativa:

O fato de projetarmos a “nós mesmos” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. (HALL, 2019, p.11)

Contudo, é justamente esta identidade que segundo Hall (2019) estaria sendo ameaçada por esta crise na modernidade tardia. A identidade passa a se tornar uma celebração móvel, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados. “O sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas.” (HALL, 2019, p. 12).

De modo geral, estas mudanças de caráter “desorganizador” sobre as identidades é oriundo, sobretudo das transformações advindas com a globalização, onde este mundo cada vez mais múltiplo, demonstra que o sujeito que permeado por um identidade única e estanque é uma tentativa cômoda e irreal de nos narrarmos no intuito de nos situarmos. Por esse ângulo, teríamos o surgimento desse sujeito composto por múltiplos traços e apontamentos dentro de si.

Sobre as narrativas da História, elas, segundo Bhabha (1998) seriam responsáveis pela construção, ou pelo processo de assimilação de identidades. Contudo, já sabemos que as identidades são abastecidas também, pelo caráter cultural que as cercam, bem como os aspectos da globalização também influenciam nessas construções.

Estes lugares e tempos tão voláteis, próprios da pós-modernidade causa no indivíduo, segundo Marcelo Magalhães (2018), como citamos anteriormente, uma aparente perda de direção. Poderíamos compreender essa aparente crise com o que Bauman (2005, p. 25) nos coloca como sendo a razão para pensarmos a questão das identidades. Os problemas gerados ao pertencer em relação ao ser e estar no num mundo volátil, acaba por esvaziar sentidos duradouros que situem o sujeito em um ser identificado. Por tais motivos a discussão das identidades se torna cara e profícua.

Adjacente a este debate, existe a necessidade também de pensarmos sobre a relação desse sujeito tão múltiplo inserido em uma “comunidade imaginada”<sup>38</sup> como é o caso da identidade Nacional, ou da cultura nacional construída. Segundo Hall (2019, p. 33),

Há a narrativa da nação, tal como é contada e recontada nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular. Essas fornecem uma série de histórias, imagens, panoramas cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentidos à nação.

Esta discussão acerca da criação de uma identidade nacional é algo que ocorre comumente na pesquisa em ensino de História, haja vista o papel da História com o seu ensino em formar modelos de cidadania que são frutos de seu próprio tempo, do aspecto histórico ao qual o ensino é pensando. Como o caso da formulação de um cidadão pautado em identidades de cunho nacional, o situando como brasileiro, por exemplo. Isto se daria por meio da exaltação dos símbolos, fatos e datas cívicas formuladas, sobretudo pela História e repassada ao sujeito pelo ensino desta. Katia Abud (1998) em importante texto nos aponta esta característica intrínseca;

Os programas de ensino de História continham elementos fundamentais para a formação que se pretendia dar ao educando, no sentido de levá-lo a compreender a continuidade histórica do povo brasileiro, compreensão esta que seria a base do patriotismo. Nessa perspectiva, o ensino de História seria um instrumento poderoso na construção do Estado Nacional, pois traria à luz o passado de todos os brasileiros, e teria "(...) o alto intuito de fortalecer cada vez mais o espírito de brasilidade, isto é, a formação da alma e do caráter nacional" (ABUD, 1998, p. 8).

Sobre a construção da História enquanto disciplina escolar instrumentalizada para a formação do caráter nacional do Estado moderno, vemos com o passar do tempo e na própria história da disciplina<sup>39</sup>, mudanças em relação aos seus objetivos. E ainda, este molde forjador de uma memória nacional, coesa e hegemônica ao tratar da construção de identidades permanece fortemente presente até os dias de hoje. Como nos demonstra Mario Carretero (2010);

O ensino da história, em numerosas nações do planeta, como nos países ibero-americanos, proporciona um bom exemplo para questionar os efeitos da aquisição cognitiva e emotiva dos conteúdos históricos nas crianças. Todo cidadão de países como Argentina, Bolívia, Chile, Costa Rica, México, Peru e Uruguai considera cotidiano e natural que existam, de manhã cedo nas escolas, um juramento à bandeira ou festividades de datas ditas “pátrias”. Inclusive essas festas que rejam o calendário escolar e a atividade de toda a instituição, no sentido de servir de eixo da memória coletiva e o tempo em geral. (CARRETERO, 2010, p. 20).

<sup>38</sup> Sobre o conceito ver ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. 2008.

<sup>39</sup> Ver Fonseca, Thaís Nívea de Lima e. História & ensino de História. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

Esta formatação do ensino de história ao tratar da construção de memórias no sentido de nação, acarreta diretamente um formação do verdadeiro sentido da História, que seria a crítica. Com este modelo de ensino histórico se forma nos sujeitos uma memória coletiva nacional pautado num sentimentalismo generalizador e cristalizador no que concerne às diversas formas de manifestações culturais e de modos de ser dentro desta nação. Esse caráter nacional da memória e das identidades, não leva em conta, ou não dá espaço para um ponto importante, as diferenças. A multiplicidade e diversidade relacionado às formas de existir dentro de um país devem ser abordadas e valorizadas pelo ensino de História, afinal de contas, não existe, nem pode existir apenas um tipo de identidade de norte a sul do Brasil.

Hall (2019) nos alerta para essa ausência no fomento das diferenças quando se trata da formação destas identidades pautadas no nacional. “Para dizer de forma simples: não importa o quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unifica-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma grande família nacional.” (HALL, 2019, p. 35)

Seria este exatamente o papel de sequências didáticas e de projetos de intervenção como estes, que visem dialogar com as memórias e debater sobre aquilo que é local, os patrimônios de pequenas comunidades e suas histórias, é criar palanques que auxiliem na amplificação das vozes dos encobertos pelo manto generalizador das identidades nacionais.

Quando pensamos o lugar, como Icoaraci neste caso, e ao tratarmos da História local de Icoaraci com alunos, relacionando-se com o debate das identidades, busca-se valorizar as diferenças em relação as generalizações de uma cultura identitária nacional, visando a reflexão dos alunos sobre si mesmos por meio da análise do cotidiano e do conjunto de bens patrimoniais que os ajudem a identificar referenciais sobre suas origens. Em relação a estas perspectivas de abordagem mais múltiplas e diversificada da História no intuito de tocar identidades plurais, Giddens (2002) entende esta condição do eu como uma condição de necessária reflexão acerca das identidade pós-modernas.

Sobre a problemática que as pesquisas em ensino de História local tratam quando pensam a questão das identidades, e os aspectos construídos nas generalizações frutos das memórias nacionais narradas e replicadas das mais diferentes formas, estaria baseada, então no caráter de uma “História ensinada sobre o império da memória” (TOLEDO, 2004), sendo esta memória pautada na memorização de datas e nomes “importantes” para uma História da nação.

Propõem-se aqui, então, tratar das memórias como fomentadoras de identidades, porém, memórias mais diversas e plurais, de personagens locais, que acabaram nos ajudando a construir junto aos alunos esta história local e seus patrimônios. Pollak (1992) tratando da relação entre memória e identidade social, nos coloca; “a memória é constituída por pessoas, personagens” (POLLAK, 1989, P. 2), por tanto, urge-se valorizar tais histórias de vida das camadas populares em detrimento à hegemonia dos vultos da elite histórica nacional.

Dentro desta proposta aqui apresentada, visou-se, então, abordar o campo do ensino de História ligada ao ensino patrimonial levando em consideração as memórias locais, ou ainda a realidade do lugar ao qual os alunos estão inseridos, tratando assim, com as experiências de vidas desses alunos e das gerações anteriores. Isso vai de encontro com o que elaborou Jörn Rüsen (2001) em seu Razão da História, ao ver a vida prática como caminho profícuo dentro da didática em História para se fomentar as consciências Históricas. Sobres este tema Cerri (2011) nos coloca;

O ponto de partida para o estudo disciplinar da história é a experiência vivida, de modo que uma coisa não seja o oposto (e o adversário) da outra. É enganoso, todavia, pensar que a história ensinada pode reduzir-se apenas ao estudo dos fatores imediatos que formam o cotidiano do aluno, embora isso seja absolutamente indispensável para sua emancipação. [...] sem estes temas, perdem-se no horizonte as ideias contrais de alteridade e diversidade, e sem eles não é possível a crítica de nossa própria sociedade. (CERRI, 2011, p. 124)

Desta forma, temos uma característica da formação da crítica e dos caracteres históricos de suas realidades. A consciência histórica então, implicaria no estabelecimento de identidades sejam elas individuais ou de grupos. Ou seja, o indivíduo passa a possuir uma consciência histórica ao passo que ele próprio detém um reconhecimento acerca de um passado que fora construído e é construtor de sua vida e do lugar onde está inserido. Seria esta consciência histórica então, um processo de atribuição e apropriação de sentidos aos quais os indivíduos passam a tratar sob suas temporalidades no tempo presente, ou seja, lhe mune de formas para compreender passado, presente e os caminhos de possibilidades para transformar seu futuro.

Importante salientarmos que a consciência histórica já está posta no cotidiano dos alunos, na sua realidade social, de uma forma ou de outra, seja no bairro, na igreja, em casa, na televisão, etc. É o que Rüsen (2001) nos coloca como um cultura histórica que preenche o sujeito antes mesmo de iniciar seu processo acadêmico de contato com a História. Segundo o autor mesmo nos coloca: “Gostaria de definir como “Cultura Histórica”, o campo onde os potenciais de racionalidade do pensamento histórico atuam na vida prática.” (RÜSEN, 2007, p. 121). Para ele todo pensamento histórico, não importa seu aspecto, inclusive o caráter da

história como ciência, seria uma articulação da consciência histórica. “A consciência histórica é a realidade a partir da qual se pode entender o que a história é como ciência e porque ela é necessária.” (RÜSEN, 2001, p. 56).

No diálogo de Cerri (2001, p. 32) com o pensamento de Rüsen percebemos;

Antes de ser algo ensinado ou pesquisado, a historicidade é a própria condição da existência humana, é algo que nos constitui enquanto espécie. O que varia são as formas de apreensão dessa historicidade, ou, nos termos de Rüsen, as perspectivas de atribuição de sentido à experiência temporal. Na definição desse autor, a consciência histórica é um fenômeno do mundo vital, imediatamente ligada com a prática.

Este caráter da compreensão da consciência histórica e suas apropriação pelos aluno está intrinsecamente ligada, portanto à prática. O fazer no tempo presente é a mola motriz no que diz respeito à didática histórica. A didática da História em sua relação direta com a consciência histórica, tem como objetivo principal propor a compreensão dos sentidos da História nas sociedades, ou seja, nos usos sociais da História e na organização, divulgação e promoção do conhecimento histórico.

Esta importância do vivido e de seu lugar na existência dos grupos e dos indivíduos foi pensado, por exemplo, por Agnes Heller (1993) como sendo justamente o lugar mais rico em termos de complexidade, é exatamente no cotidiano que se faz a história. E a forma de apreensão e apropriação desse cotidiano e como ele se constrói no tempo, se deu exatamente por meio dos registros fotográficos realizados pelos alunos, e pelo levantamento da memória dos mais velhos. O ato de fotografar o lugar, seus moradores e seus hábitos, se tornou uma excelente caminho para alcançar esta compreensão da vida prática entre os alunos e suas conexões com esta realidade.

Esta possibilidade então de uma apropriação do entendimento sobre sua existência no tempo e no lugar, fomenta um controle sobre os sujeitos acerca dos usos de seu futuro, compreendendo por exemplo, quais importâncias e valores serão criados e mantidos em sua realidade que digam respeito a si e ao seu coletivo. Isso acontece com grupos sociais que lutam para mudar o estabelecimento de memórias oficiais. Por exemplo, os movimentos sociais como os que defendem os povos tradicionais e os negros, setores da sociedade que combatem no presente as heranças patrimoniais petrificadas do passado e que exaltam heróis que hoje são criticados, como é o exemplo dos bandeirantes, estes tiveram durante anos seus feitos elencados na memória nacional e em monumentos e patrimônios erigidos e mantidos com o passar do tempo. A obtenção da consciência histórica desses grupos os faz hoje lutarem para derrubar estas estátuas.

Ainda sobre os aspectos da relação entre a formação de identidades e a consciência histórica, Cerri (2011) nos coloca;

Nas relações humanas, a consciência histórica ocupa um lugar específico, e este pode ser percebido indiretamente pelos resultados da identidade coletiva, pois dela deriva uma série de outros acontecimentos no campo do pensamento. Em outras palavras, tudo o que permite que digamos nós e eles compõe a identidade coletiva ou social, e essa identidade é composta de diversos elementos: familiaridades e estranhamentos, ideias, objetos e valores que um grupo acredita fazerem parte de seus atributos excludentes. (CERRI, 2011,p. 41).

Neste sentido, não pretendemos aqui, diminuir a importância de lugares de memórias, de monumentos, ou patrimônios históricos culturais estabelecidos no decorrer da história, sobretudo, pois mesmo estes as vezes se remeterem às histórias ou memórias das elites, ou ainda, que atendam a projetos de identidades menos plurais, ainda assim estes servem de ponto de partida ao serem problematizados com os alunos, na busca da compreensão de diversos contextos históricos e especificações no passado. Como o exemplo de um antigo chalé de finais do Séc. XIX, construído por um rico comerciante português, dono de escravos, ou uma antiga estação de trens erguida por um poderoso político da época. Tais patrimônios, diga-se, já oficializados são também importantes, mas para esta sequência didática e da forma como se construiu não foram os mais fundamentais para tratarmos da história local e dos patrimônios que servem de referenciais identitários aos moradores de Icoaraci. Aqui objetivou-se toda a riqueza do cotidiano para que fosse visto com os olhares historicizados pelos alunos. Desde um imponente Casarão de um rico comerciante da borracha à um simples e corriqueiro hábito, como o de se alimentar.

#### **2.4 Alimentação como um referencial identitário**

O atual distrito de Icoaraci, é pertencente à região metropolitana de Belém, e dista dezoito quilômetros da capital paraense, como já dito anteriormente. Icoaraci reserva muitas características próprias. Até hoje, quem frequenta a localidade pode sentir um “clima bucólico” bem peculiar que ainda segue tocando seus moradores mais antigos e seus visitantes. Os cenários deste distrito de Belém, podem ser narrados pelas suas ruas, os antigos casarões que remontam as elites do período da borracha, suas igrejas, a orla banhada pelas águas da baía do Guajará com seus restaurantes de variados cardápios que vão de caldeiradas de peixes da região, caranguejos toc toc à chapas de filé bovino. Além da venda das peças de artesanato que ainda atraem turistas ao bairro do Paracuri e à feira de artesanato na orla. Como fica evidente na seguinte fala do Aluno G (14), colhida ainda durante as primeiras aulas oficinas com os alunos;

“Na minha opinião o que tem muito a cara de Icoaraci, também, é a orla do bares. Os restaurantes ali de frente pro rio é muito a cara daqui, por isso vem muita gente pra comer aquela chapa adubada, aquele peixe bacana. Vive cheio lá.”

Durante os debates na fase inicial das aulas oficinas, propomos discussões entre os alunos mediante questões colocadas, como; “quais práticas do cotidiano poderiam servir de referenciais identitários em Icoaraci?”, entre tantas reflexões e apontamentos de alunos e alunas, registramos diversas referências à alimentação e aos costumes culinários de Icoaraci.

Interessante esta indicação do aluno G, entre outros indivíduos que iriam apontar a orla de Icoaraci como um lugar importante para os moradores, que, conforme o banco de dados<sup>40</sup> mereceria ser fotografado pelos alunos. Um dos motivadores para que a orla seja, no tempo presente, vultoso aos moradores se deve sobretudo à atividades comerciais ali mantidas, bem como a grande expressão de turistas que ali frequentam em busca da ligação entre os serviços de bares e restaurantes e as belezas naturais das margens da baía do Guajará. Este aspecto, curiosamente não é algo exclusivo do presente, Icoaraci, nos idos do Séc. XIX, quando ainda povoado do Pinheiro já demonstrava ser lugar de refúgio da capital para repouso, entretenimento e para os deleites alimentares, como salienta o anúncio do jornal Correio Paraense à época;

Hotel Pinheirense.<sup>41</sup> Os proprietários d’este novo hotel vem respeitosamente participar ao respeitável público d’esta capital que acabam de abrir um na povoação de S. João do Pinheiro, onde se encontrará; vinhos, conhaque, cervejas tudo de primeira qualidade, assim como os bons bifes, peixes, presuntos etc. etc. não esquecendo de lembrar que também tem a boa paca de tucupy; preços da capital.<sup>42</sup>

Por meio desse exemplar recorte da história de Icoaraci, podemos pensar acerca de um dos objetivos principais da pesquisa e deste projeto de intervenção em ensino de História, que visa tratar da aproximação desses alunos e alunas com o desenvolvimento de uma consciência histórica, possibilitando muni-los de ferramentas intelectuais e de experiências que os levem a enxergar o lugar em que habitam de maneira diferente, historicizando práticas e espaços antes tidos como comuns, e sem importância, mas que a partir da pesquisa ganham ares mais significativos no que tange a percepção das identidades que são construídas no distrito. Este

<sup>40</sup> Os resultados oriundos do banco de dados construído com as respostas do questionário estarão dispostos em capítulo a frente.

<sup>41</sup> Correio Paraense, 30 de Set. 1892. P. 3

<sup>42</sup> Sobre estes aspectos da alimentação de restaurantes e hotéis cujo cardápio era marcado por essa mestiçagem dos pratos ver; MACEDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. A cozinha mestiça: história da alimentação em Belém. 2016. Tese (doutorado em História social da Amazônia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

exercício ao qual os alunos foram convidados a realizar com os patrimônios de Icoaraci e os lugares de memória a partir do trato com iconografias, como fotografias, cartões postais de finais do Século XIX e início do Século XX, além das memórias dos mais velhos, nos fez perceber o brotar de olhares questionadores, que problematizavam e lograram fitar o que antes permanecia invisível aos seus olhos.

Assim se deu durante uma das aulas oficinas. Ao se referirem, por exemplo, ao vai e vem dos vendedores e carregadores do trapiche de Icoaraci, negociando suas frutas, hortaliças, legumes, pescados e, sobretudo, os paneiros de açaí abarrotados da fruta, esta que sem dúvida foi a mais mencionada entre os alunos (seja como consumo, ou ao seu comércio), no que se referia à traços comuns na comunidade que pudessem ser vistos como representativos do distrito. Nesse sentido, surgiu a possibilidade – e ao mesmo tempo a obrigação – de trabalhar também a questão da alimentação dentro do ensino patrimonial de Icoaraci. Sobretudo, mediante as novas perspectivas e possibilidades dessa temática, seja no campo da pesquisa historiográfica, seja na área de ensino de História.

Por meio do tema da alimentação ligado a uma intervenção em ensino patrimonial em Icoaraci foi possível tratar das questões relacionadas à nossa pesquisa com os alunos. Surgiu como uma forma bastante salutar de abordar percepções sobre costumes locais relacionados ao hábito de alimentar-se. Quando os alunos e alunas apontaram, por exemplo para o açaí, como uma referência em comum, nos surgiu a necessidade de tratar desse tema com os mesmos.

Fabio Pestana Ramos (2018), nos apresenta a relação didática do tema da alimentação com a História da seguinte forma;

A história também pode ser entendida através da evolução dos hábitos e costumes alimentares. Além de ser parte importantíssima da sobrevivência material da espécie, a alimentação está ligada a questões culturais e religiosas, a distinções sociais, étnicas, regionais e até de gênero. (RAMOS, 2018, p.95).

Nesse sentido, visamos trabalhar com os alunos a crítica sobre os costumes alimentares relacionados ao seu tempo, e a possibilidade de problematizar com eles os cotidianos alimentares que se constroem no passado, por meio dos relatos de memória colhidos durante as entrevistas com os mais velhos. Dessa forma coadunamos com a proposta principal deste trabalho, que seria partir da própria vivência dos alunos, de suas experiências pessoais no lugar em que vivem, cruzadas com as experiências de pessoas mais velhas de suas famílias e da comunidade. Ou seja, trabalhar o ensino patrimonial de Icoaraci, a partir do cotidiano do aluno no tempo e espaço, dinamizando o ensino também com o tema da alimentação, apresentando

algumas relações entre passado e as realidades contemporâneas locais, apontando didaticamente, e os auxiliando na percepção dos traços culturais e construções históricas sobre um hábito aparentemente sem importância; o de se alimentar. Neste sentido Marcela Torres Rezende (2004, p. 33) nos compila uma compreensão sobre o hábito de alimentar-se, ao escrever; “A comida, além de necessidade, é também fonte de prazer e expressão dos desejos humanos.” A autora ancora suas ideias no que fora pensado por Henrique Carneiro (2005), ao ressaltar em seu trabalho os aspectos sociais dos alimentos dentro da História, além das suas funções em diferentes contextos no tempo, como as razões de diversas mudanças socioculturais no mundo moderno, como reflexo, por exemplo, da busca por especiarias. Senso assim; “A alimentação é mais que uma necessidade biológica; é um complexo sistema que se materializa em hábitos, ritos e costumes, marcados por uma inegável relação com o poder” (REZENDE, 2004, P. 33).

Estes parâmetros mais intangíveis do que materiais do alimento ajudaram os alunos a compreenderem o porquê destes terem sido citados pelos sujeitos entrevistados, como referências que discriminariam os moradores locais. Ao trabalhar com eles os aspectos também sociais, frutos de construções históricas, nos foi possível abordar os meios de compreensão pelos quais se constroem costumes ligados a alimentação. Estes pontos de vistas sobre o alimento e seu consumo como objetos de estudos históricos ficam latentes no trabalho de Georg Simmel (2004, p. 161) ao tratar da regularidade no modo de se alimentar, com horários socialmente construídos;

Entra em cena, em primeiro lugar, a regularidade das refeições. Nós sabemos, de povos muito antigos, que comiam não a horas determinadas, mas anarquicamente: comia-se quando se tinha fome. A comensalidade conduz igualmente à regularidade na hora de comer, pois um círculo de pessoas apenas poderia se encontrar em horas predeterminadas - esta foi a primeira superação do naturalismo do ato de comer.

Neste sentido, é que o trato da alimentação com os alunos do projeto sobre ensino de História apoiado no ensino patrimonial enriquece as críticas e possíveis compreensões acerca do costumeiro no lugar onde vivem. Questões como; Porque se come isso ou aquilo? De onde vem isso ou aquilo? Quem come isso ou aquilo? São indagações que levam os alunos a compreenderem suas relações com certos alimentos.

Um dos objetivos da pesquisa realizada foi que os alunos pudessem, num primeiro momento, discutir história local, identidade e memória, por meio do trato com a memória dos moradores e parentes mais velhos, através da coleta de entrevistas. Em outro momento, se deu

a ocupação dos espaços de Icoaraci para a produção de imagens, registros fotográficos dos espaços e costumes locais, que serviram como uma produção textual não escrita.

Baseamos tais práticas didáticas sobre a égide do ensino de História que visa contribuir para desenvolver a formação intelectual, fortalecer os laços de identidade com o presente e com gerações passadas, bem como, orientar as atitudes do aluno como cidadão do mundo contemporâneo, que possa gozar desta cidadania. Participando social, política e criticamente da realidade em que está inserido.

No entanto, seria a escola e as aulas de História, possíveis de aproximar os alunos dessa história, dos valores culturais e bens patrimoniais de Icoaraci? haja vista, que percebemos não bastar falar de uma identidade icoaraciense estabelecida entre os que lá vivem, pois segundo o que nos alerta Stuart Hall (1996), a identidade não é algo estanque, pelo contrário, está em constante mutação, por ser inevitavelmente ligada à cultura, não se trata simplesmente de um modelo identitário, plasmado e passado de geração para geração, mas sobretudo, algo que depende da construção da narrativa cultural e da história. Sendo assim, o indivíduo relaciona-se com a identidade que lhe cabe segundo seu grau de pertencimento à cultura que lhe cerca. Quando pensamos Icoaraci, devemos pensar também, além de sua cultura, seus espaços como formadores de perspectivas identitárias possíveis.

No decorrer da fase das aulas oficinas realizamos rodas de debates com os alunos e alunas a partir de perguntas semelhantes às lançadas ao mais velhos. Durante um dos debates, com o tema acerca de aspectos presentes em Icoaraci e que poderiam ser definidos como próprio do local, aquilo que traria sentimentos de pertença, ou que representasse o lugar em que vivem enquanto comunidade, a aluna “K” logo apontou as diversas vendas de Açaí, que brotam como pontos vermelhos a cada esquina. Estes pontos vermelhos se referem às bandeiras, baldes e placas vermelhas nas esquinas das ruas. Segundo ela; “Professor, sem dúvida as vendas de açaí são bem a cara de Icoaraci, em todo canto tem uma casa de açaí, só na minha rua deve ter umas três.” Em seguida, questionados sobre quais deles costumavam consumir, e com que frequência, dos 20 alunos presentes no encontro, 18 afirmaram que consomem açaí quase que diariamente no almoço.

Outro lugar apontado tanto pelos alunos quanto pelos entrevistados, que possui ligação com o tema da alimentação, foi o trapiche da orla. Segundo os participantes, a cena dos trabalhadores do porto, simbolizados no vai e vem do desembarque e transporte dos mais diversos produtos, como pescados, frutas, hortaliças, farinhas, temperos, etc. ajuda a compor a paisagem da orla de Icoaraci com as mesas dos restaurantes que acabam sendo o destino de boa

parte dessa produção. Tais estabelecimentos acabaram por ocupar alguns dos prédios mais antigos do distrito, sendo alguns deles bastante imponentes, caso de um antigo chalé de dois andares com belos trabalhos em gradis de madeira, onde hoje funciona uma das tradicionais peixarias do local.

Figura 3 - Antigo chalé na altura da Rua Siqueira Mendes (orla) esquina com Tv. Pimenta Bueno, ocupado hoje pelo estabelecimento Peixaria Chalé 100



Fonte: Alunos do Projeto.

Um dos alunos ao concordar com a opinião de outro colega, completa ressaltando o cheiro peculiar que o trapiche possui, como vemos em sua fala; “É verdade, todo dia eu passo por lá pra vir para a escola, e dá pra sentir o cheiro de fruta misturado com peixes e tudo mais.” O aluno “P”, completa, nos revelando que seu tio e sua mãe trabalham com venda de farinha na terceira rua Padre Júlio Maria (conhecida como terceira rua pelos moradores), o pequeno negócio, intitulado de “Casa da Farinha”, complementa a renda da família há muito tempo. Ele nos explicou que a mãe é responsável pela escolha e a compra das sacas de farinhas, e o tio assume o trabalho de transportar o produto do porto de Icoaraci para a venda da família.

A partir da fala de “P” aproveitamos para iniciar a problematização sobre a questão do abastecimento desse tipo de alimentos exatamente a partir da fala sobre a realidade colocada pelo aluno. Ao serem questionados sobre as origens dessa farinha comercializada e tão consumida em Icoaraci, assim como o já citado Açaí, obtivemos de forma unanime respostas negativas dos alunos e alunas.

No exemplo da narrativa do aluno “M” temos um exemplo desse tipo de ausência de conhecimento sobre de como os alimentos chegam em suas mesas; “A gente sabe que as vendas de açaí são importantes aqui em Icoaraci. É lá que a gente compra todos os dias. Outro aluno enfatiza a curiosidade acerca da origem do fruto, corroborando a fala do colega; “Sim, mas são eles que plantam o açaí? Ele pegam no pé no fundo do quintal deles? Isso que queria saber, de onde vem aquele tanto de açaí que eles batem todo dia.”

Dessa forma podemos tratar da relação de trabalho e a produção ligada à esses alimentos. Qual a condição da cadeia de trabalhadores que estão envolvidos até o momento em que esse produto chega nas mesas dos alunos? no caso do aluno “P” pudemos exemplificar o papel da sua Mãe e de seu tio, que configuram-se como trabalhadores responsáveis por comprar a farinha e comercializar diretamente com a última parte dessa relação de comercio do produto, que seria o consumidor, mas e os demais envolvidos? Quem seriam os donos das terras onde a mandioca seria cultivada para a fabricação, além da farinha, do tucupi, da goma de tapioca, sendo estes seus derivados?

Além disso, convidamos os alunos a pensarem sobre a prática do consumo de tais alimentos citados por eles, como corriqueiros em Icoaraci. De onde vem? Seus avós já os consumiam? E antes de seus avós, os antepassados de Icoaraci, se deliciavam com tais iguarias, hoje tão corriqueiras? Dessa forma foi possível problematizar a rede de inter-relações econômicas, sociais, culturais e históricas que o alimento possui. Sobre estes múltiplos aspectos inerentes ao alimento nos figura importante pesquisa de Henrique Carneiro (2005) que nos coloca;

O costume alimentar pode revelar de uma civilização desde a sua eficiência produtiva e reprodutiva, na obtenção, conservação e transporte dos gêneros de primeira necessidade e os de luxo, até a natureza de suas representações políticas, religiosas e estéticas. Os critérios morais, a organização da vida cotidiana, o sistema de parentesco, os tabus religiosos, entre outros aspectos, podem estar relacionados com os costumes alimentares. O primeiro, e mais óbvio, exemplo da relação da economia com a alimentação é a indicação da capacidade de sobrevivência de uma dada civilização, que passa, antes de tudo, pelo provimento dos gêneros alimentícios suficientes para sua manutenção e para a sua reprodução (CARNEIRO, 2005, p. 72).

Ainda sobre este tema, o trabalho de Macêdo (2014), nos coloca essa relação com a importância da rede de transportes dos alimentos na Amazônia do séc. XIX, nos ajudando a compreender sobretudo, a importância dos rios como vias naturais para a escoação das produções dos interiores em direção aos centros urbanos. Como fica demonstrado no trecho a seguir;

Havia ainda a falta de transportes apropriados, uma vez que o abastecimento quase sempre só era possível via marítima. Assim, ficava difícil para determinados interiores nos quais as linhas de navegação a vapor não chegavam e tinham que mandar seus produtos até onde havia portos em que as linhas de vapor tocavam para enviar seus produtos, muitos são os abaixo-assinados de fazendeiros e comerciantes que reclamavam de tal situação. (MACÊDO, 2014, p. 21).

Sobre esta importância dos rios da região, tão presentes e fundamentais em diversas narrativas da região, onde os rios eram as ruas, os meios de locomoção de um ponto a outro, inclusive no transporte dos alimentos, acabou ficando também evidenciado inclusive nos dias atuais para os alunos, através de algumas respostas obtidas dos comerciantes de açaí, dos trabalhadores do mercado municipal e do trapiche de Icoaraci, sendo exemplificados no trecho da fala de um dos carregadores, também conhecidos no lugar como carroceiros, trabalhadores responsáveis por descarregar as embarcações que encostam no trapiche da vila trazendo seus produtos. “Essa lancha aí veio do Cotijuba, mas veio pouco, era pra ter vindo mais. Mas veio muito Cupuaçu e Taperebá.” Disse o trabalhador se referindo à origem da carga de açaí e frutas, ao responder o aluno “P” durante visita ao trapiche para realização das fotografias.

Figura 4 - Trabalhador da área do trapiche, flagrado por aluno em visitação.



Fonte: Alunos do projeto

Exposto isto, percebemos que a alimentação é uma categoria histórica com aspectos que devem ser pensados enquanto suas relações de trabalho, relações sociais, formas de agricultura, posses da terra, além dos perfis patrimoniais que possuem, relacionados à identidades e a diversidade cultural.

Dentro dessa compreensão, encorajamos os participantes para que no passo seguinte, da entrevista centrada nas pessoas mais velhos, pudessem assim, entrevistar também os vendedores de Icoaraci que fornecem o alimento para suas famílias, sobre o processo de compra e origem do produto. Um passo seguinte seria a visita aos lugares apontados pelos alunos e pelas gerações anteriores para o registro em fotografia dos alunos. Nos pareceu também necessário realizar o contato para uma conversa com os trabalhadores do porto de Icoaraci, sobretudo aqueles que fazem por meio de barcos os transportes desses produtos, caso do açaí, das frutas, da farinha, dos pescados, como o camarão, as hortaliças em geral, e muito foi informado aos alunos sobre a origem dos produtos que por ali chegam. Boa parte vem de famílias moradoras das ilhas próximas, como é o caso da Ilha das onças, Cotijuba, etc. Tais famílias cultivam hortaliças, frutas, bem como realizam a extração do açaí, entre outros produtos.

Figura 5 - Carro de venda de frutas no trapiche de Icoaraci.



Fonte: Alunos do projeto

Nesta fase do debate sobre a alimentação buscamos tratar da relação de produção e da cadeia de trabalhadores que atuam para que tais produtos alcancem os moradores de Icoaraci, com o objetivo de problematizarmos temas e termos comuns à História em vários outros contextos, como é o caso de latifúndio e minifúndio, agricultura familiar, cidade e campo, cultura artesanal e cultura fabril, entre outras. Os alunos acabaram por demonstrar maior facilidade no trato e compreensão de tais temas conforme se debatia, sobretudo, devido ao fato de partirmos da própria realidade desses indivíduos, trabalhando aquilo que eles consomem diariamente.

O aluno “G” enfatizou esta mudança na percepção ao dizer; “Professor, antes desse projeto, eu já gostava de ir, sabe, lá no mercado, porque eu lembro de ir com minha avó, desde pequeno, eu gosto do clima de lá, as pessoas são alegres e simpáticas, mas depois de entender a importância dos alimentos e daquele lugar pra nossa história...eras, é muito antiga toda essa coisa do alimento, dessas frutas, da farinha.” A fala do aluno nos revela um acréscimo no que diz respeito à compreensão acerca da representatividade dos alunos, sobretudo ao comparar sua visão sobre as suas vivências e o fortalecimento de uma ligação dos lugares relacionados ao alimento e à comensalidade.

Figura 6 - Frutas diversas e uma antiga balança em uma banca no mercado municipal.



Fonte: Alunos do projeto.

Em outro trecho sobre o assunto, a aluna “C” nos diz; “Nunca tinha imaginado todo o trabalho que tinha pra que um cupuaçu chegue aqui na gente, pra fazer um suco. Quando a gente foi lá no porto...quer dizer, eu já tinha ido pra atravessar pra Cotijuba<sup>43</sup>, mas nunca tinha reparado nas frutas, o açaí chegando.” A aluna “B” complementa; “É, antes eram os índios que subiam pra pegar o açaí do grosso, agora são as famílias ribeirinhas que sobem pra vender, bacana a gente ver essa coisa no passar do tempo.”

Cada um desses sujeitos, dentro de suas formas individuais vivenciadas no lugar, e mediante suas ações dentro deste projeto, orientadas, claro, pelos princípios sugeridos aqui dentro da metodologia, puderam compreender de sua maneira, tais características e nuances dessas contruções históricas.

Propomos, assim, trabalhar mediante uma metodologia que levasse o aluno para fora da sala de aula e que promovesse a análise de Icoaraci, como lugar de relevância no processo de construção e desenvolvimento das identidades. Almejou-se que os participantes pudessem dialogar e refletir sobre sua condição como indivíduos integrantes desse lugar, e sua ligação nessa temporalidade, ampliando a noção de historicidade do aluno, e a possibilidade de se enxergar como ator capaz de transformar a realidade e a própria história de seu lugar, como nos salienta Barca (2004, p.134);

[...] uma compreensão contextualizada do passado, com base na evidência disponível, e pelo desenvolvimento de uma orientação temporal que se traduza na interiorização de relações entre o passado compreendido, o presente problematizado e o futuro perspectivado.

Fazendo assim, por meio da criticidade histórica, uma relação entre sua bagagem de experiências pessoais, seu presente, e a possibilidade de redesenhar seus horizontes de expectativas.

---

<sup>43</sup> Cotijuba é uma ilha que fica a 40 minutos de barco saindo do distrito de Icoaraci

Figura 7 - Trabalhador desembarcando abacaxis no trapiche de Icoaraci.



Fonte: Alunos do Projeto

Figura 8 - Camarões secando ao sol, ao fundo os carrinhos de venda de salgados.



Fonte: Alunos do Projeto

Outro aspecto trabalhado com os alunos foi o caráter da importância do lugar em si como lugar de memória, já que, em várias entrevistas colhidas obtivemos citações sobre o trapiche como lugar que guarda memórias do lugar, bem como a antiga ponte de desembarque dos vapores que encostavam na vila. Estas conexões dos lugares de memórias com as vivências

dos alunos, ou ainda, com as memórias narradas pelos moradores mais antigos acabou por dar força na pesquisa, fomentando as buscas por estas referências entre os participantes. Estes espaços relacionados à alimentação, tiveram importante participação durante este projeto de intervenção, contribuindo demasiadamente para que os alunos pudessem sentir, de fato, tais espaços de sociabilidades e de construções diárias do que é Icoaraci.

#### **2.4.1 Do açaí e da farinha: Sobre construções históricas de hábitos alimentares em Icoaraci.**

Quando abordamos o aspecto histórico e social dos alimentos, sendo estes sendo entendidos ao serem preenchidos por construções temporais e contextuais de cada povo, e que ganha novas características conforme as transformações sociais, econômicas e culturais se modificam.

Segundo o trabalho de Eunice Maciel (2004), no processo de construção de certas expressões identitárias ligadas à alimentação a diversidade étnica possui importante participação, sendo utilizada nesta construção, assim como os elementos inerentes da cotidianidade e um determinado lugar, ou região. A autora nos aponta sobretudo para a construção de alguns pratos que acabam por tornarem-se símbolos identitários, sobretudo, devido ao fortalecimento de reconhecimento deste aos seu processo histórico que envolve sua presença nos costumes da comunidade em questão. “A leitura da cozinha é uma fabulosa viagem na consciência que as sociedades têm delas mesmas, na visão que elas tem de sua identidade”. (MACIEL, 2004, p.27).

Figura 9 - Balaios de Açaí no trapiche.



Fonte: Alunos do Projeto

É o caso do Açaí, que tem suas origens como alimento ligada aos povos indígenas da região norte, como demonstra Macêdo (2016, p.196), ao tratar das primeiras citações dos missionários franceses na região. A historiadora aponta povos como os Aruans, Anajazes, Mococons, Mapuazes e Tupinambás como fabricantes e apreciadores da bebida oriunda dos *Coquinhos* escuros extraídos das palmeiras tão comuns na paisagem da região. Sobre esta origem ligada aos povos tradicionais da região, decidimos trabalhar essa contextualização com os alunos a partir da mitologia oriunda destes povos e que guarda relação direta com o ambiente em que vivem; a floresta, lugar que segundo Macêdo (2016, P. 196) liga-se ao imaginário desse povos, sobretudo, na forma de criação de seus mitos.

O mito de Iaçã, nos permitiu além de abordar o açaí como um alimento com tradições indígenas, tratar das diferentes formas de linguagens de culturas diferentes, exemplo da cultura oral. Focando na construção de compreensões e respeito às culturas diversas, como é o caso das etnias indígenas e suas formas de compreensão e identificação das realidades, suas representações sobre aquilo que os cercam e que criam suas identidades (Souza, 2016).

Tais formulações mitológicas acerca de alimentos, se mostram comuns em diversas outras culturas ao redor do mundo, e em diferentes estágios do desenvolvimento humano, nas mais variadas civilizações, como nos apresenta Franco;

No folclore da mesopotâmia, o mel era uma substância mágica, com propriedades medicinais e purificadoras do organismo [...] nas culturas mediterrâneas, o sal era tão importante para a conservação dos alimentos que se tornou, no advento do cristianismo, símbolo da renovação do mundo. “vós sois o sal da terra. Se o sal perder a força, com que se salgará?” [...] Há milhares de anos, a oliveira ocupa lugar de destaque na vida das populações da orla do Mediterrâneo. Associada a mitos e práticas religiosas. (FRANCO, 2001, p. 31)

Dentro da sala de aula, não é difícil percebermos muitas vezes certo nível de conhecimento dos alunos acerca da alimentação de alguns povos distantes geograficamente e culturalmente. Podemos exemplificar Culturas antigas como a egípcia que é lembrada, por exemplo, pela larga produção de cerveja, ou os gregos na produção de azeite de oliva. Diante disso, ao tratarmos da questão da alimentação dentro de uma perspectiva patrimonial e acima de tudo para o ensino de História, e após a citação do açaí pelos alunos, nos pareceu importante discutir tal construção patrimonial ligada às origens históricas do fruto e a representação mitológica do mesmo, sobretudo, comparando tais tradições alimentares dos povos tradicionais da região amazônica com diferentes culturas, que costumam ser mais bem privilegiadas nos currículos de História, sobretudo pelo caráter enrijecido e padronizado sobre os fantasmas do

eurocentrismo e de uma história tripartite a qual os currículos ainda costumam se basear. Estes, em geral ainda tratam dos temas dispostos em uma lógica histórica linear, que organiza os processos de transformação da humanidade partindo de uma antiguidade europeia, que caminha entre altos e baixos rumo ao progresso de uma civilização vista como vencedora.

Este tipo de percepção histórica anula entre os alunos a capacidade de entender o mundo pelo viés da pluralidade cultural, compreendendo diferenças e as respeitando, ao invés de vê-las como inferiores, ou atrasadas e menos importantes. Nesse sentido, propomos realizar um esforço de comparação entre culturas do mediterrâneo, por exemplo, com os tupinambás, e o caminho para essa possibilidade foi exatamente o açaí e seu mito de criação.

Dentro desse viés de ação, propomos tratar do açaí pela perspectiva da importância cultural que o fruto guarda para a Amazônia, segundo Socorro Simões, coordenadora do programa “O imaginário nas narrativas orais populares da Amazônia paraense”. (IFNOPAP-UFPA), além de estar na mesa do povo, o açaí está presente no imaginário paraense até os dias de hoje, sobretudo em múltiplas narrativas sobre sua origem, é o caso da lenda de Iaçã, narrativa muito comum nas memórias de pessoas, sobretudo, das mais velhas e de localidades no interior do estado. Além disso a pesquisadora após reunir mais de 5 mil narrativas em 118 municípios do Pará, sobre as origens do alimento, define que de modo geral, a lenda de Iaçã tem ligação com a sobrevivência destes povos, trata de sacrifícios para a perduração de uma comunidade. Simões (2018) nos coloca também a relação dessas comunidades entrevistadas como de dependência orgânica em vários momentos;

“Há uma referência nesta conclusão da lenda à ‘sobrevivência graças ao açaí’ e ao ‘sacrifício para obtê-lo’, que existe até hoje, especialmente entre famílias com menos recursos que se alimentam, trabalham e vivem graças a este fruto”.

Percebemos, assim, que para além do papel cultural importante que o alimento carrega, temos também sua função social, como mencionado acima. Importante abordar este aspecto do alimento com os alunos, sobretudo quando pensamos sobre tipos de alimentos bases para diferentes sociedades, e os papéis que estes assumem no processo de desenvolvimento destas civilizações, assim como do contato com outras culturas diferentes, o que acaba por transformar práticas culinárias, assim como formar diferentes representações alimentares dentro de cada sociedade.

Neste sentido, para além das origens indígenas do açaí, perpassamos também o caráter social do alimento com os alunos e alunas, e as transformações que estes sofrem no decorrer do

tempo. Pois, por meio da análise das práticas alimentares de uma sociedade podemos fazer leituras mais complexas sobre, por exemplo; fome, miséria, pobreza e classes sociais.

Tal abordagem se apresenta como uma ferramenta deveras eficaz na busca pela formação de um pensamento crítico e a compreensão entre os estudantes destas realidades sociais que os cercam. Tal como reforça Ramos;

O debate envolvendo a fome e a miséria também demanda o estudo do passado para formar indivíduos críticos imunes à manipulação ideológica deste tema amplamente utilizado por políticos e outros grupos [...] estudando a alimentação em sala de aula, obviamente aplicada ao seu objeto específico de ação pedagógica, o professor de História pode estimular questionamentos embasados em dados concretos, e dessa forma colaborar para a formação de indivíduos mais conscientes. (RAMOS, 2018, p. 98-99).

Por meio da análise histórico-social de apenas um alimento citado pelos alunos e parte dos idosos entrevistados, no caso o açaí, podemos apresentar possibilidades de debates sobre por exemplo, aspectos sociais que cada alimento carrega. Esta perspectiva possibilita o desenvolvimento de um pensamento crítico no aluno, onde estes são levados a construir a partir da análise daquilo que é cotidiano. Isto se ancora no que fora pensado por Paulo Knauss (2014, p. 27) e Mario Carretero (2010, p. 21), em uma perspectiva de prática dialética do ensino, ao passo que visa substituir a transposição didática, por um processo de construção do conhecimento histórico, mediante uma didática dialógica entre alunos e professor, rompendo com a normatização do saber. Tal método guarda a possibilidade de desenvolver no aluno um aprendizado significativo.

Ainda sobre a questão do açaí, Sidiana Macêdo (2016) em sua tese sobre a cozinha mestiça em Belém do século XIX, nos descreve sobre as práticas de alimentação envolvendo o açaí, bem como os sujeitos históricos que faziam uso de várias maneiras diferentes. A historiadora nos mostra a relevância que o açaí possuía na dieta da cidade durante os séculos XVIII e XIX, sendo consumido misturado com água, açúcar, ou apenas com farinha de mandioca. Outras vezes em forma de mingau, e essa forma, por exemplo, segundo a autora nos ajuda a diferenciar por exemplo, as formas mais tradicionais de consumo, ligado às práticas indígenas, e modos de preparos que sofrem influência no decorrer do tempo. A partir do processo de preparo como mingau misturado ao arroz, por exemplo, teríamos o que Macêdo identifica como um processo de mestiçagem do alimento. O hábito de consumi-lo com outros ingredientes, como a farinha de mandioca, os peixes (como o pirarucu), camarões, ou outros salgados remetem ao modo indígena de consumo, no entanto o ato de adicionar açúcar, já

caracteriza-se como um alimento mestiço, pois estaria relacionado ao contexto histórico pós colonização, e do estabelecimento da indústria açucareira no Brasil. (MACÊDO, 2016, p. 202)

Dentro deste mote, apesar do consumo do açaí ser, a priori, comum à toda a sociedade belenense, a adição de açúcar, por exemplo, pode servir como característica que distingue classes sociais durante os séculos XVIII e XIX, uma forma de adentrarmos às peculiaridades sociais por meio dos costumes alimentares. Segundo a autora;

No geral, o açaí era consumido sem açúcar e como parte importante das refeições. Penso que a adição de açúcar surge como parte de uma maneira de diferenciação de consumo entre as gentes de menor posição social e aquelas que tinham poder econômico elevado. Neste aspecto de consumo, vê-se claramente, que a forma de tomar açaí está inserida num ritual de poder simbólico. O açúcar sempre foi visto como um alimento que estava atrelado a status social. Ao mesmo tempo, observamos no uso do açúcar um processo de mestiçagem no consumo desse alimento já no século XVIII (MACÊDO, 2016, p. 199).

Importante salientar, que a possibilidade de tratar das classes populares na história local, ou regional com os alunos, torna-se motivador, pois a prática de consumir o alimento foi citada pelos alunos exatamente partindo de referenciais concretos, ao serem questionados sobre aquilo que pode servir como características identitárias do lugar onde vivem.

Macêdo (2016) nos ajuda ainda a compreender que desde, pelo menos, o século XVIII o açaí, mais do que uma iguaria ligada à práticas alimentares refinadas para grupos sociais mais abastados, era antes, base da alimentação para as camadas mais pobres da cidade, geralmente, consumida com farinha de mandioca e carnes salgadas, justamente para aumentar seu poder nutritivo, o que nos leva a inferir que o hábito constante nesse período pelas pessoas mais pobres estava ligado à necessidade de alimentar-se, e a facilidade de encontrar o fruto no local. Como nos fica claro na seguinte citação.

Para o seu preparo, emprega-se a polpa de açaí triturada e diluída com água. Na mistura entra também uma boa quantidade do pericarpo, ou casca, da fruta, o que se reconhece pelos fragmentos ásperos e insípidos que se prendem no céu da boca. Os paraenses não pertencentes à elite a bebem misturada com farinha de mandioca, o que aumenta seu poder nutritivo. Este será sem dúvida o motivo por que a população pobre a consome tão constantemente (WALLE, 2006, p. 312, apud MACÊDO, 2016, p. 199)

Ainda dentro dessa temática, outro aspecto do consumo do açaí durante o século XIX, que pôde ser tratado com os alunos está relacionado a alimentação dos indivíduos escravizados. Em artigo elaborado sobre as práticas alimentares dos escravos na Amazônia, Bezzera Neto e Macêdo (2009), nos apresentam os usos do açaí como algo comum entre os indivíduos cativos na sociedade paraense. Além do aspecto alimentar, o açaí ganhava caráter de meio de sobrevivência econômica para os negros, fossem eles de ganho, ou fugidos, serviam como meio de sobrevivência ao trabalharem com a coleta destes nos interiores e a consecutiva venda nas

feiras, portos e praças de Belém. Assim como o açaí, a farinha também era consumida em demasia, base da alimentação escrava, tão apreciada ao ponto de ocorrerem casos em que escravos fugidos que haviam logrado permanecer soltos durante anos, ao buscarem comprar ou trocar farinha nas vilas, acabavam sendo capturados (BEZERRA NETO; MACÊDO, 2009, p. 8).

Este tema sobre alimentação dos escravos quando tratado com os alunos, chamou particularmente muito a atenção dos mesmos. A maioria mostrou-se impressionada ao saber que escravos também consumiam açaí. Aquele alimento tão comum à maioria deles já havia sido consumido além de seus avós, também por escravos e os primeiros indígenas que ali habitavam. Este estranhamento daquilo tão corriqueiro em seu dia-a-dia, é exatamente o gatilho para que se inicie um processo de tomada de consciência acerca da historicidade que cerca sua realidade, onde até mesmo seus hábitos alimentares podem ser delimitados historicamente, sendo fruto de um contexto, como nos aponta Franco (2001, p. 26); “Os homens comem como a sociedade os ensinou. Os hábitos alimentares decorrem da interiorização, desde a mais tenra infância, de regras e de restrições”. Além de ajudar na concepção entre os alunos de que aquele passado de escravidão, não está tão distante assim, e que existe muito de passado no presente em que eles vivem.

A abordagem do alimento no decorrer do tempo, pode ser uma boa ferramenta para fazer o aluno compreender a formação cultural do Brasil como múltipla e riquíssima pela contribuição de diversas culturas distintas. Mas que, contudo, muitas vezes só conseguimos perceber uma, a qual faz referência à branca europeia. A partir dessas temáticas, torna-se possível tratar com os alunos a noção de que os alimentos podem nos ajudar a situar quem somos socialmente, apontam diferenças econômicas entre grupos sociais, assim como nos dias atuais. Mas, que ao mesmo tempo, certos alimentos, dependendo no contexto em que estão inseridos, também podem romper certas barreiras, no caso do açaí, este consegue visitar tanto as mesas de famílias com melhor condições econômicas, que compram o litro por valores altíssimos para saborear com peixes mais caros, ou em restaurantes hoje especializados em atender uma parcela exclusiva da sociedade, aquela que consegue pagar o preço. E ao mesmo tempo, está presente na mesa de famílias mais pobres de Icoaraci, que em muitos casos, enxergam este alimento como a única fonte de alimento, e que ao invés dos peixes caros, ou camarões, complementam o *vinho arroxeadado* simplesmente com farinha d’água, ou algum salgado embutido de carne, como mortadela, ou salsichas, como bem mencionaram alguns dos alunos, durante os debates.

Para além do que possa parecer, tais aspectos aqui tratados não são isolados uns dos outros, antes disso, todas as características e possibilidades aqui tratadas, usando o exemplo do açaí, que fora citado pelos alunos, estão situadas na perspectiva do alimento como referência de identidades de comunidades, sendo estas, resultado de construções histórico culturais, e suscetíveis à representações diversas. A alimentação é cultura, e vai de um simples ato de comer, até poder transformar-se em algo cheio de sentidos e referências concernentes à hábitos e práticas de um coletivo. O que nos ajuda a compreender certos alimentos que ganham relevância como representações e tipos patrimoniais à essa comunidade. O ato do ensino de História se propõe a tratar do tema sobre o alimento como identidade patrimonial, insere-se na discussão sobre a busca por consciência histórica em alunos e a questão dos conteúdos. Antes de mais nada, ao tratar de alimentação com os alunos, nos é possível partir da realidade tangível dos alunos, exatamente o que Rüsen (2001) nos coloca como ponto importante no trabalho com alunos acerca de uma consciência histórica, vejamos;

A história, que afinal deveria fornecer reflexões e respostas elaboradas – ainda que provisórias – sobre a historicidade desses temas cruciais para a vida do aluno, incluindo-os em grandes temas cruciais para a vida do aluno, incluindo-os em grandes quadros que permitem entender seus fundamentos, vinculações e consequências, acaba por oferecer somente respostas mais ou menos sofisticadas sobre Napoleão Bonaparte ou sobre os combates das guerras do século XX. Embora esses sejam temas importantes, não devem suplantam a necessidade de compreender o mundo imediato do aluno (RÜSEN, 1998, apud CERRI, 2011, p. 124)

Dessa forma, compreendemos como possível para um estudo patrimonial lançar mão de temáticas como a alimentação, sobretudo quando pensamos acerca da questão das identidades como parte importante no ensino de História.

Montanari (2009, p. 241) em seu trabalho sobre o mito da Bolonha gorda, o autor analisa exatamente esta construção das identidades que se constroem por meio de trocas e experiências culturais no decorrer do tempo na cidade italiana. Nesse sentido, comparadamente, temos o alimento trabalhado com os alunos de Icoaraci perspectivado em sua construção histórica e cultural, como parte da cozinha mestiça (MACEDO, 2016) da região amazônica. Tal viagem sobre esta construção do açaí no tempo como pano de fundo, nos possibilita enxergar e trabalhar com os alunos e alunas a história local, noções sobre os patrimônios locais e o surgimento de referenciais identitários dentro do ensino de História.

Os encontros durante o projeto de intervenção didática aqui tratado, mostraram-se eficazes no que diz respeito ao contato dos discentes com as riquezas culturais locais de Icoaraci. Apresentando-se como ferramenta poderosa no objetivo de ampliar a crítica dos alunos para o tema do patrimônio cultural e histórico. Percebemos o advento de olhares e

elucubrações que passaram a problematizar o próprio local em que vivem, e surgindo olhares treinados para enxergar aspectos que antes eram invisíveis aos alunos e alunas.

Tratar do açaí como possibilidade do trato da alimentação para debater a história local de Icoaraci, bem como, ajudando no processo de entendimento de como se constroem socialmente patrimônios históricos e culturais, lugares de memória e a importância de tê-los em sua formação, resultou em positivo resultado no término das aulas oficinas e da produção das imagens. Perceber nos olhar dos alunos, e na autonomia de suas representações por meio das fotografias, a compreensão de que em cada canto, rua, praça, estabelecimento e práticas de Icoaraci, existe história e importância para sua formação como cidadão, nos demonstrou o potencial da sequência didática envolvendo o ensino patrimonial e o tema da alimentação, bem como as diferentes possibilidades e perspectivas.

## **2.5 Ensino de História local e a noção de tempo**

A necessidade da discussão acerca das temporalidades durante as aulas de História, torna-se necessária ao passo que percebemos, durante os anos atuando no ensino básico, a ausência dos alunos no que tange o desenvolvimento pleno da noção de tempo histórico, e de como essa percepção torna-se crucial para o pleno desenvolvimento da consciência histórica do aluno, da sua compreensão como sujeito histórico no lugar e no tempo. A intenção do trabalho em trazer o diálogo entre o ensino patrimonial de Icoaraci e a questão das temporalidades teve como impulso as experiências em sala de aula relacionadas a um distanciamento de diversos temas e contextos históricos pelos alunos, normalmente, pelo o que percebemos ser uma eivada compreensão acerca das noções de tempo dentro das temáticas da História.

Acerca deste entendimento, Circe Bittencourt (2008);

[...] é necessária uma maturação biológica para a compreensão do tempo. Piaget afirmava que compreender o tempo “é libertar-se” do presente”, e esta capacidade corresponde a transcender o espaço por intermédio de um exercício de reversibilidade, remontando o tempo passado ao presente e ao futuro e ultrapassando assim a marcha real dos acontecimentos. (BITTENCOURT, 2008, p. 202)

A fala da autora nos faz lembrar uma dinâmica que costumamos fazer já à anos, sempre no início do ano letivo com as turmas a partir do 7 ano, devido ao nível de desenvolvimento do pensamento abstrato dos alunos/as ser mais propício de acordo com sua idade biológica e as percepções temporais.

Costumamos realizar um questionamento inicial oriundo das experiências em sala de aula, baseado na seguinte pergunta; “O tempo existe fora de nós?” geralmente as respostas são positivas, e daí em diante se inicia um processo de debates para buscar a compreensão de que o tempo seja algo construído pelo homem, é algo artificial e mutável, justamente pelo o passar do tempo. Podemos dizer que de salas contendo 30 alunos, durante todo esse tempo de magistério, o percentual de alunos que na primeira indagação afirmam ser o tempo uma criação social, é de apenas mais ou menos 10 por cento.

Diante destas constatações, se mostra necessário abordar percepções de tempo cronológico, histórico<sup>44</sup>, passado, presente e futuro, bem como o que está relacionado às durações.

Visamos, sobretudo, aproximar os jovens da discussão em história acerca do tempo, pois, a formação do indivíduo sobre a consciência temporal de sua existência é condição mister para o pleno desenvolvimento do sujeito, o que Rüsen (2001) nos apresenta como esteio da vida e da prática social, mediante a auto afirmação perante o decurso da vida no tempo, sendo assim possível agir como protagonista em sua trajetória, criando posturas responsáveis em relação ao meio ambiente, ao ambiente social, e a si mesmo.

Por meio das propostas metodológicas da pesquisa aqui apresentadas, visa-se com a participação do aluno uma maior compreensão de conceitos como tempo histórico, memória e identidade. Por meio das experiências com os espaços ou locais de memória de Icoaraci, ao contato com os relatos orais de moradores mais velhos, e ao registrar estes espaços e práticas locais através da fotografia, busca-se trabalhar o tempo histórico em sua dimensão relativa à duração, e as diferentes perspectivas desse tempo para diferentes gerações, além de colocar o aluno diante de experiências palatáveis acerca da própria captura do que são as mudanças vivenciais num determinado espaço (Icoaraci) ao decorrer do tempo, e ao mesmo tempo, permanências de outrora, mudanças oriundas dos homens que ali habitaram e habitam, bem como furtos de contextos históricos mais abrangentes, que movimentam-se por entre as épocas.

Será que a Icoaraci, ou a antiga vila pinheiro de seus avós é tão diferente desse lugar que habitam e desenvolvem suas sociabilidades? O que mudou e o que permanece no presente? O passado é tão passado assim? Que tempo passado é esse, onde os velhos do agora deleitam-se com até mesmo demasiada nostalgia no exercício do lembrar?

---

<sup>44</sup> Mesmo estando estas temáticas previstas inclusive desde o sexto ano do fundamental maior.

A partir do trato com o passado mediante à luz da memória de pessoas que viveram no mesmo espaço que os alunos, inevitavelmente inicia-se um processo de aprendizagem em relação ao tempo histórico em sua forma colocada por D'Assunção Barros (2013, p. 22-23), como um tempo elástico, que se contrai e se dilata conforme as sensibilidades humanas que ele afeta, pois mesmo um indivíduo, ou uma sociedade inteira, pode sentir de diferentes maneiras as formas como o tempo passa. E é exatamente esta sensibilidade, como habilidade do aluno, que buscamos alcançar com esse trabalho, e esta intencionalidade vai de acordo com um dos principais objetivos do ensino de História local ao estar ligado ao próprio direito do aluno em preservar a memória de sua localidade, assim como sua cidadania ser ampliada com a formação da análise crítica acerca da sua realidade, e das mudanças e relações com o tempo. Vejamos;

Os estudos da história local conduzem aos estudos de diferentes modos de viver no presente em outros tempos, que existem ou que existiram no mesmo espaço. Nesse sentido, a proposta dos estudos históricos é de favorecer o desenvolvimento das capacidades de diferenciação e identificação, com a intenção de expor as permanências de costumes e relações sociais, as mudanças, as diferenças e as semelhanças das vivências coletivas, sem julgar grupos sociais. Classificando-os como mais evoluídos ou atrasados. (Brasil/MEC/SEF, pág.52)

Tratamos aqui desse tempo a ser apreendido pelo aluno, até mesmo com traços de objetividade, no entanto, resume-se a um caráter puramente didático, ao passo que a própria conexão com o conceito de tempo histórico e seu caráter densamente abstrato torna-se tarefa assaz difícil entre alunos do nono ano. Por isso sugere-se aqui tal sequência metodológica (que será melhor detalhada na seção seguinte deste artigo), onde se coloca o aluno em contato direto com as fontes (relatos orais) e com os espaços de memória (por meio da fotografia), exercitando assim um direito inerente a sua cidadania, que é levá-los ao papel de protagonistas da pesquisa e do conhecimento construído, e não mais meros recipientes esperando serem preenchidos pelos saberes e conhecimentos históricos oriundos da academia para sua sala de aula, sendo esta, deixada para que o processo de ensino e aprendizagem em História se dê no próprio espaço de memória, por meio das experiências.

A necessidade de se criar novas temáticas e metodologias no ensino de história que aproxime o aluno desse importante conhecimento humano, na tentativa de contrapor a velha métrica de aulas expositivas, nesse mundo tão diferente, vai ao encontro do que pensou Paulo Knauss (2014), quando percebe muitas vezes o papel social da escola, bem como do professor, alijado de críticas devido uma falta na manutenção da comunicação, ficando o professor e a

escola a cargo de um processo de ensino aprendizagem carregado com um caráter dogmatizador, e normativo.

Nesse sentido, proporcionar atividades de pesquisa desse tipo, que fujam desse modelo tradicional, visam proporcionar práticas significativas ao aluno, numa relação entre o fazer e o saber, onde o discente atua, e não apenas recebe mecanicamente como seria o caso de uma aula expositiva sobre a história de Icoaraci.

Normalmente em uma aula expositiva sobre o lugar, um dos recursos a serem utilizados certamente seria uma linha do tempo, traçada no quadro apontando marcos temporais balizando mudanças ocorridas na localidade, como por exemplo: Período Colonial; formação de sesmarias no local, instalação da ordem dos carmelitas dos pés calçados – Período Imperial; construção da escola rural Dom Pedro II na localidade – Período Republicano; transformações urbanas, construção dos casarões e chalés pela elite belenense durante o período da expansão da economia gomífera, etc.

De modo geral, este aprendizado sobre a história local se balizaria no tempo em formato de seta que aponta para a modernidade do hoje, sem levar em consideração por exemplo, a extensão do tempo histórico configurada, como exemplo nas continuidades e permanências. Claro que não podemos simplesmente descartar o uso da linha do tempo, mas que ela possa assumir o papel de instrumento cognitivo para apreensão do tempo durante as atividades em sala.

Sendo assim o tempo é uma categoria difícil de se compreender formalmente entre os alunos do ensino fundamental, talvez, mediante atividades didáticas diferenciadas como é o caso da proposta aqui apresentada, se crie um caminho opcional para que ocorra a compreensão das temporalidades. O aluno diante da reconstrução de um tempo pretérito narrado pela lembrança dos mais velhos, e posteriormente com a ida e o registro em fotografias desses lugares e práticas citadas pela memória, pode vir a criar um sentido mais fundante em relação à diferença entre um tempo cronológico e o tempo histórico. Mais do que ensinar novos lugares e tempos diferentes, propõem-se afinar os ouvidos e olhares desses jovens para que estejam preparados para enxergar e ouvir o lugar que vivem mediante uma auto compreensão acerca de sua existência em relação ao passado desse lugar, vinculada à preservação da memória local. Proporcionar ao aluno a compreensão das diferenças entre os diversos tipos de tempo dispostos na realidade, como nos bem aponta Barros (2013), seja ele, um tempo natural, objetivamente usado pelos físicos, o tempo da natureza, que muitas vezes, diante da resposta de alunos

interpelados em sala, sobre o mesmo questionamento se o tempo existe fora de nós, ou não, é respondido como existindo autonomamente, pois o sol se põe e a noite chega, para os alunos, é o tempo do dia e da noite. Neste sentido, torna-se condição mister desenvolver a noção de tempo histórico entre os sujeitos, haja vista, a diferença entre essas formas de medir o tempo, e a importância de perceberem, que o tempo, não importa qual, é uma forma de organização da realidade dos homens, ou seja, é uma produção cultural. O tempo histórico seria aquele onde reside a consciência dos homens em relação às suas ações no espaço, como nos apresenta Barros (2013, p. 20).

A primeira noção à qual precisamos dar forma de modo a refletir sobre o tempo histórico é a de que este é um tempo necessariamente humano. O tempo dos historiadores refere-se essencialmente à existência dos homens. O que de fato interessa a um historiador é a passagem do homem sobre a terra, o que inclui tudo aquilo que, tocado pelo homem, transformou-se, e também aquilo que, vindo de fora, transformou a vida humana. Sobre esta definição de tempo histórico como o tempo dos homens, e as diferenças entre um tempo dito, natural, elencamos também o que o Bloch (2001, p. 53) nos coloca; Há, nesse sentido, uma história do sistema solar, na medida em que os astros que o compõem nem sempre foram como os vemos. Ela é da alçada da astronomia. Há uma história das erupções vulcânicas que é, estou convencido disso, do mais vivo interesse para a física do globo. Ela não pertence à história dos historiadores.

Podemos então, caracterizar este tempo histórico como sendo aquilo que regula uma espécie de ordem na vida dos homens, aquilo que comumente divide a relação dialógica entre passado e futuro. Sendo assim, nesse processo de compreensão da temporalidade entre os alunos, tratando da relação entre passado e presente, podemos desenvolver noções e habilidades no aluno, como historicizar práticas comuns em Icoaraci, e lugares, que hoje possam não ser considerados patrimônios históricos oficializados. Como exemplo podemos citar a tradição do artesanato no bairro do Paracuri, mediante a entrevista dos moradores e das informações obtidas nas aulas oficinas conosco, fora possível perceber por meio do longo processo de desenvolvimento da prática ao decorrer do tempo, uma importância no que tange o artesanato como tradição específica de Icoaraci, algo que a difere de outros bairros e distritos de Belém, lhe traz identidade e ao mesmo tempo compõem-se em matéria substancial para uma narrativa histórica sobre o lugar.

Pudemos perceber a riqueza histórica e cultural do distrito de Icoaraci e o peso da tradição em várias práticas ainda mantidas no dias atuais, sua riqueza patrimonial se lança aos olhos daqueles que arriscam-se a contemplar a aprazível “vila sorriso”, como é conhecida.

No entanto, uma pergunta se faz necessária, qual a relação dos moradores com essa riqueza? Mas especificamente, qual seria a relação dos jovens (símbolos das recentes gerações) com esse espaço e essa história? Seriam a escola e as aulas de História, possíveis de aproximar os alunos locais dessa história, dos valores culturais e bens patrimoniais de Icoaraci? Haja vista, que percebemos não seria o bastante pensar uma identidade icoaraciense estabelecida entre os que lá vivem, pois segundo o que nos alerta Stuart Hall (1996), a identidade não é algo estanque, pelo contrário, está em constante mutação, por ser inevitavelmente ligada à cultura, não se trata simplesmente de um modelo identitário, plasmado e passado de geração para geração, mas sobretudo, algo que depende da construção da narrativa cultural e da história. Sendo assim, o indivíduo relaciona-se com a identidade que lhe cabe segundo seu grau de pertencimento à cultura que lhe cerca. Quando pensamos Icoaraci, devemos pensar também, além de sua cultura, seus espaços como formadores de uma possível identidade dos sujeitos. Segundo Pierre Nora (1993) os espaços de memória seriam como esteios que norteariam os sujeitos em um processo de identificação, o despertar de uma consciência coletiva sobre o físico, o palatável, o material, que deve ser relembrado, comemorado e enaltecido, numa tentativa de construir memórias que distingam localidades e indivíduos diante de um mundo cada vez mais planejado por identidades globalizadas.

Durante o processo de captação das imagens propiciou-se aos discentes a prática do contato com as memórias, principalmente durante a necessária tomada de posição dos alunos em registrar em imagens os lugares que para eles representam Icoaraci, ou espaços de memória citados durante o processo de captação das memórias dos moradores do distrito. Além disso nos fica clara a capacidade desta prática em difundir o contato desses jovens com percepções do tempo histórico, como as características dessa categoria intrínsecas às ciências humanas, suas peculiaridades como a elasticidade deste tempo, onde se torna possível perceber as permanências e continuidades de um passado que agora apresenta-se um pouco mais presente.

Sugere-se, a partir desses resultados em relação à metodologia proposta desenvolver o nível de consciência histórica dos discente, mediante a pesquisa em história local. Percebemos que, ao aumentar o protagonismo dos mesmos, o nível de envolvimento e auto estima dos jovens vem se elevando durante as aulas de História, mesmo as regulares, mas sobretudo, durante os encontros no contra turno para tratarmos do projeto de intervenção, é perceptível a

motivação desses para a pesquisa sobre a história local de Icoaraci. Para isso, trazemos aqui a transcrição literal de uma fala do aluno “G”, gravada durante os encontros; “[...] A gente se sente fazendo parte de uma coisa importante. É como se a gente fosse historiador, estando pesquisando uma coisa de Icoaraci que ninguém sabe, só a gente, e que os outros saberão graças ao nosso projeto”.

Além disso, ao trabalhar com o lugar de memória, percebemos que a potencialidade dessa relação da memória com a história local, proporciona meios de desencavar memórias subterrâneas, de minorias marginalizadas, ou desvalorizadas, um bom exemplo disso, seria a prática do artesanato de Icoaraci, circunscrita no bairro do Paracuri, uma das áreas mais pobres e com maior índice de violência do distrito, carregado de visões negativas e lembrado mais pelos problemas sociais, do que pela carga cultural que carrega com o artesanato. Pensar essa memória local, é sobretudo, baseando-se em Pollak (1989), criar uma alternativa popular frente à memória oficial.

No que concerne à metodologia sugerida, percebemos que ao colocarmos os alunos como protagonistas nessa empreitada de levar o trato do conhecimento histórico para fora da escola, da sala de aula, e a conduzir, primeiro colhendo dados por meio da oralidade, posteriormente com a produção de imagens que ganham lastros de documentos não escritos, se mostra motivador e apaixonante aos alunos que participam das oficinas.

Em um dos encontros, ao tratarmos acerca do questionário, tendo como tema o debate sobre o que identificaria Icoaraci em relação a outros lugares de Belém e do Brasil, e quais seriam os lugares segundo os alunos que guardariam essas identidades? A estudante “K” diante dessa liberdade e do modo como o debate estava ocorrendo, se sentiu livre para sugerir uma metodologia durante o trabalho. Ela contribui; “Professor, poderíamos fazer um vídeos das crianças brincando na rua, mas teria de ser de uma forma bem espontânea”.

Ela afirmara que em Icoaraci as crianças ainda brincavam na rua, nesse momento ela foi interrompida por “G” e “L” que disseram não mais ver crianças nas ruas, que era um hábito antes comum, mas não percebiam mais isso.

Tivemos aí, um exemplo inicial dos inúmeros impasses gerados pela prática de análise do lugar, dos costumes e de seus sujeitos. Este método de atuação ainda durante as aulas oficinas, os ajudou a perceberem as possíveis mudanças nessa realidade, e de como as identidades estariam em construção e sujeitas a mudarem por infinitos motivos.

Propus que eles começassem a observar essa característica do brincar na rua, para posterior registro, ou não, afinal, eles é quem seriam atores também com poder de decisão nessa pesquisa.

Percebemos com isso, a potencialidade que um encontro com o objetivo de criar um ambiente de diálogo possui. Nos primeiros encontros, foi levantada uma questão acerca de um costume local (no caso o das crianças brincarem nas ruas à tarde), visões discordantes surgiram em sala, mas, a prova ou confirmação se sim ou se não, só seriam capazes de afirmar depois das suas pesquisas sobre essas ruas do distrito. Eles como agentes da pesquisa, teriam de fazer esse levantamento, e se fosse confirmada a prática, deveria ser registrada pelo foco de seus celulares.

O questionamento de “K” acerca de uma Prática, e a dúvida se ela ainda ocorreria nos dias atuais no bairro, acabou desencadeando nesses jovens um olhar de curiosidade sobre o que antes parecia banal, simples e comum. Podemos dizer que um olhar de pesquisador foi criado e exercido, mudou-se a forma de ver Icoaraci, transformou-se o modo de observar. A partir desta sequência didática, percebemos que aquilo que os olhos enxergavam, passaram a ser também crivados pelo pensamento crítico e analítico, e por último, dentro da perspectiva do projeto, foram enquadrados pela visão artística da composição da imagem e da sensibilidade do olhar fotográfico. Além de possibilitar percepções sobre permanências e mudanças dentro dos limites temporais de uma geração, por exemplo.

Circe Bittencourt contribuiu sobre a importância nessas perspectivas temporais para a construção do conhecimento histórico, sendo que todo objeto de estudo, seja ele qual for, deva ser considerado seu tempo, assim como o estudo do lugar onde se vive, servindo como uma espécie de laboratório para os estudos sociais e da aprendizagem, ou apropriação de arcabouços intelectuais que criticamente enxerguem os diversos tempos existentes. Como nos elabora na seguinte passagem;

Há o tempo vivido, o tempo da experiência individual: o tempo psicológico – os acontecimentos agradáveis parecem “passar rápido” e os desagradáveis parecem “durar mais tempo”. O tempo vivido é também o tempo biológico, que se manifesta nas etapas de vida da infância, a adolescência, idade adulta e velhice. Na nossa sociedade, o tempo biológico é marcado por anos de vida, geralmente comemorados nas festas de aniversário, e evidenciado em idades bem delimitadas, que possibilitam, que possibilitam a entrada na escola, na vida adulta. (BITTENCOURT,

Tais exemplificações aqui organizadas metodologicamente para a compressão via esta comunicação acadêmica, mesmo no melhor dos resultados, acabará por limitar a riqueza de fato

dos potenciais de apropriação por parte dos alunos destas compreensões acerca do tempo histórico. Os estudos do lugar e da história local de Icoaraci com os alunos, acabou gerando frutíferos caminhos na compreensão por exemplo, dos diferentes ritmos temporais no passado. Ao tratarmos do ensino pautado na história local, este jogo de escalas entre o micro e o geral nos ajudou nessa compreensão por parte dos alunos. Para Bittencourt (2008, p. 207) “a relação das sociedades com a duração é o ponto específico da investigação histórica.” Desse modo, uma história de vida narrada por meio da memória atrelada aos significados do lugar onde se viveu, os ajudou por exemplo, a enxergar uma categoria de curta duração como o caso dos acontecimentos, as mudanças ocorridas no lugar e nas práticas sociais, estando estas atreladas a contextos mais amplos, em nível estadual, nacional, ou ainda, mundial.

Os alunos conseguiram enxergar mudanças na sua comunidade em relação à sua existência, e as mudanças e permanências, por exemplo no que foi levantado com as memórias dos mais velhos.

Entre as permanências elencadas pelos relatos de memória colhidos por estes alunos que coincidiu com os lugares apontados por eles temos o “O campeão”, uma tradicional lanchonete, sorveteria e casa de comidas típicas, muito conhecida pelos moradores. O estabelecimento foi citado no relato de memória de Dona Rosa S. *“Lembro que mamãe, eu e minhas irmãs... éramos 4 filhas mulheres quando morávamos lá na segunda rua... em 85 a Dorinha partiu, mas lembro da gente bem pequeninas, mamãe nos arrumava de fita e laço para irmos tomar sorvete à tardinha no Campeão.”* As palavras de Dona Rosa, avó de um dos alunos, demonstra o poder dessas memórias afetivas relacionadas ao lugar.

Sobre o mesmo lugar, obtivemos durante os debates de parte dos alunos, mediante a questão; pra vocês, quais seriam esses espaços que reúnem pessoas de Icoaraci, um lugar em comum pra boa parte dos moradores? Entre vários citados, o aluno “L” lembrou do “delícias da vila”, a aluna “E” o interrompeu o questionando; “tá falando do Campeão?” outro aluno responde; “É, ele só mudou de nome, mas é o mesmo”. A aluna reafirma que apesar da mudança de nome na placa, a maioria continuaria chamando de “O Campeão”. Eles e elas usaram o novo nome do lugar para perceberem que não importava a nova nomenclatura do lugar, mas que acima de tudo ali era um lugar referência em Icoaraci por gerações. “L” disse que o pai dele

havia falado sobre a lanchonete para ele; que antigamente era um ponto de encontro na sua juventude.<sup>45</sup>

Outo lugar apontado pelos alunos foi a praça matriz de Icoaraci, onde fica a igreja matriz de Nossa Senhora das Graças.

Em uma das entrevistas realizadas, o relato do Sr. Juraci S. cruzado com o da senhora Maria R. nos ajudou a compreender as práticas de sociabilidades em torno do espaço desde os idos dos anos 60. Mesmo fora do calendário de festividades da paróquia local, ou dos dias de missas, ambos ainda jovens, assim como outros sujeitos entrevistados, frequentavam a praça nos fins de tarde e à noite e relataram isto com acentuada emoção ao recordar do lugar onde socializavam com amigos, onde namoravam, passeavam com a família, enfim, onde existiam e praticavam a sociabilidade entre eles. E para a surpresa dos alunos, este lugar é até hoje ocupado pelas gerações atuais. A aluna “T” nos revela em sua fala: “Professor, quando minha avó falou que ia pra praça quando era jovem, ia namorar lá, tomar sorvete no final de tarde, eu comecei a rir porque a gente faz isso também, né?! Pelo menos eu e muita gente se encontra lá pra dar uma voltinha. Tanto tempo e a gente ainda faz as coisas que eles faziam, sem nem perceber.”

Este contato com as memórias, e as representações dos espaços e costumes ajudaram estes alunos e alunas, a enxergarem que hoje com a idade que seus avós tiveram à pelo menos 60 anos atrás, eles pisam nos mesmos bloquetes, sentam-se nos mesmos bancos da praça e protegem-se sob a sombra das mesmas árvores que seus antepassados.

Figura 10 - Perspectiva da praça matriz de Icoaraci. Ao fundo a Igreja de Nossa Senhora das graças.



Fonte: Alunos do Projeto.

<sup>45</sup> Os lugares elencados pelos alunos, bem como os registrados pelos relatos de memória estão organizados em gráficos comparativos no capítulo seguinte.

Figura 11 - Outro ângulo da praça matriz, tendo como fundo a Igreja matriz e moradores praticando esporte.



Fonte: Alunos do Projeto.

Sobre estas perspectivas dentro do aprendizado em História, Toledo (2008) ao pesquisar as realidades desse ensino baseado na materialidade com alunos entre 7 e 10 anos, nos exprime, baseando-se em Ribeiro (2004);

A ideia de trabalhar com a observação de um objeto parte do pressuposto de que a observação direta de indícios do passado representado pelas fontes primárias faz com que o aluno, ao manusear o objeto, reflita sobre o passado ao qual este objeto pertenceu. Segundo Ribeiro (2004, p. 40), “o objecto sugere factos, processos e ideias e, dessa forma, potencia o conhecimento significativo de um determinado período histórico-cronológico”. O procedimento tinha como objetivo levar os alunos a fazerem inferências sobre o passado, o que havia de diferente entre o objeto observado e hoje, além das referências possíveis ao cotidiano. (TOLEDO, 2008, p. 62).

Nesse sentido, acreditamos que tal pesquisa ganhou fôlego quando pensamos o exposto por Bourdieu acerca da difícil tarefa em pensar e ensinar as ciências sociais;

Muitos dos instrumentos de construção da realidade social (como categorias profissionais, classes etárias, etc.) são categorias burocráticas nas quais ninguém pensava. Como diz Thomas Bernhard, em *Alte Meister*; somos todos mais ou menos "servos do Estado", "homens nacionalizados" como produtos da escola e dos professores ... E para se livrar de preconceitos, é necessária uma formidável energia de ruptura, uma violência iconoclasta que encontramos com frequência entre escritores como Thomas Bernhard e artistas como Hans Haacke, mais do que entre os professores de sociologia, mesmo quando estes são completamente "radicais" em suas intenções. (BOURDIEU, 1997, p. 20-21)

Dessa forma, que sejamos corajosos e enérgicos em, ao menos, tentar romper com um ensino de história normatizador, e porque não, tradicionalista e enfadonho aos alunos. Nesse sentido, que possamos oferecer aos alunos, meios de apreensão da realidade que os cercam e da existência que lhes cabe, sobre o prisma de uma História não como ciência do passado, mas,

como pensou Koselleck (2006), um instrumento para entender o vínculo entre o antigo e o futuro, por meio da recordação e da esperança, onde o presente em que se dá esse projeto de intervenção seja o lócus de tensão entre os dois e que gere o conhecimento histórico.

Dentre os resultados aqui alcançados, pudemos pontuar a visibilidade que os espaços de memória, costumes e práticas culturais de Icoaraci a partir de duas gerações distintas (alunos e Família/comunidade) obtiveram. Os passos aqui adotados, sobretudo, os que enfatizaram o protagonismo dos alunos na produção e intervenção sobre a história e a memória local propuseram grandes transformações no que concerne ao advento do conhecimento histórico e na capacidade de historicizar e compreender as formulações acerca dos bens patrimoniais locais atrelados aos seu moradores. Ao serem convidados a realizar as entrevistas os discentes se sentiram além de motivados, importantes no processo e os mais velhos ao terem suas vozes ouvidas, os colocando em lugar de destaque ao apontar junto com os alunos novos referenciais identitários e dos patrimônios locais, ressignificando assim, os patrimônios oficiais ao permitir que parte dos sujeitos dessa comunidade pudessem estipular aquilo que fosse significativo a eles. O hábito de alimentar-se, aquilo que se come, como, e onde, acabou tendo, de fato, significados que acabaram ajudando na compressão de referenciais identitários. E não menos importante, a história oral de Icoaraci tratada pelos alunos, por si só, acabou sendo elevada a um caráter de patrimônio, conforme sua notabilidade tornou-se imprescindível para a reconstrução desses passados.

### **3 ENSINO PATRIMONIAL A PARTIR DA HISTÓRIA LOCAL DE ICOARACI: A PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS.**

Neste capítulo discute-se os meios pelos quais se construiu a metodologia trabalhada com os alunos durante a pesquisa, elencar as decisões tomadas, os caminhos escolhidos para se alcançar os objetivos propostos, bem como compartilhar as experiências oriundas dessa interação do ensino de História ligada ao uso dos patrimônios históricos e culturais do local. Importante salientar que a proposta de se ensinar história pela perspectiva do patrimônio atrelada a sugestão de levar os discentes à diferentes lugares de memória ou a uma realidade diferente da sala de aula, não deve ser compreendida como uma simples projeção didática alternativa, não se busca aqui, simplesmente desenvolver uma prática diferenciada que torne-se interessante e atraia os alunos e alunas participantes, também o é, mas sobretudo, busca-se proporcionar aos participantes experiências enriquecedoras, instigantes, e acima de tudo transformadoras. O contato com o passado do local onde vivem e que seus pais, avós, e em alguns casos até bisavós vivem e viveram, abre portas para algo que não se pode mensurar de fato em uma pesquisa de mestrado, ou na escrita desta dissertação. É aquilo que transforma e contribui para a formação desses jovens, numa espécie de semente que a História por meio do seu ensino planta em cada um de nós, e que deve germinar dando frutos, nutrindo os indivíduos, e estes inevitavelmente por meio de suas ações transformam o meio.

Ao propormos, então, trabalhar mediante uma metodologia a prática da análise de Icoaraci como lugar de memória, que guarda relevância no processo de construção e desenvolvimento da identidade dos sujeitos que habitam o lugar, almeja-se que os participantes possam dialogar e refletir sobre sua condição como indivíduo integrante desse lugar, e sua ligação nessa temporalidade, ampliando a noção de historicidade do aluno, e a possibilidade de se enxergar como ator capaz de transformar a realidade e a própria história de seu lugar, fazendo assim, por meio da criticidade histórica, uma relação entre sua bagagem de experiências pessoais, seu presente, e a possibilidade de redesenhar seus horizontes de expectativas.

Como nos salienta Barca (2004, p.134);

[...] uma compreensão contextualizada do passado, com base na evidência disponível, e pelo desenvolvimento de uma orientação temporal que se traduza na interiorização de relações entre o passado compreendido, o presente problematizado e o futuro perspectivado.

Dessa maneira, pretendeu-se partir da concepção de aulas oficinas (Barca, 2004) onde o professor atua como um pesquisador social, e ao mesmo tempo como intermediador no

processo de desenvolvimento das aprendizagens dos alunos, um professor pesquisador que se debruça sobre a prática de seus alunos.

Sendo assim, uma das primeiras preocupações que buscamos ter foi a de registrar durante as fases do projeto de intervenção, as mudanças aparentes entre os alunos, sendo eles, assim como a metodologia propostas, alvos de observação por nossa parte. Para isso tornou-se necessário proporcionar liberdades aos alunos, no que diz respeito à comparação, por exemplo, com as aulas ditas formais (expositivas), onde deva existir a separação; banco de aula e quadro. Foi necessário essa autonomia entre os participantes, justamente para que pudesse existir esse distanciamento planejado do professor, sendo assim possível que ocorresse a análise do desenvolvimento da pesquisa.

Acerca da dinâmica do projeto, pretendeu-se estabelecer um projeto de intervenção escolar, onde o foco foi o de trabalhar o ensino patrimonial atrelado às noções de história local, lançando a atenção, os ouvidos, as mãos e sobretudo os olhares nos patrimônios histórico-culturais de Icoaraci, e um dos meios para realizar esta tarefa foi o contato com as memórias dos moradores do lugar.

A proposta de sequência didática aqui apresentada, como já colocado anteriormente, visou também, focar na retirada dos alunos das salas de aula para que tivessem um contato direto com os lugares e práticas locais, sentindo os cheiros e o clima, ouvindo os sons e enxergando de fato as paisagens e os sujeitos do cotidiano nelas inseridos. Atores históricos que assim como eles, fazem diariamente a história de Icoaraci e são portadores das tradições culturais locais.

Acerca do centro educacional onde se deu este projeto, ele está presente em Icoaraci a quase 25 anos, oferecendo ensino privado nas três etapas; ensino infantil, fundamental e ensino médio. Atende uma parcela da sociedade icoaraciense considerada de classe baixa e média. Constatamos essa característica durante os anos em que atuamos como professor de História nesta instituição, conseguindo definir certos padrões de referência do alunado que compõe o corpo discente da escola.

Hoje a instituição conta com cerca de 520 alunos oriundos das mais variadas realidades socioeconômicas. Em turmas como 9º ano, identificamos alunos oriundos de escolas públicas que tem sua mensalidade pagas por parentes que não dividem a mesma realidade econômica do aluno, alunos bolsistas, outros com uma realidade econômica familiar mais estável. São diversos universos que representam a pluralidade da localidade em que está inserida a escola.

Durante 6 anos atuando como professor de História tanto no ensino fundamental, como no ensino médio, trabalhamos com alunos de diversas origens socioeconômicas, filhos, netos e

sobrinhos de motoristas de ônibus, vigilantes, professores, servidores públicos, aposentados, pequenos empreendedores do bairro, pescadores, padeiros, taxistas, motoristas de aplicativos, artesãos, jornalheiros, feirantes, bem como desempregados.

Localizada na Rua Manoel Barata (conhecida como segunda rua), a instituição iniciou suas atividades em um conjunto residencial na Rodovia Augusto Montenegro, oferecendo somente ensino infantil e fundamental. Após duas décadas de existência, fora construída a nova unidade no endereço atual. Devido à localização e o porte do colégio, o volume de alunos subiu exponencialmente no decorrer dos anos, justificando a pluralidade de classes sociais dos alunos. Na instituição matriculam-se alunos oriundos do bairro da pratinha, à margem da Rodovia Arthur Bernardes, Tapanã, Tenoné, Águas Negras, mas, em sua maioria são residentes, sobretudo de Icoaraci. Para ilustrar essa demasia, da turma de nono ano onde fora implementado este projeto, apenas um aluno morava fora de Icoaraci, residindo no bairro da pratinha, que fica praticamente ao entorno de Icoaraci. Devido a esta proporção histórica da escola, bem como a característica diversa da origem dos alunos e sua posição central na geografia de Icoaraci, a instituição de ensino se apresentou como promissora no que dizia respeito à este projeto de intervenção. Além disso obtivemos grande apoio por parte da direção da escola, bem como pela coordenação que nos deu infinito suporte na realização de todo o projeto.

### **3.1 Apontamentos acerca do aspecto social dentro da sequência didática.**

Uma das motivações para a implementação do projeto de ensino patrimonial em Icoaraci também se deu pela observância nas aulas de História no que se referia à culturas tradicionais da região. No decorrer de nossa trajetória lecionando em Icoaraci foi comum percebermos quando a temática do patrimônio cultural era trabalhada em sala um desconhecimento dos alunos e alunas sobre como diversas práticas locais eram possíveis de carregar tradições culturais de povos tradicionais, e de como diversas manifestações culturais presentes em Icoaraci muitas vezes eram desconhecidas por estes. Um exemplo que pode ser apontado aqui, é a prática do artesanato do lugar, Icoaraci possui um polo de artesanato situado no bairro do Paracuri, que não raramente faz o distrito ser lembrado na cidade e que leva diversos turistas tanto ao polo de produção, quanto à feira de artesanato situada na orla. Mesmo com esta característica, muitos alunos quando interpelados sobre esta característica, desconheciam onde em sua maioria eram produzidas estas peças. Este dado nos causou estranhamento e nos fez refletir, sobretudo, dos aspectos sociais ligados à tradição do artesanato.

Durante anos atuando em sala de aula, independente da realidade social e da condição econômica desses alunos e alunas e de suas famílias, nos foi possível inúmeras vezes perceber nas falas e atitudes, nas cargas de conhecimentos prévios e formulação da visão de mundo a forte influência da grande mídia de massa. Termos, temas e conteúdo surgem cercados de equívocos, generalizações e preconceitos em participações nas aulas, sobretudo aqueles tratados comumente na internet, nos chamados, canais de conteúdo. Atualmente vários *Youtubers* tratam de contextos históricos, problemas sociais e características relacionadas a temas históricos e das ciências humanas em forma de entretenimento, muitas vezes proferindo opiniões pessoais que caem aos ouvidos dos alunos como verdades absolutas, devido ao apelo midiático do modelo de informação utilizado por estes canais.

Além disso, muitos preconceitos acerca de questões sociais acompanham esses alunos, também, como reflexo direto da influência do âmbito familiar, haja vista, que algumas dessas famílias, com realidades econômicas um pouco mais privilegiadas acabam transferindo um capital cultural<sup>46</sup> dito superior em relação a outras culturas. Partindo assim da prática do artesanato em Icoaraci, pelo fato de ser uma cultura local, não raro, em sala de aula é vista como periférica ou esvaziada de importância, causando desinteresse e certa inferiorização entre os alunos.

Contudo, quando perguntados sobre a prática do artesanato local, as falas demonstram respeito. Mas, até onde vai de fato essa valoração por parte dos alunos? Este questionamento é válido quando várias vezes percebemos certo desmerecimento pelo bairro do Paracuri, mesmo sendo o polo de produção do artesanato local, onde se localizam as olarias e onde residem em geral os artesãos. Durante as aulas oficinas, nas fases de debates sobre o conceito de Patrimônio cultural, por exemplo, o lugar foi lembrado por boa parte dos alunos apenas como um bairro pobre de Icoaraci, lugar perigoso, e que sofre com o forte movimento do tráfico de drogas, onde boa parte dos moradores estão enquadrados como baixa renda.

Nós tivemos a possibilidade de compreender um pouco mais da realidade da comunidade do Paracuri durante os anos de 2015 e 2016, ocasião em que atuei como voluntário no projeto mais educação do governo federal, participando diretamente com jovens de 15 a 17 anos da Escola Estadual de Ensino Fundamental São Pedro, quando nos foi oportunizado trabalhar com jovens em idade de risco, que pelos seus relatos viviam cotidianamente inseridos em uma realidade de violência, e criminalidade, além da expressiva repressão policial no bairro.

---

<sup>46</sup> Ver BOURDIEU, Pierre. Espaço Social e Espaço Simbólico. In Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas-SP: Papirus, 1996. P. 13-33

Refletindo sobre essas características percebemos o que pode vir a ser um processo de diferenciações das classes sociais, algo que acaba por desfavorecer a cultura local do artesanato, estando ligada ao nível socioeconômico das pessoas que a praticam, sendo alvo de discriminação. No entanto, uma pesquisa mais aprofundada sobre este problema se faz necessária e fundamental.

Sendo assim, percebemos, que o discurso dos alunos quando interpelados sobre a importância ou não do artesanato do Paracuri, parece ser algo que existe automaticamente nestes alunos, sem realmente possuírem uma visão crítica tanto no aspecto sociocultural como histórico da importância do artesanato para o lugar.

Estas problemáticas quando pensamos um ensino de História pautada na valorização do local, esbarra em geral, à uma realidade social onde a educação se mostra como uma redentora, uma tábua de salvação para os que não querem perecer na pobreza, é de fato, segundo Orso (2008, p. 49-50), a visão normativa hoje na conjuntura político social brasileira, aquilo que define os bem sucedidos e os fracassados na sociedade, como na dicotomia; engenheiros e artesãos.

Dessa forma, pensar educação e o ensino de História, é antes pensar a sociedade. A necessidade de se observar questões como estas acima, se fazem presente quando almejamos inserir na realidade da escola um projeto de intervenção que busque o ensino de História, sobretudo, pelo que ele carrega de potencialidade ao formar cidadãos. Que tipo de ensino se pretende oferecer? Que tipo de contribuição na formação desse cidadão se busca proporcionar? Quais as experiências se almeja buscar com estes indivíduos? Tais perguntas devem ser lançadas a partir da análise das realidades sociais em que a escola está inserida, e em que tessitura histórica ela se situa. E não o contrário, partindo de uma simples base teórica romantizada na beleza do ensino pensado de forma abstrata, já que estamos participando da educação de indivíduos que serão inseridos na sociedade, devemos levar em consideração as características sociais ao qual estes indivíduos e a escola estão inseridos, para que possa ser possível definirmos claramente os objetivos dentro do processo de construção do conhecimento histórico. Diante disto, pensamos na construção de um ensino histórico que valorize o popular.

A necessidade de se criar novas temáticas e metodologias no ensino de história que insiram de fato o aluno na produção desse importante conhecimento humano, diz respeito a questão da institucionalização de uma memória oficial, na qual as memórias de grupos à margem da relação de poder econômico ou político, ou das classes e grupos sociais que não foram levados em consideração, mesmo sendo ricos historicamente e em diversidade, como é o caso dos indivíduos que participaram e participam da miscelânea cultural de Icoaraci.

Segundo Elza Nadai (1998, p. 30), existe sobretudo, uma desvalorização acerca desses indivíduos e suas culturas, neste sentido, podemos elencar ainda o pensamento de Thompson (1998) colocando essa relação, não apenas como desvalorização, mas sobretudo, como exclusão dessa cultura das narrativas históricas por um bom tempo na existência da historiografia.

Sendo assim, pensamos caminhos didáticos, na tentativa de contrapor a velha métrica de aulas expositivas, e transformar o ensino de história que se adeque a um mundo tão diferente e volátil. Trazer o uso do *smartphone* pode aproximar o discente de temáticas locais, antes, vagas e sem importância para os alunos, por meio do ensino de história local e patrimonial de Icoaraci, é, ainda, mais do que uma forma de apenas transpor conteúdos, ou adaptar temas da História acadêmica para a sala de aula, independente das perigosas motivações políticas, como nos alerta Carretero (2010) para os usos e desusos do ensino do conhecimento histórico em vários âmbitos. A perspectiva da prática dialética do ensino se mostra basilar nessa pesquisa, ao passo que visa substituir a transposição didática, por talvez um processo de construção do conhecimento Histórico mediante uma didática dialógica entre alunos e professor, como nos sugere Paulo Knauss (2014), rompendo com essa normatização do saber. Tal método guarda a possibilidade de desenvolver no aluno um aprendizado significativo e o desenvolvimento do pensamento crítico durante o processo de construção desse conhecimento sobre Icoaraci, e sobre si próprio.

Objetivamos, com esta intervenção a partir da pesquisa em ensino de história, quem sabe, fomentar a resistência do regional e do local em detrimento ao nacional e o global, que faz com que este grupo social elida, e, (ou) repinte suas identidades, correndo o risco, segundo Marcos Lobato Martins (2018, p. 139), de viverem uma perda de direção, ao perderem a história, assaltadas pela inquietação relativa a identidade.

A urgência em trabalhar história local entre os indivíduos, pode também nos ser reforçado pelo o que diz a Professora Circe Bittencourt (2004) em um de seus trabalhos, quando identifica a identidade nacional como uma articulação entre o econômico, cultural e o social, carecendo, no entanto, de mecanismos que abarquem as especificidades no caso do Brasil. Como exemplo, podemos elencar as pluralidades regionais e as múltiplas facetas da desigualdade social. A autora nos coloca como sendo um dos papéis das propostas curriculares, esta manutenção de uma relação deliberada entre o nacional e o regional, contudo, salienta para a necessidade da construção das identidades do indivíduo em âmbito regional, em detrimento a imperatividade da sua esfera nacional, ou global.

Fica clara a importância de levar em consideração as diferenças e peculiaridades regionais e locais, que condizem ao indivíduo sua identificação em detrimento da fronteira com o outro, exatamente o que Cerri (2011) nos demonstra como sendo o limite da identidade coletiva, e esta pôde ser trabalhada com o aluno a partir da busca pelo desenvolvimento de sua consciência histórica.

Sobre esta relevância do ensino histórico relacionado à realidade local do aluno, lembramos o que pensou Mario Carretero (2010, p. 21); “Sem dúvida, estamos diante de uma nova manifestação de identidades políticas e subjetivas em escala planetária, na base de processos de globalização que operam em múltiplos níveis, em um contexto caracterizado por tendências pós-nacionais”. Assim sendo, compreendemos o papel fundamental do ensino de história ancorado no ensino patrimonial local ao levar em consideração as particularidades do local, do espaço de vida e de sociabilidade dos sujeitos, para uma plena construção do pensamento crítico, apoiado na formação de uma cidadania múltipla; tanto em caráter político, como social, o que deverá lhe munir de ferramentas para tratar com os meios sociais do mundo capitalista cada vez mais globalizado.

### **3.2 Experiências em prol de uma sequência didática**

Dentro de uma proposta de formulação para uma sequência didática em ensino de História, é necessário que se apresente detalhadamente os percursos trilhados e as decisões tomadas, bem como os resultados oriundos das experiências obtidas com a metodologia. Para isso, almeja-se apresentar antes de mais nada a estrutura, como a pesquisa se organizou.

Para falarmos sobre as experiências acerca da pesquisa, iniciaremos falando não de como ela se deu, mas de como ela se daria. Falamos primeiramente sobre os equívocos percebidos, e que foram sendo transformados no decorrer da pesquisa, graças à demasiada leitura dos textos e as concomitantes problematizações ocorridas no decorrer das aulas no programa de mestrado, bem como o processo de observação na vida prática na escola, e no contato com os alunos.

Inicialmente pensou-se no processo de pesquisa com os alunos dividido em apenas duas fases, seriam estas;

1 – primeira fase; a visita aos locais, previamente selecionados pelo professor, o livre registro das imagens destes locais pelos alunos, sem uma devida discussão anterior acerca tanto

do contexto histórico relacionado ao patrimônio, quanto da ideia das técnicas básicas de construção de uma imagem.

2 - Segunda fase; se daria em sala de aula, tratando do processo de seleção com os alunos das imagens feitas na fase um, o tratamento digital dessas fotos no software de recursos visuais *Photoshop*, e rodas de conversas sobre os caminhos e melhor maneira para a formulação de uma exposição das imagens que seriam compartilhadas na própria escola (no caso o colégio Interativo).

O contato dos alunos com os temas da história local de Icoaraci só ocorreria dentro dessa forma de organização inicial, em sala de aula, posterior à visita aos lugares de memória, e fatalmente de forma tradicional, ou seja, de uma maneira delimitadora e expositiva, onde o professor narraria uma história de Icoaraci a partir das imagens, por exemplo de um casarão, ou da orla de Icoaraci, sendo que os alunos mais uma vez estariam na condição de vasos vazios a espera de conhecimentos absolutos.

Assim, repensamos uma forma de manter contato mais amplo com os alunos para discutir temas caros em relação à História local e os patrimônios culturais disponíveis em Icoaraci, bem como possíveis lugares de memória e, para que juntos pudéssemos compreender melhor aquilo que traria sentimentos de pertencimento e de uma comunidade. Tal iniciativa se deu baseada na busca por meios que ampliassem a crítica e a manutenção de um canal de diálogo com o alunado, onde mediante sua participação durante as conversas ocorresse uma forma de apreensão acerca dos contextos e processos de construção da história e das identidades específicas de Icoaraci, onde o aluno não ouviria o professor afirmar que, sim, existe uma identidade local ligada ao processo histórico e cultural intrínseco à localidade, e o aluno deveria sentir-se fazendo parte daquilo, pois é importante para seu desenvolvimento pessoal e para o local. Acerca desse prisma metodológico, vejamos a contribuição de Mario Carretero;

Nesta versão, o ensino de história tem como finalidade fundamental que os estudantes adquiram atitudes e conhecimentos necessários para compreender a realidade do mundo em que vivem, as experiências coletivas passadas e presentes, assim como o espaço onde se desenvolve a vida em sociedade. Requer, também, a habilidade de avaliar criticamente as próprias fontes de informação, primárias ou secundárias, e as interpretações ideológicas que inevitavelmente realizamos dos acontecimentos históricos. [...]É óbvio que esta concepção do ensino da história não desconhece que a reapropriação do passado compartilhado está estruturada a partir do conflito. Justamente, sua presença se transforma em um verdadeiro desafio para aqueles que, como nós, defendem um ensino da história cada vez mais crítico (CARRETERO, 2010, p. 193).

Nesse sentido de criar meios para que o próprio processo de ensino aprendizagem, ou de construção do conhecimento histórico ocorra, pensamos que ao tratar da história local, dos patrimônios históricos, costumes e marcadores identitários, não devíamos estruturar uma narrativa histórica em sala, enfatizando datas, fatos e personagens importantes, principalmente ligadas à História de Belém. Ao contrário, almejamos desenvolver durante o processo, o contato dos alunos com estes aspectos do passado e suas reverberações no presente, e por meio da crítica e reflexão, ocorresse naturalmente uma compreensão das transformações no tempo histórico, sendo assim, que surgisse o pensar histórico.

### **3.2.1. Aulas oficinas**

Acerca da opção em partir das aulas oficinas para a realização do projeto levamos em consideração o que foi pensando por Isabel Barca (2004, p. 131 - 144), acerca dos modelos pedagógicos pensados e utilizados na educação histórica, sobretudo no que concerne a relação entre as aulas-colóquios ou aulas-conferência (onde o professor é o detentor e mestre dos conhecimentos, cabendo aos alunos passivamente receberem o conhecimento como receptáculos vazios que tendem a permanecer enfastiados. Tais formas de ensino, baseadas em um paradigma tradicional tem sobretudo, ligação com a visão tradicionalista de transposição didática, e relaciona-se com a discussão sobre a hierarquia dos conhecimentos científicos em detrimento ao saber escolar.

Diante da extensa discussão acerca das caracterizações entre professor de História e o Pesquisador acadêmico, ou entre a produção de conhecimento histórico escolar e o acadêmico (Zeichner, 1998, Ludke, 1998), aonde o papel do professor de História diante da pesquisa e produção de conhecimento vira foco de análise, ainda, e se o tipo de conhecimento gerado em sala de aula pode ser considerado ciência, ou um mero tipo de saber (Ludke, 1998), norteamos este trabalho de pesquisa em relação à perspectiva apresentada por Dickel (1998), em que o professor como pesquisador, pode e deve criar conhecimento científico, partindo da prática, podendo, sim, discutir sobre que tipo de ciência é utilizada nas aulas de história no ensino básico, apesar de compreendermos, como nos lembra Ludke (1998) que de fato, professores e acadêmicos tem funções e ocupações diferentes em relação ao produzir conhecimento histórico, sendo estas diferenças necessárias de compreensão e respeito, pois ela torna-se o próprio fundamento para que o conhecimento seja produzido em sala durante a prática na relação ensino

aprendizagem<sup>47</sup>. Contudo, o próprio Ludke (1986) nos alerta que para se realizar este tipo de empreitada de construção do conhecimento científico partindo da prática deve-se munir de cuidados, sobretudo, acerca do planejamento. Vejamos;

Para que se torne um instrumento válido e fidedigno de investigação científica, a observação precisa ser antes de tudo controlada e sistemática. Isso implica a existência de um planejamento cuidadoso do trabalho e uma preparação rigorosa do observador. [...] Cabem ainda nessa etapa as decisões mais específicas sobre o grau de participação do observador, a duração das observações etc. (LUDKE, 1986, p. 25-26)

Sendo assim, pensar uma prática de ensino como a proposta neste trabalho, significa pensar o lugar e o papel do professor durante a pesquisa com os alunos, qual o lugar do professor durante as investidas dos alunos na história local de Icoaraci? Partindo destas questões percebemos as aulas oficinas como um caminho possível, já que almejamos oferecer autonomia aos alunos durante o levantamento da pesquisa. Haja vista, como nos mostra Barca (2004), é que se o professor está disposto a enfatizar uma educação de fato desenvolvedora de mudanças, deve-se levar em consideração, antes de mais nada, o conhecimento prévio dos alunos, entender os níveis de conceituação dos mesmos, seus diferentes pontos de vista sobre o objeto da pesquisa. Desse modo o professor se torna um tipo de pesquisador social, pois direciona seu olhar para a análise da escola e dos indivíduos que a compõe. Desse modo, nas aulas oficinas os alunos são vistos como agentes de seu próprio conhecimento. (Barca, 2004, p. 131). O professor seria então um mediador, que antes de mais nada organiza e pensa os balizadores a serem oferecidos aos alunos, seleciona e reúne as fontes históricas a serem trabalhadas nas oficinas, busca pesquisar sobre o tema a ser trabalhado, nesse caso, da história local, é necessário um mergulho por parte do discente nas narrativas históricas que já se tem estabelecidas acerca do local, mesmo que sirva apenas como um lugar de partida na pesquisa com os alunos. E por último, o professor deve apontar mesmo que de forma incipiente o fim que o projeto objetiva alcançar.

Deve-se pensar nas atividades a serem tratadas nos encontros, mas, sobretudo deve-se estar sempre atento para a necessidade e ou os benefícios da mudança e adaptação das propostas, sobretudo quando estas são iniciativas dos alunos. Tentar regular e engessar as oficinas para seguir um planejamento prévio não deve ser uma opção, especialmente quando se propõe a trabalhar com jovens como protagonistas da pesquisa. Buscamos, ao contrário, deixá-los livres, o que favoreceu um engrandecimento da pesquisa seja com a ideias oriundas dos

---

<sup>47</sup> Sonia Nikitiuk. Ensino de História: algumas reflexões sobre a apropriação do saber. São Paulo: 2010. João Fanaia. História, saber acadêmico e saber escolar: um diálogo possível? Coletâneas do Nosso Tempo - periódicos UFMT, v. 08, n. 08, 2008. Disponível em; <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/article/view/110>

participantes, seja pelo fato de tudo o que sentiam-se confortáveis em partilhar serviria como material apreendido pela nossa observação e que tornou-se conteúdo nesta dissertação, afinal, só podemos averiguar os níveis de transformação ocorridos nos participantes acerca dos objetivos da proposta de ensino se estes continuarem a se expressar.

Ainda sobre a proposta aqui de estruturar a primeira fase da sequência didática em aulas oficinas, concordamos com o que pensou Paulo Knauss (2014), sobre a visão normativa do ensino de História em sala de aula, calcada na relação entre professor, livro didático, normas e aluno, onde o livro didático é ponto comum entre professor e aluno, numa lógica que cria normas que se transferem disciplinando a relação de ensino. O autor critica esta relação pelo seu caráter dogmático e que coloca o professor passivo em relação ao seu papel social, frente ao trato com tipos de saberes acabados e engessados, longe de uma postura que produza posturas reflexivas e críticas acerca do ensino.

Um caminho para se discutir e tentar mudar este posicionamento está ligado justamente à proposta de partilhar das experiências dos alunos, na compreensão de que toda forma de conhecimento é uma justa posição do indivíduo no mundo, onde todo conhecimento prévio é uma leitura de mundo, e é mediante esta perspectiva que o ensino de história deve ser visto, como instrumento provocador da análise desses conhecimentos, dos posicionamentos e das visões estabelecidas, criando redefinições e novas formas de ver o mundo em que o sujeito está inserido.

Isabel Barca, em seu artigo sobre aulas-oficinas nos apresenta a lógica desse método da seguinte maneira; “o aluno, agente de sua formação com ideias prévias e experiências diversas, o professor, investigador social e organizador de atividades problematizadoras.” (BARCA, 2004, p. 132).

Mas de que maneira isso seria possível? Ainda segundo Knauss (2014, p. 39), por meio da comunicação em sala, como caminho de descoberta tanto dos alunos acerca do tema, quanto do professor que assim, compreende melhor o que pensam os alunos. Assim, seria possível falarmos não mais apenas de um processo de ensino aprendizagem, mas mormente de um processo de construção do conhecimento.

Tendo isso em vista, percebemos que um meio para ampliar o diálogo durante a fase em que o projeto se daria em sala seria optar por encontros fora do horário formal de aulas pela manhã, o que acabou se mostrando útil no intuito de termos melhor direcionado as discussões sobre a História local e a construção desse projeto.

Os encontros no contra turno, em formato de oficinas foram definidos com duração de dois horários de 45 minutos, no período correspondente entre 15h e 16h30 da tarde, uma vez

por semana. A escolha pelo contra turno também se deu no intuito de buscar uma maior leveza no contato com os alunos, por estarem fora dos padrões de horários formais ao qual a instituição estabelece, sendo possível perceber uma atitude diferente entre os alunos, tornando-se muito mais proativos durante os encontros do que costumavam ser nas aulas formais no turno da manhã. Sem dúvida a quebra de uma rotina auxiliou indubitavelmente no processo de desenvolvimento e criação desses jovens nas propostas lançadas e tratadas. Além disso, após um acordo com a direção e coordenação da escola, fora-os permitido participar sem a necessidade do uso de uniformes, apesar de muitos frequentarem os encontros vestindo os uniformes pela imposição dos responsáveis, que indubitavelmente, não conseguiram compreender os encontros à tarde na escola como não sendo parte do ensino formal, e que merecia ser representado desta maneira, ou seja, que se use o uniforme, já que se está indo para a escola.

Foi possível percebermos uma clara motivação ligada ao que compreendemos ser um caráter de exclusividade das práticas durante os encontros, algo que os alunos, de modo geral, enfatizavam em suas falas, os diferenciavam das demais turmas da escola ao participar de algo que ninguém mais fazia dentro da instituição. Esta guinada dos alunos em tomar frente da pesquisa, fazendo eles próprios a pesquisa, os levou a sentirem-se como pesquisadores que eram. Um dos alunos participantes, o aluno G (14), em certa ocasião expressou este sentimento durante um dos encontros; “Poxa, professor, nós vamos ser historiadores como o senhor. Tipo, nós é que vamos contar a história de Icoaraci.” Com ressalva às características necessárias para a formação do historiador, mas achamos positivos esses tipo de postura dentro do que o projeto se propunha, pois o aluno acaba por se envolver com a pesquisa em História de uma maneira diferente. Sua compreensão acerca da construção do conhecimento histórico social acaba por ganhar um lastro de conhecimento que dificilmente seria conseguido de uma maneira mais tradicional, estudando por meio dos livros os conteúdos selecionados e passados pelo professor. Ao fim do projeto, durante a observação das imagens feitas nos lugares de memória e pelos alunos das práticas locais, notou-se uma clara mudança de postura entre os alunos, até os mais exaltados e com comportamentos as vezes desrespeitosos durante os encontros, ao final percebemos uma certa guinada comportamental baseada no equilíbrio e na seriedade em relação aos resultados da turma. Esta mudança percebida, nos chamou bastante a atenção.

Partindo da perspectiva de ter o aluno como sujeito ativo e com voz dentro da pesquisa, decidimos iniciar o projeto não mais a partir da ida aos locais de memória de Icoaraci previamente selecionados pelo professor, mas sim, estipular a primeira fase como os encontros

em aula-oficinas, estas, num primeiro momento foram marcadas pelas rodas de conversas provocadas pelas colocações do professor.<sup>48</sup> As suas impressões, opiniões, colocações e críticas foram registradas em áudio, posteriormente transcritas e organizadas pelo professor, para utilização no que se transformaria na segunda fase do projeto. Sendo assim, já com o projeto em curso a metodologia sofreu mudanças e adequações na sua estrutura.

As oficinas iniciaram-se ainda no mês de Março de 2018, ainda dentro do formato anteriormente apresentado (dois momentos). O número de alunos que compunham a turma de nono ano trabalhada era de vinte e dois (22) alunos. A faixa etária entre os discentes vai de 13 a 15 anos. Todos os alunos concordaram em participar do projeto, no entanto obtivemos até algumas ausências mais constantes, pelo fato das aulas oficinas se darem no contra turno. Entre os motivos constatados pudemos elencar dificuldades como; dependência pelos responsáveis no transporte para a escola; atividades variadas, como cursos de línguas estrangeiras, atividades esportivas como natação, futebol, entre outras, que coincidiram com o mesmo dia dos encontros do projeto; houve um caso específico de um aluno que todas as tardes acumulava funções no estabelecimento comercial da família, onde vendiam gêneros alimentícios, esse mesmo aluno confidenciou a sua vontade em participar das aulas oficinas. E embora não tenha ido aos encontros, se dispôs em entrevistar a avó mediante o questionário semiestruturado, tendo assim, sua contribuição fazendo parte dos resultados dessa pesquisa. A postura tomada pelo aluno, nos fez repensar e intensificar a reflexão acerca da importância das entrevistas, passando a serem vistas como importantes fontes orais dessa história local a ser levantada pelo projeto de intervenção, sendo assim, necessitando de acuidade na análise para se extrair o máximo possível de recuperação da memória local e da temporalidade em pauta, e obter o resultado mais aprofundado possível. Sendo definida como fonte prioritária durante o projeto, este material oral assumiu um contraponto frente às fontes visuais dos patrimônios históricos já estabelecidos em Icoaraci, estes sempre se limitariam a narrar uma história oficializada e de cunho elitista, como por exemplo, os casarões deixados pelos membros da elite paraense de finais do Século XIX e início do XX.

Mesmo apesar da ausência de alguns participantes, pelos motivos acima apontados, pudemos delimitar o número de 16 alunos com uma certa frequência nas aulas-oficinas.

Acerca das características quantitativas dos sujeitos participantes dessa pesquisa podemos elencar as seguintes;

---

<sup>48</sup> Estas serão melhores apresentadas mais adiante, quando definirmos a estrutura da sequência didática.

Tabela 1: Dados quantitativos dos alunos participantes.

<b>TOTAL DE ALUNOS</b>	16
<b>GÊNERO MASCULINO</b>	9
<b>GÊNERO FEMININO</b>	7
<b>FAIXA ETÁRIA</b>	13 - 15
<b>ALUNOS COM 14 ANOS</b>	7
<b>ALUNOS COM 13 ANOS</b>	6
<b>ALUNOS COM 15 ANOS</b>	3

Fonte: Levantamento durante as aulas-oficinas – Março /PA, 2018.

Sobre as características acerca da vida escolar, estas foram levantadas nos primeiros encontros das aulas-oficinas, por meio de uma roda de conversa realizada com os alunos e gravada em áudio tendo como recurso o notebook utilizado por mim durante os encontros, posteriormente estes áudios foram analisados e organizadas as respostas dos alunos. Pudemos organizar da seguinte maneira; quais as disciplinas favoritas de cada aluno, e sua opinião sobre a História como disciplina escolar;

Tabela 2: Disciplinas favoritas entre os alunos

<b>MATEMÁTICA</b>	2
<b>BIOLOGIA</b>	4
<b>LÍNGUA PORTUGUESA</b>	1
<b>GEOGRAFIA</b>	2
<b>HISTÓRIA</b>	6
<b>NENHUMA ESCOLHA</b>	1

Fonte: Questionário durante as aulas-oficinas – Março/PA, 2018

Sendo assim, de 16 alunos, apenas 6 disseram ter a História como disciplina favorita, isto representa 38% do total de alunos, mas ainda assim, representa que de cinco (5) disciplinas apontadas pelos alunos, a maioria apontou a História como sendo a sua disciplina preferida. Quando interpelados sobre quem possuía dificuldades no aprendizado de história, o resultado foi o seguinte;

- 4 alunos disseram possuir dificuldades
- 12 disseram se sentir à vontade com as aulas e conteúdos de História.

Importante salientar que desses 16 alunos 10 já haviam sido nossos alunos ao menos desde o oitavo ano do fundamental maior, desse modo, já estavam habituados com nossas aulas, e possuímos uma relação aluno professor tranquila, cordial e compassiva.

### 3.2.2 – Fases da sequência didática

Após algumas modificações a estrutura do projeto de intervenção na escola ficou definida da seguinte maneira;

- 1ª fase – Aulas-oficinas onde foram respondidas algumas perguntas previamente formuladas pelo professor e que condizem com o formulário semiestruturado que norteou as entrevistas com os mais velhos. Debates sobre os temas e conceitos<sup>49</sup> que estão ligados ao eixo temático da pesquisa. E uma introdução às técnicas<sup>50</sup> de composição de imagens.
- 2ª fase – Entrevistas a serem realizadas pelos alunos com os familiares e pessoas mais velhas da localidade. Fase que corresponde a captação das fonte orais. As informações oriundas do questionário semiestruturado foram organizados em um banco de dados mantido pelo professor, de onde foram obtidos resultados em percentuais correspondente ao número de participantes, tais percentuais geraram gráficos comparativos entre as respostas do alunos e dos moradores mais velhos.
- 3ª fase – Visita aos locais indicados pelos alunos nas aulas oficinas e pelos resultados das entrevistas para a realização das fotografias utilizando seus *smartphones*.
- 4ª fase – Reunião e organização das imagens e discussão acerca dos resultados.

Durante as aula-oficinas pretendemos iniciar a relação dialógica com os alunos baseando-se em rodas de conversas, as cadeiras foram posicionadas em círculo, justamente no intuito de se quebrar a métrica das aulas-conferências<sup>51</sup>. O planejamento dessa etapa da pesquisa foi demasiado pensado por nós por ser justamente o momento em que os alunos deveriam participar expondo seus conhecimentos, sendo assim, as provocações deveriam ser bem pensadas para que pudesse surtir o melhor efeito possível nos alunos para que estes deliberadamente

---

<sup>49</sup> Foram trabalhados conceitos de identidade, Patrimônio histórico e cultural, material e imaterial, memória e sobre algumas narrativas históricas de Icoaraci (sobre este tema, foram utilizadas fontes históricas primárias como jornais, imagens antigas do povoado do pinheiro, mapas e textos antigos referindo-se e aos costumes locais). Os debates partiram sempre de provocações lançadas pelo professor, no intuito de fomentar a discussão acerca das posições desses alunos sobre a construção histórica sobre o lugar.

<sup>50</sup> Acerca das técnicas sobre composição de imagens fizemos uso de um *website* chamado “Clicando e andando” da fotógrafa Chris Dornellas, disponível livremente na *internet*, onde de maneira clara e objetiva são informadas a composição e os elementos visuais da imagem feita com *smartphones*. O *website* está disponível no endereço <https://www.clicandoeandando.com/fotografia-com-celular-guia-definitivo/> e foi acessado e reproduzido em Datashow para os alunos durante as oficinas.

<sup>51</sup> Segundo Isabel Barca a aula conferência pensada no paradigma tradicional baseia-se numa lógica do professor como detentor do verdadeiro conhecimento, cabendo aos alunos – por normas e catalogadas como seres que ‘não sabem nada’, ‘não pensam’ – receber as mensagens e regurgitá-las corretamente em teste escrito. BARCA, I. Aula oficina, do projeto à avaliação. In: Para uma educação histórica de qualidade, 4., 2004, Braga. Actas das IV Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga: Uminho, 2004. p. 131-144.

participassem, pois somente assim a pesquisa ganharia fôlego em seus demais processos. Todos os debates foram gravados em meu notebook, mesmo sabendo que seriam registrados nossos encontros, fizemos questão de gravar de modo mais discreto possível, justamente para que não causasse qualquer sentimento de inibição entre os alunos e alunas.

Sendo assim, pensamos a seguinte estrutura para as aulas oficinas;

Quadro - 1 Planejamento das Aulas-oficinas – De Março a junho de 2018 (1ª Fase).

<b>Número de Aulas-oficinas</b>	<b>Tipo de tarefa</b>	<b>Tema</b>
1	<i>Diálogo sobre personalidades dos alunos. (Idade, disciplinas favoritas, características das famílias.)</i>	Levantamento das características dos sujeitos, apresentação da pesquisa aos alunos. Diálogos introdutórios sobre os conceitos a serem trabalhados, e noções sobre a história local de Icoaraci.
1	<i>Debate</i>	<i>Conceito de Identidade.</i>
1	Debate	Conceito de Memória, lugares de memória e noções sobre patrimônio cultural.
1	Debate	História local e patrimônio cultural tombado de Icoaraci. Uso de fontes históricas escritas e iconografias. E vídeos reportagens acerca dos casarões antigos.
1	Debate e resposta ao questionário.	Debate sobre o que identificaria Icoaraci e os moradores em relação a outros lugares de Belém e do Brasil. Quais os lugares segundo os alunos que guardariam essas identidades.
2	Apresentação das técnicas de fotografia.	Apresentação dos elementos básicos da linguagem visual; Ponto, linha, textura, sombra e luz, temperatura. Enquadramento, proporção. Criatividade e sensibilidade.
1	Orientações sobre as entrevistas	Orientações sobre o trato com as entrevistas.

		Recebimento dos questionários semiestruturados.
<b>Total: 8 encontros</b>		

Fonte: cronograma de pesquisa para dissertação.

A primeira fase do projeto, talvez tenha sido uma das mais enriquecedoras e instigantes. O primeiro contato com os alunos fora do horário normal das aulas, além do objetivo especificamente relacionado à história local de Icoaraci trazia um ar diferenciado de motivação, percebia-se na forma de agir dos alunos e alunas uma certa inquietação ao se deparar com o que estava por vir, algo similar com ansiedade parecia permear os jovens que estiveram presentes no primeiro encontro.

Nesta ocasião propomos o diálogo sobre personalidades dos alunos. (Idade, disciplinas favoritas, características das famílias.), como meio para balizar características sobre os participantes da pesquisa, além disso, realizamos a apresentação da pesquisa aos alunos.

O objetivo principal desse encontro se deu no intuito de apresentar a estrutura do projeto. Foi informado que a duração como um todo seria correspondente ao ano letivo, o horário de início e término desses encontros se daria no contra turno das 15h às 16h30, com frequência de semanas intercaladas, ou seja; de quinze em quinze dias (ciclo quinzenal) o que totalizaria dois (02) encontros ao mês. Este formato pensado para o regime de encontros, se deu no intuito de o professor ter mais tempo para transcrever as gravações realizadas durante as aulas-oficinas e organizar os dados antes do próximo encontro, bem como para que os alunos pudessem realizar qualquer tipo de tarefa solicitada pelo professor, ou que se fizesse necessária durante os encontros.

Acerca da transcrição das gravações, vejamos alguma impressões dos alunos sobre o que fora apresentado como estrutura;

Logo no início da explanação, a aluna K questionou o porquê de não realizarmos os encontros de maneira semanal, ao contrário de 15 em 15 dias, demonstrando real interesse em participar, mesmo no contra turno, desses encontros.

Já o aluno G interpelou se o comportamento e a participação deles estariam sendo avaliados para ser usado nas avaliações da escola, ou como costumam se referir, queria saber se valeria *ponto para as provas*. Com isto percebemos a necessidade de explicar de maneira

clara as intenções do projeto, pois a lógica das aulas formais, focadas em resultados objetivos e baseados nos fins avaliativos normativos ainda permeava o entendimento dos alunos, isto se deu ao nosso ver, pois apesar de estarmos no contra turno falando sobre um projeto que envolvia fotografia e os locais de memória de Icoaraci, ainda assim, estávamos em sala de aula, logo, isto remetia aos alunos que era parte do sistema avaliativo da escola, que leva em consideração os trabalhos realizados pelos alunos para o lançamento da média nas avaliações bimestrais.

Foi explicado que o projeto não visava este fim, e que acima de tudo, seria fundamental que eles participassem de maneira espontânea, que se evolvessem de maneira natural, e não por meio de coerção. Pois aquela seria uma pesquisa feita por eles. A ausência da coercitividade baseada no acúmulo de pontuação para as avaliações, poderia seguir dois caminhos dentro da pesquisa; primeiro os alunos poderiam não se sentir impelidos a participar dos encontros pois aquilo não seria registrado como falta na sua caderneta, e o fato de participar ou não, não influenciaria nos resultados das avaliações, o que traria um grande número de desistências no decorrer do projeto. O outro seria o fato de se a liberdade e autonomia em participar mediante o envolvimento com o que objetivava o projeto poderia favorecer o desenvolvimento do nível da pesquisa realizada pelos discente. A julgar pelo número de participantes presentes na fase final (16) podemos dizer que a iniciativa logrou seguir pelo segundo caminho.

Neste momento o diálogo com os participantes também nos ajudou a definir o nível de apropriação desses alunos e alunas com os conceitos centrais da pesquisa, como patrimônio cultural, material e imaterial, identidade, memória, história, etc. Este momento foi de fundamental importância no que tange a identificação, por parte do professor, sobre os conhecimentos prévios dos alunos sobre o tema, ponto importante da pesquisa, haja vista, que optamos por realizar a construção desse conhecimento histórico sobre educação patrimonial de Icoaraci tendo por princípio levar em consideração a visão de mundo, ou seja, o conhecimento e opinião prévia dos alunos, o que fora pensado por Vieira Pinto (1979, apud Knauss, 2014, p. 31);

Cabe indicar que o fenômeno do conhecimento ocorre a partir da experiência dos homens na relação com o mundo em que vivem. É a partir de sua existência, portanto, que os homens constroem sua visão e compreensão de mundo. Isto representa a sua tomada de posição como sujeitos da própria existência, resultado do seu processo de hominização demarcando a historicidade da razão.

Ainda neste sentido, Mário Carretero e Margarita Limón (1997, p. 35) nos apontam como caminho para lograr executar um aprendizado realmente significativo, a necessidade de atentar para os conceito pré-estabelecidos entre os alunos para que possamos ancorar novos

conceitos em cima daqueles que os alunos já dominam, daí a importância de conhecer o que os alunos já sabem. Nós ainda podemos elencar a questão das opiniões dos alunos como meio de identificação de visões estereotipadas e preconceitos, que durante as conversas acabaram sendo confrontadas e desconstruídas, ou ao menos, foi iniciado esse processo.

Podemos levar ainda elencar que esse método de percepção do pensado pelo aluno antes do início do projeto em si, baseou-se na teoria da aprendizagem de Ausubel<sup>52</sup> (2003), onde o processo de aprendizagem baseia-se na reconciliação integrativa, ou seja, são considerados os conhecimentos prévios dos alunos para que ocorra a ancoragem de novos conhecimentos por meio da construção de caminhos próprios dos alunos, que estes possam inferir por cognição o novo, apropriando-se de maneira independente e mais duradouro do conhecimento almejado. Para isso é necessário o que o autor define como subsunçores, ou conceitos relevantes preexistentes na estrutura cognitiva do aluno. A exemplo disso, podemos citar por exemplo o conceito de identidade, quando visamos trabalhar identidade local de Icoaraci com estes indivíduos, tornou-se necessário um prévio entendimento sobre o que significa identidade de modo geral, noções, mesmo que genéricas mostram-se necessárias em relação ao sentido subjetivo do sujeito pensar que exista uma identidade individual, por exemplo.

Durante o segundo encontro entramos diretamente no ciclo de debates com os alunos acerca de temas pré-selecionados, como no caso de uma identidade local. Para este encontro dispomos como recurso de Datashow disponibilizado pela escola, notebook para a gravação do debate. O método optado para esta aula-oficina se deu por meio de indagações lançadas aos alunos, em caráter de teste para ver como eles reagiriam sendo impelidos a pensar por si próprios acerca da realidade local, ou seja, ao serem convidados a refletir sobre o lugar que viviam e sobre aquilo que os poderia definir enquanto moradores de Icoaraci. Desse modo, almejávamos levá-los a um lugar onde pudessem produzir conhecimento, aos invés de simplesmente recebê-lo. Sobre esta prática, levamos em consideração, por exemplo o que nos expôs Schmidt e Cainelli (2009), onde, ao inserir o sujeito em uma situação em que é levado a pensar a sua comunidade por meio de atitudes reflexivas, observando por exemplo, diversos fatores específicos à ela, como o social, o econômico, o cultural e etc. visa-se desenvolver percepções ao sujeito de maneira autônoma formas de compreensão antes não alcançadas, o que seria para Rüsen (2001, P. 59), a apropriação de uma consciência histórica, ou ainda uma

---

<sup>52</sup> AUSUBEL, David. P. Aquisição e Retenção de Conhecimentos: Uma Perspectiva Cognitiva. Lisboa: Plátano, 2003.

identidade histórica, oriunda de uma interpretação, dos sentidos que se cria sobre um determinado contexto. Vejamos o que Rüsen (2010, p. 107) nos coloca acerca dessa relação do sujeito frente a formação da identidade histórica; “ele necessita, por uma apropriação mais ou menos consciente dessa história, construir sua subjetividade e torná-la a forma de sua identidade histórica. Em outras palavras: precisa aprendê-la, ou seja, aprender a si mesmo”

Ainda acerca da prática de debates buscada durante o encontro, e sua finalidade em tratar da identidade como algo indispensável ao sujeito, a contribuição de Luíz Alberto Marques Alves (2006) se faz deveras importante para esta compreensão, vejamos;

Está reservado à História o papel de abrir caminho para o aluno desenvolver o seu processo de construção pessoal que desague numa consciência histórica que exercite a sua cidadania na defesa de um património que também lhe pertence e que espera dele a capacidade de o conhecer-protetor-valorizar-divulgar e difundir. (ALVES, 2006, p. 70-71).

Deste modo, o que propusemos aqui não fora influenciar os alunos para que possamos lhes dizer o que seria a identidade local de Icoaraci e qual sua relação com a memória e patrimônio local em questão, bem como criar arestas deterministas que impusessem ao indivíduo quais as coisas ou lugares que ele deveria valorizar para que assim possa desenvolver e compreender a sua identidade enquanto aluno/morador de Icoaraci, muito pelo contrário, buscamos com o projeto exercitar a autonomia dos participantes para que durante o processo, pudéssemos identificar quais as características do espaço urbano de Icoaraci que os alunos possuíam ligações afetuosas e representações estabelecidas, e que lhes representem como habitantes desse espaço em relação à sua temporalidade.

Aproveitamos este momento do projeto de intervenção, mediante as gravações da roda de diálogos para exemplificar, digamos, materialmente, o caminho seguido e os resultados obtidos de maneira geral da mesma forma em todos os encontros (aulas oficinas).

Vejamos algumas das experiências durante este encontro, para isso almejamos aqui transcrever trechos do encontro de maneira mais fidedigna possível, no intuito de não sermos levianos com as impressões iniciais dos alunos.

Sobre a pergunta; “pra vocês, o que seria identidade local?”

A aluna K resume na palavra cultura, já o aluno G afirma que é quem somos, como somos. De modo geral os alunos se expressaram por exemplificações; como o modo alegre do icoaraciense, conversador, sempre sorridente). Outro aluno menciona o fato de que as vezes, quem reside em Icoaraci é mais calmo, como se o tempo passasse mais lento do que em outros lugares de Belém. Esta percepção temporal, abriu possibilidades do debate sobre os múltiplos

tipos de tempo<sup>53</sup> e sua ligação com a construção do lugar, com a peculiaridade de cada lugar. Nesse sentido, o professor assumiu um papel de condutor para que o debate se aprofundasse, como por exemplo, o questionamento sobre a noção de que o tempo passa mais lento quando estamos em cidades do interior do estado por exemplo, a maioria dos alunos afirmaram que sim, logo, a aluna K inferiu; “Então, professor, a gente mora meio que no interior, pois parece mesmo que aqui o tempo passa mais lento do que em outros bairros de Belém”. A aluna B contribui afirmando que Icoaraci é uma espécie de vila do interior mesmo, já morou no bairro da Campina em Belém, e lá ninguém se conhecia, vivia dentro de casa. Ela acredita que quem mora na terra firme, tem hábitos diferentes de quem mora em Icoaraci, e que os dois bairros tem diferenças em relação a quem mora no centro de Belém. Definiu-se dessa forma, então, que Icoaraci não era um “interior” de Belém, mas que possuía certas características análogas, como o tempo, que passaria lento. A partir daí, o professor, entrevistou apontando uma possível explicação baseada na própria construção histórica de Icoaraci para essa percepção interna de um tempo mais lento, sendo que Icoaraci, desde os tempos de Vila do Pinheiro era citada em vários documentos como um lugar tranquilo, ar bucólico e de clima aprazível, muito procurada por moradores da capital sobretudo, para descansar e usufruir de suas qualidades como balneário. Esta forma de compreensão da construção histórica e social inerentes a Icoaraci seriam melhor abordadas pelos alunos no quarto encontro, quando tratamos da história local em si de Icoaraci com o auxílio das fontes históricas escritas (periódicos) e imagens antigas da vila.

O alunos L e M, afirmam que percebem diferenças no falar gírias, o “mano” o “de rocha”, o “égua, moleque”, são utilizados por todos que os cercam, e por eles, ao passo que as pessoas que eles conhecem e que residem, por exemplo em bairros mais centrais de Belém, não falam dessa maneira, não usam estes termos com frequência.

Neste momento, K usou o termo periferia para expressar um sentimento sobre o que parecia ser o lugar onde moravam, principalmente pelo fato de já ter morado em outro bairro, mais especificamente na Cidade Velha, na rua Doutor Assis, devido ao fato de seus pais serem divorciados, ela viveu um período com a mãe. Ela nos contou sobre suas impressões, como por exemplo, ter estudado no colégio do Carmo (escola católica administrada pela ordem dos carmelitas) e que segundo sua fala; “lá tudo era muito diferente”. Percebemos um início de compreensão de seu lugar na sociedade que começa a surgir, como jovens, que apesar de

---

<sup>53</sup> Esta discussão sobre os diversos tipos de tempo e a História serão melhor abordados em seção dedicada nesta dissertação.

estarem dentro de uma escola particular passam a se ver como jovens da periferia, e que isso traz consigo uma identidade específica baseada em sua realidade sócio econômica.

Em resumo a discussão teve o seguinte desdobramento orientado pelos levantamentos do professor; discutimos sobre o projeto e o que traria o sentimento de identidade? Porque costumamos dizer que somos brasileiros e não argentinos? O que nos faz paraenses e não cariocas ou nortistas e não nordestinos, por exemplo. Isso se daria somente pelo fato de não nascermos lá, mas sim aqui? O que nos distingue dos outros? O que seria aquilo que nos molda, que traz nossas características? Mediante indagações dessa natureza logramos chegar em questões fulcrais na pesquisa, como a necessidade de investigarmos sobre as identidades de Icoaraci. Esta proposta, pareceu motivar muito os alunos presentes. A ideia de atuarem como investigadores e a possibilidade de aprenderem e criarem conhecimentos antes nunca debatidos, gerou reflexões importantes, sobretudo na questão das escalas na História.

A aluna E, por exemplo questionou os motivos pelos quais símbolos da história do Brasil trazem sentimentos que fazem todos se sentirem brasileiros, por exemplo; “ser brasileiro é saber quem foi Pedro Alvarez Cabral, conhecer o hino e falar português!”

A aluna K expõe seu entendimento sobre essa questão ao comparar atitudes de brasileiros em relação aos franceses; “[...] brasileiro vai logo abraçando quando é apresentado, os europeus não, é só um aperto de mão.” Se referindo ao esposo francês de uma prima.

Impressões como esta, demonstram a riqueza de possibilidades durante as oficinas para o debate acerca dos temas. Neste caso, obtivemos uma forma de explicar isso apontando a visão generalizante da História nacional, onde todos se sentem brasileiros com muita facilidade e sabem elencar vários elementos que comprovem sua brasilidade. E onde os símbolos nacionais são de fato muito conhecidos por todos.

Ao mesmo tempo, buscou-se demonstrar que existem diversas formas de composição das identidades, e que de maneira geral a memória oficial simboliza muitas vezes a herança de um país em seu aspecto homogêneo das culturas. O que não leva em consideração a riqueza cultural e diversidade cultural de nossa formação. E que para além das identidades nacionais, existe a necessidade de conhecer o regional e o local.

Esse esforço sobre atrato do conceito de identidade se torna imprescindível, quando levamos em consideração o que foi pensado por Mario Carretero (2010), acerca de uma emotividade identitária baseada no que o autor acusa como fruto de um história pautada no

romantismo (Carretero, 2010, p. 20), esse culto ao nacional criticado por Carretero, coaduna com o pensamento de Abud (1998) sobre a formação de uma alma nacional do Brasil durante a chamada Era Vargas, no sentido de buscar uma formação ou fortalecimento dessa identidade Nacional pautada na integração do nacional, na ordem e no sentimento de uma identidade planificadora que extinguisse diferenças em prol do progresso da “brasilidade do cidadão, fosse ele indígena, nortista, nordestino, negro, etc num claro modelo de hegemonia pensado pelas elites e que deveriam ser engolidos pelas massas. (Abud, 1998, p. 2). Ou seja, um grande ato de aplainar as diferenças regionais, culturais ou locais de um país de proporções continentais em sua geografia física, e de múltiplas e profundas diversidades étnicas e culturais. Acerca dessas proporções sobre os usos da história como disciplina formadora de identidades, nos debruçamos melhor em seção específica no capítulo um.

Diante disso, o trato da história, pensada em seu caráter local, ou regional, é condição mister para que surja nos indivíduos em processo de aprendizagem essa identificação com o local, com sua região, com suas heranças e as memórias locais, sejam elas coletivas ou individuais, no sentido de descobrir laços com o local, que os ajudem a se formarem como sujeitos conscientes da sua condição em seu lugar e no seu tempo.

De modo geral, o que pudemos constatar das intervenções dos discentes foi que o que delimitava suas particularidades acerca dessa questão baseava-se no exercício de comparação com o outro, onde as peculiaridades surgiam ao serem comparadas a outros sujeitos que não habitavam Icoaraci, Belém, ou Pará. Seriam limites que surgem, e os confrontava com a seguinte proposição - Eu não sou daquele jeito, logo, não sou como ele, então sou assim, possuo este tipo de identidade. Tal forma de se auto retratar, ou perceber-se, coaduna com o que expôs Luís Fernando Cerri (2001, p. 102); “O estabelecimento da identidade de um grupo passa pelas imagens, ideias, objetos, valores que os participantes julgam serem os seus atributos específicos [...] que funciona como o legitimador da existência do grupo.”

Ao término desta roda de debates, a fala de uma das alunas pode nos matizar os resultados característicos desses caminho didático tomado. Vejamos; “o mais legal é que o Sr. Professor, já deve ter lido vários livros sobre isso; da identidade, patrimônios, mas aqui o senhor deu aula diferente, fomos nós mesmos que conversando começamos a definir na nossa cabeça como é que surge as identidades da gente.”

Nos pareceu positivo as primeiras impressões sobre os debates ainda nas aulas oficinas, sobretudo pois por meio de diálogos entre alunos e o professor, logramos já neste

momento inculcar, mesmo que de forma incipiente uma certa noção sobre a importância dos patrimônios para as comunidades como caminhos para entender o surgimento, valorização e perpetuação de identidades. Esta noção vai ao encontro do que pensa, por exemplo José Reginaldo Santos Gonçalves,

Um tipo de arquitetura, assim como uma culinária, uma atividade festiva, uma forma de artesanato ou um tipo de música, pode ser identificado como “patrimônio cultural” na medida em que é reconhecido por um grupo (e eventualmente pelo Estado) como algo que lhe é próprio, associado à sua história e, portanto, capaz de definir sua “identidade”. Defender, preservar e lutar pelo reconhecimento público desse patrimônio significa lutar pela própria existência e permanência social e cultural do grupo. (GONÇALVES, 2001, P. 3).

Nesse sentido, mesmo que ainda em fase inicial da pesquisa os debates acerca dos conceitos de identidade, patrimônio cultural e memória mostrou-se motivador tanto para os alunos, que acabaram por mostrarem-se ansiosos em ir para “campo”, primeiro para ouvir o que as pessoas mais velhas da localidade tinham a dizer sobre esses bens culturais, e os lugares de memória, assim como para visitá-los e iniciar o registro dessas características com seus *smartphones*. De modo geral, percebemos um entusiasmo entre os participantes, sobretudo, por sentirem-se como pesquisadores. Esta impressão se corrobora com a fala da aluna M; “eras, professor, estou me achando a historiadora com isso tudo da pesquisa”.

### **3.2.3 – Fontes históricas como auxílio nas aulas de história.**

O uso de fontes históricas nas aulas de História, vem se tornando um campo de discussão cada vez mais rico no que concerne aos usos, escolha, seleção e trato desses documentos na escrita da História bem como no processo de ensino da História. Circe Bittencourt chama a atenção para as razões que levariam os professores a utilizarem-se de fontes com os alunos, pelo fato de que “os documentos também são materiais mais atrativos e estimulantes para os alunos e estão associados aos métodos ativos ou ao construtivismo.” (BITTENCOURT, 2008, p. 327). Além disso, o uso de fontes nas aulas de história auxiliaria os alunos a iniciarem uma compreensão acerca dos ofícios dos historiadores e como se escreveria a história, facilitando, assim, o desenvolvimento do pensamento histórico entre estes jovens.

Acerca dos cuidados que o professor deva ter com o trato de documentos nas aulas de História, elencamos aqui o que pensou Circe Bittencourt em seu clássico “Ensino de História: Fundamentos e Métodos,

Outra exigência para o uso de fontes históricas é o cuidados para com usas diferentes linguagens. Os documentos, como foi anteriormente apresentado, são registros

produzidos sem intenção didática e criados por intermédio de diferentes linguagens, que expressam formas diversas de comunicação. São muito variados quanto à origem e precisam ser analisados de acordo com suas características de linguagem e especificidades de comunicação. Como recursos didáticos distingue três tipos de documentos: escritos, materiais (objetos de arte ou do cotidiano, construções...) e visuais ou audiovisuais (imagens ou em movimento, gráficas, musicais.) (BITTENCOURT, 2008, p. 333).

Sobre este tema, Napolitano (2008) nos enfatiza a importância sobre os grandes potenciais que carregam os usos de fontes audiovisuais, além dos cuidados em seu uso, sobretudo, pelos pesos na análise de suas representações. Vejamos,

[...] quais os mecanismos formais específicos mobilizados pela linguagem cinematográfica, televisual ou musical? [...] quais os eventos, personagens e processos históricos nela representados? [...] à medida que analisamos a escritura específica do material audiovisual ou musical, suas formas de representação da realidade vão tornando-se mais nítidas, desvelando os "fatos" social e histórico nela encenados direta ou indiretamente. (NAPOLITANO, 2008, p. 238)<sup>54</sup>

A decisão em usar fontes, em geral de caráter iconográficas com os alunos durante as aulas oficinas, norteou-se, sobretudo, no intuito não somente de usá-las como meras ilustrações complementares às narrativas feitas pelo professor durante os encontros, antes disso, visamos apresentar impressões e representações sobre diversos temas e recortes temporais do passado de Icoaraci para propormos análises e problematizações por parte dos alunos e alunas sobre os espaços, paisagens, lugares e modos de viver de seus antepassados. Ampliando os sentidos sobre o uso de documentos nas aulas, o que Andrade nos coloca da seguinte maneira;

O uso escolar do documento histórico, não apenas como suporte informativo, mas aqui entendido como todo conjunto de signos, visual, textual, produzido numa perspectiva diferente da comunicação de um saber disciplinar, mas utilizado como fins didáticos. (ANDRADE, 2007, P. 234).

Desta forma, objetivamos ajudar os alunos a ampliarem o entendimento sobre documentação histórica criticando a visão do caráter objetivo dessas e a ideia que possam existir em si próprias como acesso da verdade dos fatos do passado. Ao contrário, buscamos trabalhar com tais documentos no sentido de fontes, vestígios de um passado fragmentado, que mediante as perguntas certas podem nos dar impressões sobre representações do tempo pretérito.

Este trato com as fontes iconográficas ajudaram os participantes a criarem, e ampliarem antigas compreensões sobre conceitos inerentes ao conhecimento histórico, criando “sentidos da História através da observação, descrição, comparação e análise dos documentos.” (ANDRADE, 2007, p. 235).

---

<sup>54</sup> In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008.

Em suma, a utilização de imagens antigas de Icoaraci demonstrou-se de extrema utilidade, ao passo que os alunos e alunas puderam fazer assimilações e comparações sobre as realidades do lugar em que vivem em diferentes tempos, causando forte estranhamento entre os discentes por exemplo, ao deparar-se com os tipos de transportes utilizados pelos antigos moradores da então Vila do Pinheiro para ir e voltar para a capital, primeiro exclusivamente via vapor pela baía do Guajará, atracando na antiga ponte, onde hoje partem e chegam turistas em direção à ilha de Cotijuba por exemplo, e onde chega grande parte da produção de alimentos, como frutas, legumes, pescados, farinha e açai.

Figura 12 - Vapor ancorado no antigo trapiche da Vila do Pinheiro, 1931



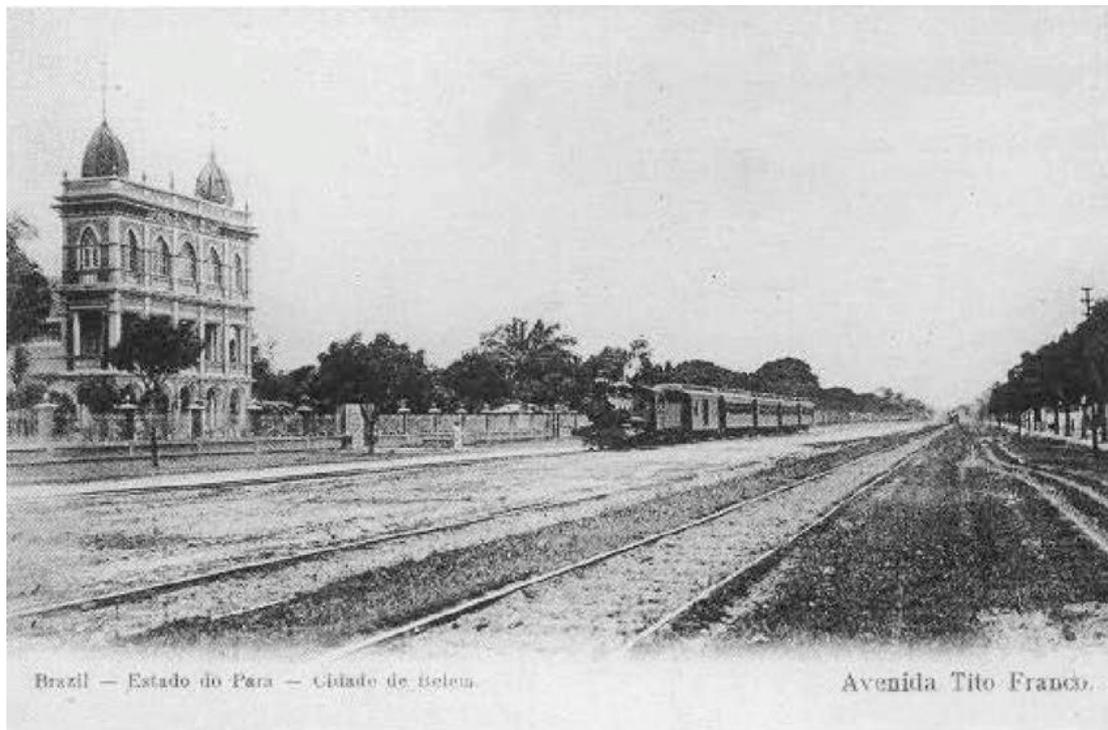
Fonte: Alamy/Scherl<sup>55</sup>

Posteriormente à inauguração do Ramal do Pinheiro (braço ferroviário da antiga estrada de ferro Belém-Bragança) os alunos puderam perceber as transformações no local proporcionada nos anos iniciais do Século XX pelo avanço do período no que diz respeito à velocidade dos transportes, a locomotiva em fim chegava ao Pinheiro<sup>56</sup>.

<sup>55</sup> Disponível em: <https://www.alamy.com/stock-photo/may-1935.html?page=3>

<sup>56</sup> Conforme Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1904 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro. Disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/172#?c=0&m=136&s=0&cv=0&r=0&xywh=-450%2C-146%2C4129%2C2913>

Figura 13 - Estrada de ferro Belém Bragança com uma locomotiva partindo em direção ao entroncamento.



Fonte: Fonte: Belém da saudade. Secult, 1998.

Figura 14 - Perspectiva do antigo ramal do Pinheiro em um de seus pontos de parada na década de 60



Fonte: Blog Belém da memória

Estas fontes nos permitiram de modo célere oferecer imagens do passado de Icoaraci, o que os levou a fazer inferências sobre os vestígios desse passado que ainda permanecem na contemporaneidade, assim como as transformações ligadas à contextos históricos mais amplos. Nesse sentido, tornou-se possível para os alunos perceberem diversas permanências dos costumes, e das realidades que não se separam radicalmente entre passado e presente.

Como exemplo do assombro e curiosidade causada nos alunos ao deparar-se com as imagens, podemos elencar a fala da aluna “A” – “Poxa, a gente não vê ninguém usando bermuda nem shorts nessas fotos, imagina o calor que eles sentiam, maior sofrimento.” Ou ainda no que a aluna “V” exprime ao observar as imagens da antiga estrada de ferro; - “Professor, mesmo nessa foto colorida dá pra ver que ainda era tudo só mato pra cá. Devia ser muito ruim morar aqui, tinha que vim de barco ou de trem.” O aluno “G” rebateu contrariando a fala do colega; “Não acho que fosse ruim, não. Pelo contrário, acho que era muito melhor, devia ser legal não pegar engarrafamento na Augusto Montenegro pra voltar de Belém, já pensou, viajar de trem? E antigamente as pessoas se vestiam melhor, hoje todo mundo só falta andar pelado por aí.”

Independente das opiniões ou tendências de caráter moral ou estético sobre o passado, importante notar o estranhamento, as observações feitas pelos alunos acerca do enxergar uma Icoaraci, ou Vila do Pinheiro diferente em sua conjuntura atual, no que concerne aos transporte e aos modos de vida como um todo.

Sobre esta tão diferente forma de transporte no passado, os alunos e alunas compreenderam também a importância que a vila do Pinheiro possui no que concerne ao abastecimento de carvão mineral importado da Inglaterra para a EFB<sup>57</sup>. Quando em 1908<sup>58</sup> foi construído um porto de desembarque na vila, na altura da atual travessa dos Andradas. Absolutamente nenhuma das alunas e alunos sabiam dessa importante atuação da localidade para o desenvolvimento da EFB. O espanto dos alunos ao observarem as imagens antigas, e se apropriarem desta realidade do passado, tão próximo espacialmente de todos, porém, tão distante no tempo. Exemplificamos aqui com a fala da aluna E. “Égua, professor, não acredito. Tô passada. Eu já sabia que antigamente pelo dinheiro da borracha lá em Belém, tudo era importado da Europa, roupas, bebidas, as coisas de ferro. A gente estudou isso ano passado, com o senhor. Mas nunca sonhei que aqui em Icoaraci, lá no final da Andradas tinha uma ponte

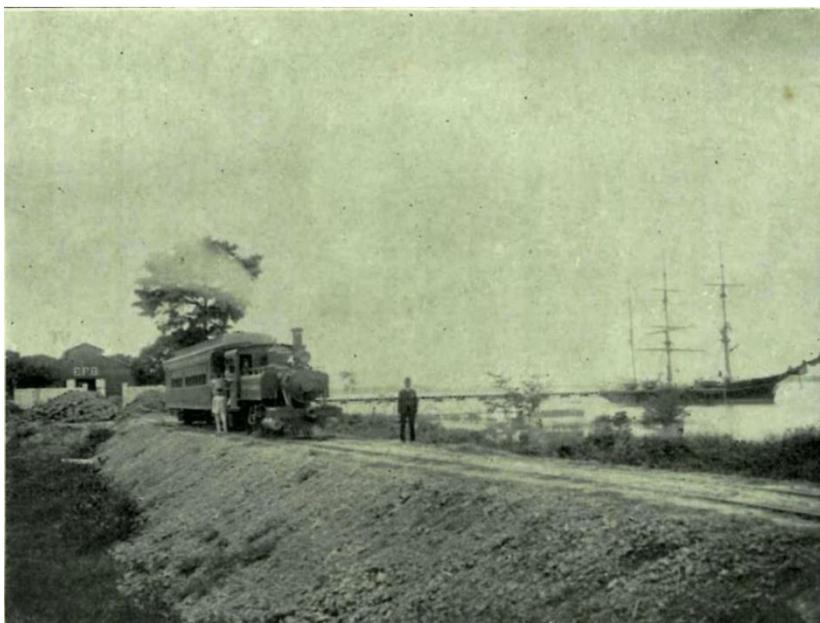
---

<sup>57</sup> Estrada de Ferro Belém Bragança

<sup>58</sup> QUARESMA, Luís Augusto Barbosa. A estrada de ferro Belém-Bragança: para além da integração (1901-1908).

e um trilho e que chegava navios direto da Inglaterra com aquele carvão, tipo aquilo que estudamos na revolução industrial, e daqui ia pra Belém.”

Figura 15 - Antigo braço ferroviário do porto de carvão do pinheiro. 1908.



Fonte: FAU – UFPA

Ainda sobre a utilização de fotografias e suas reproduções nas aulas como fontes históricas, é fundamental entendermos alguns dos debates e contribuições acerca dessa temática. Segundo Boris Kossoy, a fotografia possui dois aspectos chaves para sua compreensão, onde de um lado temos seu peso enquanto fonte histórica pela possibilidade de apresentar um possível recorte de uma realidade passada, um registro do espaço tempo registrado, do outro temos seu caráter como objeto que possui sua própria história como fonte produção cultural e tecnológica das sociedades, sendo assim, possui também sua história própria no decorrer do tempo. Ou seja, a fotografia pode ser usada como fonte da História, e também como meio de compreender a própria história da fotografia. E isso não implica, no entanto, que essas imagens sejam despidas de valores estéticos, no ato da tomada do registro. (KOSSOY, 1989, p.31) O autor nos demonstra, então, a necessidade da crítica a ser feita sobre estes tipos de fontes;

Toda fotografia foi produzida com uma certa finalidade. Se um fotógrafo desejou ou foi incumbido de retratar determinado personagem, documentar o andamento das obras de implantação de uma estrada de ferro, ou os diferentes aspectos de uma cidade, ou qualquer um dos infinitos assuntos que por uma razão ou outra demandaram sua atuação, esses registros – que foram produzidos com uma finalidade documental – representarão sempre um meio de informação, um meio de conhecimento, e conterão sempre seu valor documental, iconográfico. (KOSSOY, 1989, P.31)

Coadunando com Kossoy (1989), buscamos a todo momento lembrar aos alunos da necessidade, a cada fonte nova apresentada, de fazer as indagações necessárias para cada uma delas, tais como; qual a finalidade desta fonte, qual seu objetivo? Porquê, ou, para quem foi feito? Lembrando, que por exemplo, as imagens antigas de cartões postais do antigo casarão Tavares Cardoso, representa a visão e demonstração de status e poder específica de uma parcela da sociedade, onde tais edificações eram na verdade uma diminuta realidade paisagística de Icoaraci, os fazendo pensar, por exemplo, nos tipos de moradia das camadas populares que ali habitavam e que não são registradas nos antigos cartões postais da época. Deste modo, temos a possibilidade de ver uma Icoaraci do passado, mas, de maneira pontual, escolhidos esses registros pelas elites e seus interesses em serem representadas, uma parte pequena da realidade no passado.

Anda acerca desta necessidade crítica com o trato das iconografias, vale ressaltar o que foi pensado por Saliba (2017, p.122);

Os historiadores se deparam hoje com este fenômeno histórico inusitado: *a transformação de acontecimento em imagem*. Não mais a imagem alegórica que narra, mas a imagem analógica que apenas mostra [...] não se busca mais tornar politicamente inteligíveis uma situação ou um acontecimento, mas apenas mostrar sua imagem.

Circe Bittencourt (2017), também se baseando em Kossoy e Mirian Leite, faz uma análise do uso de imagens no livros didáticos, entendo que as escolhas relacionadas à estas imagens segue um lógica ideológica de grupos políticos e econômicos, devendo levar em consideração as intenções por trás das seleções e dos usos imagéticos.

Levando em consideração o que propôs Bittencourt (2008) no que concerne ao trato da fontes em sala de aula e seus objetivos, balizamos nossas ações com as fontes segundo a proposta de análise concebida pela autora. Trata-se de descrever o documento aos alunos, mobilizar os conhecimentos prévios destes, no intuito de explicar o documento, ou seja, cruzar as informações com os conhecimentos prévios dos alunos, situando assim o documento ao contexto de criação e seu autor, podendo então, identificar a natureza desse documento e suas características. Todos esses passos estão interligados e possuem, segundo a autora, o intuito final de chegar na identificação do limites e interesses do documento.

Diante de uma realidade onde os jovens estão cada vez mais cercados por uma massiva rede de imagens por todos os cantos, na ruas, na televisão, na internet, não é difícil pensar acerca do esvaziamento e na ausência de sentidos dados às representações imagéticas, a ausência da interpretação e leitura crítica da expressões visuais é algo latente entre os alunos, o que nos fez

trabalhar com tais fontes de maneira a criticá-las. Pois, ao contrário do que se construa entender, as imagens não falam por si só, é necessário as interpelar. Sobre este tema Susan Sontag (2004) nos indica que as imagens são mudas quando precisam contar suas histórias sozinhas, sendo necessário textos, legendas ou narrativas que as acompanhem e ajudem a lhe explicar. Exatamente o que propusemos aqui durante as aulas-oficinas.

Durante o quarto encontro, por exemplo, iniciamos debates acerca da História local de Icoaraci, por meio da seleção prévia dessas fontes históricas, no intuito de debater sobre os conceitos de patrimônios culturais e históricos locais.

Uma das primeiras indagações feitas aos participantes, foi em relação à fundação de Icoaraci. Poucos alunos foram capazes de responder ou sugerir alguma informação sobre o tema.

Alguns alunos nos questionaram acerca de um conhecimento comum entre os moradores sobre histórias de portugueses que teriam ancorado em Icoaraci antes mesmo da fundação de Belém. A partir dessas narrativas comuns apontadas pelos alunos, propusemos iniciar a discussão sobre as origens de Icoaraci e sua relação com o período de ocupação pelos Portugueses da região amazônica.

As indagações dos alunos sobre este período nos fizeram iniciar uma pesquisa bibliográfica acerca do período. Tais práticas do professor como pesquisador podem ser melhor entendidas acessando a bibliografia a respeito, sobretudo em Zeichner<sup>59</sup> (1998), em Para além da divisão entre professor-pesquisador e pesquisador acadêmico<sup>60</sup>.

A literatura conhecida<sup>61</sup> nos indicou que no período das excursões portuguesas em busca de um lugar adequado para a construção de um forte nas margens da baía do Guajará, os portugueses avistaram um pontão de terra com boas características geográficas para o fim militar que buscavam, este seria a chamada “ponta do mel”, assim conhecida pela abundância

---

<sup>59</sup> ZEICHNER, Kenneth M. Para além da divisão entre professor-pesquisador e pesquisador acadêmico In: GERALDI, Corinta M.; FIORENTINI, Dario & PEREIRA, Elisabete M. (orgs.) Cartografia do trabalho docente: professor(a)-pesquisador(a). Campinas, Mercado de Letras?ABL, 1998. pp. 207-236.

<sup>61</sup> BAENA, Manoel. Informações sobre as comarcas da província do Pará: organizadas em virtude do aviso circular do ministério da justiça de 20 de set. de 1883. Pará: typ. F. da costa Junior, 1885, 68p. (p.27). CRUZ, Ernesto. Procissão dos Séculos: Vultos e Episodios da historia do Pará”. Belém, Imprensa oficial do Estado, 1952

DIAS, Mário Benjamin & SILVA, Maria de Jesus Benjamin da. O distrito de Icoaraci e sua inserção no contexto urbano e regional amazônico.

GUIMARAES, junior. Icoaraci. A monografia do megadistrito. G´rafica Delta, Belém. 1996 . 142 p.

da especiaria muito valorizada pelos portugueses em tempos de inexistência do doce do açúcar brasileiro. Sendo assim, Belém iria ser fundada onde hoje é orla do cruzeiro em Icoaraci, se assim fosse construído o forte no local. No entanto, após o mapeamento dos rios ao redor da área, fora constatado a navegabilidade pelo furo do maguari, indicando que a fortificação poderia facilmente ser atacada pela retaguarda se o inimigo contornasse a ilha do Outeiro, lugar muito visitado inclusive pelos alunos. Ainda assim, o pontão virou lugar estratégico de parada pelos portugueses que a partir dali já começavam a transformar lentamente o lugar. Para a abordagem deste tema com os alunos, foi utilizado em sala um recorte da imagem de satélite da região, e edição da mesma, no intuito de criar uma visão espacial a partir da narrativa histórica apresentada aos alunos, utilizando como ferramenta o aplicativo Google Earth, disponível na internet<sup>62</sup>.

Figura 16 -: Imagem de satélite apresentando a ilha de Outeiro, furo do maguari e parte de Icoaraci. A linha branca demonstra a rota de navegabilidade do furo do maguari.



Fonte: Google Earth 2019, com modificações do autor.

<sup>62</sup> Apesar do risco em incorrerem em generalizações baseadas em possíveis narrativas historicistas sobre a colonização da região e o processo de ocupação de Icoaraci, nosso foco principal ao utilizar tais fontes, é de experimentar com os alunos a compreensão de como as narrativas dos lugares podem ser construídas, e como os lugares de memória em comum, podem possuir ligação com a construção histórica de cada lugar. Ao mesmo tempo em que o próprio conhecimento histórico em seu caráter acadêmico e historiográfico, são representações do passado que devem ser compreendidas como suscetíveis a interesses de diversas forças e em determinados períodos no tempo.

Figura 17 - Destaque da ponta do Cruzeiro na atual orla de Icoaraci, onde os portugueses teriam aportado no séc. XVII e nomeado como ponta do mel.



Fonte: Google Earth 2019, com modificações do autor.

Pudemos perceber com a utilização desta ferramenta para nos auxiliar na narrativa sobre a chegada dos primeiros europeus em Icoaraci que os alunos lograram de imediato relacionar a história local com o seu cotidiano, quando viram a imagem da ilha do Outeiro e um espaço tão frequentado por todos como a orla, surgiram falas como a do aluno P; “eras, professor, minha avó mora no Outeiro, sempre vou lá nos fins de semana, nunca imaginei que os portugueses tinham navegado por atrás da ilha.” Já a aluna C se mostrou surpresa pelo fato de que o lugar onde ela costuma passear nos sábados à noite com os amigos era visitado pelos portugueses em busca de mel antes mesmo da fundação de Belém.

Sobre essa questão nos orientamos pelo que fora pensado por Maurice Halbwachs (2013, p. 81) que nos alerta sobre a relação entre História e memória; “Certamente, um dos objetivos da história pode ser, exatamente, lançar uma ponte entre o passado e o presente, e restabelecer essa continuidade interrompida.” Neste caso, não pretendemos que este recorte da história seja transportado e enquadrado na memória coletiva atual de Icoaraci, o que Halbwachs nos alerta não estar dentro das possibilidades da História devido seu caráter seletivo do passado. “[...]ela se limita, ao contrário, a conservar a imagem do passado que possa ainda ter seu lugar na memória coletiva de hoje, ela – a memória coletiva – apenas retém da Historiografia aquilo que ainda interessa às nossas sociedades, isto é, em resumo, bem pouca coisa.” (HALBWACHS, 2013, p. 81). Sendo assim, buscando contribuir com estes vestígios do

passado de Icoaraci, selecionando dentro da historiografia acerca do distrito, aquilo que julgamos serem possíveis de assimilação pela consciência do grupo, ou que ainda viva na coletividade da comunidade de Icoaraci.

Após breves debates sobre a ponta do cruzeiro, trabalhamos sobre a origem do antigo nome de Icoaraci. “Ainda no século XVII o senhor Sebastião Gomes de Souza, construiu modesta morada, erguida com taipa no alto do pontão, onde sua família passou a exercer atividades de engenho” (GUIMARÃES, 1996).

Segundo a tese de Dias (2007, p. 98), em 1701, a carta de sesmaria foi requerida por Sebastião Gomes, através do governador da província do Maranhão e Grão-Pará; General Fernão Carrilho, a solicitação foi aceita, e em 1705, a “ponta do mel”, através de concessão real, transforma-se em sesmaria e passa se chamar Fazenda Pinheiro, em uma referência à cidade natal de seu proprietário.

As terras delimitadas na carta de data de sesmaria compreendiam-se do igarapé do Paracuri até os limites do furo do Maguari. Conforme trabalho de Vidal e Malcher (2009), em relação ao limite das sesmarias concedidas especificamente na colônia, tal aspecto era regulado num primeiro momento, baseado naquilo que o beneficiário pudesse abarcar, uma vez que deveria obrigatoriamente cultivar toda a terra recebida. Já em 1698, uma carta régia estipula o limite das sesmarias em duas léguas de extensão, e em 1729, outra provisão vai definir em três léguas de comprimento por uma de largura<sup>63</sup>.

Esse trecho da narrativa histórica nos ajudou a trabalhar com os alunos a compreensão da ligação dessa história local à contextos históricos mais gerais, ampliando o foco de análise e baseando acontecimentos locais, é o caso do processo de ocupação do local dentro do contexto das missões guarda costas ao norte, no intuito de defesa contra invasões estrangeiras. Bem como as formas de organização do território, e as formas de posse e doação de terras.

Desse modo os alunos e alunas foram levados a compreender sobre as disposições, por exemplo, da fazenda Pinheiro, que enquanto sesmaria, não possuía mais do que duas léguas no momento de sua fundação. Foi interessante para os alunos notarem que o surgimento da vila pinheiro está diretamente ligado ao acentuado intento de Portugal em fomentar a ocupação e

---

<sup>63</sup> Importante salientar que a pesquisa bibliográfica e narrativas historiográficas aqui selecionadas, não visa uma reconstrução, ou escrita histórica minuciosa de caráter historiográfico sobre Icoaraci, haja vista que o foco da pesquisa é o ensino de História e sua didática.

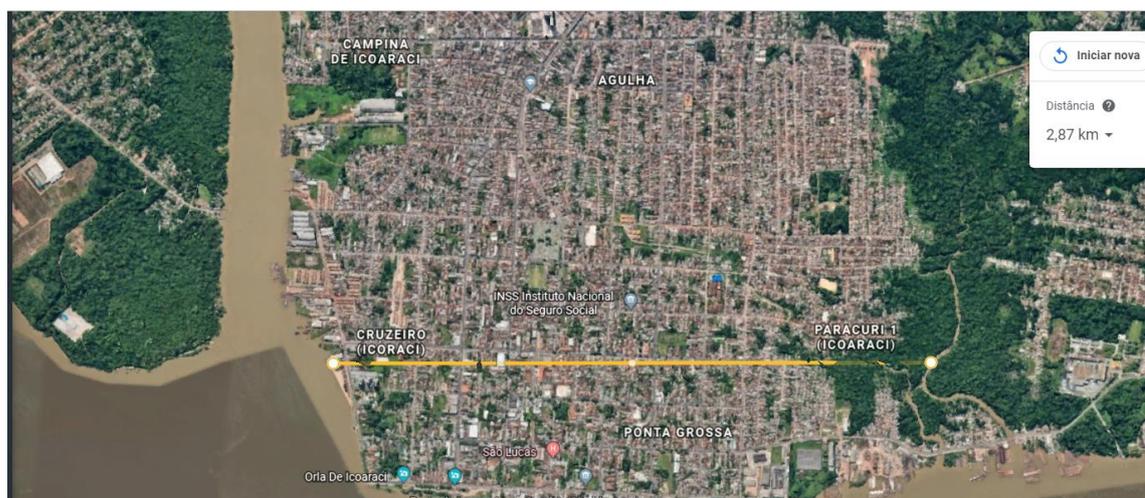
possibilitar a agricultura da colônia, no intuito de tirar proveito de suas terras, inserido na lógica de exploração do colonialismo moderno.

Para nos auxiliar nesse diálogo, fora utilizado exemplos de cartas de sesmarias, transcritos na publicação do instituto de terras do Pará, como este trecho selecionado sobre a ocupação da ilha grande Joanes (atual ilha do Marajó) após a expulsão dos jesuítas;

1-José Miguel Ayres. Mestre de campa e capitão-mor das ordenanças da cidade de Belém do Pará. Fazenda dos Remédios. Situada na margem direita do rio Arara, principiando dos marcos das fazendas dos religiosos mercenários, com meia légua de frente ou o que na verdade se achasse, e três de fundo. Carta de data no livro 14, página 172, verso. Carta de confirmação no livro 15, página 173.<sup>64</sup>

Para dimensionar o espaço ocupado pela então fazenda Pinheiro, utilizamos mais uma vez o recurso tecnológico Google Earth, demarcando aproximadamente o que seria a fazenda, utilizando o recurso de medidas dentro da própria plataforma.

Figura 18 - Área aproximada do que seria a fazenda Pinheiro no Séc. XVIII.



Fonte: Google Earth 2019, com modificações do autor.

Em outro momento do encontro foi possível abordar a sistematização do processo de fabricação do artesanato no local pelos religiosos, uma vez que as origens do costume tradicional remete-se aos povos indígenas ceramistas na região, as ordens religiosas ao estabelecerem no local passaram a se beneficiar das técnicas de olaria, sobretudo para a confecção de tijolos para suas instalações.

Ainda utilizando o que foi apresentado por Guimarães (1996, p. 17), no ano de 1824 a fazenda Pinheiro fica sob o cuidado dos Frades Carmelitas Calçados, que dividiram a fazenda

<sup>64</sup> Ver: CAMARGO, Marly, VIDAL Maria, MALCHER, Ataíde. **Sesmarias**. Revisão: Jane Aparecida Marques. Belém: ITERPA, 2009. 120p.; il.

em outras duas, sendo a primeira chamada de São João do Pinheiro, com sua sede estabelecida na ponta do mel; e a outra, Nossa Senhora do Livramento, sendo circunscrita nas margens do Igarapé do Paracuri. Ali os frades Carmelitas, retiravam argila das margens do igarapé para a prática do artesanato. Além da olaria, os religiosos extraíam a pedra laterita, ou “pedra Pará”, usada na fundação e alvenaria de suas instalações. Criavam gado e cultivavam a cana de açúcar e canela, por exemplo. (Dias e Silva, 2009, p. 2).

Os alunos mostraram-se bastante impressionados ao saber que na área do Paracuri, havia existido uma fazenda de carmelitas, e que o artesanato no local tem origens tão antigas. A aluna K, contribuiu com a seguinte fala; “Professor eu não imaginava que isso (o artesanato) era tão antigo aqui. Uma vez eu visitei a escola liceu do Paracuri, e lá me disseram sobre o Mestre Raimundo Cardoso, que fez os primeiros desenhos marajoaras na argila!” A fala da aluna refere-se ao mestre ceramista Raimundo Cardoso, que dá o nome à escola e liceu de cultura popular de Icoaraci. O artista teve sua obra reconhecida mundialmente por ter sido o primeiro artesão, ainda na década de 60, a resgatar a identidade do grafismo feito pelas comunidades tradicionais da região, desde tempos pré-cabralianos.

Acerca desta ligação da temática da cerâmica marajoara, importante percebermos o que aponta Ana Linhares, sobretudo quando pensamos a nível de estado do Pará essa representação dos desenhos que imitam os grafismos da cultura arqueológica dos povos marajoaras. A autora em seu trabalho, nos ajuda a compreender a naturalização do simbolismo da cultura marajoara presente até hoje, sobretudo no bairro do Paracuri.

Este projeto de construção de uma identidade pautada na cultura marajoara surge na segunda metade do séc. XIX e início do vinte, para atender um projeto político de formulação do Estado nacional brasileiro, quando existia uma espetacularização do índio naquele contexto, onde os marajoaras acabaram sendo exaltados, conforme eram desencavados mais e mais peças na ilha do Marajó.

Segundo a autora,

Exaltam-se certos objetos da cultura material de um povo com o fim de delimitar uma história da nação. Entretanto, omitem-se as contradições que permitiram com que aqueles patrimônios fossem exaltados ou chegassem ao almejado patamar dito civilizado. Ou seja, quem assiste a teatralização de certos patrimônios culturais geralmente não sabe da trajetória percorrida por aqueles bens para que chegassem a ser espetacularizados. (LINHARES, 2015, p. 242)

Desse modo, nos foi imperativo trabalhar por meio dos debates com os alunos, e buscar a desconstrução dessa normalização da cultura marajoara no distrito, no estado, e no país, haja

vista, que este projeto de nação do séc. XIX faz uso dessa cultura em âmbito de uma identidade cultural nacional. Como nos coloca, ainda, Linhares;

Civilizado, nobilitado, o índio Marajoara foi utilizado pelo Estado brasileiro como símbolo maior da identidade que se pretendia para o país. Retirado simbolicamente de sua geografia, ele passou a representar não apenas a Amazônia, mas o Brasil inteiro. O Marajoara que sai da Amazônia desde a segunda metade do século XIX não é o mesmo que volta para sua região de origem na década de 1970, aportando no distrito de Icoaraci. Quando se instala no bairro do Paracuri e passa a se auto reproduzir enquanto imagem, ele não mais nos pertence. É um cidadão brasileiro, em diálogo com o mundo. (LINHARES, 2015, P. 246)

Mediante a tudo isso, residem no mínimo duas problemáticas que nos fez necessário tratar com os discentes. A primeira faz jus aos motivos que colocaram as culturas materiais do Marajó na mira dos ideais nacionalistas do séc. XIX, este fenômeno, segundo Linhares (2015) se deu pelas representações dadas pelos cientistas e arqueólogos imperiais que acabaram por eleger um ar de civilidade aos índios marajoaras, os elevando em relação às demais culturas tradicionais, que de modo geral eram vistas como inferiores à cultura do homem branco. Esta cultura marajoara seria superior devido a comparação feita de seus desenhos com a arte grega ou romana, logo, estes índios seriam civilizados assim como as antigas civilizações antigas do mediterrâneo. Este problema acaba por gerar outro, que seria um silenciamento, ou uma diminuição das demais culturas da região, bem como do restante do território brasileiro.

Este legado acabou sendo normalizado até os dias atuais e mostra a força dos projetos políticos relacionados à formação de identidades culturais, bem como, de que modo o ensino de História pode nos ajudar a compreender muito daquilo que parece surgir naturalmente em nosso cotidiano. Se fazendo necessária constante crítica sobre os patrimônios culturais materiais e imateriais.

Dentro desta temática utilizamos o debate para buscar as noções primárias dos alunos sobre os conceitos de Patrimônio cultural material e imaterial. De modo geral, a maioria dos alunos que opinaram sobre este tema, definiu como o primeiro sendo o que se pode tocar e o segundo não.

Aprofundamos estas perspectivas solicitando que os participantes elencassem mais exemplos, e que pensassem o porquê das sociedades valorizarem um objeto, artefato ou construção como patrimônio material, ou uma prática, um processo de preparo de um alimento, uma dança ou uma lenda como valor imaterial?

Após alguns minutos de muitas investidas de todos os alunos, a roda de conversa foi bem intensa neste ponto do encontro, muitos exemplos locais foram apontados como exemplo

do que os alunos julgavam serem patrimônios. Podemos destacar a fala da aluna E, que defendeu a seguinte opinião; “Se a gente valoriza alguma coisa, é porque ela é importante, no caso de uma cidade, ou de Icoaraci, devemos preservar os casarões porque eles contam a história de Icoaraci!” Outro aluno, L nos disse; “Então professor, o artesanato daqui é considerado patrimônio imaterial? E os vasos mais antigos seriam patrimônios materiais? Direcionamos o questionamento feito por L para os demais alunos, até que percebemos uma ideia geral surgir do grupo, com a fala de P, alertando que nem todo artefato antigo pode ser considerado patrimônio cultural, e sim aqueles que a sociedade define seu valor, mas, que sim; a prática do artesanato em Icoaraci deve ser considerada um patrimônio imaterial.

Continuamos a narrativa e o levantamento de discussões acerca do processo de ocupação de desenvolvimento de Icoaraci. Este primeiro momento com as aulas oficinas tornaram-se fundamentais para que o trabalho de pesquisa em ensino patrimonial aqui proposto pudesse alcançar seus objetivos, sobretudo, levando em consideração o caminho pensado para isso, onde o aluno devesse participar ativamente do processo de produção de conhecimento. Sobre este momento de utilização de fontes – mormente as iconográficas – nos apoiamos além da teoria de aprendizagem de Ausubel, também no que fora apresentado em artigo de Paulo Knauss intitulado “Sobre a norma e o óbvio: a sala de aula como lugar de pesquisa” (2014), o autor aborda a ideia de animação didática, já levantada anteriormente neste trabalho, mas quando sugerida no trato com fontes históricas em sala ganha um novo fôlego. Knauss tece uma análise e crítica sobre a utilização de fontes em manuais didáticos de História, geralmente servindo como meros adereços ou complementos ao texto escrito. Desse modo propusemos aos nossos encontros criar problematizações a partir das fontes, focado em uma metodologia de base dialógica, onde o aluno é motivado pelo professor e apresentado a problemas ligados às fontes. O objetivo aqui consiste em basear-se em um caminho com os seguintes passos; percepção da fonte, intuição acerca do que se apreende, crítica sobre o objeto, e a criação de conceitos por parte dos sujeitos. Segundo Paulo Knauss (2014), o processo de contato com as fontes e a devida condução do professor como estimulador de problemas levam a um aprendizado significativo pois o aluno acaba por superar o imediatismo e obviedade da fonte ao criticar e problematizar a mesma. Este processo o instiga o desafia a pensar, principalmente quando em uma roda de diálogo como foi sugerida aqui. Percebemos o estranhamento entre eles quando imagens antigas de Icoaraci foram apresentadas, tais fontes iconográficas servem de exemplos práticos sobre, por exemplo, como surge a percepção de mudança do lugar, como o processo de urbanização, os diferentes costumes locais, o que não é mais praticado e o que

permanece como vestígios na realidade destes com o passar do tempo. Mediante tais constatações surgem indagações de como “aquilo” se transformou, ou deixou de existir. Em suma, o documento histórico surge como um problema que deve ser resolvido por meio do pensamento crítico, o ato de criar um hábito de historicizar o habitual a sua volta, formular conceitos pessoais acerca do que se propõe, como nos sugere Knauss (2014, p. 37)

A metodologia deve se sustentar sob bases dialógicas, ensejadas pela animação docente e na atividade de pesquisa e investigação, identificada como processo de aprendizagem [...] o objetivo é a construção de conceitos possibilitadores da produção de uma leitura de mundo. [...] trata-se de exercícios de leitura, não apenas de textos narrativos, mas privilegiando também os iconográficos.

Para demonstrar de que maneira empregamos tais bases teóricas, apresentamos a discussão sobre a Vila do Pinheiro a partir do século XIX, no intuito de aproximar os alunos do contexto em que o povoado era procurado pela parcela mais abastada da população da capital, para servir de balneário e lugar de descanso.

Ainda na segunda metade do Século XIX, em 1883, a Lei N° 1167, muda o nome do povoado para São João Batista, momento em que se dá a construção da capela homônima. E finalmente, quando já se respirava o ar republicano pelos ainda descampados lotes aforados, muda-se novamente a denominação. Obedecendo a lei N° 324 de 1895, o povoado de São João Batista é elevado à categoria de Vila, e finalmente transforma-se em Vila de Pinheiro. Em 1885 Manoel Baena nos traz uma descrição detalhada em seu relatório sobre as comarcas da província; na página vinte e sete, ele nos detalha sobre a então vila de São João do Pinheiro.

Naquela altura, nos é dada a informação que a vila situava-se a 16 quilômetros da capital, e seus limites iniciavam-se das margens do maguari até um sitio chamado Aprígio, na parte de cima do mesmo rio. Baena nos apresenta um detalhado texto descrevendo as características do povoado, com seu agradável e pitoresco clima, e com a belíssima vista da baía do Guajará. Não obstante, a importância de suas impressões nos ajuda a remontar o espaço físico do local ainda em 1885. Vejamos;

Offerecendo deleitosa vista, tanto para o lado da Bahia, por onde entrão as embarcações que demandam o porto da capital, como para o lado de cima, d’onde se avista a cidade emergindo das águas do rio. (BAENA, 1855, P.27)

Quando ele nos coloca “como para o lado de cima, d’onde se avista a cidade emergindo das águas do rio”, podemos visualizar as fileiras de prédios erguendo-se diante das águas do Guamá, nos parecem claro os indícios de um núcleo urbano em seu estágio embrionário que salta aos olhos de quem o vê.

Vejamos, então, algumas fontes utilizadas com os alunos sobre o período dos novecentos e início dos vinte na Vila do Pinheiro;

Impressões sobre a orla do Pinheiro, e sua utilização pelos moradores da capital como lugar de descanso.

Figura 19 - Vista do pontão do Cruzeiro e do antigo trapiche da vila do Pinheiro. Provavelmente nas primeiras décadas do século XX.



Fonte: Blog Belém da memória

Figura 20 - Vista da baía do Guajará em direção as ilhas. Detalhe para um homem uma mulher e duas crianças compondo a imagem.



Fonte: Blog Belém da memória

Figura 21 - Antiga ponte de desembarque da Vila do Pinheiro. Ao fundo; vista da Primeira Rua e da torre da Igreja de São João Batista e Nossa Senhora das Graças. 1906.



Fonte: Belém da saudade. Secult, 1998.

Figura 22 - Vista da orla do Pinheiro, paralela à primeira rua, à esquerda a Baía do Guajará. 1906.



Fonte: Belém da saudade. Secult, 1998.

A imagem acima trata-se de um cartão postal publicado na 2ª edição do livro *Belém da Saudade*. Como pudemos usar tanto o livro original impresso, quanto a imagem digitalizada em Datashow com os alunos nas oficinas, nos foi possível fazer a leitura dos escritos sobre a

imagem. Com o auxílio de uma lupa um a um dos alunos puderam ler a mensagem que aquela pessoa em 1906 escreveu a respeito da fotografia da então Vila do Pinheiro. A mensagem manuscrita diz o seguinte, “Um dos arrabaldes da cidade de Belém, a 9 milhas da capital, aonde se vai veranear. Saúde e felicidades deseja o aqui sempre amigo.”

Sobre o potencial dos cartões postais como fontes acerca da paisagem, costumes e sobretudo a forma de comunicação por meios das mensagens, temos como referência o trabalho de Solange Ferraz de Lima e Vânia Carneiro de Carvalho (2017), que baseando-se em Gilberto Freyre, apontam para a possibilidade dos cartões postais como meio de compreensão sobre atribuições de valores a lugares e práticas. Segundo as autoras, Freyre entende como fundamental a análise também das mensagens presentes nestes cartões postais. Freyre usa como exemplo as escolhas dos lugares, das paisagens escolhidas para compor as fotografias, bem como as escolhas destas por parte, por exemplo, dos imigrantes portugueses residentes em Manaus do Século XIX, e que enviavam tais postais ao parentes em Portugal no intuito de legitimar a escolha migratória com as vistas que enaltecem sejam as riquezas do desenvolvimento urbano de Manaus do Século XIX, como das belezas naturais da região registrados pelo fotógrafos da época. (Lima e Carvalho, 2017, p.48)

Tais tipos de fontes ajudaram os alunos e alunas a compreenderem de que maneira as pessoas da capital interagiam com a vila, bem como entender uma característica do passado de Icoaraci, que atualmente não encontramos mais, como lugar de descanso nos períodos de férias da sociedade belenense.

Ao fazermos uso dos anúncios e artigos de periódicos foi necessário fazermos críticas sobre suas utilizações. Estes debates metodológicos acerca dos jornais impressos como fontes primárias já está estabelecido há anos no Brasil. Em seu texto Luca (2017) nos mostra uma genealogia dos usos de jornais na historiografia brasileira, inclusive nos apontando para positivos resultados e possibilidades no decorrer do tempo.

[...] a produção de vários pesquisadores, formados segundo padrões de excelência acadêmica e que ocupavam lugar de destaque no meio universitário – caso de Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, Stanley J. Stein, Nícia Vilela Luz e Leôncio Martins Rodrigues<sup>21</sup> -, não dispensava a ida aos jornais, seja para obter dados de natureza econômica (câmbio, produção e preços) ou demográfica, seja para analisar múltiplos aspectos da vida social e política, sempre com resultados originais e postura muito distante da tão temida ingenuidade. (LUCA, 2017, p. 117)

Logicamente as formas de utilização e abordagens aqui mantidas se diferem em partes dos objetivos mantidos na historiografia, na escrita da História, haja vista, nosso intuito ser o

de utilização como fonte para o ensino de História. Ao fazermos esses encontros de aspectos do passado de Icoaraci dispostos nos jornais, podemos abordar tais mudanças ocorridas no lugar, e apontadas no corpo documental da imprensa, como bem nos salienta Luca (2017);

As transformações conhecidas por algumas capitais brasileiras nas décadas iniciais do século XX foram, em várias investigações, perscrutadas por intermédio da imprensa, tal como na levada a efeito por Heloisa Cruz, que bem apontou as relações entre o periodismo, que também se difundia e diversificava, cultura letrada e o viver urbano em São Paulo. A aceleração do tempo e o confronto com os artefatos que compunham a modernidade (automóveis, bondes, eletricidade, cinemas, casas noturnas, fonógrafos, câmaras fotográficas), a difusão de novos hábitos, aspirações e valores, as demandas sociais, políticas e estéticas das diferentes camadas que circulam pelas cidades, os conflitos e esforços das elites políticas para impor sua visão de mundo e controlar as "classes perigosas", a constituição dos espaços públicos e os meandros que regiam seu usufruto e circulação, as intervenções em nome do sanitarismo e da higiene, a produção cultural e as renovações estéticas, tudo isso passou a integrar as preocupações dos historiadores, que não se furtaram de buscar parte das respostas na imprensa periódica, por cujas páginas formularam-se, discutiram-se e articularam-se projetos de futuro. (LUCA, 2017, p. 120)

Desse modo, os jornais são seguramente importantes fontes para a compreensão das mudanças na paisagem urbana e nas formulações das representações e idealizações sociais. Os diferentes modos de vida e de sociabilidades do passado, as formas de ocupação dos espaços e mediante as nuances de diversos grupos sociais e de modos de controle dos lugares, dos consumos e dos espaços públicos e privados. Os anúncios comerciais, nos ajudaram a demonstrar aos alunos os tipos de formulações de consumos e do comércio, que acabam influenciando também as formas de distribuição demográfica na vila, assim como os tipos de construções arquitetônicas.

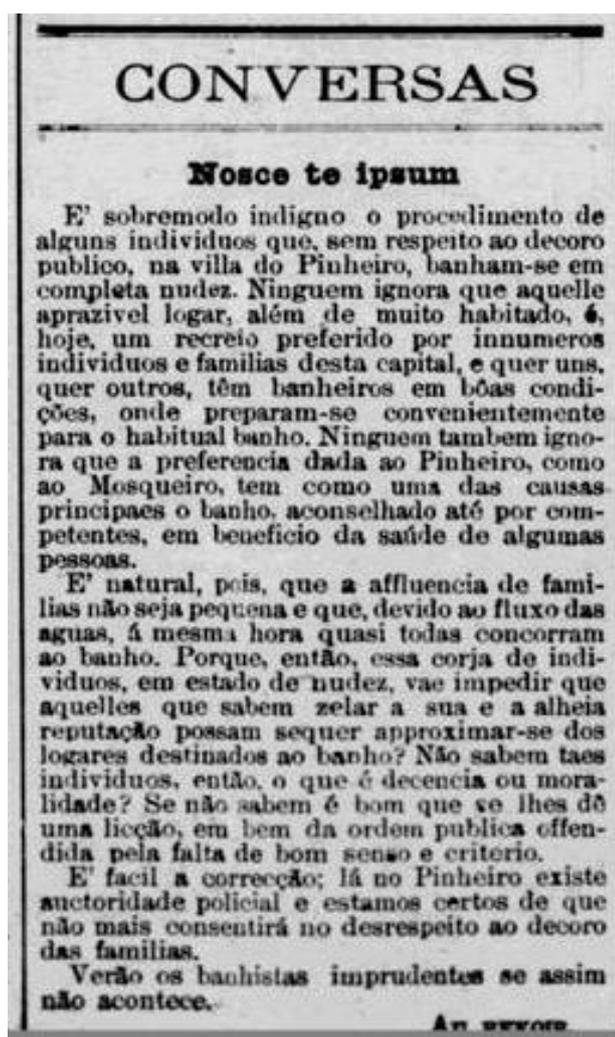
Os comportamentos de grupos sociais de uma dada comunidade pode ser observada em grande parte pelo que fora noticiado nos jornais, de que forma as classes mais populares eram representadas, ligadas por exemplo, à anúncios relacionados à casos de polícia. As elites tendo publicados seus almoços e jantares, ações de caridade, viagens ao exterior, entre outras formas de imposição de poder. Além disso, os itinerários e decisões da municipalidade e do estado em relação ao transporte de acesso à Vila do Pinheiro que eram noticiados ajudaram os alunos a terem uma visão da forma pela qual se dava os meios de locomoção, ao invés do professor apenas informá-los, como uma espécie de colóquio, eles tiveram a chance de analisar as fontes (alguns desses recortes utilizados estão aqui dispostos), sobre os mais variados temas que envolvessem Icoaraci. Sempre levando em conta a necessidade de se criticar o caráter de um discurso jamais neutro e imparcial. Sendo que estes usos dos jornais no ensino de História

não é algo recente, porém as suas formas de utilização dentro um caráter mais crítico em suas análises, ainda estão sendo necessários. Segundo Circe Bittencourt (2008)

Na história escolar, conforme o que se constata pela análise de coletâneas de documentos dedicadas ao ensino, as notícias de jornais têm servido como material de aprendizagem em livros didáticos, em provas de seleção e exames de vestibulares, principalmente para temas da história contemporânea. [...] há uma continuidade do uso de jornais como fontes de informação para coleta de dados das pesquisas escolares. Entretanto, tais projetos têm identificado que faltam análises críticas sobre essa fonte de informação. (BITTENCOURT, 2008, P.337)

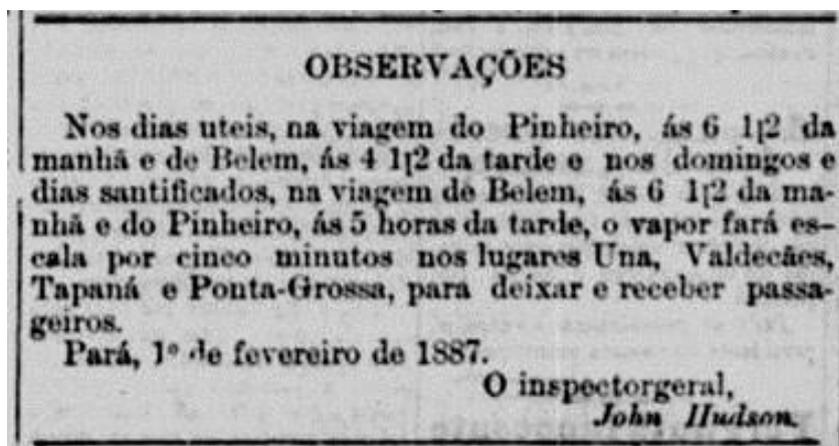
Outrossim, quando analisamos os jornais de época, sejam elas análise de conteúdo das notícias, de cunho político, econômico, cultural ou social, a forma da notícia, as propagandas, informes sobre horário de vapores, acidentes noticiados, fotografias e ilustrações, não importa, todos esses modos de análise devem passar pelo crivo da crítica em sua elaboração.

Figura 23 - – Recorte do Jornal O estado do Pará sobre os costumes em banhar-se nas águas da baía do Guajará à frente da Vila do Pinheiro, com detalhe para a crítica feita aos indivíduos que banhavam-se em completa nudez.



Fonte: O Estado do Pará de 1911

Figura 24 - recortes do Jornal O estado do Pará com informes sobre horários de saídas dos vapores em direção ao Pinheiro, e suas respectivas paradas no caminho



Fonte: O Estado do Pará de 1911

Acerca do acesso a partir da capital em direção ao Pinheiro, com a utilização de anúncios de jornais da época pudemos problematizar a questão dos meios de transportes utilizados em períodos anteriores e como se dá o processo de transformação desses meios de transporte até chegarem às características atuais. Num primeiro momento, vemos o anúncio dos horários dos vapores, sendo a primeira forma de transporte para a localidade (figura 7), ao lado vemos uma nota do jornal O Estado do Pará de 1911<sup>65</sup> que nos revela o Pinheiro como destino dos moradores da capital no intuito de deleitar-se nas águas da maré, nos revelando um problema gerado pelo hábito peculiar de alguns banhistas locais que teimavam em banhar-se nus, ofendendo aos olhos civilizados dos visitantes da vila.

Figura 25 - Recortes do jornal o Estado do Pará sobre horários de vapores em direção à vila

**Linha do Pinheiro**

D'esta data em diante, o vapor «Siqueira Mendes» fará duas viagens diarias á povoação do Pinheiro, de conformidade com o horario seguinte, que terá vigor até segunda ordem :

	Dias uteis		Domingos e dias santificados	
	Partida	Chegada no Pinheiro	Partida	Chegada no Pinheiro
Belem	10 h. m.	11 1/2 h. m.	6 1/2 h. m.	8 h. m.
«	4 1/2 h. t.	6 h. t.	1 1/2 h. t.	3 h. t.

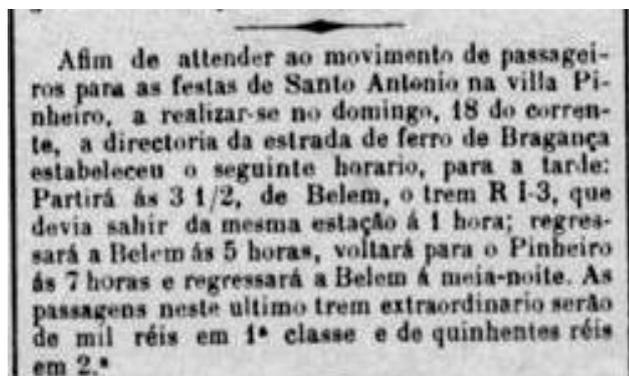
  

	Dias uteis		Domingos e dias santificados	
	Partida	Chegada no Pará	Partida	Chegada no Pará

Fonte: jornal o Estado do Pará de 1911

<sup>65</sup> O Estado do Pará 31 de maio de 1911

Figura 26 - Recortes do jornal o Estado do Pará sobre o aumento da oferta de viagens nas locomotivas pelo ramal do Pinheiro devido à festividade de Santo Antônio na localidade.



Fonte: jornal o Estado do Pará de 1911

No recorte seguinte vemos texto informativo também publicado do Jornal O Estado do Pará de 1911, informando os horários de partida e chegada dos trens em direção à localidade. Servindo para apresentar aos alunos, o período ligado, principalmente, aos avanços tecnológicos oriundos da revolução industrial em sua segunda fase, e a ideia de internacionalização do capitalismo industrial, sendo possível enxergar Icoaraci inserida neste contexto mundial. Isto torna-se mais evidente quando tratamos da construção do ramal do Pinheiro por onde chegaria a locomotiva oriunda da EFB (Estrada de Ferro de Bragança) e a antiga estação de trem do Pinheiro. A figura ao lado nos revela o aumento da oferta de trens nos dias de festejo de Santo Antônio na vila, apontando que ao menos desde o início do século XX, as festas religiosas da localidade já possuíam grande expressão não somente para a comunidade local – caracterizada pela forte expressão religiosa, necessário enfatizar – mas para o grande número de fiéis que lotavam o Pinheiro no intuito de participar dos festejos religiosos, ao ponto de ser oferecido pela diretoria da EFB um último trem de retorno à capital à meia noite.

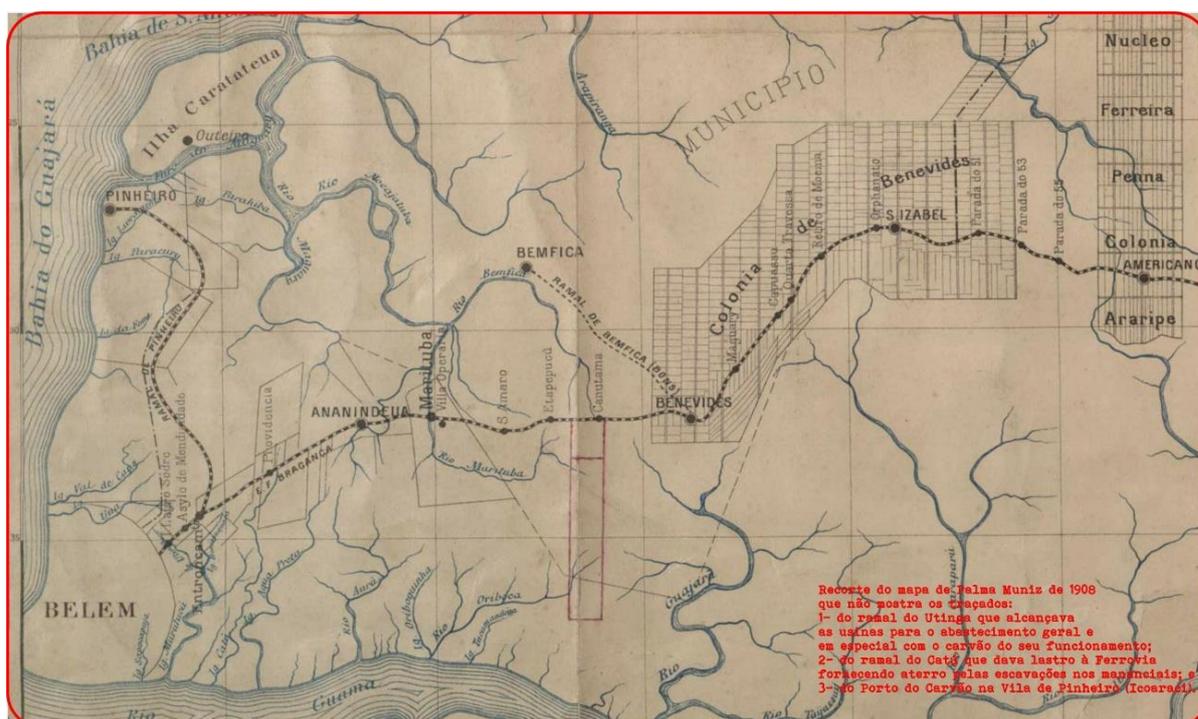
O impacto foi enorme entre os alunos ao constatarem que na antiga Rodovia Augusto Montenegro, que é a principal via de ligação à Belém, antes serpenteava uma antiga estrada de ferro, o antigo ramal do Pinheiro.

O aluno “G” sobre isto nos revelou; - “Quando estávamos passando pela Augusto Montenegro semana passada eu comentei com minha mãe que ali passava trens antigamente, daí ela ficou toda empolgada em saber mais. Ela não sabia, eu que disse pra ela.” Estas palavras nos ajudam a compreender como o projeto visando a apropriação dos alunos sobre o passado

local tornou-se motivador entre os alunos. Eles sentiram-se valorizados, sobretudo por poderem construir conhecimentos ligados às suas vidas e de suas famílias e ao mesmo tempo serem portadores destes conhecimentos em sua comunidade.

Abaixo vemos um mapa da antiga ferrovia, contendo o trecho do chamado ramal do Pinheiro, que a partir da estação do entroncamento recebia o baldeamento dos passageiros oriundos de Bragança ou Belém e que seguiriam para o Pinheiro.

Figura 27 - Mapa ferroviário da EFB, de Palma Muniz de 1908.



Fonte: F A U – Laboratório Virtual – I T E C / U F P A.

Outro momento marcante em relação a esta tomada de consciência de um passado alheio a estes alunos e alunas, foi o momento em que um deles nos trouxe uma fotografia feita de dentro de uma van de transportes alternativos enquanto trafegava pela Rodovia Augusto Montenegro. No período a via passava por obras de construção do BRT, sistema de ônibus de transporte rápido, durante as escavações ao longo do canteiro central da rodovia o aluno flagrou algo inusitado, conforme ficou registrado na imagem abaixo.

Figura 28 - Antigo trilho do ramal do Pinheiro desencavado durante as obras do BRT.



Fonte: Aluno do projeto.

O aluno retratou parte do passado do transporte local sendo literalmente desencavado pelas máquinas do presente. A capacidade deste em identificar no pedaço de ferro retorcido um trilho, por meio das referências criadas nos encontros e o trato com as fotografias nos deixou deveras satisfeitos com os resultados durante este projeto, e convictos das possibilidades aqui levantadas em compor aos alunos um cabedal de conhecimento histórico de fato útil em suas vidas.

A seguir vemos imagens antigas da estação de trem da Vila do Pinheiro. Durante anos a antiga estação estivera fechada, e abandonada pelos cuidados do poder público, recentemente (2019) foi realizada uma reforma no prédio, conforme será demonstrada nas fotos feitas pelos alunos.

Figura 29 - Antiga fachada da estação de trem do Pinheiro.



Fonte: Álbum do Estado do Pará. 1908

Figura 30 - Registro da Estação de trem e do comércio ao seu redor. Provavelmente durante década de 1970.



Fonte: Site estações ferroviárias<sup>66</sup>

Esta imagem surtiu grandes efeitos sobre os alunos, principalmente na análise da fotografia relacionada aos sujeitos dispostos nela. Os alunos puderam notar a ação de

---

<sup>66</sup> Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/braganca/pinheiro.htm>

trabalhadores informais, ambulantes e pequenas barracas ao redor da estação. Meios de sobrevivência para muitos sujeitos que ali exerciam suas labutas, evidenciando a importância do lugar no contexto da sobrevivência de algumas famílias devido o movimento de chegada e partidas no Pinheiro.

Sobre a discussão a respeito dos antigos casarões de Icoaraci com os alunos, fora definido a abordagem de dois deles. Neste sentido, mostrou-se necessário realizar comunicações a respeito do contexto histórico ao qual estes patrimônios históricos materiais surgem.

A segunda metade do século XIX revelava uma Belém cada vez mais trajada com as vestes e a mentalidade de uma Europa cada vez mais próxima. A ida e vinda dos vapores nos portos da cidade traziam o que havia de novo no mundo além mar, os ares da modernidade e da civilização, transvestidos num modelo francês de cultura elitizada alastrava-se pelas ruas da capital paraense. Belém fulgurava de acordo com os moldes da modernidade e civilização europeia. O “novo” encarregava-se de legislar o que deveria ser pensado, falado, ouvido, vestido, bebido e comido. Em suma, o civilizar-se era a nova ordem àqueles de classe e bom gosto, contando que tivessem posses.

Belém, que conforme a historiografia determina, a partir de 1870 (SARGES, 2002) mediante o fomento da economia com a extração da borracha, sofre mudanças de caráter econômico, enriquecendo uma elite local, assim como os recém-chegados imigrantes, e engordando os cofres públicos, Belém transforma-se no principal porto de vazão deste produto, ao mesmo tempo torna-se ponto de entrada para o capital estrangeiro, para os produtos fabricados na Europa, bem como os costumes praticados lá. A elite burguesa que via sua riqueza aumentar e ganhar novos significados com o escancarar de portas para o mundo que a borracha proporciona à cidade, necessitava também modificar-se mediante as novidades do mundo capitalista.

Belém passa por uma transformação no mercado imobiliário, uma elite cada vez mais poderosa passa a enriquecer com os negócios ligados a imóveis. Imigrantes portugueses<sup>67</sup>, que chegavam em sua maioria atingidos pela pobreza causada pela crise que atravessava Portugal na segunda metade do século XIX, logravam por meio do comércio acumular capital e investir na compra e construção de imóveis, sendo estes cada vez mais sofisticados esteticamente,

---

<sup>67</sup> Cristina Donza Cancela - Redes, gerações e negócios: uma família de imigrantes portugueses na Amazônia, 2016.

seguindo uma imposição inclusive sobre o embelezamento da cidade, a partir do código de edificações da intendência municipal.

Destarte, seguindo uma tendência das elites europeias, estas famílias mais abastadas passam a buscar significar sua riqueza na forma de imóveis cada vez mais suntuosos, que serviriam como símbolos de status econômico e também do bom gosto destes ricos, relacionados ao estilo da modernidade e da civilização europeia. Este fenômeno também se alastra para os arredores da capital.

Vários casarões, chalés, palacetes, etc. seriam erguidos em vilas próximas à Belém como lugar de refúgio da cada vez mais movimentada vida urbana de Belém, seguindo também uma prática comum às elites europeias de transportar as famílias por períodos determinados para suas propriedades no campo, para deleitar-se da natureza e da calma inerente aos que não precisam trabalhar para viver, haja vista que certamente os negócios continuariam a funcionar sobre os braços dos empregados.

É neste contexto que surgem muitos dos casarões de Icoaraci, os quais buscamos demonstrar agora os documentos que trabalhamos com os alunos. De maneira geral, foram abordados dois deles, o Chalé Tavares Cardoso<sup>68</sup>, e o Chalé Senador José Porfírio.

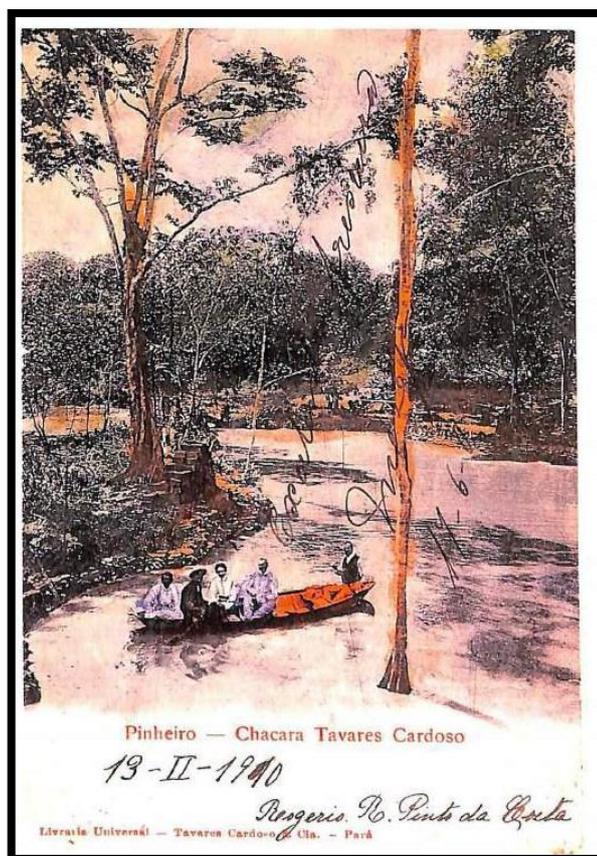
Figura 31 - Perspectivas do Chalé Tavares Cardoso e de seu lago artificial. 1906



Fonte: Belém da saudade. Secult 1998

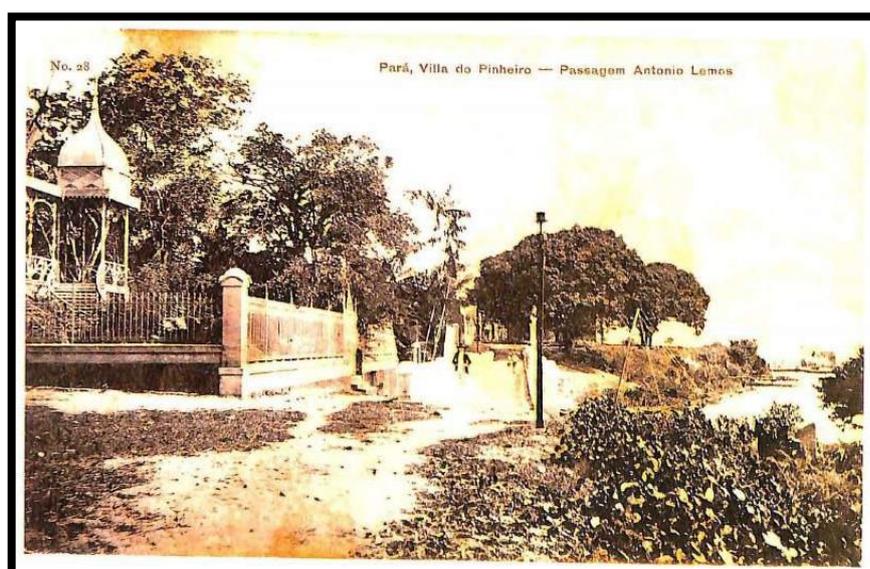
<sup>68</sup> Sobre este patrimônio material imóvel, aproveitamos para tratar da ideia de imigração portuguesa para Belém durante o Séc. XIX, principalmente elencando a trajetória de vida do português responsável por construir o Chalé. O intuito aqui era apresentar aos alunos a percepção das diferentes classes sociais existentes na sociedade local, e como ela causa a construção dessa Icoaraci dos casarões. O acesso à vida de Eduardo Tavares Cardoso foi possível devido à pesquisa anterior por nós elaborada no âmbito da pesquisa sobre imigração portuguesa e estudos sobre demografia histórica, como parte da atuação no grupo de pesquisa RUMA - População, Família e Migração na Amazônia - UFPa

Figura 32 - Antigo lago artificial na propriedade do livreiro português Eduardo Tavares Cardoso na Vila do Pinheiro. 1910.



Fonte: Belém da saudade, Secult, 1998.

Figura 30 – Vista da primeira rua da Vila do Pinheiro, Siqueira Mendes, na altura da esquina do Chalé Tavares Cardoso. 1906



Fonte: Belém da saudade, 1998.

O chalé Tavares Cardoso foi erguido na Rua Siqueira Mendes, conhecida como primeira rua, entre o final do século XIX e início do XX, em estilo eclético, ele representava o que havia de mais avançado em relação à estética na Vila do Pinheiro, coadunando com o progresso e o moderno que vigorava as tendências arquitetônicas da época. Com todo o requinte e o bom gosto aprovadas pelas sociedades europeias, a chácara era usada por Eduardo e sua família nos períodos de veraneio e férias, era um exemplo do poder e riqueza do comerciante português.

Dentro deste tema, pudemos apontar aos alunos sobre algumas características relacionadas à riqueza acumulada por parte de alguns imigrantes portugueses, que lograram sucesso na vinda para terras paraenses. Focamos para ilustrar o fenômeno da imigração portuguesa e o acúmulo de riquezas, na vida de Eduardo Tavares Cardoso, que junto de seu irmão transformou-se no rico proprietário de uma das maiores livrarias e editoras de Belém, a Livraria Universal. Algo de curioso que pôde ser notado pelos alunos, foi exatamente a origem dos cartões postais que trabalhamos em sala, inclusive, os que traziam o casarão Tavares Cardoso, havia sido impresso nas próprias gráficas da Livraria Universal de Tavares e Cardoso & Cia.

Eduardo Tavares Cardoso chegou a Belém em 1868, abordo da barca portuguesa Linda. O mancebo luso seguia uma tendência na emigração portuguesa; chega ao Pará solteiro, com 17 anos de idade, e é registrado como caixeiro. Oriundo da Vila de Peniche, Província de Extremadura, Concelho de Lisboa, região litorânea de Portugal, Eduardo vem ao Brasil após o chamado de seu irmão Avelino, que instala-se em Belém em 1862, portanto, seis anos antes de Eduardo. Avelino fora registrado como comerciante no momento de sua chegada aqui.<sup>69</sup>

Não podemos precisar se fora com a chegada do irmão, ou antes, mas, em 1868 fora fundada a Livraria Universal, de propriedade dos irmãos Tavares Cardoso, sob a firma Tavares Cardoso & Comp.

---

<sup>69</sup> Pesquisa realizada pelo autor, durante escrita de um artigo sobre imigração portuguesa no século XIX, como parte das atividades do grupo de pesquisa Ruma/UFGA.

Figura 33 - Habilitação consular de Eduardo Tavares Cardoso – 1868.

**HABILITAÇÃO.** 232

Filho de *José João Cardoso e de Antónia Maria de*  
 Natural de *Lisboa*  
 Provincia da *Algarve*  
 Bispo do *Lisboa*  
 Conselho de *Lisboa*  
 Freguesia de *Santa Barbara d'Algarve*

Vindo pela primeira vez para o Brazil no *Barco porta*  
*guerra Linda*  
 Chegada a esta cidade em *1 de Maio de 1868*  
 Procedente *de Lisboa*  
 Actualmente residente na *rua das Alcaçõas*  
 Casa n.º de *João Rodrigues*  
 Emprego *Carreira*  
 Contractado

**Signaes.**

Idade... *17 annos*  
 Estado... *Solteiro*  
 Estatura... *de 1,60m*  
 Cabellos... *Castanhos*  
 Olhos... *verdes*  
 Testa... *regular*  
 Nariz... *de 1,5*  
 Boca... *de 1,5*  
 Queixo... *de 1,5*  
 Barba... *nenhuma*  
 Rosto... *oval*  
 Cór... *alva*

**Signaes particulares.**

Documento no archivo  
*Expediente S.º nº 2150 de Lisboa em 25 de Maio de 1869*  
 Para *26* de Junho de 1869.  
 Assignatura.  
*Eduardo Tavares Cardoso*

Fonte: Acervo da biblioteca do grêmio literário português, digitalizado pelo grupo de pesquisa Ruma.

Para demonstrar o poder que o imigrante consegue alcançar na sociedade paraense e, acima de tudo, um pouco de sua influência na localidade do Pinheiro, utilizamos de recortes dos relatórios oficiais da intendência, que nos ajudam a definir uma ligação entre Eduardo e o Intendente Antônio Lemos. No relatório de 1903, Antônio Lemos concede ao português Eduardo Tavares Cardoso o direito de implementar e explorar o serviço de transporte público na Vila do Pinheiro, em forma de bondes movidos por tração animal. Isso nos ajudou a demonstrar aos alunos os meios de transporte disponibilizados durante o período dentro da vila e as formas de exploração dos serviços públicos já atrelados ao capital privado, além de

circunscrever o lugar deste sujeito histórico entre o círculo de relações sociais e econômicas do então intendente Antônio Lemos, imprimindo entre os discentes um lugar entre as elites belenenses para o imigrante português.

Lemos, de fato, beneficiava os mais próximos, os “bons capitalistas” e condescendentes a ele eram agraciados com a liquidez monetária oriunda das obras “faraônicas” e dos serviços inovadores na cidade. Isso seria uma fórmula que se repetiria em todas as obras de embelezamento da cidade e em alguns de seus subúrbios, caso da Vila do Pinheiro<sup>70</sup>.

Figura 34 - Recorte da Página 338 do relatório da Intendência Municipal de 1903

— A Resolução n.º 135, de 30 de dezembro de 1903, concedeu a Eduardo Tavares Cardoso e Alfredo Cordeiro de Castro, ou empresa que organizarem, a exploração do serviço de viação suburbana n'esta villa, por meio de bonds.

Fonte: Relatório da Intendência, 1903.

Figura 35 - Parada de Bondes em Mosqueiro às margens da praia do chapéu Virado - Década de 1920



Fonte: [https://www.instagram.com/belem\\_da\\_memoria/](https://www.instagram.com/belem_da_memoria/)

<sup>70</sup> Sobre as práticas de concessões de obras, os negócios escusos entre o círculo de sociabilidade de Antonio Lemos, ver COIMBRA, Adrian Modesto . “A cidade como narrativa: Francisco Bolonha e o papel da arquitetura e da engenharia no processo de modernização da cidade de Belém – 1897-1938”. Dissertação de mestrado. Unicamp, Campinas. 2014.

Tais documentos e registros fotográficos nos auxiliaram durante as aulas oficinas no que concerne à discussão, por exemplo, sobre as características dos transportes públicos utilizados pelas pessoas que moravam e frequentavam Icoaraci no final dos novecentos e início do século vinte. Isto serviu para apresentar aos alunos e alunas as diversas transformações no decorrer do tempo acerca do transporte na localidade, e das demais nuances de um passado que ainda permeia a memória de alguns moradores mais velhos do lugar. O que antes era corriqueiro na paisagem do dia a dia do Pinheiro, hoje não se revela mais na realidade dos alunos.

Sobre este aspecto de admiração dos discentes relacionado a este passado registrado, temos o que colocou a aluna “B” – “Olhar essas imagens de Icoaraci, a forma como as pessoas se vestiam, os trens e os bondes, tudo isso é muito estranho, totalmente diferente. É como se a gente estivesse vendo uma cena de um filme antigo, daqueles de detetives do passado.”

Outro aluno continua, - “O mais legal disso tudo é saber que essa era a vida que meus avós chegaram a levar, minha bisa chegou a ver e andar nesses trens, hoje a gente não vê mais isso, é só moto e carro.”

O Aluno “G” nos coloca, - “Eras, e isso tudo fica esquecido, as pessoas nem sabem como eram as coisas aqui antigamente. Aquela antiga estação de trem está toda destruída, caindo aos pedaços, a gente nem consegue entrar pra ver, ao menos vamos bater foto de fora.”<sup>71</sup>

Figura 36 - Antiga estação de trem da Vila do Pinheiro em imagem realizada antes da sua restauração.



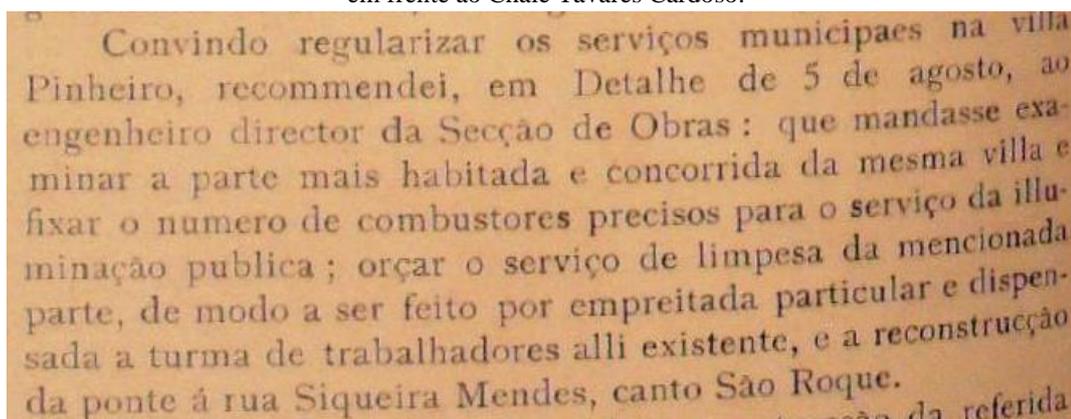
Fonte: Aluno do Projeto.

---

<sup>71</sup> No período deste encontro em específico, a antiga estação ferroviária da Vila do Pinheiro estava sendo alvo de lutas pelos moradores e associação de amigos de Icoaraci para que fossem realizadas reformas de restauração e preservação do prédio, por parte da prefeitura. O que foi realizado um ano depois, sendo entregue em final de 2019.

Nesta perspectiva do trabalho com fontes imagéticas no ensino de História, baseamos-nos no que pensou Circe Bittencourt (2017), onde os alunos tiveram de fazer leituras de cunho interno sobre as fotografias, delimitando os conteúdos visuais das fotografias, as personagens, vestimentas, seus lugares na composição da imagem, o espaço ocupado pela cena, as disposições de cada sujeito na cena, bem como as características que podem marcar a temporalidade da imagem e daquela sociedade.

Figura 37 - Recorte do relatório de 1903, sobre serviço de iluminação a gás na Vila, e a reconstrução da ponte em frente ao Chalé Tavares Cardoso.



Fonte: Relatório da Intendência, 1903.

Figura 38 - Antiga ponte na altura da rua Siqueira Mendes.



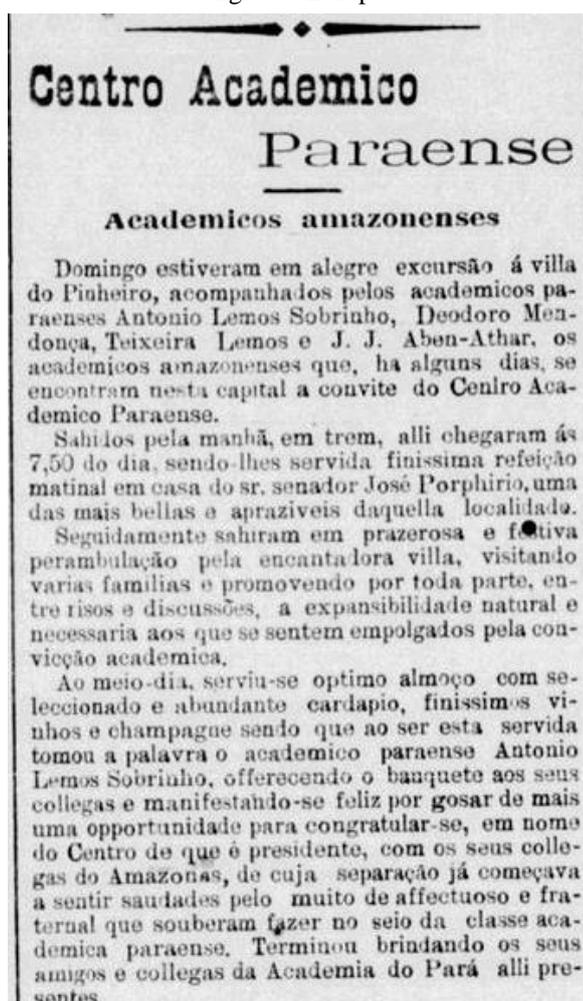
Fonte: Belém da Saudade, Secult, 1998.

A referida ponte no relatório está registrada neste cartão postal de 1903, trata-se da ocasião de sua inauguração, podendo serem vistas as bandeirinhas a ornamentar a obra pública.

O mais interessante desse evento, foi perceber que a ponte construída tem uma finalidade especial; em sua base foi construída uma comporta que quando aberta permitia a entrada da maré alta que inundava um lago artificial e particular ao lado do Chalé de Eduardo Tavares Cardoso, quando na vazante, as comportas da ponte eram fechadas, preservando o lago particular para que o português e sua família pudessem desfrutar de passeios de canoa pela propriedade, como nos é mostrado na figura 14.

Ainda sobre os patrimônios imóveis de Icoaraci, tratamos do Chalé José Porfírio, que hoje, compondo o conjunto de bens históricos do distrito ligados às elites políticas e econômicas do século XIX e XX. Uma das fontes usadas para demonstrar o tipo de vida e costumes das elites em Icoaraci, selecionamos o seguinte recorte do periódico da época;

Figura 39- Recorte de jornal noticiando a visita de acadêmicos amazonenses à Vila do Pinheiro, sendo recebidos no casa do então senador José Porfírio, para suntuoso almoço com cardápio que revela a busca pelo requinte ligado à Europa.



Fonte: Jornal o estado do Pará – 1911

Aqui apresentamos algumas das fontes e temáticas utilizadas e discutidas durante as oficinas no intuito de aproximar os alunos dos patrimônios de hoje e a história que os cercam, sobretudo, quando abordamos as questões relacionadas à preservação de memórias relacionadas, por exemplo, às elites tanto de Belém quanto de Icoaraci, que por meio das suas construções e feitos, deixaram vestígios presentes nos dias atuais. No entanto estes exemplos utilizados serviram sobretudo, como meio de discussão daquilo que já fora estipulado com patrimônio em Icoaraci, símbolos já aceitos quase que completamente pelos moradores, principalmente pelos mais velhos.

Contudo, este não é o objetivo final da pesquisa, foi apenas um meio didático de trabalhar temas importantes no projeto, pois nos permitiu tratar de conceitos chaves, como patrimônio cultural, artístico, material e imaterial, memória e noções sobre fontes, documentos e monumentos<sup>72</sup>, e a compreensão de que a memória e o patrimônio cultural são lugares de disputas políticas e econômicas. Por isso, a necessidade de também analisarmos as reverberações das memórias e de culturas, costumes, lugares e práticas ligadas às pessoas comuns, dando voz às camadas populares. E isto se daria sobretudo, por meio do acesso às memórias dos moradores mais antigos de Icoaraci. Neste sentido, é importante salientar que outros tipos de fontes foram utilizadas com os alunos.

Figura 40 - Chalé Senador José Porfírio - 1912.



Fonte: Blog o turístico<sup>73</sup>

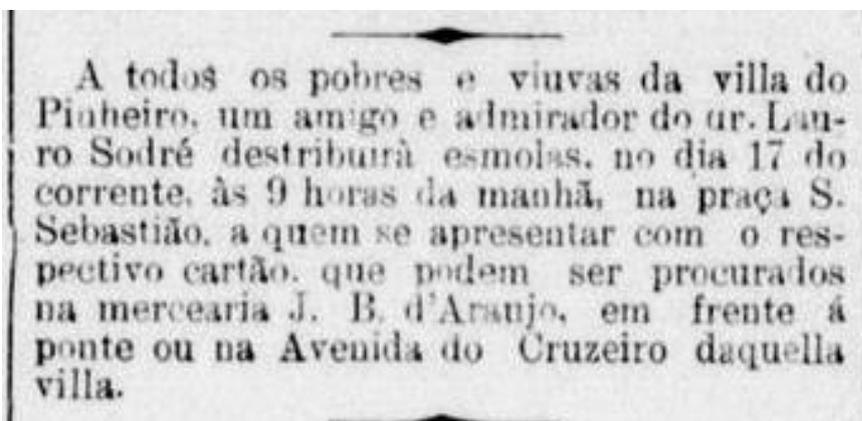
<sup>72</sup> Ver Le Goff, Jacques. Documento/Monumento. In: Le Goff. História e Memória. Tradução Bernardo Leitão (et al.). Editora da Unicamp, Campinas, 1990.

<sup>73</sup> <http://oturistorico.blogspot.com/2011/06/as-nao-historias-da-quase-ruina.html>

Nos foi possível, além de apresentar os bens históricos materiais representados pelos imóveis, também discutir as diversas particularidades envolvendo os mais diversos sujeitos históricos que ali habitavam, visitavam e transformavam Icoaraci antigamente, pessoas simples, ricos comerciantes, políticos poderosos, moradores, comerciantes locais, trabalhadores das olarias. Por meio das notícias de jornais antigos pudemos apresentar costumes, rotinas e práticas sociais, econômicas, culturais e políticas locais de outrora. Realidades que compõem a malha da história local e da construção dos patrimônios locais de Icoaraci.

Como é o exemplo da notícia encontrada no periódico O Estado do Pará, em sua edição de sábado, dia 16 de setembro de 1911, trazendo um informe sobre a ida ao Pinheiro do Dr. Lauro Sodré para a distribuição de esmolas aos pobres e às viúvas da localidade. Tal característica social do período demonstra a possibilidade de tratar dos costumes da época, bem como debatermos com os alunos, por exemplo sobre a condição de pobreza que dividia aquele espaço elitizado, por exemplo pelos casarões das elites. Assim como, citar realidades de parte das mulheres durante o período, e sua condição na sociedade do século XIX.

Figura 41 - Recorte de nota informativa sobre a visita à Vila do Pinheiro para doação de esmolas.



Fonte: O Estado do Pará – 1911.

Sobre esta perspectiva de trabalhar mudanças decorridas no tempo e no espaço a partir dos documentos, vejamos o que nos coloca a professora Circe Bittencourt;

(...) que o ensino de História deve efetivamente superar a abordagem informativa, conteudista, tradicional, desinteressante e não significativa - para professores e alunos - e que uma das possibilidades para esta superação é sua problematização a partir do que está próximo, do que é familiar e natural aos alunos. Esse pressuposto é válido e aplicável desde os anos iniciais do ensino fundamental, quando é necessário haver uma abordagem e desenvolvimento importante das noções de tempo e espaço, juntamente com o início da problematização, da compreensão e explicação histórica e o contato com documento. (BITTENCOURT, 2004, p. 121).

Dessa forma, ao trazer à tona características históricas de lugares comuns, ações exercidas por pessoas comuns, historicizando o corriqueiro, almeja-se uma maior aproximação dos alunos com a disciplina, os alunos puderam absorver a relação dialética entre passado e presente.

O uso das imagens durante as aulas oficinas tornaram-se formas de compreender as rupturas e permanências do passado e as relações com sua própria existência. Dentro desta proposta de utilização de documento imagéticos em uma metodologia do ensino de História, Schmidt (1998, p. 15) nos aponta a capacidade desses elementos nos auxiliarem no processo de produção de conhecimento pelos alunos, haja vista, que as imagens quando contextualizadas na prática em sala de aula constituem uma maneira de dizer o real ao aluno.

Para além de seus usos como fontes dentro da sala de aula, o contato dos alunos e alunas com estas fontes imagéticas, as fitando do presente, mostram-se como cortinas, que com a ajuda do professor e do uso da crítica por parte deles, se abrem, revelando vestígios do passado escondidos nas paisagens do contemporâneo.

Além disso, estas imagens acabaram por servir de inspiração aos participantes para a fase de ida nestes lugares de memória para a realização da produção das imagens, como fica exemplificado na fotografia a abaixo, realizada por uma aluna do projeto, tendo como foco um dos antigos imóveis do lugar.

Figura 42 - Perspectiva frontal da antiga estação de trem, à esquerda vemos parte da praça matriz e alguns moradores locais em suas habituais conversas na esquina, e o vai e vem das bicicletas tão presente em Icoaraci.



Fonte: Aluna do Projeto

Por meio desta imagem podemos aqui observar e exemplificar o nível de sensibilidade por parte dos alunos na composição das imagens durante o processo de recorte do cotidiano e sua interação com estes sítios de memória e os mais diversos símbolos patrimoniais do lugar.

### **3.3 Entrevistas, memórias locais e a consolidação de um banco de dados.**

No segundo momento do projeto propomos que os alunos e alunas mediante um questionário semiestruturado, pudessem fazer o trabalho de levantamento das memórias locais a partir de entrevistas com pessoas mais velhas. Dessa forma, nesse momento, os participantes estariam exercendo ao máximo seu papel como protagonistas na pesquisa e no levantamento sobre a história local e os lugares de memória de Icoaraci.

Se a história de Icoaraci estaria em cada rua, nos muros, nos gradis e esquinas antigas do lugar, nas práticas e costumes populares como o artesanato, também está na memória, no jeito de viver do passado, nas práticas permanentes mesmo com o passar do tempo. Contudo, uma das dificuldades em se trabalhar História local com os alunos, apesar das positivas possibilidades na formação de indivíduos críticos e conscientes acerca da história, seria elencar sua comunidade, fragmentos temporais e sociais locais a contextos mais amplos da história do país e do mundo, bem como os perigos de se trabalhar a ideia de comunidade com os alunos, podendo ser um gatilho para mitigar a percepção da existência de classes sociais e suas inerentes disputas em relação ao poder, bem como as lacunas sociais existentes nessas comunidades. Selva Guimarães (2006) nos alerta para estes perigos, e dá continuidade, apoiando-se no pensamento de Samuel (1989), denunciando no início dos anos 90 as dificuldades em se trabalhar com História local relacionadas à repetitividade e insipidez das produções, sendo restrita à um seleto grupo de apreciadores da mesma. Isto se daria devido à baixa variação de documentos utilizados.

Partindo dessa perspectiva, esta fase do projeto busca ampliar o contato dos alunos com o acervo patrimonial de Icoaraci e sua história mediante o contato com as fontes orais, num esforço de levantamento das narrativas e de olhares de gerações diferentes a respeito do lugar compartilhado por distintas gerações, daquilo que para os sujeitos entrevistados representaria os marcos de identidades icoaracienses.

O trato com as memórias possui bases metodológicas às da história oral temática, haja vista, que utilizamos de questionário semiestruturado, que de um modo ou de outro direciona as narrativas para o tema do lugar e seus patrimônios, ao passo que induzimos por meio do

questionário, os entrevistados a refletir sobre as práticas e costumes, além dos lugares mais representativos e seus aspectos simbólicos para Icoaraci e seus habitantes. Afinal, “A história oral temática não só admite o uso do questionário, mas mais ainda do que isso, este se torna peça fundamental para a aquisição dos detalhes procurados.” (MEIHY, HOLANDA, 2018, p. 40).

Sendo assim, propomos antes de levarmos os alunos aos locais de memória e a visita aos patrimônios históricos e culturais de Icoaraci já trabalhados em sala, nas oficinas, elaborarmos um questionário semiestruturado para que os alunos pudessem entrevistar seus parentes mais velhos e moradores da localidade. Neste momento se inicia de fato, a vivência dos alunos com o ensino patrimonial de Icoaraci fora da sala de aula, existindo o contato direto dos alunos e alunas com o passado que ainda vive nos relatos de memória das pessoas.

Segundo Meihy e Holanda (2018), esta seria uma das principais características dos usos da história oral, conforme os autores, “Parente da etnografia, a boa resolução da pesquisa em tradição oral implica minuciosa descrição do cotidiano e de suas inversões.”

Reconstruir parte do passado local por meio da fala dos moradores mais velhos, registrar suas opiniões acerca daquilo que para eles é representativo de uma identidade e que remonta a história local de Icoaraci, ganha força no processo de construção por parte desses alunos de uma consciência histórica sobre a realidade do lugar em diferentes momentos. Os dados da memória dos mais velhos, somados aos questionários respondidos pelos alunos, foram os balizadores para definirmos para além dos patrimônios históricos, culturais já oficializados, apresentar novos marcadores destas categorias.

Os alunos realizaram o processo de resgate de memórias de Icoaraci, sendo convidados a realizar entrevistas<sup>74</sup> com pessoas mais velhas de sua família, ou de membros da sociedade local, acerca dos lugares de Icoaraci frequentados na infância, e sobre as proximidades e vivências com a cultura local do distrito, bem como os símbolos considerados representativos de Icoaraci.

Ao término do projeto contabilizamos 29 pessoas entrevistadas pelos discentes, entre avós, tios, tias, vizinhos, etc.

---

<sup>74</sup> Tais entrevistas foram registradas em vídeos e áudios utilizando os smartphones dos alunos, e o material foi organizado pelo professor em banco de dados utilizando o programa Microsoft Excel.

Tabela 3: Aspectos dos entrevistados

<b>TOTAL DE ENTREVISTADOS</b>	29
<b>GÊNERO MASCULINO</b>	12
<b>GÊNERO FEMININO</b>	17
<b>FAIXA ETÁRIA</b>	50 - 85
<b>FAIXA DOS 50 ANOS</b>	8
<b>FAIXA DOS 60 ANOS</b>	12
<b>FAIXA DOS 70 ANOS</b>	7
<b>FAIXA DOS 80 ANOS</b>	2

Fonte: banco de dados da pesquisa

As entrevistas seguiram um roteiro de perguntas definidas pelo professor, e as respostas foram alimentadas em um banco de dados, bem como as respostas dos alunos acerca do mesmo questionário, para o cruzamento e comparação, dos resultados.

Todavia, tivemos a preocupação para que os alunos tivessem real noção dos objetivos a serem alcançados com esses depoimentos, no caso, o contato anterior com os participantes durante as aulas oficinas se mostraram fundamentais para designar esse nível de atenção. Ou seja, a busca por descortinar as tramas do cotidiano de pessoas simples de Icoaraci e sua relação com os lugares e marcos patrimoniais de Icoaraci.

Além disso, foram repassados alguns pontos norteadores de caráter técnicos para que obtivéssemos uma qualidade mínima dos áudios coletados, como; um lugar relativamente silencioso, pouca ou nenhuma interferência de terceiros na fala durante o processo de rememoração dos entrevistados, para evitar que o material após algumas horas de entrevistas não estivessem aptos a serem utilizados.

Outro ponto conversado, foi a respeito da postura do alunos frente ao processo de entrevista. Foram orientados para manterem a seriedade apesar de estarem muitas vezes lidando com parentes próximos, o que as vezes parecia causar certo estranhamento e desconforto aos mais velhos, haja vista, que seus filhos ou netos estavam assumindo uma posição de liderança no processo, os conduzindo ao processo de resgate das suas experiências.

Posteriormente à fase de coleta, os alunos nos trouxeram e reunimos esse material, que foi transcrito e inserido no banco de dados, construído a partir de um eixo central que integra todas as perguntas, o que é patrimônio para eles? Quais os símbolos de Icoaraci, e os lugares que eles lembram fazerem parte de suas infâncias e juventude, essa é uma forma de os alunos

realizarem um esforço por meio da comparação aos lugares que eles, os jovens de hoje frequentam. Isto os ajudou a compreenderem mudanças na tessitura das práticas sociais, de lugares que perdem ou ganham prestígios com o passar do tempo, além de permanências apesar do espaço temporal entre a juventude da geração anterior e a juventude contemporânea de Icoaraci.

Quadro - 2 Modelo de questionário usado pelos alunos durante as entrevistas com os moradores.

<b>Roteiro para entrevista semiestruturada - Moradores</b>	
Data: _____	Código de identificação do nome: _____
1 – Qual o seu nome?	
2 – Idade?	
3 - Tempo que reside em Icoaraci?	
4 – Fale um Pouco sobre sua infância;	
5 – Escolas onde estudou	
6 – Quais os locais de Icoaraci frequentados na sua juventude	
7 – Quais os lugares em sua opinião que contam a história de Icoaraci.	
8 – Se você pudesse escolher uma foto para representar Icoaraci, qual seria?	
9 – Do que você sente saudade em Icoaraci?	
10 – Você acredita que o artesanato do Paracuri tem importância para o moradores de Icoaraci?	
11 – Quais formas de viver poderiam simbolizar Icoaraci?	
12 – O que na sua opinião difere quem mora em Icoaraci de pessoas de outros bairros?	
13 – O que significaria patrimônio para você?	
14 – Cite alguns patrimônios em Icoaraci na sua opinião.	
15 – Pra você, o que simbolizaria Icoaraci e seus moradores?	

Fonte: Autor da pesquisa

Acerca do uso e das experiências obtidas durante as entrevistas realizadas, trazemos um trecho de Maria R, avó de um dos alunos participantes. Quando questionada sobre a pergunta de número 7 ela responde;

*“A praça da matriz, a praia do cruzeiro, a orla do cruzeiro, o trapiche do cruzeiro, o Pinheirense, onde nós dançamos muito e nos divertíamos muito, hoje quase não tem mais nada lá. E também o clipe, uma antiga parada de ônibus que existia, hoje não existe mais.”*

Na fala de Maria R. percebemos os lugares de Icoaraci sendo elencados durante o processo de rememoração. Nesse sentido, pensamos acerca dos modelos de perguntas elaboradas no questionário, e estabelecemos duas características principais; modelo objetivo e subjetivo, o que se configuraria em entrevistas semiestruturadas. No caso de perguntas objetivas, buscamos uma resposta direta, em que o entrevistado não necessite elaborar em

demasia a forma que irá oralizar a resposta<sup>75</sup>, por outro lado, perguntas de cunho mais subjetivos, buscam colocar o sujeito da pesquisa em uma condição mais livre para elaborar as respostas a partir da memória, narrando o máximo possível o que a memória lhe possibilitar. Nesse modelo de perguntas, percebemos tipos de respostas que caracterizam-se por trazer em sua narrativa lugares menos relacionados ao patrimônio oficial de Icoaraci, são lugares mais conhecidos dos moradores do distrito do que do público em geral (inclusive desconhecidos por aqueles que frequentam Icoaraci à turismo). Tratam-se de lugares que afloram na fala dessas pessoas mais velhas e que guardam uma relação de afeto criada por essa geração com o lugar, são representações sobre Icoaraci, ligadas à um tempo diverso ao dos alunos que resgatam essas memórias, e que servem como fontes para montar a teia histórica da antiga vila do Pinheiro.

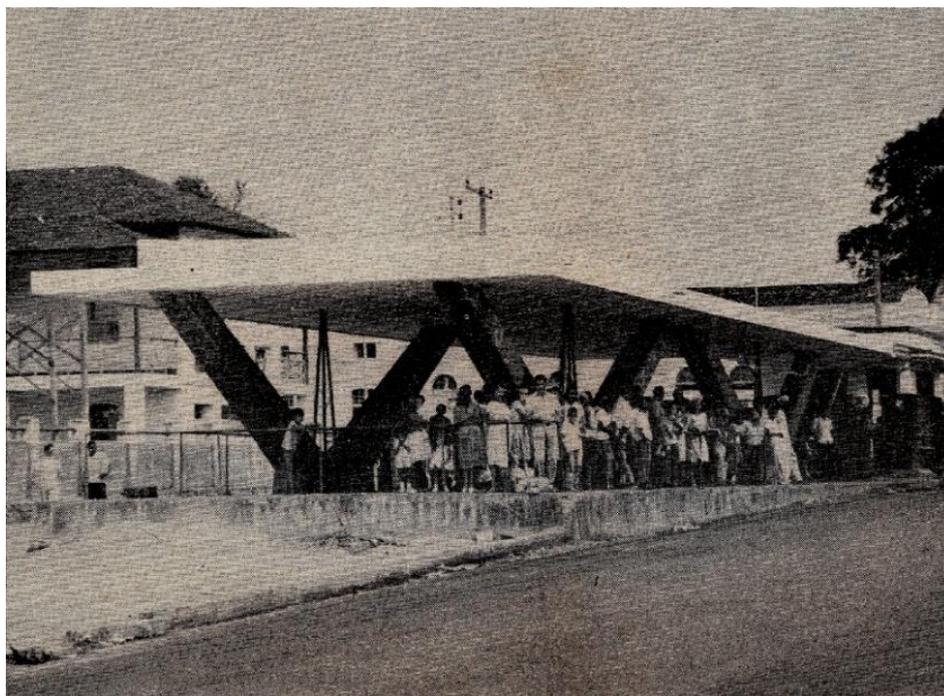
É o exemplo do “*Clipe*”, antiga estrutura arquitetônica em concreto armado construída em algumas paradas de ônibus na capital paraense, marcada pela semelhança ao utensílio metálico usado para anexar papéis. Os alunos participantes do projeto não tiveram a oportunidade de ver o “*clipe*”, logo, não guardam esse sentimento de referência ao símbolo de memória citado. Somente nas aulas oficinas, quando utilizadas imagens selecionadas, os alunos tiveram a oportunidade de ver aquilo que antes fora narrado pela memória de dona Maria R.

Através da memória oralizada os alunos confrontaram uma parte do passado evocado pelos seus pares mais velhos, parte do cotidiano de uma grande parcela de moradores que dependiam do transporte público é desvelado. Dessa forma, é o acesso à memória de parte dos trabalhadores locais que acabam por criar afinidade com os lugares da cidade onde habitam, vivem e criam suas famílias. Esta possibilidade de ligar duas gerações por meio da memória, onde o lugar é o elo que liga um passado que ainda vive na memória, proporciona ao aluno a chance de compreender distintas realidade que foram transformadas no decorrer do tempo, onde a paisagem local se transforma conforme o processo de mudanças de cada sociedade, mas que apesar disso, aquilo que ficou para trás, ou que o que não mais existe materialmente, persiste em ser, e significar dentro das pessoas, sendo isto exatamente o ato de historicizar o lugar que habita.

---

<sup>75</sup> A intenção aqui, seria de não deixar espaços para possíveis equívocos da memória, onde a emoção de rememorar pode contaminar o discurso, influenciando negativamente no ato de lembrar. Tal cuidado se fundamenta no pensado por Sarlo (2007); a crítica ao testemunho se faz necessária, e cuidados devem ser tomados com o trato da memória.

Figura 43 - Antigo ponto de ônibus conhecido por “Clipper”



Fonte: F A U — UFPA. Laboratório Virtual 76

O objetivo aqui foi o confronto entre as realidades históricas distintas em relação aos espaços frequentados e práticas realizadas, para observar mudanças, e buscar compreender seus processos, levando em consideração a relação com as peculiaridades geracionais e sua relação com preservação da memória coletiva acerca de Icoaraci e de suas tradições. Esta peculiaridade no que tange as diferentes gerações a serem trabalhadas nessa pesquisa, se baseiam no importante conceito trabalhado por Karl Mannheim (1993), nos revelando a importância para a pesquisa sobre consciência histórica, e auto identidade desses sujeitos, baseadas na concepção de não contemporaneidade do contemporâneo, o que implica dizer, que mesmo coexistindo em determinado tempo cronológico, estes sujeitos vivem tempos mentais distintos, o que segundo, Mannheim (1993), seria um problema para o processo de transmissão de cultura entre gerações, bem como para o próprio professor na relação ensino aprendizagem.

Na fase seguinte do projeto os trabalhos foram executados fora do espaço escolar, como meio de exercício prático e produção do material fotográfico. Isto se deu somente após o término da fase de coleta das fontes orais, onde mediante a base de dados e os resultados tabelados, puderam ser confrontadas as respostas das duas gerações; alunos e familiares, acerca

---

<sup>76</sup> Disponível em: <https://fauufpa.org/page/33/>

dos lugares e práticas<sup>77</sup> que remontam a uma identidade de Icoaraci, e que assim foram visitados e registrados através da representação do jovens.

Importante salientar aqui, que mais do que apenas registrar impressões pessoais das pessoas mais velhas de Icoaraci, almejamos e conseguimos perceber a formação de uma perspectiva no aluno relacionada à experiência de produção de um projeto de pesquisa sobre a história local do lugar onde vivem, seus acervos patrimoniais, suas tradições culturais, ou seja, sua ampla malha de riquezas e valores ligados à prática e à construção histórica da comunidade. Sua organização e de como se constrói saberes mediante metodologias específicas.

Diante deste viés de ação em ensino de história, temos o que fora pensado por Ferreira e Franco (2013, p. 143);

[...] as possibilidades de uso da história oral são múltiplas. Poderíamos, portanto, como atividade didática pedagógica, propor o desenvolvimento de um projeto de memórias de bairros, cujo tema seria voltado para o trabalho com a memória e com a História. Para isso, um primeiro ponto seria começar a fazer uma pesquisa sobre a trajetória da localidade escolhida, de maneira a conhecer alguns marcos.

Diante do objetivo em resgatar essa memória local, e cruzarmos os resultados com os obtidos a partir da fala dos jovens, vejamos como se organizaram as respostas reunidas no banco de dados, a partir dos critérios seguintes;

- *Patrimônios históricos já estabelecidos*<sup>78</sup>
- *Marcadores identitários surgidos à partir da pesquisa*
- *Práticas e costumes listados pelos jovens*
- *Práticas e costumes listados pelos mais velhos*
- *Lugares que simbolizam Icoaraci para os alunos*
- *Lugares que simbolizam Icoaraci para os mais velhos*
- *Resultados da comparação entre as informações das duas gerações (lugares a serem visitados).*

---

<sup>77</sup> Importante salientar algumas curiosidade acerca das respostas obtidas no que concerne à essa ressignificação do patrimônio de Icoaraci, os casarões antigos como o Chalé Tavares Cardoso dividem espaço com os pontos de venda de açaí mais antigos do bairro do cruzeiro, por exemplo. As bicicletas foram citadas como algo simbólico da identidade de Icoaraci, além dos vendedores de frutas do porto, que surgem como referenciais identitários que fazem frente aos patrimônios oficializados.

<sup>78</sup> Para além dos patrimônios tombados pela prefeitura de Belém, e os que são administrados pelo Iphan, como algumas práticas da cultura imaterial de Icoaraci, como o ofício do artesanato no bairro do Paracuri, temos marcos patrimoniais já consolidados pela comunidade local, por meio do afeto. Sobre a relativização patrimonial, ver; *O patrimônio na encruzilhada do sentido: dispositivos de memória entre a chancela e o afeto*, de André Pires do Prado, disponível em: [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP\\_6bfdaeb81c7ee99406e704646deda122](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_6bfdaeb81c7ee99406e704646deda122)

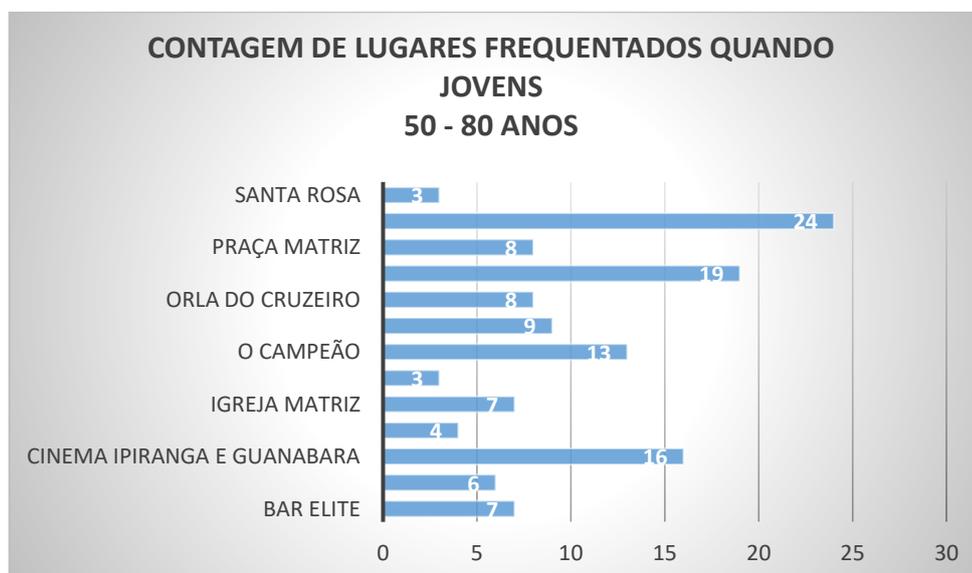
Seguem alguns quadros extraídos do banco de dados constituídos mediante as entrevistas dos alunos e dos mais velhos. Tais quadros seguindo a lógica acima descrita produziram alguns gráficos que nos auxiliaram na compreensão e trato com os resultados adquiridos na fase posterior aos levantamentos dos relatos orais.

Quadro - 3 Lugares frequentados na juventude, e número de vezes citados. Total de entrevistados; 24 pessoas.

<b>Lugares frequentados - Pessoas entre 50 - 90 anos</b>	<b>Número de citações</b>
Bar elite	7
Biblioteca Tavares Cardoso	6
Cinema Ipiranga e Guanabara	16
Estação de trem	4
Igreja matriz	7
Itamaraty	3
O campeão	13
Orla	9
Orla do cruzeiro	8
Pinheirense	19
Praça matriz	8
Praia do cruzeiro	24
Santa rosa	3

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Gráfico 1 - Lugares frequentados



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

O gráfico acima é fruto das informações colhidas nas entrevistas realizada pelos alunos e organizadas no banco de dados contendo todos os dados dos participantes das entrevistas.

### 3.3.1 O Banco de dados

A organização dessas respostas no banco de dados serviu como ferramenta na delimitação dos lugares e práticas que deveriam ser visitados e fotografados pelos alunos para alcançar os objetivos de formulação dessa sequência didática. No entanto, o processo de entrevista realizado e conduzido pelos alunos mostrou-se muito mais como fim do que os resultados quantitativos aqui apresentados, isto se deu, pois, no momento em que os alunos viram-se diante do escancarar da memória dessas pessoas, eles estiveram a cada momento diante do passado local, sendo bombardeados pelas experiências separadas por, no mínimo, 40 anos de diferença, falas carregadas de um passado que muitas vezes deixou de existir materialmente, podemos aqui citar o exemplo da fala de José de Ribamar, 81 anos, que durante a fala sobre os lugares frequentados, nos presenteia com uma linda lembrança acerca do antigo curro do Maguari, localizado às margens do furo do Maguari, no Pinheiro, vejamos; - *“Eu lembro bem do antigo matadouro, lá na beira-rio. Meu pai trabalhou lá muitos anos. Toda tarde quando eu chegava da escola, minha mãe me mandava entregar o almoço do papai, eu levava uma panela enrolada em um pano de prato, toda vez que estava chegando no portão, dava pra sentir o cheiro da fumaça que o trem tinha deixado depois de passar pela estrada, né? Ia lá do matadouro ali pela oito de maio, pra dobrar lá na agulha e pegar o ramal do pinheiro pra Belém.”*

Figura 44 - Vista da fachada do prédio principal do antigo curro municipal do Pinheiro em 1935.



Fonte: pinterest<sup>79</sup>

---

<sup>79</sup> Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/274367802276751925/>

Figura 45 - Vista do antigo ramal ferroviário do curro do Pinheiro na ocasião de sua construção em 1910.



Fonte: Revista Fon Fon. 1911

Este relato do senhor José, nos fez lembrar do trecho do livro do memorialista Alfredo Oliveira segundo suas lembranças sobre as idas de trem para a antiga vila do Pinheiro;

“A máquina puxando apenas um ou dois vagões de passageiros, arquejava furando à tardinha no seu vagar enervante em direção ao Pinheiro; Papai fazia baldeação no Entroncamento. Desembarcado do trem de Bragança permanecia à espera, na plataforma. Trocávamos alegres acenos assim que um descobria o outro”. (OLIVEIRA, 2015, p. 46-47).

Figura 46 - Perspectiva a partir dos fundos do Matadouro em direção ao seu trapiche no Furo do Maguari.



Fonte: FAU – UFPA

Em outro ponto de suas memórias o autor nos expressa os receios de quando criança banhar-se na praia do Cruzeiro, que fica na boca do furo do maguari, justamente pela proximidade com o matadouro;

No umbral da noite, o sol, transformado numa bola vermelha incandescente, mergulhava diante do cruzeiro [...] Durante o dia os raios tropicais escaldavam a esteira de areia graúda e amarela, queimando a sola do pé, ao longo da linha d' água. Perigo de arraia existia por causa dos restos do matadouro, juntinho, lançados na maré doce. Mas o ferrão das temíveis jamantas achatadas não constituía motivo para afugentar, do banho demorado, a meninada que saía com bigodes de barro do rio. Praia branquinha e sem lama na vazante só do lado oposto. (OLIVEIRA, 2015, p. 47-48)

Desta forma, podemos compreender como esta Icoaraci que não mais existe, a não ser na memória, é apresentada pelos alunos, não dentro de uma sala de aula, seguindo a métrica de algum livro didático, ou a narrativa expositiva do professor, mas por meio da ação desses alunos em escavar a memória local de Icoaraci. A partir daí surgem o espanto e os questionamentos, como; ainda existe esse matadouro? Pra que ele servia? Onde ficava? Porque não existe mais? Assim se deu, por exemplo, com os antigos cinemas de Icoaraci, apontados nas entrevistas como locais amplamente frequentados pela juventude local anos atrás, hoje nenhum dos dois existe mais.<sup>80</sup>

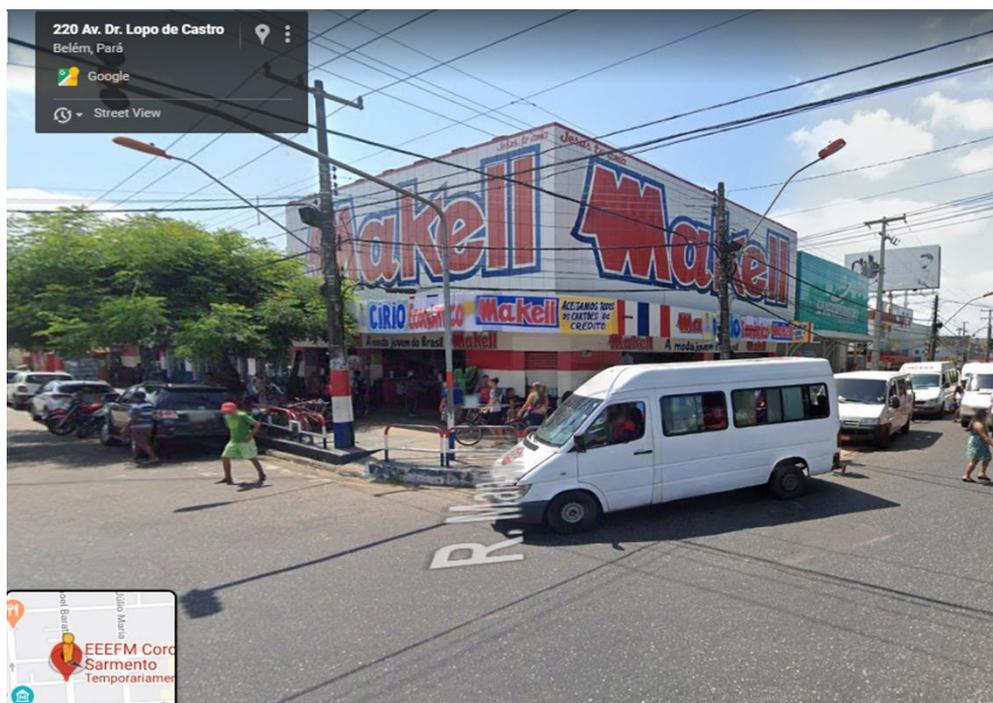
Figura 47 - Antigo prédio do Cinema Ipiranga.



Fonte: Blog Belém da memória

<sup>80</sup> Cinemas Ipiranga e Guanabara. O prédio do primeiro hoje funciona a loja Makel, o segundo trata-se atualmente do cartório local.

Figura 48 - Foto comparativa do antigo prédio do Cinema Ipiranga

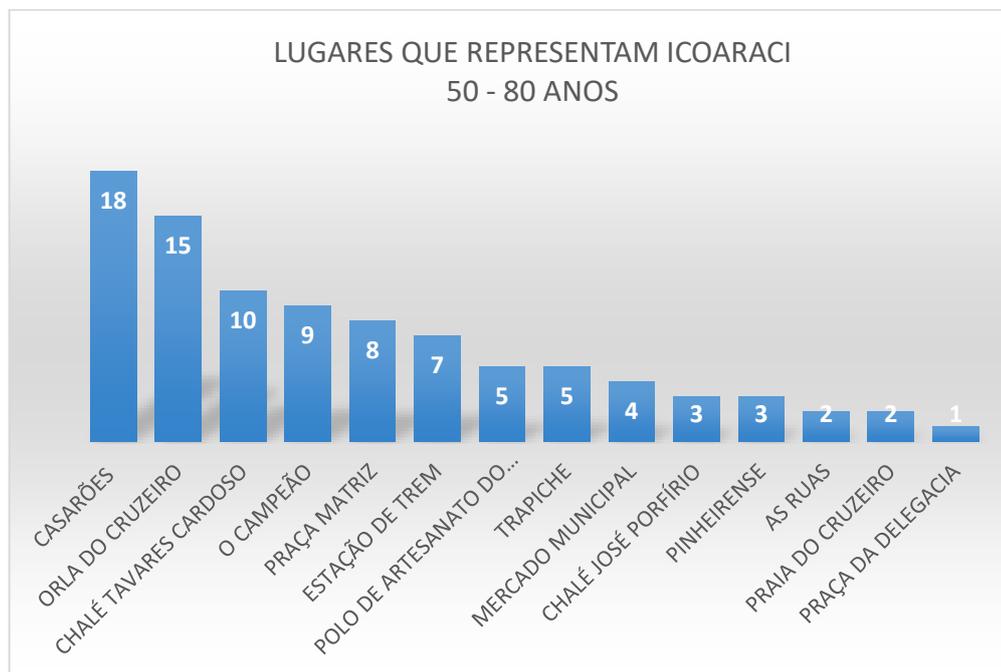


Fonte: Google Earth. Com adaptações do autor.

Pudemos trabalhar com os alunos noções acerca de descontinuidades, permanências e mudanças na realidade do lugar, sobre antigas práticas no âmbito público como no privado, e que hoje não fazem mais parte da cotidianidade. Mediante esses lugares citados pelos mais velhos, e que hoje não mais existem, ou que se encontram descaracterizados de como foram no passado, por meio das lembranças descortinamos realidades extemporâneas à estes alunos e alunas, é o caso do relato de dona Rosa de 72 anos, avó de uma das alunas, que nos traz um pouco de um dia habitual de domingo na década de 60 em Icoaraci; “Lembro que lá pela tardinha, a gente tomava banho e se arrumava para irmos lá na sessão do Ipiranga, papai nos dava uma quantia para cada um, para não ter briga, cada um cuidava do seu. Depois eu já passei a ir com meu namoradinho pro cinema, quando não era pro Ipiranga, íamos pro Guanabara, mas eu preferia o Ipiranga, era mais bonito.”

Partindo do banco de dados podemos inferir as mais variadas formas de perguntas sobre a relação dessas pessoas acerca da história e o conjunto patrimonial de Icoaraci, e com o Excel como ferramenta obtivemos os resultados mediante gráficos resolutivos que nos ajudam a compreender melhor, por exemplo, questões como; quais os lugares ou símbolos que representam Icoaraci na visão dessa geração mais velha que variou entre os participantes na faixa etária de 50 a 80 anos? vejamos os resultados:

Gráfico 2 - Lugares citados pelos mais velhos durante as entrevistas como representativos de Icoaraci.



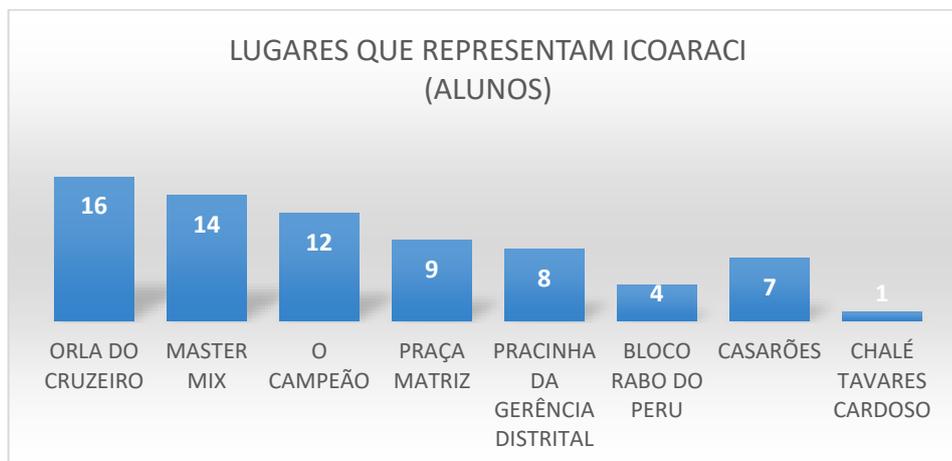
Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Por meio dessa forma de apresentação de resultado sobre as entrevistas guiadas pelos formulários, podemos observar os números referentes às citações desses referenciais identitários, bem como os lugares de memória para os mais velhos, e compará-los com a opinião dos alunos quando da resposta do mesmo questionário. Atentamos para o número, por exemplo de participantes que citaram o polo de artesanato de Icoaraci como ligado à identidade local, apenas 3 pessoas, o que nos parece alarmante, principalmente quando tratam de pessoas mais velhas. Segundo este gráfico os lugares mais citados foram os casarões e a orla do cruzeiro, seguidos do chalé Tavares Cardoso, e a tradicional lanchonete conhecida como o Campeão<sup>81</sup>, em terceiro e quarto lugar surgem a praça matriz e a antiga estação de trem.

Já no caso do alunos, respondendo a esta mesma pergunta obtivemos os seguintes resultados:

<sup>81</sup> Hoje o estabelecimento chama-se delicias da vila.

Gráfico 3 - Respostas dos alunos sobre os lugares representativos de Icoaraci.



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

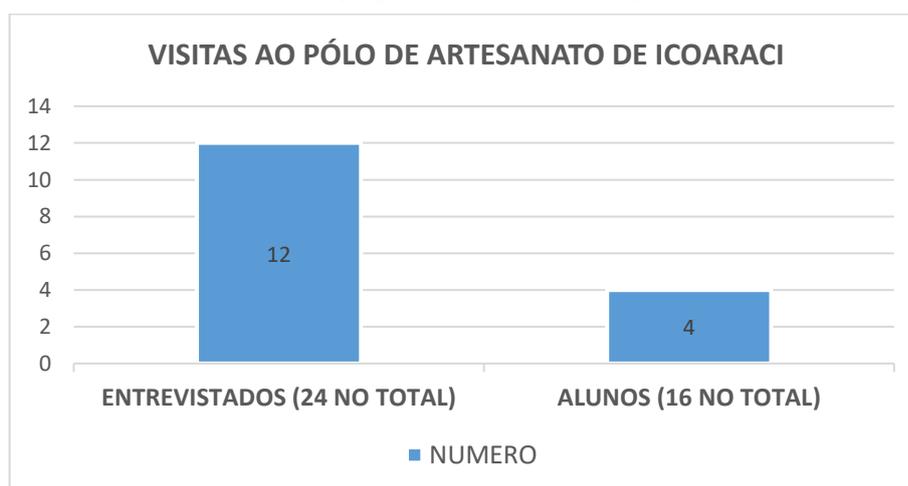
Podemos fazer a análise comparativa dos dados. Sobre os lugares mais votados pela geração representada pelos alunos, em primeiro lugar temos a Orla do Cruzeiro, o que iguala-se a opinião dos mais velhos. Já em segundo lugar destoam completamente as opiniões, sendo apontado o estabelecimento comercial chamado Master Mix, uma casa de sucos e vitaminas, que segundo os alunos é um lugar amplamente frequentados por jovens de Icoaraci, alunos de todos os colégios do distrito frequentam o lugar, tanto de escolas públicas como particulares. O que nos revela a construção de afetividade com o lugar e seus estabelecimentos própria desta geração mais recente, que impõe e cria novos laços de relação e importância para sua vivência e sociabilidade próprias de Icoaraci. Em terceiro lugar, mais um estabelecimento, este citado em segundo lugar pela outra geração, O campeão, nos mostra que consegue perpassar no tempo com sua representatividade e ligação entre diferentes gerações locais.

Em suma, os casarões de Icoaraci, elencados como principal símbolo da identidade de Icoaraci pelos mais velhos, surge no gráfico dos alunos em sexto lugar, nos revelando uma diferença gritante acerca da relação dos alunos com estes patrimônios já chancelados ou oficializados por todos, inclusive pelos órgãos públicos responsáveis, a exemplo do Iphan. Analisando tais resultados, podemos inferir que as gerações anteriores possuem uma maior consciência histórica em relação à valoração dos patrimônios materiais imóveis já chancelados, estes enfatizam nas suas falas o dever de todos de preservar, e lamentam a condição em que alguns desses imóveis se encontram, como é o caso do chalé José Porfírio, hoje ameaçado pela falta de cuidados, ameaçando desmoronar sobre suas estruturas, constantemente invadido por pessoas que utilizam o espaço para consumo de drogas, e outras atividades escusas. Desse modo

percebemos nas falas dos mais velhos os sentidos de preservação dos patrimônios imóveis ligados ao passado das elites econômicas, como algo que deva ser preservado e enaltecido.

Já os jovens, possuem uma percepção sobre patrimônios, ou ao que chamamos de referenciais identitários, ligados à história mais recente, à contextos relacionados com o seu dia a dia. Esta característica possivelmente seria fruto da ausência de temas nas aulas de História que levem em consideração sua realidade e que de acesso à esses jovens ao passado e o corpo patrimonial da sua localidade, podendo assim, construir, fortalecer e (ou), partilhar a identidade do local. Percebemos isto ao constataremos os resultados reunidos sobre a pergunta de número 13 do questionário; Você já visitou o polo de artesanato de Icoaraci? Vejamos os resultados em forma de gráfico;

Gráfico 4 - Resultado inerente à pergunta de número 13 do questionário semiestruturado.



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Entre os bens imateriais, manifestações culturais e práticas citadas durante a pesquisa, podemos elencar a feira de artesanato da orla de Icoaraci, assim como o polo de artesanato do Paracuri, onde existem as olarias e algumas lojas. Também o tradicional bloco de carnaval de rua “Rabo do Peru” que reúne grande números de brincantes tanto de Icoaraci como de outros bairros, nas segundas feiras de carnaval. Além do círio de Icoaraci, festa religiosa em homenagem à Nossa Senhora das Graças em novembro.

Figura 49 - Peças de artesanato na feira da orla de Icoaraci.



Fonte: Alunos do Projeto.

Figura 50 - Registros da feira de artesanato de Icoaraci.



Fonte: Alunos do Projeto

Figura 51 - Detalhe das bandeirinhas enfeitando as ruas de Icoaraci durante o cívico de Nossa Senhora das Graças.



Fonte: Alunos do Projeto.

Acerca dos alinhamentos entre as duas gerações; surgem símbolos locais comuns, como o *Campeão*, por exemplo. Um estabelecimento comercial tradicional em Icoaraci onde os moradores costumam frequentar nos finais de semana, famílias, jovens, casais vão até lá para apreciar comidas típicas do Pará, como o vatapá, Tacacá, Caruru, ou para um sorvete, ou para uma tapiquinha ao final da tarde, o que importa é que quando perguntados quais pontos de Icoaraci representaria o distrito, muitos das duas gerações – alunos e moradores mais velhos – responderam, entre outros, *O Campeão*. Interessante frisar que o contato dos alunos com os relatos de memória desses idosos de quando eram jovens e frequentavam o lugar, acaba por chocar-se com a própria realidade desses jovens do presente, criando um campo fértil para comparações, e o estabelecimento de relações entre as diversas realidade e temporalidades.

Figura 52 - Registro de pratos típicos servidos no antigo “o campeão”.



Fonte: alunos do Projeto

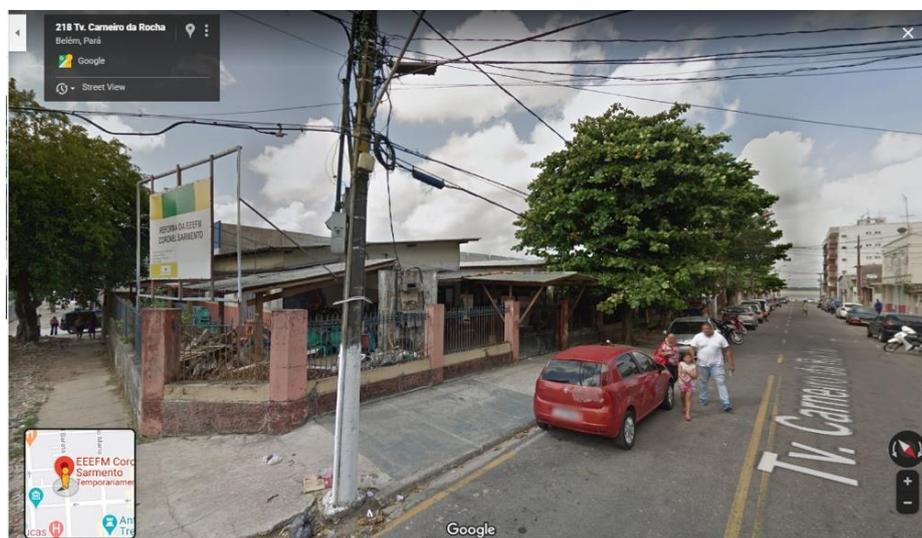
Acerca das comparações na paisagem de Icoaraci fizemos uso do *Google Earth* como ferramenta de visualizações durante as aulas oficinas, no intuito de compararmos os lugares no passado e como estes se apresentavam no presente.

Figura 53 - Antigo chalé que serviu de instalação para o Colégio Coronel Sarmento.



Fonte: Blog Belém ontem e hoje.

Figura 54 - Atual prédio do Colégio Coronel Sarmento.



Fonte: Google Earth, com adaptações do autor.

Entre as falas dos alunos sobre quais características poderiam ser apontadas como esteios que demarcam identidades próprias de Icoaraci, surgem elementos em suas falas como; as vendas de açaí, com suas bandeiras vermelhas, baldes iluminados por uma lampada que resplandecem a coloração escarlate a brindar os moradores com a significação do produto extraído das ilhas proximas à Icoaraci e que chegam todos os dias pelo trapiche – este, citado por cinco dos entrevistados como um dos símbolos locais que contam a historia de Icoaraci.

Figura 55 - Uma das bandeiras de açaí espalhadas pelas ruas de Icoaraci capturada na imagem de um dos alunos.



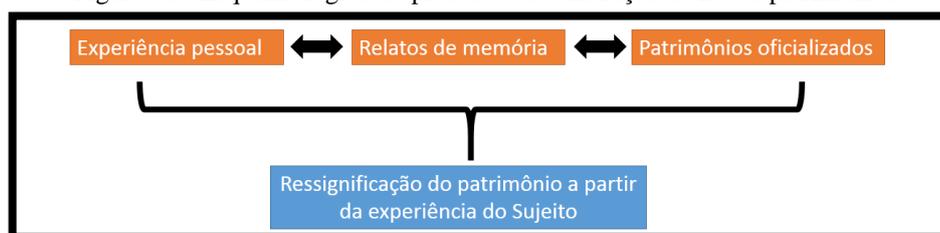
Fonte: Alunos do projeto

Além disso, foram mencionadas as bicicletas, ou *bikes*, como os alunos costumam nomear. Segundo eles, é impossível pensar em Icoaraci e não lembrar do grande número de bicicletas. Utilizadas como meio de transporte por grande parte do moradores, de fato, a paisagem da localidade é preenchida pelas bicicletas que transbordam as calçadas em frente das farmácias, colégios e esquinas, e pelos ciclistas que disputam os espaços nas vias com os automóveis. Os moradores mais velhos tem um termo para as bicicletas, as chamam de pés redondos.<sup>82</sup>

Mediante as falas dos alunos e das riquezas dos relatos adquiridos pelas fontes orais, decidimos que além dos lugares de memórias<sup>83</sup> definidos para serem visitados e fotografados, optamos por encorajar aos alunos tivessem liberdade para registrar lugares, costumes, práticas e sujeitos que para eles trouxessem relação com o lugar.

Desta forma, após a montagem dos gráficos relacionais entre as duas gerações, pudemos definir da seguinte forma os lugares a serem visitados, lembrando que tais resultados são frutos do cruzamento entre as opiniões das duas gerações distintas; podemos entender esse processo metodológico a partir do ato de pensar, rememorar e reescrever uma História Local a partir do confronto da vivência dos alunos, os relatos de memória, e os patrimônios históricos culturais oficiais, o resultado são os lugares mais representativos para as duas gerações, e estão dispostos no quadro a baixo do esquema lógico.

Figura 56 - Esquema lógico do processo de construção de novos patrimônios.



Fonte: Autor da pesquisa

<sup>82</sup> Além desses, tivemos outros exemplos de marcos identitários que fazem frente aos patrimônios oficializados. Ou seja, percebemos a valorização de uma tradição, ou de lugares mais ligados à tradição popular de Icoaraci, características mais próxima à vivência do aluno, aquilo muitas vezes chamado de comum, sem valor, ou invisível.

<sup>83</sup> Segundo Pierre Nora (1993) os espaços de memória seriam como esteios que norteariam os sujeitos em um processo de identificação, o despertar de uma consciência coletiva sobre o físico, o palatável, o material, que deve ser relembrado, comemorado e enaltecido, numa tentativa de construir memórias que distingam localidades e indivíduos diante de um mundo cada vez mais planejado por identidades globalizadas. E este seria um dos papéis da História, junto à memória de construir e nutrir tais espaços de memória.

Tabela 4 - Resultado após cruzamento das opiniões dos alunos e pessoas mais velhas, sobre os lugares a serem visitados para registro fotográfico.

<b>Lugares principais a serem visitados</b>	<b>Citação (N. De Vezes)</b>
Casarões	10
Orla Do Cruzeiro	10
Chalé Tavares Cardoso	9
O Campeão	9
Praça Matriz	8
Estação De Trem	7
Polo De Artesanato Do Paracuri	5
Trapiche	5
Mercado Municipal	4
Polo artesanal do Paracuri	4
Chalé José Porfírio	3
Pinheirense	3
As Ruas	2
Praia Do Cruzeiro	2
Praça Da Delegacia	1

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

A proposta de uma sequência didática pautada na história local mediante o apoio da história oral, onde estes alunos possam estar em contato com o conhecimento histórico em diferentes lugares de memória, nos traz a capacidade de, além de gerar conhecimento histórico, proporcionar experiências significativas na fase escolar desses indivíduos. Haja vista, que o contato com as reminiscências da localidade onde vivem pode amplificar sua compreensão acerca de si mesmos, diversificando e reelaborando sentimentos, tais como; partir da ideia de viver em um lugar para, quem sabe, sentir-se pertencendo àquele lugar.

Esta construção, ou organização de dados dos lugares de memórias relaciona-se ao propósito fundante dessa pesquisa, sendo uma metodologia em ensino de história, o contato com a História, neste caso a local, tem papel crucial na construção de referenciais identitários que auxiliam na obtenção da criticidade histórica tanto para os alunos como para os professores. Sendo estes marcos, construídos e organizados com a participação dos alunos, percebe-se uma chance ímpar de por intermédio das memórias locais formar importantes bases acerca das identidades e esteios para os auxiliarem na vida prática e na construção de uma consciência cidadã.

A pesquisa em ensino patrimonial, não pode se dar de modo alheio às questões da cidadania, sendo esta, sempre um lugar de fala para múltiplos sujeitos na trama da história e suas estruturas políticas. Se o ensino de História segundo as pesquisas acerca da história da

disciplina sempre esteve ligado à formação de um cidadão pautado em uma identidade específica de cada período – caso da função construtora de identidades nacionais – desde a década de noventa para cá, segundo Circe Bittencourt (2017, p. 18); “O mito do estado-nação que sustenta o ideário nacionalista das propostas curriculares foi substituído pelo mito da empresa.” Contudo, almeja-se proporcionar caminhos didáticos em relação à construção do conhecimento histórico e da formação de sujeitos conscientes de suas identidades, das diferenças do seu meio vivencial e das multiplicidades culturais locais e nacionais, o ajudando a compreender sua autonomia e poder de crítica no mundo globalizado, e sua capacidade de transformar realidades.

### **3.4 Representações visuais dos espaços de Icoaraci pelas telas dos Smartphones dos alunos**

Ao nos ensinar um novo código visual, as fotos modificam e ampliam nossas ideias sobre o que vale a pena olhar e sobre o que temos o direito de observar. Constituem uma gramática e, mais importante ainda, uma ética do ver. (SONTAG, 2004, p. 8)

Neste capítulo não pretendemos erguer um extenso debate teórico acerca do fazer fotográfico, e suas manifestações no decorrer da História das sociedades, o foco principal aqui seria muito mais o de destacar algumas das fotografias feitas pelos alunos do projeto e apresentar perspectivas breves da maneira pela qual nós enxergamos esta prática visual dentro do projeto, além de apontar quais bases teóricas nos munimos para trabalhar com os alunos a prática da representação visual dos lugares e hábitos de Icoaraci.

Os usos da fotografia se deram sobretudo, como uma forma de dar voz aos alunos para criarem uma espécie de texto não escrito com os resultados da pesquisa relacionada ao levantamento das memórias locais de Icoaraci por estes alunos, sendo estas imagens fruto do direcionamento dado pela organização e os gráficos oriundos do banco de dados aqui apresentados. Sendo então, este momento, também, uma fase da sequência didática aqui proposta. Além do mais, esta é a forma de obtermos ciência de como este projeto pôde contribuir para despertar a inspiração e outros olhares por parte dos alunos para coisas antes jamais vistas no lugar onde vivem. A exemplo da imagem abaixo feita por uma das alunas durante a fase de visita e ocupação dos espaços para fotografar o que fora apontado no banco de dados.

Figura 57 - O "cristo da orla" em uma perspectiva inusitada pelo olhar de uma aluna.



Fonte: Alunos do Projeto, 2018.

Um dos lugares mais citados pelas duas gerações, conforme demonstramos nos gráficos apontados no sub capítulo anterior, foi a orla de Icoaraci. Na imagem acima nos chamou a atenção o recorte visual escolhido pela discente para retratar o lugar. Segundo Koury (2001) qualquer fotografia, ou composição de imagem que retrate o real como objeto é uma representação, sendo esta fruto de recortes subjetivos em busca de apreender o que seria objetivo no mundo visível. Desse modo,

Documentar o real, assim, é um empreendimento que não pode esvaziar os meios de ficcionalização. O ato poético da descoberta, o estabelecimento de relações entre elementos que até então estavam separados é de fato o empreendimento ficcional cujo uso e reconhecimento devem ser reivindicados (KOURY, 2001, p. 15).

Sendo assim, todo o contato dos alunos com o real resultaram numa estreita relação de criatividade no sentido de criação, mesmo, sobre o objeto analisado. Isto acarreta numa relação de decisão por parte dos alunos no ato de escolher como cada um deles gostaria de representar aquele lugar, aquela paisagem, o bem imóvel, ou os sujeitos retratados, mesmo sendo guiados objetivamente a estes lugares pelas memórias inventariadas no banco de dados.

Sobre o hábito de registrar o cotidiano e a vida corriqueira das sociedades por meio de imagens, parece existir uma necessidade intrínseca à raça humana relacionada aos tempos mais remotos, anteriores ao surgimento da escrita. No momento em que a raça humana, motivada em

tentar congelar, ou materializar certo recorte da vida, um aspectos do real, já exprimiam este ímpeto ao estampar nas paredes das cavernas suas pinturas ancestrais. Mesmo diante desta ancestralidade na forma imagética de comunicação, Boris Kossoy (1989) em seu “História e Fotografia” escrito nos anos finais da década oitenta, busca compreender o porquê da fotografia como fonte da História ocupar um papel secundário naquele período. Uma das causas prováveis encontrada pelo autor, seria a hipervalorização de mais de 500 anos do signo escrito, assim como a língua falada dentro do contexto de surgimento e organização dos Estados Nações. A língua e sua forma escrita acaba ocupando lugar de destaque atreladas a uma construção hegemônica dos estados nação. Burke (2010) nos ajuda a compreender estas seguintes tendências da seguinte forma:

Tem sido bastante mencionado que os primórdios do período moderno marcaram o “surgimento” ou o “triunfo” dos vernáculos nacionais, em detrimento do latim cosmopolita por um lado e dos dialetos por outros. [...] em toda sua extensão, esse foi um importante fenômeno para a criação de novas “comunidades de fala” e, com o tempo, de novas lealdades transregionais ou suprarregionais. (BURKE, 2010, p. 77).

Compreendemos então, que utilizando os exemplos da Europa, este processo de construção das línguas dos Estados modernos visavam padronizar, civilizar e ainda gerar tais comunidades imaginadas, buscando um sentido de união pela língua a estes grupos, assim como uma superioridade da linguagem escrita que acompanha esse contexto de desenvolvimento do progresso da civilização europeia, em detrimento ao visual ou ao oral.

Obviamente muito dessa realidade já se reconfigurou acerca dos usos da imagem dentro tanto da historiografia, como na história da fotografia. Sobretudo, após a revolução documental dentro da História, com as compreensões mais “elásticas” no conceito de documento.

Portanto, os usos da fotografia são direcionados para o caráter de publicação do conhecimento, como forma de expressão intelectual dos alunos. Buscamos enfatizar tais representações imagéticas de Icoaraci como ferramenta dentro da sequência didática, como importante mecanismo capaz de dar voz aos sujeitos atuantes na pesquisa. O ato de fotografar o real, capturar um pedaço do espaço/tempo do seu lugar deságua naquilo que trata da autonomia dos alunos e alunas. É o ceder a estes sujeitos a capacidade de, após os levantamentos feitos, com todo o esforço dispendido na captação da entrevistas e fontes orais, os encontros e debates realizados durante as aulas oficinas, as profícuas reflexões sobre o patrimônio, as memórias e a história local, em fim, de poderem mediante todo o processo de obtenção de

conhecimento prévio, exercer seu protagonismo ao máximo, expressando de forma plena seus olhares, suas sensibilidades e representações do lugar em que vivem.

Figura 58 - Vista a partir da orla do Cruzeiro



Fonte: Alunos do Projeto

Deste modo, fotografar os resultados da pesquisa mostrou-se muito mais do que apenas cumprir mecanicamente uma última fase da proposta didática. Antes disso, observando a beleza e as peculiaridades de cada imagem, seria este momento uma espécie de colheita dos frutos das árvores que foram plantadas no início do projeto na escola. Uma colheita da sementeira que deu certo.

Figura 59 - Vista em direção à praia do Cruzeiro, jovens compondo o cenário.



Fonte: Alunos do Projeto

Sendo assim, podemos dizer que a prática exercida pelos alunos de fotografar os lugares, e os costumes apontados no banco de dados, ganha, finalmente, um caráter prático e didático, ganha também um aspecto de produção conclusiva compartilhada.

As imagens aqui apresentadas assumem ares de narrativas visuais, que dão vozes para as pessoas que participaram do projeto, tanto aqueles que cederam suas memórias e suas opiniões, como alunos e alunas que ajudaram a construir esta miscelânea patrimonial de Icoaraci.

As imagens e a produção destas, assumem um papel de síntese de toda a riqueza desencavada pelas entrevistas. “Estes usos da fotografia insere-se em um contexto de crescente desenvolvimento da utilização da imagem na prática cotidiana da pesquisa em ciências sociais.” (KOURY, 2001, p. 7). Este exercício feitos pelos alunos de ocupação dos espaços, sendo convidados a vigiarem e refletirem sobre seu lugar, sobre as pessoas que ali vivem, o cotidiano e seus meandros, acaba tornando-se numa espécie de relação entre representações fotográficas e memórias coletivas do lugar.

Estes modos de atuação, segundo Koury (2001), estariam nos domínios do debate acerca da antropologia Visual. “É grande a utilização das diversas formas e linguagens imagéticas nas pesquisas sobre memória e sobre o patrimônio cultural, individual e social no Brasil.” (KOURY, 2001, p. 7).

Desta forma, a produção de vídeos e fotografias de caráter documental, de preservação das memórias e das identidades em dadas comunidades, está ligada à práticas de observação social e de salvaguarda dos valores de dada cultura. Obviamente, assim como não pretendemos aqui formar “mini historiadores”, também não propusemos com que estes alunos tornassem-se espécies de antropólogos, mas o ato de observarem o real, o comum e conseguir fazer este trabalho de leitura visual da realidade, sugere para dentro do ensino de História possibilidades cognitivas de atuação em uma pesquisa social. Sendo assim, torna-se necessário fundamentar essas práticas conforme as ciências sociais, caso da proximidade dos moldes com a Antropologia Visual.

Para José da Silva Ribeiro (2005);

As novas tecnologias digitais e sobretudo a hipermídia constituem uma forma, porventura mais eficaz, de integração da antropologia visual com a antropologia (escrita) e da antropologia com a antropologia visual; de imagens, sons e audiovisuais

com a escrita; dos filmes com a reflexão teórica. [...]às imagens iniciais, “verdadeiros arquivos vivos, conduzem a novas abordagens da antropologia e da história [...] A interrogação legítima sobre o estatuto destes dados passa definitivamente por um exame crítico da sua realização” (Piault, 1992, p. 61), da tradição escrita e imagética com a tradição museológica – as coleções, os arquivos –, isto é, com a memória e consequentemente com o tempo presente e a história. (RIBEIRO, 2005, p. 620-621).

Deste modo, percebe-se a antropologia virtual como uma espécie de práticas das análises dos arquivos midiáticos áudio visuais, para a compreensão acerca da possível recolha de informações acerca de aspectos de determinada sociedade, produtora de tais fontes visuais<sup>84</sup>, as organizando em bases de dados sobre um objeto, e influenciando ao mesmo tempo a memória dessa sociedade. Podemos exemplificar aqui os diversos museus *da imagem e do som* espalhados pelo país, assim como os arquivos públicos e seu acervo documental pictográfico e fotográfico. Como nos aponta Carvalho e Lima (2017, p. 57) “É importante o historiador ter claro que a capilaridade da fotografia na sociedade contemporânea garante acervos em praticamente todas organizações públicas e privadas.”

A Antropologia Visual também é a forma pela qual se reproduz conhecimento, podendo, então, criar e publicar impressões acerca de dados da realidade, e de tratos com a memória, viabilizando entendimentos sobre ela em forma de narrativas visuais de uma comunidade ou de uma cultura. Segundo nos expõe Gregio e Pelegrini, (2018) citando Novaes sobre aspectos dos usos da fotografia entre mulheres indígenas e suas comunidades, apontando ainda, um caráter etnográfico mediante o registro de tais realidades em fotografias;

Novaes (2000) sugere também, que as imagens se tornaram um depósito de memória para essas comunidades indígenas, pois, vivemos em um contexto de rápidas e intensas transformações, e essa conjuntura também se aplica a esses sujeitos. A autora observa que a introdução dos vídeos nesses grupos desencadeou um processo de reflexão sobre como é concebida a imagem dos indígenas no ocidente, sejam como sujeitos sociais ou objetos de apreensão em pesquisas, aumentando o interesse dos mesmos em compreender suas identidades e proteger suas histórias. Situação que não era estimulada com a narrativa tradicional, pois o texto escrito não despertava maior interesse entre eles. (GREGIO E PELEGRINI, 2018, p. 15).

Portanto, teríamos ainda um exemplo desses usos da imagem sendo formulados como etnografias visuais. Lembrando que no caso dessas comunidades indígenas, os aparelhos de registro em imagens foram manuseados por mulheres pertencentes a estas comunidades, algo

---

<sup>84</sup> Sobre o tema ver MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, July 2003. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882003000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000100002&lng=en&nrm=iso)>. access on 27 Oct. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882003000100002>

completamente diferente do caso de um sujeito externo à comunidade fosse registrar em imagem as suas peculiaridades.

Propusemos os usos das imagens tanto como objetos vistos como fontes de estudos (exemplo das fotografias antigas e os cartões postais trabalhados nas aulas oficinas), bem como instrumento narrativo utilizado pelos alunos. Mas, independentemente do tipo de uso, importante percebermos que mais do que a compreensão de técnicas fotográficas, nos usos de fotografia na pesquisa aqui desenvolvida, é mais fundante compreender os conceitos balizadores que concernem àquilo que se fotografa. Afinal, segundo Koury (2001, p. 8) “a Antropologia visual não veio tornar pesquisadores na área em especialistas da câmera”. Nós não pretendemos formar nossos alunos em antropólogos, mas, sim, proporcionar um ambiente de pesquisa que visasse apropriações conceituais e metodológicas em um projeto como este.

Acerca da etnografia visual, vejamos o que nos diz Feldman-Bianco e Leite (1998, p. 199).

Compreende-se, assim, a importância do uso da imagem não só no campo da pesquisa, mas na própria exposição de seus resultados por meio do relato etnográfico. A imagem pode e deve ser utilizada como uma narrativa visual que informa o relato etnográfico com a mesma autoridade do texto escrito. Mais do que representar fatos visíveis, tais imagens acrescentam outros meios de representação e descrição etnográfica.

Isto foi exatamente o que pretendemos aqui, permitir com que os próprios alunos, pudessem junto com o auxílio das memórias criar tais representações e guardar em recortes visuais suas riquezas locais, gerando significações acerca de seu lugar por meio de seus *smartphones*, documentando práticas sociais, estruturas e categorias flagradas por estes alunos e que ficaram demonstradas em cada imagem. Como nos bem colocou Carvalho e Lima (2017, p. 42) “A fotografia passa a ser compreendida não como verdade, mas como marca, isto é, índice. O índice é um tipo de signo que se define como vestígio do objeto que lá esteve – o referente.” Esta afirmativa ganha maior compreensão dentro deste trabalho, quando nos debruçamos sobre o pensamento de Susan Sontag (2004) ao nos colocar a fotografia como experiências capturadas utilizando-se de mecanismos de suas consciência sobre o momento, o espaço e sobre si mesmo, é o ato de escolha, de tomada de decisão. O ato de fotografar é “apropriar-se da coisa fotografada” (SONTAG, 2004, p. 10). É se colocar em relação direta e íntima com seu objeto, no caso, sua cidade, seu lugar e seus convivas. Seria este um momento de profundo descobrimento, um puro ato de aprendizado e de obtenção de conhecimento.

Da mesma forma como um texto escrito sobre um determinado sujeito será uma interpretação sobre ele, as imagens aqui captadas, são recortes ou pedaços de Icoaraci, onde cada imagem apresenta um quadro, e o conjunto delas pode vir a ser uma visão de escala maior e representativa da construção dessa história local por meio das memórias e da composição de paisagens de Icoaraci.

Acerca deste conceito de paisagem e sua relação com o ato de fotografar, na acepção da palavra, a ação de escrever ou registrar determinada paisagem, entendemos os sentido de paisagem a partir do pensamento de Denis Cosgrove (1998), apesar de ser um daqueles conceitos também muito difíceis de serem definidos, como nos demonstra Vieira (2006);

Paisagem é um daqueles conceitos escorregadios, ambivalentes, como na comparação de Yi-Fu Tuan. O que se destaca, desde cedo, nos estudos das paisagens, é a diversidade de abordagens para com o tema: da pintura de paisagens (um capítulo da história da arte) e do paisagismo (parte incorporada à arquitetura e urbanismo), o tema extrapolou para a geografia (seja física ou humana), para a ecologia (por conta do movimento ambientalista), para a história, para os estudos de cinema, e também para o turismo e a literatura, pois já se estuda a paisagem a partir de relatos de viajantes, e dos guias de viagens. De tão amplo que é o tema, o uso do termo extrapolou os territórios desses saberes, e hoje, o vocábulo transformou-se numa metáfora, quando se quer situar num panorama qualquer assunto sobre o qual se queira discorrer. (VIEIRA, 2006, p. 2)

Apesar das múltiplas abordagens do conceito, podemos circundar os entendimentos sobre paisagem dentro do âmbito desta pesquisa, sobretudo, no que concerne a sua relação direta com o olhar. Cosgrove (1998) nos apresenta um aspecto da paisagem como processo, não como algo dado objetivamente. Possui ligação com aspectos simbólicos destes. Portanto observar uma paisagem, segundo a teoria do Geografo inglês, não se deve somente enxergar o físico, mas também o simbólico inserido naquilo que se apreende. Entender os meandros e influências dos modos de poder e nas relações humanas que habitam silenciosamente a paisagem. Como nos demonstra quando diz; “O local é, então, altamente complexo, com múltiplos patamares de significados. O local é um lugar simbólico, onde muitas culturas se encontram e, talvez, entrem em conflito.” (COSGROVE, 1998, p.220).

A paisagem teria então uma ligação com o lugar enquanto forma sujeita de significados fruto dos aspectos múltiplos da racionalidade humanas em suas interpretações e organizações visuais da paisagem, tanto na arte como nos estudos sociais. Como nos expõe no seguinte excerto;

A paisagem sempre esteve intimamente ligada, na geografia humana, com a cultura, com a ideia de formas visíveis sobre a superfície da Terra e com sua composição. A

paisagem, de fato, é uma “maneira de ver”, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma “cena”, uma unidade visual. (COSGROVE, 1998, p. 223).

Neste sentido, as formas de construções das imagens pelos alunos insere-se neste âmbito de construção crítica dos cenários do lugar, e no esforço de análise dos meandros desse quadro da realidade que foi registrado no momento em que o sujeito apontou seu *smartphone*. Com esta ideia construída acerca de paisagem, dispensam discussões sobre o que é belo ou feio, transformando o ato de fotografar livre de questões puramente estéticas. Afinal, como nos compartilha Sontag (2004, p. 48); “Fábricas desertas e avenidas atulhadas de anúncios parecem tão belas, pelo olho da câmera, como igrejas e paisagens pastorais. A fotografia acarreta, inevitavelmente, certo favorecimento da realidade. O mundo passa de estar “lá fora” para estar “dentro” das fotos.”

Apesar dos potenciais desta pesquisa, Saliba (2017) nos alerta para os abusos da produção visual em meio a era midiática;

Vivemos uma espécie de intoxicação visual, na qual o conhecer se reduziu ao ver, o *estou vivendo* substitui o eu compreendo – e, quando não há nada a acrescentar, as pessoas dizem: *está tudo visto. Acredito nisto, já que foi o que eu vi na TV*, diz alguém – provavelmente uma vítima de algum curandeiro televisual. (SALIBA, 2017, p. 124).

Desse modo, em meio a um mundo cada vez mais repleto de imagens, por todos os cantos, esta pesquisa envolvendo usos da fotografia acaba por ser uma tentativa de criar significações e importâncias entre os alunos por meio de olhares críticos e analíticos sobre o lugar e sua representação visual, bem como, uma forma de construir compreensões sobre as mudanças em seu espaço físico, como as transformações sofridas em sua paisagem urbana e natural, antigos lugares de memória, bens materiais que hoje já não existem mais, assim como as mutações dos hábitos, costumes, e cotidianidade no decorrer do tempo.

#### 4 Considerações finais

O nosso lugar é muito importante, né?! A gente deve valorizar, os jovens, as pessoas, todos devem conhecer um pouco daqui, de onde a gente vive! (Relato de Maria Rovai, 2019)

Neste trecho da fala de uma senhora entrevistada temos a síntese acerca da importância do trabalho desenvolvido aqui. A busca pelo contato do ensino de História com o lugar em que os alunos e alunas vivem foi um dos principais objetivos nesta pesquisa e que logramos obter sucesso, ao percebermos os avanços acerca da compreensão sobre os bens patrimoniais de Icoaraci entre os participantes, ao historicizar os lugares, hábitos e costumes locais como frutos de construções históricas dentro de estruturas sociais, econômicas, culturais e políticas no decorrer do tempo. Os alunos puderam perceber que o hoje não foi criado agora. As coisas não são do modo que são sem motivo algum, muito pelo contrário, os alunos e alunas passaram a compreender que são frutos de diversos fatores no passado, bem como o clima, o sentimento, o jeito que Icoaraci possui, como os moradores costumam falar, são reflexos de mudanças oriundas das ações humanas, e toda esta ligação afetiva com o lugar, que antes era invisibilizada, ou não percebida, pôde ser apreendida como construção das suas vivências no passar do tempo. Compreender que os bens patrimoniais possuem história e que conhece-las é um direito e uma necessidade, se tornou latente com o desenrolar da sequência didática, sobretudo, no momento em que estes sujeitos foram para as ruas de Icoaraci registrar por meio de seus olhares fotográficos aquilo que lhes indicava aspectos valorativos de seu lugar, o que Florêncio (2015) nos ajudou a compreender acerca das necessidades da educação patrimonial, segundo a autora;

Dessa forma, os bens culturais são considerados como suporte vivo para a construção coletiva do conhecimento, que só pode ser levada a cabo, quando se considera e se incorpora as necessidades e expectativas das comunidades envolvidas por meio de múltiplas estratégias e situações de aprendizagem que devem ser construídas dialogicamente a partir das especificidades locais. (FLORÊNCIO, 2015, p. 23-24)

A estratégia metodológica de utilização das fontes orais, foi de grande importância nesse processo de apropriação do lugar, dos usos do passado e na descoberta de sentidos acerca das vivências. Sobre tais fundamentos levamos em consideração o pensamento de Khoury (2001, p. 84)

As fontes orais são únicas e significativas por causa de seu enredo, ou seja, do caminho no qual os materiais da história são organizados pelos narradores para contá-la. Por meio dessa organização, cada narrador dá uma interpretação da realidade e situa nela a si mesmo e aos outros e é nesse sentido que as fontes orais se tornam significativas para nós.

Nesse sentido, percebemos grande envolvimento por parte dos alunos com as memórias dos entrevistados, proporcionando aos alunos de agora, cercados pela fecunda proliferação midiática da cultura de massas, (sendo eles próprios conhecidos como nativos digitais), a possibilidade de mergulhar no passado de onde habitam, por meio do acesso à ricas reminiscências do lugar, bem como às memória coletiva e construção dessas identidades locais.

Baseando-se na fala de um dos alunos do projeto; “depois que nós começamos a pesquisar sobre essas coisas do passado de Icoaraci, depois de tudo o que minha avó me disse na entrevista, comecei a andar pela rua, essa semana mesmo, quando chove de tarde a gente sai correndo pra tomar banho no furo, eu ia correndo, olhando e pensando; a gente passa a ver as coisas diferentes, a gente vai lembrando das coisas que eles falaram, de como era antes.”

Um dos principais objetivos deste projeto foi a apropriação do lugar e de suas histórias pelos alunos, desenvolvendo certo grau de consciência histórica organizada nessa apropriação do coletivo, de sua comunidade, de seu *habitat*, afinal “mobilizar a própria consciência histórica não é uma opção, mas uma necessidade de atribuição de significado a um fluxo sobre o qual não tenho controle: a transformação, através do presente, do que está por vir no que já foi vivido.” (CERRI, 2011, p. 99). Neste contexto, tivemos profundas transformações entre os sujeitos, haja vista, que este aluno ao andar pelas ruas de Icoaraci, em meio aos furos do Paracuri e às margens da baía do Guajará, percorrendo trilhas que misturam o velho e o novo, que se plasmam entre o banho de “maré” e o caminhar entre os casarões antigos de um tempo passado e os novos casebres que se erguem nas periferias de sua contemporaneidade, tudo isto o arrebatava, lhe causando espanto com o contato entre o passado e o seu presente de então. Como nos bem coloca Koselleck (2006) cada Presente ressignifica o passado, enquanto campo de experiência, assim como também o Futuro, enquanto horizonte de expectativa.

Com os resultados aqui apresentados pudemos elencar as possibilidades existentes na relação da memória com a história oral, proporcionando meios de lançar luz sobre memórias de minorias dentro do ensino de História. Pensar essa memória local, é sobretudo, baseando-se em Pollack (1989), criar uma alternativa popular frente à memória oficial. O que gerou resultados sobre uma ressignificação do conceito de patrimônio e dos bens que já estavam estabelecidos em Icoaraci, ampliando significativamente dentro da pesquisa o corpo patrimonial, e matizando diversos novos lugares de memória.

Importante salientar também, que não tivemos como objetivo determinar de forma generalizante e total aquilo que exprime como sendo marcos patrimoniais absolutos de uma comunidade, transformando os símbolos aqui elencados, em algo que generalize e engesse o que seria Icoaraci. As representações visuais como resultados do trato com a memória local,

visaram ser exatamente isso; representações parciais, circunscritas às pessoas que aqui contribuíram para apontar um cenário repleto de patrimônios ligados aos laços emotivos de uma parcela dos moradores mais velhos, revelando práticas, aspectos e costumes que puderam servir de referenciais identitários.

Esta produção visou ser um meio de ampliação do debate sobre o ensino patrimonial, e da pesquisa em ensino de História a partir dos usos dos diferentes espaços de memória, como fonte de análise para o fomento da criticidade do aluno acerca de sua posição enquanto sujeito participante da história e do desenvolvimento de noções de identidade dos que habitam o lugar.

Com todas estas características sobre Icoaraci, tratadas aqui, pudemos perceber como esta pesquisa acabou por contribuir na ampliação das percepções sobre patrimônios culturais entre os alunos e alunas, para além do modelo tradicional de ensino da história. Dessa forma, o foco desta dissertação, bem como do produto apresentado no apêndice, não visou um caráter puramente historiográfico sobre o passado de Icoaraci, mas, sim, sobretudo, contribuir como uma sequência didática que possa auxiliar outros colegas professores na reflexão sobre a prática de ensino patrimonial e História local com seus alunos e alunas. Ao mesmo tempo que, de forma inseparável compartilhamos também, os resultados oriundos da pesquisa feita nos diferentes espaços de memória, e com os relatos de memória de Icoaraci, o que acabou tornando-se uma espécie de (re)avaliação patrimonial, ao passo que formou novos juízos críticos e avaliativos entre os alunos e moradores sobre os bens patrimoniais oficiais de Icoaraci, ressignificando as noções acerca do que é valorizar, preservar e manter o patrimônio cultural e a história de sua comunidade.

No decorrer desta dissertação traçamos caminhos que buscaram organizá-la no intuito de amplificar os resultados da pesquisa enquanto formulação de uma sequência didática em ensino de História, para isso, no primeiro capítulo expusemos um pouco da história de Icoaraci, desde sua fundação. Tal debate nos ajudou a compreender o processo histórico do lugar e apontar as complexidades e particularidades da história de Icoaraci, bem como manter um diálogo com pesquisas historiográficas sobre o local. A exposição das particularidades do lugar no passado, bem como as especificidades no presente e os costumes nos ajudou a justificar a pesquisa em prol da busca por um caminho didático em ensino de História que pudesse trabalhar uma educação em ensino patrimonial, e a história local de Icoaraci. Debatesmos ainda a proposta do uso da memória local de Icoaraci no processo de ensino e aprendizagem em História, apresentando o conceito central baseado nas referências selecionadas, e a importância do trabalho de ensino de História ligado à memória coletiva e individual em relação aos

patrimônios culturais e aos espaços de memória. Estes serviram como esteios que nortearam os sujeitos em um processo de identificação, os fazendo pensar acerca de uma consciência coletiva sobre o físico, o palatável, o material, os alunos puderam praticar a análise de Icoaraci como lugar de memória. Trouxemos ainda um necessário debate sobre o conceito de identidade e suas relações na pesquisa no que tange ao desenvolvimento de uma prática em educação patrimonial, e como os hábitos, lugares, e aspectos vistos como desimportantes puderam contribuir na construção de novas percepções de símbolos patrimoniais e de referenciais identitários que acabaram por proporcionar o fortalecimento do sentimento de pertencimento entre os alunos. O hábitos ligados à alimentação ganharam importantes contornos nesse processo de identificação, bem como os lugares ligados à produção, comercialização e sociabilização de alimentos e das comensalidades. Ainda no primeiro capítulo enfatizamos a necessidade de pensar o ensino de história com a questão das temporalidades, após os resultados desta pesquisa nos foi possível perceber um acréscimo nas noções acerca das percepções do tempo entre os alunos, os fazendo problematizar o tempo visto como uma locomotiva acelerada que abandona o ontem e rasga o hoje em direção a um criticável “progresso do amanhã.” O espanto foi a motriz da participação dos alunos e alunas nesta pesquisa, sobretudo, ao obterem noções de um presente repleto de rupturas e permanências, onde este presente continua repleto daquele passado.

Na segunda parte da dissertação apresentamos de forma pormenorizada a estrutura da sequência didática, bem como as características da instituição de ensino onde foi aplicado o projeto e os perfis qualitativos e quantitativos dos discentes participantes. Detalhamos as fases da sequência didática e suas aplicações em nossa experiência em Icoaraci. Expusemos os resultados do trato com as fontes visuais durante as aulas oficinas, assim como alguns exemplos destas fontes. Elencamos alguns gráficos e tabelas demonstrando os resultados do levantamento das entrevistas realizadas pelos alunos, além do processo de construção do banco de dados das memórias, sintetizando lugares, hábitos e aspectos de Icoaraci que poderiam compor essa matriz patrimonial na visão dos mais velhos, assim como dos alunos. Mediante os resultados deste banco de dados os discentes foram direcionados a visitarem livremente estes espaços para o registro de suas imagens, compondo, dessa forma, os resultados em forma de textos não escritos.

Foram muitas as dificuldades encontradas no decorrer de mais de dois anos no processo de desenvolvimento desta dissertação, tendo que a conciliar com as pressões e cobranças inerentes ao próprio ofício de professor e as realidades do ambiente escolar, como; cobranças de prazos, planejamentos, reuniões e volume de aulas. Contudo, apesar dessas

dificuldades, nós compreendemos que sem esta realidade pesada, mas fundamental, não teríamos obtidos os resultados apresentados neste texto, haja vista, que sem a prática docente contínua e contigua à pesquisa acadêmica não alcançaríamos nossos objetivos, sobretudo, porque a base deste projeto de intervenção, e a formulação de uma sequência didática acerca do ensino patrimonial e da história local de Icoaraci foi exatamente a importante atuação dos alunos participantes.

Dentre os resultados positivos obtidos aqui podemos elencar o nível de comprometimento e de responsabilidade por parte destes jovens no esforço de resgate das memórias locais, bem como na formação desse rico banco de dados, além do tocante acervo fotográfico aqui apresentados. Acreditamos que este nível de envolvimento se deu por dois principais motivos, o primeiro seria por estes alunos terem sido instigados a analisar seu próprio lugar, o historicizando e lançando olhares críticos e analíticos sobre sua realidade; Esta proximidade favoreceu o desenvolvimento de compreensões acerca dos conceitos de patrimônios e Identidade, bem como os munuiu de estruturas oriundas de conhecimentos históricos úteis para sua vida prática. O segundo motivo foi sem dúvida, o fato destes terem sido colocados como protagonistas na pesquisa, dando voz e autonomia a estes sujeitos, o que os motivou para sempre aprofundarem cada vez mais a pesquisa.

Acreditamos que a sequência didática aqui apresentada, bem como as experiências ao longo de quase dois anos da sua construção entre os alunos traz grande contribuição na construção dos debates e das práticas em ensino de História e sua relação com a educação patrimonial e a História local ou regional. Sobretudo, ao demonstrar as possibilidades de desenvolvimento dos saberes históricos, e das noções acerca sua condição enquanto sujeito histórico em seu lugar e seu tempo. As possibilidades desta sequência, acredito, ficaram comprovadas ao longo dos capítulos e nas demonstrações práticas das sequências com seus resultados materiais, seja em forma do banco de dados, como no acervo de imagens elaborados de forma crítica pelos alunos e que nos aponta os referenciais identitários surgidos dessa pesquisa.

Tais referenciais patrimoniais aqui elencados e tratados com os alunos, podem e devem ser socializados, e levados a outros grupos escolares por meio do produto desta intervenção didática. Por se tratar de uma sequência didática, o produto aqui anexado visa ampliar, assim, por meio da somatória de outros professores, uma continuidade dessa proposta didática, levando adiante a possibilidades do contato com o ensino patrimonial e novos modelos didáticos no ensino de história a um número maior de alunos, e que estes possam ter a incrível experiência

de ajudar a construir e fortalecer a representação e a voz dos moradores, e daquilo que de fato os representa enquanto patrimônio e seus lugares de memória, o que os une e lhe referenciam como grupo em Icoaraci.

**FONTES:**

**Site:** <https://ufpadoispontozero.wordpress.com/>

BELÉM. Intendência Municipal de. **Colleção de Relatórios apresentados ao Conselho Municipal d Belém na sessão de 15 de novembro de 1902 pelo Exmo, Sr. Intendente Antônio José de Lemos (1897-1902)**. Belém: Alfredo Augusto Silva, 1902.

BELÉM. Intendência Municipal de. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Exmo. Sr. Intendente Antonio José de Lemos**. Belém: Typ. Archivo da Intendência Municipal, 1903.

\_\_\_\_\_. Intendência Municipal de. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Exmo. Sr. Intendente Antonio José de Lemos**. Belém: Typ. Archivo da Intendência Municipal, 1904.

\_\_\_\_\_. Intendência Municipal de. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Exmo. Sr. Intendente Antonio José de Lemos**. Belém: Typ. Archivo da Intendência Municipal, 1905.

\_\_\_\_\_. Intendência Municipal de. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Exmo. Sr. Intendente Antonio José de Lemos**. Belém: Typ. Archivo da Intendência Municipal, 1906.

\_\_\_\_\_. Intendência Municipal de. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Exmo. Sr. Intendente Antonio José de Lemos**. Belém: Typ. Archivo da Intendência Municipal, 1907.

**Site:** <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Jornal o Estado do Pará. Belém, Terça-feira. 22 de Agosto de 1911.

Jornal o Estado do Pará. Belém, Quarta-feira. 31 de Maio de 1911.

Jornal o Estado do Pará. Belém, Quinta-feira. 15 de junho de 1911.

Jornal o Estado do Pará. Belém, Sábado. 16 de Setembro de 1911.

Jornal o Estado do Pará. Belém, Sábado. 17 de junho de 1911.

**Site:** <https://fauufpa.org/>

**Revista Fon Fon. Ano V. n. 17. 29 de abril de 1911**

Fotografia do curro modelo do Maguary

Mapa ferroviário da EFB, de Palma Munis de 1908

**Biblioteca Fran-Paxeco. Grêmio Literário Português.**

Habilitação consular de Eduardo Tavares Cardoso – 1868.

## REFERÊNCIAS

ABUD, Katia. **Currículos de História e políticas públicas:** os programas de História do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org). O saber Histórico na sala de aula. Editora Cortez: São Paulo, 1998.

ABUD, Katia Maria. **Formação da Alma e do Caráter Nacional:** Ensino de História na Era Vargas. Rev. bras. Hist., São Paulo , v. 18, n. 36, p. 103-114, 1998 . disponível em; <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010201881998000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201881998000200006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 05 May 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881998000200006>.

AÇAÍ - **Lendas e Mitos**" em Só História. Virtuoso Tecnologia da Informação, 2009-2019. Consultado em 18/08/2019 às 01:07. Disponível na Internet em <http://www.sohistoria.com.br/lendasemitos/acai/>.

ALVES, L. A. M. *A história local como estratégia para o ensino da história*. Porto: Universidade do Porto, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.aberto.up.pt/bitstream/10216/8786/2/488>>. Acesso em 05 de maio de 2019

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Vera Lucia Cabana Q. **Repensando o Documento Histórico e sua Utilização no Ensino**. In: Ana Maria Monteiro. (Org.). Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas. 1ed.Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, v. , p. 250-580.

AUSUBEL, David. P. **Aquisição e Retenção de Conhecimentos:** Uma Perspectiva Cognitiva. Lisboa: Plátano, 2003.

BAENA, Manoel. **Informações sobre as comarcas da província do Pará:** organizadas em virtude do aviso circular do ministério da justiça de 20 de set. de 1883. Pará: typ. F. da costa Junior, 1885, 68p. (p.27).

BARCA, I. **Aula oficina, do projeto à avaliação**. In: Para uma educação histórica de qualidade, 4., 2004, Braga. Actas das IV Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga: Uminho, 2004. p. 131-144.

BARROCA, M.J. **Medidas-Padrão Medievais Portuguesas**, Revista da Faculdade de Letras. História, 2ªa Série, vol. 9, (1992). Porto, pp. 53–85.

BARROS, José D'Assunção Barros. História, **Espaço e Tempo**. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.460-476, Jul/Dez 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a12.pdf>

BARROS, José D'Assunção. **“Tempo histórico: horizontes e conceitos”;** “Tempos para entender a História”: In: *O tempo dos historiadores*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 13-94.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade:** Entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BERNARD, Lepetit. **Sobre a escala na história.** In REVEL, Jacques. Jogos de escalas. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1998. P. 77-102.

BEZERRA, Holien Gonçalves. **Ensino de História:** conteúdos e conceitos básicos. In: KARNAL, Leandro (org). História na Sala de Aula: Conceitos, Práticas e Propostas. 6ª ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015

BEZERRA NETO, Jose Maia; MACEDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. **A quitanda de joana e outras histórias:** Os escravos e as práticas alimentares na Amazônia (séc. XIX). *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº 38, 2009

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. **Livros didáticos entre textos e imagens.** In: BITTENCOURT, Circe Fernandes. O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2017.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos.** São Paulo. Cortez, 2004, p.121

BLOCH, Marc. **“A história, os homens e o tempo”.** In: *Apologia da História ou o ofício de historiador.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001, p. 51-68.

BOURDIEU, Pierre. **Capital Cultural, Escuela y Espacio Social.** México: Siglo Veinteuno, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Espaço Social e Espaço Simbólico. In Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas-SP: Papyrus, 1996. P. 13-33

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 3a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BURKE, Peter. **Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna.** São Paulo, Unesp, 2010.

CAMARGO, Marly, VIDAL Maria, MALCHER, Ataíde. **Sesmarias.** Revisão: Jane Aparecida Marques. Belém: ITERPA, 2009. 120p.; il.

CARNEIRO, Henrique S. **Comida e Sociedade:** significados Sociais na História da Alimentação. *História Questões e debates*, nº42, p. 71-80, 2005

CARRETERO, Mario. **Documentos de identidades:** a construção da memória histórica em um mundo globalizado. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CARRETERO, M. & LIMÓN, M. **Construcción del conocimiento y enseñanza de las Ciencias Sociales y la Historia.** En M. 1997.

CARRETERO, Mario. **Construir y enseñar las Ciencias Sociales** (pp. 33-62). Buenos Aires: Aique

CERRI, Luís Fernando. **Ensino de História e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CERTEAU, Michel de. **Práticas de Espaço:** Caminhadas pela cidade. IN A invenção do Cotidiano. Petrópolis. Editora Vozes, 1998. P.169- 191.

COIMBRA, Adrian Modesto . “**A cidade como narrativa:** Francisco Bolonha e o papel da arquitetura e da engenharia no processo de modernização da cidade de Belém – 1897-1938”. Dissertação de mestrado. Unicamp, Campinas 2014.

COSGROVE, Denis. **A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas.** In CORREA, Roberto Iobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). Paisagem, Tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

CRUZ, Ernesto. **Procissão dos Séculos:** Vultos e Episódios da história do Pará”. Belém, Imprensa oficial do Estado, 1952

DEL PRIORI, Mary. **A fotografia como objeto da memória.** In: Cultura popular e educação / Organização René Marc da Costa Silva. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, 2008. 246 p. - (Salto para o futuro).

DICKEL, Adriana. **Que sentido há em se falar em professor-pesquisador no contexto atual?** Contribuições para o debate. In: GERALDI, Corinta Maria Grisolia; FIORENTINI, Dario et al. Cartografias do trabalho docente: professor(a)-pesquisador(a). Campinas: Mercado Aberto, 2001. p. 33-71.

DIAS, Mário Benjamin. **Urbanização e ambiente urbano no distrito administrativo de Icoaraci,** BELÉM-PA. São Paulo, 2007

DIAS, Mário Benjamin & SILVA, Maria de Jesus Benjamin da. **O distrito de Icoaraci e sua inserção no contexto urbano e regional amazônico.** Uruguai (2009). Disponível em:<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/22.pdf>. Acesso em 05 de dez. de 2015

FANAIA, João Edson de Arruda. **História, saber acadêmico e saber escolar:** um diálogo possível? Coletâneas do Nosso Tempo - periódicos UFMT, v. 08, n. 08, 2008.

FELDMAN-BIANCO, Bela, LEITE, Miriam L. Moreira (orgs). **Desafios da imagem:** fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas: Papius, 1998.

FIGUEIREDO, Silvio Lima. PIANI, Auda Tavares. **Mestres de Cultura.** Belém: EDUFPA, 2006.

FLANDRIN, Jean-Louis & MONTANARI, Massimo. **História da Alimentação.** São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FLORÊNCIO, Sonia Regina Rampim. **Educação patrimonial: algumas diretrizes conceituais.** In; PINHEIRO, Adson rodrigo S. Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial / Organização Adson Rodrigo S. Pinheiro. – Fortaleza: Secult for: Iphan, 2015.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História & ensino de História /** Thais Nívia de Lima e Fonseca. – 2ª. Ed., 1ª. Reimpressão. – Belo Horizonte: Autêntica, 2006

FONSECA, Selva Guimarães. **História local e fontes orais:** uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História. Revista História Oral Vol. 9 Num 1. 2006.

FRANCO, Ariovaldo. **De caçador a gourmet: uma história da gastronomia**. 5ª ed. – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2002.

GIL, CARMEN Zeli de Vargas. **Patrimônio e ensino de história: aportes para a formação docente**. In; SIMAN, Lana Mara de Castro; MIRANDA, Sonia Regina (Org. Patrimônio no plural: educação, cidades e mediações – 1ª ed. Belo Horizonte, MG. Fino traço editora, 2017.

GLEZER, Raquel. **A noção do tempo e o Ensino de História**. São Paulo IEA.. LPH Revista de História, vol. 2, n. 1, 1991. Estudos Avançados, Coleção Documentos. Série Estudos sobre o tempo

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Estudos Históricos Rio de Janeiro**, vol. 28, no 212 55, p. 211-228, janeiro-junho 2015

GONÇALVES, Márcia de Almeida. **História local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância**. In: MONTEIRO, Ana Maria et al. (2007b). Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad.

GOUBERT, Pierre. **História Local**. Revista Arrabalde – Por Uma História Democrática. Rio de Janeiro. n. 1, maio/ago, 1988.

GREGIO, G. B.; PELEGRINI, S. DE C. A. **A etnografia visual como instrumento de preservação e representatividade das mulheres indígenas**. Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, v. 11, n. 21, p. 3 - 18, 5 mar. 2018.

GUIMARAES, junior. Icoaraci. **A monografia do megadistrito**. Gráfica Delta, Belém. 1996. 142 p

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013

HALL, Stuart. **Identidade cultural e diáspora**. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, IPHAN, 1996, p. 68-75.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HELLER, Agnes. **Uma teoria da História**. Tradução de Dilson Bento de Faria Ferreira Lima. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Iphan/Museu imperial, 1999.

KHOURY, Yara Aun. **Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história**. In: FENELON, Déa Ribeiro et. al. (orgs). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2001.

KNAUSS, Paulo. **Sobre a norma e o óbvio: a sala de aula como lugar de pesquisa**. In: NIKITIUK, Sônia L. (org) *Repensando o Ensino de História*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2014. p.29 a 50.

KODAMA, Kaori. **Uma missão para letrados e naturalistas**: “Como se deve escrever a história do Brasil”. IN: MATTOS, Ilmar Rohloff de (org.). *Histórias do ensino de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Access, 1998. p. 9-30;

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado** – contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 1989.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (Org). **Imagem e memória**: ensaios em antropologia visual. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2006

LIMA, Solange Ferraz; CARVALHO, Vânia Carneiro. **Usos sociais e historiográficos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2017.

LINHARES, Anna Maria Alves. Um grego agora nu: índios marajoara e identidade nacional brasileira. 2015. 270 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2015. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia.

LUDKE, Menga. **Pesquisa em educação**: conceitos, políticas e práticas In: PEREIRA, Elisabete M. de A; FIORENTINI, Dario e GERALDI, Corinta Maria Grisolia (orgs). Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998. Pp. 23-32.

MACEDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. **A cozinha mestiça: história da alimentação em Belém**. 2016. Tese (doutorado em História social da Amazônia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

MACIEL, Maria Eunice. **Uma cozinha à brasileira**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 1, n. 33, p. 25-39, jun. 2004. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2217>>. Acesso em: 01 Jul. 2020

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **História e Cidadania**: por que ensinar história hoje? In: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs.) *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. Pp 168 – 184.

MANNHEIM, Karl. "El problema de las generaciones" [tradução: Ignacio Sánchez de la Yncera], Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS), n. 62, 1993, p. 193-242.

MARTINS, Marco Iobato. **História Regional**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Novos temas nas aulas de história*. Ed. Contexto. São Paulo, 2018.

MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. An. mus. paul., São Paulo, v. 13, n. 1, p. 133-174, June 2005. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-47142005000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142005000100005&lng=en&nrm=iso)>. access on 27 Oct. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0101-47142005000100005>.

MEIHY, José Carlos e HOLANDA, Fabíola. **História oral** – como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2010.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, July 2003 Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882003000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000100002&lng=en&nrm=iso)>. access on 27 Oct. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882003000100002>.

MONTANARI, Massimo. **A cozinha, lugar da identidade e das trocas**. In: *O Mundo na cozinha: história, identidade, trocas*. São Paulo: Estação Liberdade: Senac, 2009. P. 17.

MONTEIRO, Glauce. **Lenda do açaí mostra importância social do fruto**. UFPA - Ascom, Assessoria de comunicação institucional, 2015. Disponível em: <https://ascom.ufpa.br/index.php/banco-de-pautas/75-acai/144-lenda-do-acai-mostra-importancia-social-do-fruto>. Acesso em: 10 de agosto de 2019.

NADAI, Elza, “**O Ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva**”, Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 163-174, set. 92/ago.93.

NAPOLITANO, Marcos. **Fontes audiovisuais: a História depois do papel**. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993.

OLIVEIRA, Alfredo. **Belém, Belém**. São Paulo: EMPÍREO, 2015.

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto. **Educação Patrimonial no Iphan**. 2011. Monografia (Especialização) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2011.

OLIVEIRA, Maria Nogueira. Sem título. In; GIL, Carmen Zeli de Vargas; TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski (Org.). **Patrimônio cultural e ensino de história**. Porto Alegre: Edelbra, 2014.

ORSO, Paulino José. **Educação na sociedade de classes: possibilidades e limites**. In: ORSO, P. J., GONÇALVES, S. R. e MATTOS, V. M. *Educação e Lutas de Classes*. São Paulo: Expressão popular, 2008.

PARÁ (Estado). GOVERNADOR (Augusto Montenegro). **Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1903 ao congresso legislativo do Pará pelo dr. Augusto Montenegro, governador do estado**. Pará, Belém: Imprensa Oficial, 1904. 120p Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2437/>>. Acesso em: mai. 2018.

PARÁ (Estado). GOVERNADOR (Augusto Montenegro). **Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1908 ao congresso legislativo do Pará pelo dr. Augusto Montenegro, governador do estado**. Pará, Belém: Imprensa Oficial, 1909. 120p Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2437/>>. Acesso em: mai. 2018.

PARÁ, Governo do Estado. 1908 - **Álbum do Estado do Pará**. Paris: Imprimiere CHAPONET, 1908.

PINSKY, Carla; LUCA, Tania Regina de (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2017.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>>. Acesso em: 20 de Jan. 2018.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/108>>. Acesso em: 23 Jul. 2020.

PRINS, Gwyn. **História oral**. In: BURKE, Peter (Org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Ed. da UNESP, 2011.

PROST, Antoine. **As questões dos historiador; “O Tempo da História”; Os Conceitos**. In: *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 75-133

RAMOS, Fábio Pestana. **Alimentação**, In; PINSKI, Carla Bassanesi (Org.) *Novos temas nas aulas de História*. 2ª ed.. 4ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018.

REZENDE, Marcela Torres. **A alimentação como objeto histórico complexo: relações entre comidas e sociedades**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, n. 33, janeiro-junho de 2004, p. 175-179.

REZNIK, Luís. **O lugar da História do Brasil**. IN; MATTOS, Ilmar Rohloff de (org.). Histórias do ensino de História do Brasil. Rio de Janeiro: Access, 1998. p. 67-90.

RIBEIRO, José. 2005. **Antropologia Visual, Práticas Antigas E Novas Perspectivas De Investigação**. Revista De Antropologia 2005 (2), 613-48. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-77012005000200007>. Acesso em 16/07/2018

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Tradição oral e patrimônio imaterial: o papel da memória na luta por políticas públicas na Comunidade de Canárias, Maranhão**. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, SP, v. 21, n. 1, p. 7-16, dez. 2013. ISSN 21783284. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645749/13048> Acesso em: 21 de abril de 2018

RÜSEN, Jörn. **História viva: formas e funções do conhecimento histórico**. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Narrativa histórica: fundamentos, tipos, razão**. In: SCHMIDT, M. A.; BARCA, I.; MARTINS, E. de R. (Org.). *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: UFPR, 2010a. p. 93-108.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: os fundamentos da ciência histórica**. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

SALIBA, Elias Thomé. **Experiências e representações sociais: reflexões sobre o uso e o consumo das imagens**. In: BITTENCOURT, Circe (org.) O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2017

SAMUEL R. **História local e história oral.** *Revista Brasileira de História.* São Paulo, ANPUH, v.9, n. 19, p. 219-242, 1989.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém:** Riquezas produzindo a belle-époque (1870-1912) – 2 ed. Belém, Paka-tatu, 2002

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado. Cultura da Memória e Guinada Subjetiva.** São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SECULT, Secretaria de Cultura do Estado. **Belém da Saudade:** a memória de Belém do início do século em cartões postais. 2ª ed. Belém: SECULT, 1998.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **O ensino de História local e os desafios da formação da consciência histórica.** In: MONTEIRO, Ana Maria et al. (2007b). *Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas.* Rio de Janeiro: Mauad.

SCHMIDT, M. A.; CAINELLI, M. **Ensinar história.** 2. ed. São Paulo: Scipione, 2009.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **Lendo imagens criticamente: uma alternativa metodológica para a formação do professor de história.** UFPR, Curitiba-Pro. *História & Ensino*, v. 4, p. 9-23, 1998. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12493>. Acesso em 05 de abril de 2018.

SCIFONI, Simone. **Para repensar a Educação Patrimonial.** In; PINHEIRO, Adson rodrigo S. *Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial / Organização Adson Rodrigo S. Pinheiro.* – Fortaleza: Secult for: Iphan, 2015.

SIMMEL, Georg. **Sociologia da refeição.** *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 33, p. 159-166, jun. 2004. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2218/1357>>. Acesso em: 23 Ago.. 2020.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia.** Trad.: Rubens Figueiredo. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2004.

SOUZA, Fábio Feltrin. **Nova História Cultural:** Uso das linguagens e percursos possíveis. In: *ENSINO de História: Memória e Identidade.* Jundiaí: Paco Editorial, 2016. P. 211- 226

THOMPSON, Edward. **Costumes em Comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOCANTINS, Leandro. **Santa Maria do Grão-Pará.** 3 ed - Belo Horizonte: Ed. Itatiaia limitada, 1987.

TOLEDO, Maria Aparecida L T. **A história ensinada sob o império da memória:** questões de história da disciplina. *História*, São Paulo, v. 23, n. 1-2, 2004.

TOLEDO, Maria Aparecida. **História Local, Historiografia e Ensino:** sobre as relações entre teoria e metodologia no ensino de história. *Antíteses*, vol. 3, n. 6, jul.-dez. de 2008, pp. 743-758 <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>

WALLE, Paul. **No Brasil, do Rio São Francisco ao Amazonas**. Brasília: Senado Federa, 2006, p. 312

ZAMBONI, Ernesta. **O Ensino de História e a Construção da Identidade**. História- Série Argumento. São Paulo: SEE/Cenp, 1993.

ZEICHNER, Kenneth M. **Para além da divisão entre professor-pesquisador e pesquisador acadêmico** In: GERALDI, Corinta M.; FIORENTINI, Dario & PEREIRA, Elisabete M. (orgs.) Cartografia do trabalho docente: professor(a)-pesquisador(a). Campinas, Mercado de Letras?ABL, 1998. pp. 207-236.

## APÊNDICES



**SEQUÊNCIA DIDÁTICA EM ENSINO DE HISTÓRIA:**  
*"A CIDADE ENTRE MEMÓRIAS E FOTOGRAFIAS"*



Figura 1: Aluna Luana Lima, 2019

*Icoaraci -PA*

*Williomar de Souza Peixoto*  
*2020*

## APRESENTAÇÃO

Esta sequência didática é um produto da pesquisa no âmbito do mestrado profissional em ensino de História (profHistória), UFPA, campus Ananindeua/PA. A pesquisa de mestrado foi baseada num projeto de intervenção com uma turma de 9º ano do ensino fundamental em uma escola particular no distrito de Icoaraci, no intuito de implementar uma sequência didática relacionada ao ensino patrimonial e a história local do lugar, visando propor o ensino de História em diferentes lugares de memórias.

Este produto visa, assim, compartilhar as experiências e proposições em ensino de História frutos destas intervenções, além disso, busca ampliar por meio da somatória de outros professores, uma continuidade dessa sequência didática, levando adiante a possibilidades do contato com o ensino patrimonial e novos modelos didáticos no ensino de história a um número maior de alunos, e que estes possam ter a incrível experiência de ajudar a construir e fortalecer a representação e a voz dos moradores, daquilo que de fato os representa enquanto patrimônio e seus lugares de memória, e aquilo que os une e lhe referenciam como grupo

Nesse sentido, foram utilizadas principalmente fontes orais, oriundas do levantamento de memórias de parte dos moradores do distrito de Icoaraci, e consecutivamente o registro de imagens fotográficas dos espaços e práticas elencados nestes relatos de memória. Tal prática objetivou colocar o aluno como protagonista da pesquisa, podendo assim, colher e organizar os relatos de memória dos mais velhos, e a partir dos resultados colhidos propiciou-se aos alunos apreender uma Icoaraci de outrora, um passado que para eles antes estava silenciado, ultrapassado, ou morto, os ajudando a obterem noções de um passado repleto de rupturas e permanências no presente, até a possibilidade de problematizarem esse tempo visto como uma locomotiva acelerada que abandona o passado e rasga o hoje em direção a um criticável “progresso do amanhã.”

### O PROJETO DE INTERVENÇÃO

- Visa o Protagonismo dos alunos, na produção e intervenção sobre a história e a memória local.
- Retratar o espaço local e as práticas por registro de imagens, utilizando a ferramenta smartphone;
- As Imagens como produto, são narrativas imagética dos alunos;
- Pensar o espaço para criticar o passado, a relação com patrimônio local e criticidade histórica e cultural.
- Relativização do patrimônio, construindo novos valores a partir da memória e da vivência.

Produzir junto aos alunos um produto com o acervo de imagens e resultados obtidos.

### OBJETIVOS

#### Objetivo geral

Desenvolver um projeto de intervenção relacionado ao nível de consciência histórica, o envolvimento e domínio dos alunos do 9º ano, com temas como memória, identidade, a História local, patrimônios históricos e culturais de Icoaraci. Propondo uma sequência didática dentro do âmbito do ensino de História.

#### Objetivos específicos

Desenvolver o contato dos alunos com os temas centrais; Ensino Patrimonial e História local, memória e identidade;

Realizar aulas oficinas sobre fotografia e abordagem de conceitos como; Patrimônios locais, memória e identidade;

Delimitar os espaços de memória, os costumes e práticas culturais de Icoaraci a partir de duas gerações distintas (alunos X Família/comunidade);

Estabelecer novos marcadores relacionados à memória e ao patrimônio local.

### ***RESUMO DA METODOLOGIA SUGERIDA:***

- Encontros quinzenais no contra turno em forma de aula oficina;
- Debate sobre o que é ser icoaraciense? O que define Icoaraci? o que é patrimônio?
- Aulas oficinas utilizando o trato com fotografias de família, fotos e cartões postais antigos do distrito;
- Noções básicas sobre composição de imagens (linha, ângulo, contraste, textura, temperatura).
- Organização de um banco de dados com os lugares e símbolos identitários apontados pelas duas gerações.
- Visita aos lugares determinados nas entrevistas para registro em imagem.

### ***FASES DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA***

Dividimos em 3 fases esta proposta didática.

Na 1ª fase se realizam os primeiros encontros no contra turno, em formato de aulas oficinas.<sup>1</sup> Nesta fase o professor deve introduzir debates acerca de conceitos de identidade, Patrimônio histórico e cultural, material e imaterial, memória e sobre algumas narrativas históricas de Icoaraci (sobre este tema, foram utilizadas fontes históricas primárias como jornais, imagens antigas do povoado do pinheiro, mapas e textos antigos referindo-se aos costumes locais). Os debates devem partir de provocações lançadas pelo professor, no intuito de fomentar a discussão acerca das visões desses alunos sobre a construção histórica sobre o lugar.

Ao mesmo tempo em que o professor ou professora iniciar o trato com imagens antigas, cartões postais e relatórios oficiais contendo imagens do lugar, se deve iniciar as orientações sobre aspectos básicos de composição de imagem. Você pode pesquisar o assunto, e usar como material de referência com os alunos este artigo disposto no seguinte endereço na WEB:

---

<sup>1</sup> Ver BARCA, I. Aula oficina, do projeto à avaliação. In: Para uma educação histórica de qualidade, 2004. Disponível em: [http://sefarditas.net.br/ava/aula\\_oficina/isabel\\_barca1.pdf](http://sefarditas.net.br/ava/aula_oficina/isabel_barca1.pdf)

[www.clicandoeandando.com/fotografia-com-celular-guia-definitivo/](http://www.clicandoeandando.com/fotografia-com-celular-guia-definitivo/)<sup>2</sup>

Além disso, iniciam-se as entrevistas com os alunos sobre o questionário semiestruturado elaborado pelo professor (segue abaixo), sendo que todos os encontros bem como os debates gerados pelo questionário, devem ser gravados em áudio para a comparação posterior com as respostas dos mais velhos que serão entrevistados.

A 2ª fase corresponde ao momento de coleta das fontes orais dos mais velhos, os alunos e alunas devem ser convidados a colherem os relatos de memórias de pessoas de suas famílias, vizinhos, etc. mediante o mesmo questionário respondidos por eles. As entrevistas devem ser gravadas em áudio ou vídeo. Tais dados oriundos desse questionário deverão ser organizados pelos alunos em um banco de dados conforme os números de citação das memórias, sugerimos a utilização do Windows Excel para a organização deste banco.

A 3ª Fase corresponde

Momento em que os resultados sobre os lugares de memória e os patrimônios locais são apontados pelo banco de dados, e conforme estes dados os alunos deverão fazer a visita para os registros visuais por meio de seus smartphones.

**Acerca das aulas oficinas na 1ª fase, propomos o seguinte:**

Número de Aulas-oficinas	Tipo de tarefa	Tema
1	<i>Diálogo sobre personalidades dos alunos. (Idade, disciplinas favoritas, características das famílias.)</i>	Levantamento das características dos sujeitos, apresentação da pesquisa aos alunos. Diálogos introdutórios sobre os conceitos a serem trabalhados, e noções sobre a história local de Icoaraci.
1	<i>Debate</i>	<i>Conceito de Identidade.</i>
1	<i>Debate</i>	Conceito de Memória, lugares de memória e noções sobre patrimônio histórico-cultural.
1	<i>Debate</i>	História local e patrimônio Histórico tombado de Icoaraci. Uso de fontes históricas escritas e iconografias.
1	<i>Debate e resposta ao questionário.</i>	Debate sobre o que identificaria Icoaraci e os moradores em relação a outros lugares de Belém e do Brasil. Quais os lugares segundo os alunos que guardariam essas identidades.
2	<i>Apresentação das técnicas de fotografia.</i>	Apresentação dos elementos básicos da linguagem visual; Ponto, linha, textura, sombra e luz, temperatura. Enquadramento,

<sup>2</sup> <https://www.clicandoeandando.com/fotografia-com-celular-guia-definitivo/>

		proporção. Criatividade e sensibilidade.
1	<i>Orientações sobre as entrevistas</i>	Orientações sobre o trato com as entrevistas. Recebimento dos questionários semiestruturados.

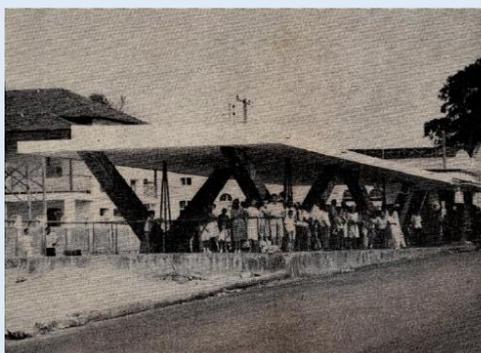
### Modelo de questionário utilizado

#### Roteiro para entrevista semiestruturada - Moradores

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Código de identificação do nome: \_\_\_\_\_

- 1 – Qual o seu nome?
- 2 – Idade?
- 3 – Tempo que reside em Icoaraci?
- 4 – Fale um Pouco sobre sua infância;
- 5 – Escolas onde estudou
- 6 – Quais os locais de Icoaraci frequentados na sua juventude
- 7 – Quais os lugares em sua opinião que contam a história de Icoaraci.
- 8 – Se você pudesse escolher uma foto para representar Icoaraci, qual seria?
- 9 – Do que você sente saudade em Icoaraci?
- 10 – Você acredita que o artesanato do Paracuri tem importância para o moradores de Icoaraci?
- 11 – Quais formas de viver poderiam simbolizar Icoaraci?
- 12 – O que na sua opinião difere quem mora em Icoaraci de pessoas de outros bairros?
- 13 – O que significaria patrimônio para você?
- 14 – Cite alguns patrimônios em Icoaraci na sua opinião.
- 15 – Pra você, o que simbolizaria Icoaraci e seus moradores?

### Exemplo de fontes visuais utilizadas com os alunos na 1ª fase (aulas oficinas)<sup>3</sup>



Antigo ponto de ônibus conhecido por "Clipper".



Antigo curro municipal do Pinheiro.

<sup>3</sup> Professores e professoras, todas as fontes sobre Icoaraci utilizadas no projeto estarão disponíveis para download junto com as fontes bibliográficas e o acervo fotográfico realizado pelos alunos, no DRIVE que é uma ferramenta de armazenamento em nuvem, disponível no endereço: [https://drive.google.com/drive/folders/1QS6KTOzI9T203ky5whS5ZtapSRVPw\\_x4?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1QS6KTOzI9T203ky5whS5ZtapSRVPw_x4?usp=sharing)

Convido regularizar os serviços municipaes na villa Pinheiro, recommendei, em Detalhe de 5 de agosto, ao engenheiro director da Secção de Obras : que mandasse examinar a parte mais habitada e concorrida da mesma villa e fixar o numero de combustores precisos para o serviço da illuminação publica ; orçar o serviço de limpeza da mencionada parte, de modo a ser feito por empreitada particular e dispensada a turma de trabalhadores alli existente, e a reconstrução da ponte á rua Siqueira Mendes, canto Sao Roque.

Recorte do relatório de 1903, sobre serviço de illuminação a gás na Vila, e a reconstrução da ponte em frente ao Chalé Tavares Cardoso.



Perspectiva da ponte inaugurada pelo intendente Antônio Lemos em frente ao chalé Tavares Cardoso e de seu lago artificial. 1906

### Resultados obtidos a partir dos bancos de dados do projeto

Diante do objetivo em resgatar essa memória local, e cruzarmos os resultados com os obtidos a partir da fala dos jovens, vejamos como se organizaram as respostas reunidas no banco de dados, a partir dos critérios seguintes;

- *Patrimônios históricos já estabelecidos<sup>4</sup>*
- *Marcadores identitários surgidos à partir da pesquisa*
- *Práticas e costumes listados pelos jovens*
- *Práticas e costumes listados pelos mais velhos*
- *Lugares que simbolizam Icoaraci para os alunos*
- *Lugares que simbolizam Icoaraci para os mais velhos*
- *Resultados da comparação entre as informações das duas gerações (lugares a serem visitados).*

<sup>4</sup> Para além dos patrimônios tombados pela prefeitura de Belém, e os que são administrados pelo Iphan, como algumas práticas da cultura imaterial de Icoaraci, como o ofício do artesanato no bairro do Paracuri, temos marcos patrimoniais já consolidados pela comunidade local, por meio do afeto. Sobre a relativização patrimonial, ver; *O patrimônio na encruzilhada do sentido: dispositivos de memória entre a chancela e o afeto*, de André Pires do Prado, disponível em: [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP\\_6bfdaeb81c7ee99406e704646deda122](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_6bfdaeb81c7ee99406e704646deda122)

Lugares frequentados - Pessoas entre 50 - 90 anos	Número de citações
Bar elite	7
Biblioteca Tavares Cardoso	6
Cinema Ipiranga e Guanabara	16
Estação de trem	4
Igreja matriz	7
Itamaraty	3
O campeão	13
Orla	9
Orla do cruzeiro	8
Pinheirense	19
Praça matriz	8
Praia do cruzeiro	24
Santa rosa	3

**Quadro:** Lugares frequentados na juventude, e número de vezes citados. Total de entrevistados; 24 pessoas.

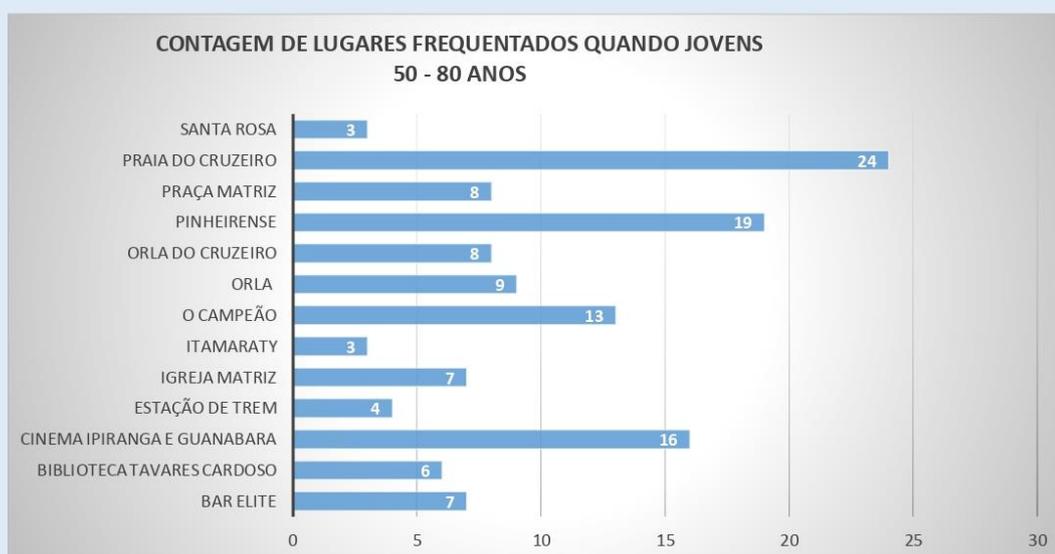


Gráfico - Resultado e gráficos do quadro acima

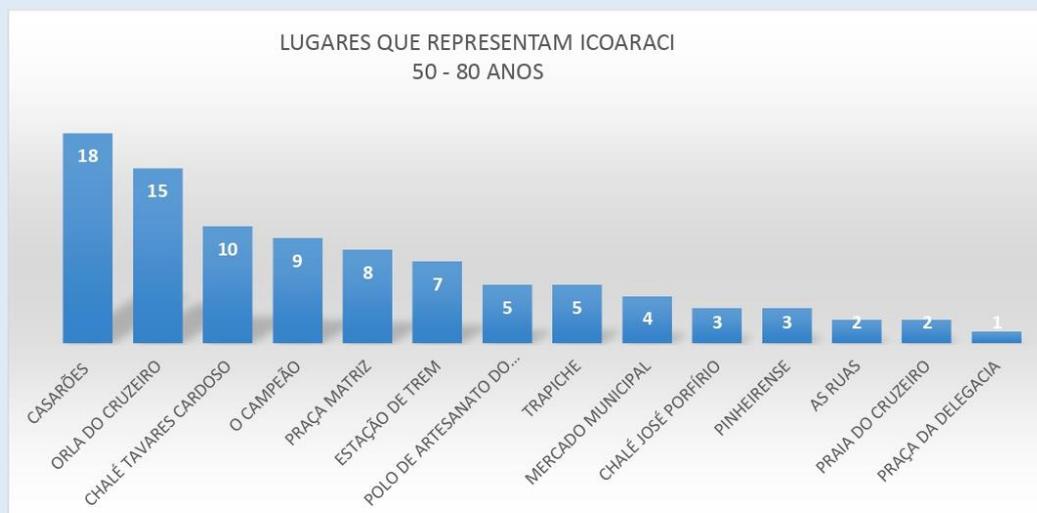


Gráfico - Lugares citados pelos mais velhos durante as entrevistas como representativos de Icoaraci.

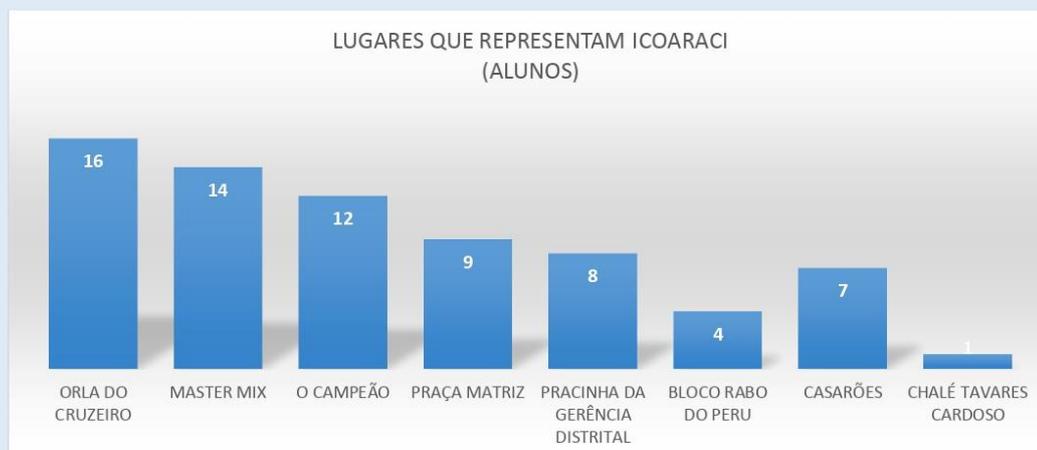


Gráfico - Respostas dos alunos sobre os lugares representativos de Icoaraci.

Lugares principais a serem visitados	Citação (N. De Vezes)
Casarões	10
Orla Do Cruzeiro	10
Chalé Tavares Cardoso	9
O Campeão	9
Praça Matriz	8
Estação De Trem	7
Polo De Artesanato Do Paracuri	5
Trapiche	5
Mercado Municipal	4
Polo artesanal do Paracuri	4
Chalé José Porfirio	3
Pinheirense	3
As Ruas	2
Praia Do Cruzeiro	2
Praça Da Delegacia	1

**Quadro** - Resultado após cruzamento das opiniões dos alunos e pessoas mais velhas, sobre os lugares a serem visitados para registro fotográfico.

*Fase da captação das imagens:*

Ao nos ensinar um novo código visual, as fotos modificam e ampliam nossas ideias sobre o que vale a pena olhar e sobre o que temos o direito de observar. Constituem uma gramática e, mais importante ainda, uma ética do ver. (SONTAG, 2004, p. 8)



Chalet Tavares Cardoso – Imagem do aluno Gabriel Nunes / 2019



Uma forma de dar voz aos alunos para criarem uma espécie de texto não escrito com os resultados da pesquisa relacionada ao levantamento das memórias locais de Icoaraci por estes alunos, sendo estas imagens fruto do direcionamento dado pela organização e os gráficos oriundos do banco de dados.

Esta fase acarreta numa relação de decisão por parte dos alunos no ato de escolher como cada um deles gostaria de representar aquele lugar, aquela paisagem, o bem imóvel, ou os sujeitos retratados, mesmo sendo guiados objetivamente a estes lugares pelas memórias inventariadas no banco de dados.



Estação de Trem – Imagem: Aluna Kelly Nogueira





Chalé Senador Antônio Porfírio – Imagem: Aluna Giovanna Halter. / 2019



Igreja de São Sebastião – Imagem: Aluno Marcos Pereira /2019



Igreja matriz de Icoaraci – Imagem:  
Aluno Marcos Pereira / 2019



Trapiche da Orla de Icoaraci  
– Aluno João Pedro Souza.



Casarão na Rua Manoel Barata  
Imagem: Aluno Luís C. Chaves / 2019



Cristo da orla de Icoaraci – Imagem: Aluna  
Karina Lopes / 2018



Imagens do trapiche de Icoaraci e do Mercado municipal, lugares ligados aos hábitos alimentares de Icoaraci. Imagens: Alunos e alunas do projeto.



## Referências bibliográficas

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: Fundamentos e Métodos. São Paulo. Cortez, 2004, p.121

CARNEIRO, Henrique S. Comida e Sociedade: significados Sociais na História da Alimentação. História Questões e debates, nº42, p. 71-80, 2005

CARRETERO, Mario. Documentos de identidade: a construção da memória histórica em um mundo globalizado - Porto Alegre: Artmed, 2010.

FANAIA, João Edson de Arruda. História, saber acadêmico e saber escolar: um diálogo possível? Coletâneas do Nosso Tempo - periódicos UFMT, v. 08, n. 08, 2008.

FLORENCIO, Sonia Regina Rampim. Educação patrimonial: algumas diretrizes conceituais. In; PINHEIRO, Adson rodrigo S. Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial / Organização Adson Rodrigo S. Pinheiro. – Fortaleza: Secult for: Iphan, 2015.

GIL, CARMEN Zeli de Vargas. Patrimônio e ensino de história: aportes para a formação docente. In; SIMAN, Lana Mara de Castro; MIRANDA, Sonia Regina (Org. Patrimônio no plural: educação, cidades e mediações – 1ª ed. Belo Horizonte, MG. Fino traço editora, 2017.

GOUBERT, Pierre. História Local. Revista Arrabalde – Por Uma História Democrática. Rio de Janeiro. n. 1, maio/ago, 1988.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: Iphan/Museu imperial, 1999.

KNAUSS, Paulo. Sobre a norma e o óbvio: a sala de aula como lugar de pesquisa. In: NIKITIUK, Sônia L. (org) Repensando o Ensino de História. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2014. p.29 a 50.

MARTINS, Marco Iobato. História Regional. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) Novos temas nas aulas de história. Ed. Contexto. São Paulo, 2018.

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto. *Educação Patrimonial no Iphan*. 2011. Monografia (Especialização) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2011.

OLIVEIRA, Maria Nogueira. Sem título. In; GIL, Carmen Zeli de Vargas; TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski (Org.). *Patrimônio cultural e ensino de história*. Porto Alegre: Edelbra, 2014.

REZENDE, Marcela Torres. A alimentação como objeto histórico complexo: relações entre comidas e sociedades. Estudos históricos, Rio de Janeiro, n. 33, janeiro-junho de 2004, p. 175-179.

SALIBA, Elias Thomé. Experiências e representações sociais: reflexões sobre o uso e o consumo das imagens. In: BITTENCOURT, Circe (org.) O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2017.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Lendo imagens criticamente: uma alternativa metodológica para a formação do professor de história. UFPR, Curitiba-Pro. História & Ensino, v. 4, p. 9-23, 1998.

SCIFONI, Simone. Para repensar a Educação Patrimonial. In; PINHEIRO, Adson rodrigo S. Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial / Organização Adson Rodrigo S. Pinheiro. – Fortaleza: Secult for: Iphan, 2015.

SONTAG, Susan. Sobre fotografia. Trad.: Rubens Figueiredo. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2004.

TOLEDO, Maria Aparecida. História Local, Historiografia e Ensino: sobre as relações entre teoria e metodologia no ensino de história. Antíteses, vol. 3, n. 6, jul.-dez. de 2010, pp. 743-758 <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>